

Antonio de Aguiar Patriota nasceu no Rio de Janeiro em 27 de abril de 1954. Atualmente, é o Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas. Foi Ministro das Relações Exteriores, entre janeiro de 2011 e agosto de 2013, Secretário-Geral das Relações Exteriores, de outubro de 2009 a dezembro de 2010; Embaixador do Brasil em Washington, de 2007 a 2009; Subsecretário-Geral Político do Ministério das Relações Exteriores, de 2005 a 2007; Chefe de Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, em 2004; e Secretário de Planejamento Diplomático do Ministério das Relações Exteriores, em 2003.

No exterior, serviu na Missão Permanente do Brasil junto aos Organismos Internacionais em Genebra (1999-2003), onde, por dois anos, foi Representante Alternado junto à Organização Mundial do Comércio; na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York (1994-1999), onde integrou a Delegação brasileira ao Conselho de Segurança da ONU; nas Embaixadas do Brasil em Caracas (1988-1990) e em Pequim (1987-1988); e na Delegação Permanente em Genebra (1983-1987).

Entre 1992 e 1994, foi Subchefe da Assessoria Diplomática do Presidente Itamar Franco.

Concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata do Instituto Rio Branco em 1979. Sua tese para o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, intitulada "O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva", foi publicada em 1988.

É casado com Tania Cooper Patriota, Representante do Fundo de População das Nações Unidas (FNUAP) para Colômbia e Venezuela, e tem dois filhos, Miguel e Thomas.

Este livro, que reúne discursos, artigos e entrevistas do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, durante os dois primeiros anos de política externa, de janeiro de 2011 a dezembro de 2012, sob a orientação da Presidenta Dilma Rousseff permite uma reflexão sobre o conjunto de objetivos e de iniciativas conduzidos pela diplomacia brasileira com a finalidade de consolidar diretrizes traçadas há mais de dez anos e em sintonia com as transformações por que passam a sociedade brasileira.

De modo a consolidar essas diretrizes, a ação diplomática brasileira centrou-se, entre 2011 e 2012, nas seguintes metas: aprofundar a integração regional; oferecer uma perspectiva criativa e independente aos grandes debates políticos e conceituais da atualidade; ampliar parcerias nas áreas de comércio, investimentos e inovação; conquistar crescente espaço de autonomia na política internacional; aprofundar o conhecimento mútuo com os agentes estatais e a sociedade civil; e promover uma governança global cooperativa e em sintonia com as exigências do século XXI.

Desdobramento de uma política externa universal, pragmática e humanista, o Brasil possui hoje uma inserção internacional ampla e autônoma e consolida-se como interlocutor incontornável nos principais debates sobre política internacional, desde o da democratização das estruturas de governança global ao da formulação da agenda de desenvolvimento sustentável até o do comércio e economia mundial e o da proteção de civis e da paz e segurança internacionais.



www.funag.gov.br



Política
Externa
Brasileira

668

coleção
Política
Externa
Brasileira

Antonio de Aguiar Patriota

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA
DISCURSOS, ARTIGOS E ENTREVISTAS



Antonio de Aguiar Patriota

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

DISCURSOS, ARTIGOS E ENTREVISTAS

(2011 - 2012)

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

Os quarenta e sete textos que compõem este volume foram distribuídos em cinco seções que procuraram compreender os temas prioritários da agenda de política externa brasileira entre 2011 e 2012. Na primeira subdivisão, procurou-se tratar dos princípios que orientam a política externa brasileira e de como o Brasil, aliado a outros novos polos de poder, atua para transformar o sistema de governança global, de modo a conferir-lhe maior legitimidade e eficiência. A segunda parte do livro trata das relações do Brasil com a América do Sul, a África, a Ásia, os Estados Unidos e a Europa. As demais partes deste livro estão divididas em três eixos temáticos: paz e segurança internacionais, desenvolvimento sustentável e governança econômica.



Antonio de Aguiar Patriota

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA
DISCURSOS, ARTIGOS E ENTREVISTAS
(2011 - 2012)

coleção | POLÍTICA
EXTERNA
BRASILEIRA

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

DISCURSOS, ARTIGOS E ENTREVISTAS

(2011-2012)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Ministro de Estado Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado
Secretário-Geral Embaixador Eduardo dos Santos

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

*Instituto de Pesquisa de
Relações Internacionais*

Diretor Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

*Centro de História e
Documentação Diplomática*

Diretor Embaixador Maurício E. Cortes Costa

*Conselho Editorial da
Fundação Alexandre de Gusmão*

Presidente Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

Membros Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg
Embaixador Jorio Dauster Magalhães
Embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão
Embaixador José Humberto de Brito Cruz
Ministro Luís Felipe Silvério Fortuna
Professor Clodoaldo Bueno
Professor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto
Professor José Flávio Sombra Saraiva

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

Antonio de Aguiar Patriota

POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

DISCURSOS, ARTIGOS E ENTREVISTAS

(2011-2012)



FUNDAÇÃO
ALEXANDRE
DE GUSMÃO

Brasília – 2013

Direitos de publicação reservados à
Fundação Alexandre de Gusmão
Ministério das Relações Exteriores
Esplanada dos Ministérios, Bloco H
Anexo II, Térreo
70170-900 Brasília – DF
Telefones: (61) 2030-6033/6034
Fax: (61) 2030-9125
Site: www.funag.gov.br
E-mail: funag@funag.gov.br

Equipe Técnica:

Eliane Miranda Paiva
Fernanda Antunes Siqueira
Gabriela Del Rio de Rezende
Guilherme Lucas Rodrigues Monteiro
Jessé Nóbrega Cardoso
Vanusa dos Santos Silva

Projeto Gráfico:

Daniela Barbosa

Capa:

Embaixador Antonio de Aguiar Patriota em coletiva de imprensa na cidade de Paraty no Rio de Janeiro. Foto de Luiz Roberto Lima.

Programação Visual e Diagramação:

Gráfica e Editora Ideal

Impresso no Brasil 2013

P314

Patriota, Antonio de Aguiar.

Política externa brasileira: discursos, artigos e entrevistas (2011-2012) /
Antonio de Aguiar Patriota. – Brasília : FUNAG, 2013.

509 p. – (Coleção política externa brasileira)

ISBN 978-85-7631-460-8

1. Diplomacia - Brasil. 2. Política externa - Brasil - América Latina.
3. Política externa - Brasil - África. 4. Política externa - Brasil - Ásia. 5. Política
externa - Brasil - Estados Unidos. 6. Política externa - Brasil - Europa .
7. Segurança coletiva. 8. Desenvolvimento sustentável. 9. Política econômica
internacional. 10. Segurança alimentar. I. Título. II. Série.

CDD 327.81

Bibliotecária responsável: Ledir dos Santos Pereira, CRB-1/776

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

APRESENTAÇÃO

O que mudou na atual política externa brasileira? Essa é uma pergunta recorrente e necessária, porquanto lança luz sobre o papel que o Brasil ocupa nas relações internacionais contemporâneas. É relevante também, pois permite uma reflexão sobre como os objetivos de política externa estão em sintonia com as transformações por que passa a sociedade brasileira.

Este livro, que reúne discursos, artigos e entrevistas do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, em dois anos de política externa, de janeiro de 2011 a dezembro de 2012, sob a orientação da primeira mulher à frente do Executivo brasileiro, serve, portanto, a dois propósitos: por um lado, oferece uma resposta à indagação sobre a orientação da política externa brasileira na primeira metade do Governo Dilma Rousseff; por outro lado, constitui uma maneira de dar publicidade aos atos de gestão da política conduzida no âmbito do Ministério das Relações Exteriores.

Os textos que compõem este volume foram distribuídos em cinco seções que procuram compreender os temas prioritários da agenda de política externa brasileira entre 2011 e 2012. A primeira subdivisão trata dos princípios que orientam a política externa brasileira e de como o Brasil, aliado a outros polos de poder, atua para transformar o sistema de governança global, de modo a conferir-lhe maior legitimidade e eficiência. A segunda parte do livro aborda as relações do Brasil com a América do Sul, a África, a Ásia,

os Estados Unidos e a Europa. As demais partes deste livro estão divididas em três eixos temáticos: paz e segurança internacionais, desenvolvimento sustentável e comércio e economia.

POLÍTICA EXTERNA DE ALCANCE GLOBAL

No início deste século, o mundo mudou, e o Brasil mudou com ele. Mais importante é notar como o Brasil passou a influenciar essas transformações e formatar os termos dos debates nos principais foros internacionais. Integrando um pequeno grupo de países, não mais do que quinze, que possui relações diplomáticas com todos os Estados reconhecidos pela Organização das Nações Unidas, além da Palestina e da Santa Sé, o Brasil possui hoje uma política externa de alcance verdadeiramente global e uma ação diplomática criativa e com uma visão própria do mundo.

A ação diplomática brasileira zela por aqueles valores específicos que nos definem como sociedade. Comprometido internamente com a valorização da democracia, a promoção e proteção dos direitos humanos e o desenvolvimento sustentável, o Brasil atua para conformar, em sua ação externa, um sistema multipolar sustentado na cooperação e na legitimidade. O sistema de governança global precisa se democratizar para que a maioria dos países sintam-se representada e servir de instrumento para o desenvolvimento socioeconômico das nações menos privilegiadas. Na visão do Brasil, as relações internacionais não precisam ser necessariamente conflitivas, como querem algumas narrativas sobre a suposta natureza da política internacional.

O Brasil tem buscado, dessa maneira, contribuir para a construção de consensos políticos e econômicos, bem como reafirmar sua identidade como país que valoriza o diálogo, a diplomacia preventiva, o respeito ao direito internacional e a promoção do desenvolvimento e da paz. Um sistema multipolar que tenha por fundamento a cooperação deverá exigir uma perspectiva ampliada sobre paz e segurança internacionais. É por essa razão que o Brasil defende uma

política abrangente para os problemas de segurança internacional, a partir de um enfoque inclusivo e de uma compreensão ampla da ideia de paz, para que seja duradoura. Paz, segurança e desenvolvimento são indissociáveis e devem orientar a comunidade internacional na meta de estabelecer um ciclo virtuoso de crescimento global com igualdade social e preservação do meio ambiente.

Para um país, como o Brasil, que logrou retirar 36 milhões de pessoas da extrema pobreza e incluir outros tantos brasileiros na classe média, não é possível vislumbrar a paz de maneira sustentável sem desenvolvimento e justiça social. A política externa brasileira se inspira nessas conquistas da última década, pois foram elas que capacitaram o Itamaraty a assumir o papel de ator global, a partir de um compromisso inabalável com seu entorno regional.

RECORTES REGIONAIS

Entre janeiro de 2011 e dezembro de 2012, foram realizadas 36 visitas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, 12 das quais em nível presidencial, a países da América do Sul. A frequência desses encontros de alto nível revela a prioridade que a política externa brasileira atribui à América do Sul. A região destaca-se por representar, hoje, um espaço de paz, democracia, cooperação e de crescimento econômico com justiça social.

Credita-se ao processo de democratização do continente uma das principais razões para a aproximação entre os países sul-americanos. O esforço contínuo de construção de confiança, facilitado pelo amadurecimento das instituições democráticas dos países sul-americanos, e os vinte anos de experiência bem-sucedida de integração no âmbito do MERCOSUL foram fundamentais para despertar o interesse pela criação e institucionalização de novos espaços de interlocução também com os demais países do continente sul-americano, no âmbito da UNASUL.

A adesão da Venezuela ao MERCOSUL contribui para a ampliação desse projeto de integração regional. Com a Venezuela,

o MERCOSUL estende-se da Terra do Fogo à Ilha de Margarita. Traduzido em números, o MERCOSUL compreende uma população de 275 milhões de habitantes, uma extensão territorial de 12.789.558 km² e um PIB nominal de 3,32 trilhões de dólares (dados de 2011), o equivalente à quinta economia mundial. O propósito que une os países do MERCOSUL em um esforço de integração é transformar esse potencial numérico em bem-estar econômico e social de maneira equitativa e sustentável. De fato, o processo de integração, além de servir de indutor de crescimento econômico, tem, cada vez mais, incorporado duas dimensões importantes, a social e a cidadã.

A incorporação ao MERCOSUL da Venezuela, o início de negociações formais para a adesão plena de Bolívia ao bloco e o interesse de Suriname e Guiana em associar-se ao processo são passos importantes em direção à consolidação de uma área de livre comércio na América do Sul até 2019.

Com uma população majoritariamente afrodescendente, o Brasil, em suas relações com o continente africano, depara-se, em alguns aspectos, com a própria história de superação de desafios. O continente africano vive um período de significativo desenvolvimento socioeconômico e de amadurecimento político, não obstante os desafios que ainda enfrenta.

O Brasil participa ativamente do renascimento africano. Exemplo do engajamento inequívoco do País com os vizinhos do Atlântico Sul é o alcance da rede diplomática e consular brasileira na África, a maior entre os países latino-americanos. Além das trinta e oito Embaixadas brasileiras residentes em países africanos, há ainda dois Consulados-Gerais, na Cidade do Cabo e em Lagos, o que perfaz quarenta postos no continente. O número de Embaixadas de países africanos residentes em Brasília revela reciprocidade de interesse. Com a abertura da representação diplomática do Burundi, em 2012, somam trinta e quatro as Embaixadas de países africanos na capital brasileira.

O número de visitas de alto nível igualmente reflete o interesse brasileiro pelas oportunidades que emergem na África. Ainda no primeiro ano de governo, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, participou da V Cúpula do IBAS, na África do Sul, de onde seguiu para Moçambique e Angola para visitas bilaterais. Antes disso, no primeiro semestre de 2011, o Ministro Antonio de Aguiar Patriota estivera na África para encontros bilaterais (Guiné-Bissau, África do Sul, Namíbia e República da Guiné) e para a XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, em Luanda. O Chanceler brasileiro voltou à África antes do final de 2011 para participar da IV reunião ministerial da Cúpula ASA, na Guiné Equatorial, e para visita bilateral em Gana. Entre abril e agosto de 2012, esteve ainda em quatro outros países africanos (Tunísia, Mauritânia, Senegal e Cabo Verde) e participou da 319ª Reunião do Conselho de Paz da União Africana, na Etiópia.

O Brasil acompanhou de perto dois importantes momentos da história recente do continente: a criação de um novo Estado africano e as inquietações populares no norte da África. Em julho de 2010, o Governo brasileiro estabeleceu relações diplomáticas com o Sudão do Sul e, no ano seguinte, apoiou o pleito do povo sul-sudanês de tornar-se o 193º. Estado-membro das Nações Unidas. Embora os desafios permaneçam, a independência do Sudão do Sul, de maneira negociada, reforça a convicção do Governo brasileiro na eficácia da ação diplomática como instrumento de solução de controvérsias.

O vigor das mobilizações populares, iniciadas com a Revolução de Jasmim, no final de 2010, revelou ainda o dinamismo das sociedades africanas no norte do continente. Nesse momento de transformações políticas no continente africano, o Brasil defendeu o desejo de emancipação política dessas vozes excluídas, a plena autonomia dos países africanos na condução das reformas político-sociais demandadas e a cooperação internacional em benefício do fortalecimento da democracia e do desenvolvimento econômico dessas nações.

Nos foros internacionais, o Brasil tem reiteradamente repudiado a violência e as violações de direitos humanos contra a população civil nos países do norte da África e também no Oriente Médio, para onde os protestos estenderam-se. Importa ainda que a atuação da comunidade internacional seja lúcida e coordenada de modo a não agravar a situação política local. O Brasil vem defendendo ainda que medidas coercitivas com vistas a proteger a população civil sejam empregadas apenas quando os esforços de negociação forem esgotados e com a expressa autorização por parte do Conselho de Segurança. Além disso, conforme proposta brasileira às Nações Unidas por meio do conceito de “Responsabilidade ao Proteger”, os mandatos do Conselho de Segurança que autorizam o emprego da força devem ser regularmente monitorados e sua implementação periodicamente revista.

Nas relações com a China, o Brasil diversifica as áreas de cooperação. Em 2012, a China tornou-se a principal origem das importações brasileiras – o país já ocupava o posto de maior destino das exportações nacionais. Para além da complementariedade econômica, o Brasil procurou extrair da cooperação com a China metas mais ambiciosas com vistas a contribuir para a competitividade industrial e o avanço tecnológico nacional. Com esse propósito, a Presidenta da República realizou visita à China, em abril de 2011. Em junho do ano seguinte, o então Primeiro-Ministro Wen Jiabao retribuiu a visita. Registram-se ainda inúmeros encontros de autoridades chinesas e brasileiras no contexto da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), com o propósito de atualizar o perfil da cooperação entre os dois países.

Nos dois anos cobertos por este compêndio, foi possível consolidar parcerias e coordenar posições políticas com países asiáticos, como a China e a Índia, em diversos foros, durante Cúpulas dos BRICS e do IBAS. Merece destaque ainda a iniciativa de aproximação do Brasil com os países da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Ao iniciar processo de adesão ao grupo asiático,

o Brasil estabeleceu novas frentes de aproximação política e econômica com uma região de crescente progresso.

A prioridade atribuída pelo Brasil à cooperação com novos parceiros não se dá em detrimento do relacionamento com aliados tradicionais. Em outubro de 2011, a Presidenta Dilma Rousseff participou da V Cúpula Brasil – União Europeia, em Bruxelas. No ano seguinte, participou dos seguintes eventos: Feira Internacional de ciência e tecnologia da informação, a CeBIT, em Hannover; Jogos Olímpicos, em Londres; XXII Cúpula Ibero-americana, em Cádiz; e, Missa Inaugural do Pontificado do Papa Francisco, no Vaticano. A Presidenta da República esteve, entre 2011 e 2012, em visitas bilaterais na Bélgica, Bulgária, Alemanha, Reino Unido, Espanha e França. Quatorze Chefes de Estado e/ou de Governo europeus, por sua vez, visitaram o País entre janeiro 2011 e dezembro de 2012.

Nos últimos anos, Brasil e Estados Unidos estabeleceram e consolidaram mais de vinte mecanismos bilaterais de diálogo e cooperação, que cobrem uma ampla variedade de temas nos níveis bilateral, regional e internacional. A cooperação com os Estados Unidos abrange, cada vez mais, áreas novas e mais complexas. Oportunidades se abrem no contexto dos megaeventos esportivos, da exploração de recursos energéticos, de investimentos em infraestrutura e em novas tecnologias e de cooperação na área de aviação e de defesa. Esse cenário encoraja também a colaboração entre os dois países em outras áreas como educação, tecnologia e inovação. Os Estados Unidos são o principal parceiro do Brasil no programa “Ciência sem Fronteiras”: mais de cinco mil brasileiros estão matriculados em programas de graduação e pós-graduação em universidades norte-americanas.

PAZ E SEGURANÇA INTERNACIONAIS

O Conselho de Segurança da ONU, que tem a primazia sobre os temas de paz e de segurança internacionais, mostra liderança insuficiente na solução de prolongados conflitos com alto custo humano e

poder de alastramento, como o israelo-palestino e o sírio. Há crescente consciência de que a carência de representatividade do Conselho de Segurança tem implicações não só para o funcionamento desse organismo como para a legitimidade do sistema multilateral.

Afinando posições com países como Índia e África do Sul, no âmbito do IBAS, o Brasil engaja-se na reforma do sistema de governança global, a começar pelo Conselho de Segurança. Embora ainda não esteja representado permanentemente no Conselho de Segurança, como enfatiza o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, o Brasil está permanentemente comprometido com a busca de encaminhamento para os principais temas em debate naquele órgão. Índia, Brasil e África do Sul, quando juntos estiveram representados no Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 2011, tiveram ocasião de mostrar estreita coordenação no acompanhamento dos principais temas de paz e segurança internacionais.

Imbuído desse espírito, o Brasil associa-se ainda a outros atores com quem compartilha a ênfase na diplomacia preventiva e o interesse em perspectivas autônomas sobre a política internacional. Nesse contexto, o Brasil vem apoiando iniciativas como Amigos da Mediação, grupo criado em 2010 por Finlândia e Turquia; trocando impressões no âmbito da coordenação informal que ficou conhecida como Solidariedade Trilateral para a Construção da Paz, entre Brasil, Turquia e Suécia, que se reuniu pela primeira vez em setembro de 2012; e, avançado agendas em áreas como proteção de civis, igualdade de gênero e democracia, com países como Noruega e Países Baixos.

Décimo maior contribuinte ao orçamento regular das Nações Unidas, o Brasil está preparado para assumir novas responsabilidades e certo de que poderá contribuir para o aprimoramento dos principais temas relacionados à paz e segurança internacionais. No Conselho de Segurança das Nações Unidas, como membro não permanente pela décima vez entre 2010 e 2011, o Brasil atuou no sentido de promover novos debates e conceitos, como o de Responsabilidade ao Proteger, aperfeiçoar os mecanismos de

interlocução e de transparência com os demais Estados-membros da ONU e o Conselho de Segurança e coordenar as atividades de manutenção e consolidação da paz a partir da interação entre o Conselho de Segurança e a Comissão de Consolidação da Paz (CCP).

O Brasil figura ainda entre os maiores fornecedores de tropas para operações de manutenção da paz, lidera o componente militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) desde 2004, detém o comando da Força Tarefa Marítima da UNIFIL desde fevereiro de 2011.

Também é meta da diplomacia brasileira aumentar a representatividade de brasileiros em funções de alto nível em organismos internacionais. Entre 2011 e 2012, o Governo brasileiro teve a satisfação de eleger o Professor José Graziano como Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO); Robério Silva como Diretor-Executivo da Organização Internacional do Café e Bráulio Ferreira de Souza Dias como Secretário-Executivo da Convenção sobre Diversidade Biológica. A um só tempo, essas eleições refletem o engajamento do Brasil com o sistema multilateral e a confiança que a comunidade internacional deposita nesses brasileiros, por seus méritos pessoais e profissionais.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Maior evento de política internacional realizado no Brasil durante o mandato da Presidenta Dilma Rousseff, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que ocorreu entre 20 e 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro, representou um esforço de convergência em torno de um novo paradigma que associa os pilares econômico, social e ambiental na definição do desenvolvimento sustentável.

Para além de uma revisão do processo iniciado há vinte anos no Rio de Janeiro, com a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio+20 serviu como ponto de partida para o fortalecimento dos mecanismos de governança

nos campos do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente. Como país anfitrião da maior conferência da história das Nações Unidas, o Brasil procurou ouvir com atenção as demandas dos diferentes grupos de países e de interesses de modo a identificar áreas de convergência. O consenso foi alcançado por meio da finalização do documento “O Futuro que Queremos”, que, em 283 parágrafos, lança uma nova agenda de desenvolvimento sustentável.

Ao consolidar a noção de que a erradicação da pobreza é essencial para que possamos realizar o desenvolvimento sustentável, o documento final da Rio+20 representa um marco histórico. A experiência brasileira é prova de que é possível, ao mesmo tempo, crescer economicamente, combater a pobreza e promover a inclusão social sem descuidar do meio ambiente. O Brasil pode ser considerado, de certa forma, um país-síntese desse processo de desenvolvimento sustentável nas últimas décadas.

O documento final da Rio+20 lança ainda o processo de formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O Brasil defende que a agenda de desenvolvimento das Nações Unidas para o período pós-2015 inclua os ODS, com foco na promoção de padrões sustentáveis de produção e de consumo.

O Brasil está comprometido com o Foro Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável, que deverá renovar e reforçar as tratativas sobre o tema nas Nações Unidas. O Foro terá sua estrutura vinculada tanto à Assembleia Geral quanto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas, com previsão de encontros anuais em nível ministerial, bem como reuniões de Chefes de Estado e/ou de Governo a cada três ou quatro anos.

A Rio+20 representou também um marco no que diz respeito à participação de elevado número de representantes da sociedade civil. O Governo brasileiro empenhou-se em garantir espaço para a sociedade civil, por meio dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável e da Cúpula dos Povos. A Cúpula dos Povos contou com a participação de cerca de 25 mil pessoas de vários países, organi-

zações e movimentos sociais, da cidade e do campo, favorecendo o intercâmbio de experiências e diálogo sobre projetos de desenvolvimento entre membros de organizações e movimentos sociais.

COMÉRCIO E ECONOMIA

Nos dois anos cobertos por este compêndio, a diplomacia comercial guiou-se pelo objetivo de criar condições e de prospectar oportunidades para que o comércio internacional servisse ao projeto de desenvolvimento do País. Um dos principais desafios atuais é a obtenção de melhores condições de acesso a mercados para os bens e serviços produzidos no Brasil. Para tanto, dedicou-se atenção prioritária à integração sul-americana e, muito especialmente, à consolidação e ao aprofundamento do MERCOSUL, destino privilegiado para as exportações de produtos manufaturados. Encontra-se plenamente operativo o “Núcleo China”, força-tarefa voltada para o acompanhamento quotidiano das relações econômico-comerciais do Brasil com seu maior parceiro comercial individual. Por sua crescente importância para o comércio internacional, os países em desenvolvimento representam parceiros de especial interesse. As relações econômico-comerciais com o mundo desenvolvido, ao mesmo tempo, receberam atenção diferenciada por meio de contatos intergovernamentais e maior apoio ao setor privado brasileiro.

Foram adotadas ainda distintas medidas administrativas no Ministério das Relações Exteriores, com o objetivo de promover maior capacitação do corpo diplomático em temas comerciais, econômicos e financeiros. A criação da Coordenação-Geral de Contenciosos (CGC) na estrutura organizacional do Ministério e seu fortalecimento nos últimos anos tem servido de estímulo à formação de uma equipe de diplomatas com alta especialização em disputas comerciais, cujo trabalho já rendeu ao Brasil benefícios importantes nos campos econômico, político e ambiental.

A diplomacia brasileira privilegia a OMC como foro privilegiado para tratamento dos grandes temas de comércio internacional. No âmbito do sistema multilateral de comércio, o Brasil atuou para preservar o patrimônio jurídico-institucional da OMC. Evidência disso é a iniciativa brasileira de discussão da relação entre câmbio e comércio, lançada, na OMC, em 2011, e no comprometimento com a conclusão da Rodada do Desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos dois últimos anos, o Ministério das Relações Exteriores capacitou-se para defender os interesses desse novo Brasil, que logrou erradicar a pobreza, alçar milhões de brasileiros à classe média, internacionalizar empresas, capacitar sua mão de obra e preservar o meio ambiente. Essas medidas internas, aqui relacionadas de maneira não exaustiva, permitiram uma atuação internacional a um só tempo mais participativa nos planos regional e universal, capaz de aliar pragmatismo e humanismo e alicerçado no respeito ao direito internacional.

No plano internacional, o Brasil exerceu papel de construtor de soluções. Com uma rede diplomática e consular que abrange 227 postos no exterior, o Brasil tornou-se um ator incontornável em todos os grandes debates sobre questões de interesse global.

O Brasil mostrou-se preparado para assumir um papel correspondente a seu peso econômico e político, e a diplomacia brasileira conquistou espaços de crescente autonomia. Como sublinhou a Presidenta Dilma Rousseff, o lugar que um país ocupa no mundo está prioritariamente vinculado ao papel que esse país ocupa em relação ao seu povo.

Este volume apresenta a narrativa de política externa brasileira entre 2011 e 2012. Embora atualizado até novembro do ano corrente por meio de notas de rodapé, este volume precisou definir um horizonte temporal, o que antecipa um novo esforço de compilação de discursos, entrevistas e artigos do Ministro das Relações

Exteriores a partir de janeiro de 2013. Tal esforço editorial deverá materializar-se em uma nova antologia de política externa.

Cabe uma nota final de agradecimento aos que se engajaram na feitura desta coletânea. Pela execução deste projeto, ao Embaixador José Vicente de Sá Pimentel, Presidente da Fundação Alexandre de Gusmão. Pela leitura atenta e as pertinentes ponderações, aos Embaixadores Tovar da Silva Nunes e José Humberto de Brito Cruz, ao Ministro Haroldo de Macedo Ribeiro e ao Conselheiro Roberto Doring Pinho da Silva. Pela organização do livro e coordenação editorial, à Amena Yassine. A todos que igualmente assistiram à editoração deste volume: Patrick Luna, Fabiano Bastos Moraes, Tatiana Carvalho Teixeira, Diogo Ramos Coelho, Bruno Pereira Rezende e Natália Shimada. Pela compilação dos textos entre 2011 e 2012, à Maria Helena de Aguiar Notari. Pelas traduções, à Amélia Maria Fernandes Alves e à Fernanda Guimarães de Azeredo Alves.



SUMÁRIO

<i>Lista de Abreviaturas e Siglas</i>	27
---------------------------------------------	----

PARTE I

Uma diplomacia universal	33
---------------------------------------	-----------

Um país sul-americano convicto, um ator global

Discurso proferido por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Brasília, 2 de janeiro de 2011..... 35

Desafios novos, objetivos e valores perenes

Entrevista concedida à revista Veja, 9 de janeiro de 2011.

Título original: “Continuar não é repetir”..... 45

Brasil, interlocutor incontornável nos grandes debates da agenda internacional

Discurso proferido por ocasião das comemorações do

Dia do Diplomata. Brasília, 20 de abril de 2011..... 53

Uma força pela paz e pelo diálogo

Discurso proferido por ocasião da abertura do seminário

“O Centenário de San Tiago Dantas e a Política Externa

Independente”. Brasília, 30 de agosto de 2011...... 61

A busca de espaços de crescente autonomia

Discurso proferido por ocasião da sessão solene de abertura do Ano do Centenário de Morte do Barão do Rio Branco.

Brasília, 10 de fevereiro de 2012..... 69

Uma âncora regional e outra, global	
<i>Entrevista ao projeto Sabatina da Folha, 17 de maio de 2012.....</i>	<i>75</i>
O lugar do Brasil no mundo e o desenvolvimento social do povo brasileiro	
<i>Entrevista concedida à revista Carta Capital, 29 de setembro de 2012. Título original: “Valores nacionais”.....</i>	<i>127</i>
Além da imagem de sol e de futebol	
<i>Entrevista concedida à revista Monocle, 1º de outubro de 2012. Título original: “Q&A: Added punch”.....</i>	<i>135</i>
Multipolaridade da cooperação	141
IBAS: uma ponte entre as três grandes democracias multiétnicas do sul	
<i>Discurso proferido por ocasião da VII Reunião da Comissão Mista Ministerial do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). Nova Délhi, 8 de março de 2011.</i>	<i>143</i>
Uma plataforma de paz na nova ordem multipolar	
<i>Discurso proferido por ocasião do seminário “Abordagens para segurança internacional: as experiências do Brasil e dos Países Baixos”. Brasília, 29 de maio de 2012.....</i>	<i>151</i>
Solidariedade trilateral para a construção da paz	
<i>Entrevista concedida à revista Monocle, 1º de dezembro de 2012. Título original: “The power of three”.....</i>	<i>163</i>
PARTE II	
A América do Sul como destino e opção.....	169
Construção de confiança e aprofundamento do diálogo no Cone Sul	
<i>Entrevista concedida ao boletim Em Questão, 26 de março de 2011. Título original: “Para Patriota, o objetivo é estabelecer uma efetiva cidadania mercosulina”.....</i>	<i>171</i>
Uma zona de paz, de democracia e de cooperação	
<i>Discurso proferido por ocasião da cerimônia comemorativa dos 20 anos da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). Buenos Aires, 8 de julho de 2011.....</i>	<i>179</i>

Dinamismo econômico e efervescência política e democrática	
<i>Discurso proferido por ocasião da abertura do seminário “A América do Sul e a integração regional”. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2011.....</i>	185
O caminho da plena inclusão	
<i>Discurso proferido por ocasião da reunião ordinária do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Assunção, 17 de março de 2012</i>	199
Agricultura familiar: elemento central de um modelo de desenvolvimento sustentável	
<i>Texto base para intervenção na 18ª Reunião Especializada da Agricultura Familiar do MERCOSUL. Caxias do Sul, 14 de novembro de 2012.</i>	207
MERCOSUL: um autêntico projeto de desenvolvimento	
<i>Texto base para intervenção na XIV Cúpula Social do MERCOSUL. Brasília, 4 de dezembro de 2012.</i>	219
O MERCOSUL produtivo e a ampliação do projeto de integração	
<i>Discurso proferido por ocasião da XLIV Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC). Brasília, 6 dezembro de 2012.</i>	225
África: matriz cultural, espaço de oportunidades	235
Um amigo para o desenvolvimento	
<i>Discurso proferido por ocasião da solenidade em comemoração ao Dia da África. Brasília, 25 de maio de 2011.</i>	237
Sudão do Sul: oportunidade de um futuro melhor	
<i>Discurso proferido por ocasião da sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o ingresso do Sudão do Sul na ONU. Nova York, 13 de julho de 2011</i>	247
Um novo ciclo de progresso e de emancipação	
<i>Discurso proferido por ocasião da IV Reunião Ministerial da Cúpula América do Sul-África. Malabo, 24 de novembro de 2011.....</i>	253

Ásia: eixo dinâmico de desenvolvimento261

Parceria Brasil-China para a superação de assimetrias

Entrevista concedida ao jornal Brasil Econômico, 17 de maio de 2011. Título original: “Não é só entrar, extrair e levar o minério ou a soja embora”..... 263

Crescimento econômico com justiça social

Discurso proferido por ocasião da Sessão Plenária da V Reunião de Chanceleres do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste. Buenos Aires, 25 de agosto de 2011. 267

China: para além da complementaridade

Entrevista concedida à rede de televisão CCTV, 29 de setembro de 2011..... 273

ASEAN: oportunidades para uma parceria estratégica

Texto base para intervenção em mesa redonda empresarial Brasil – Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Bali, 16 de novembro de 2011..... 279

Estados Unidos287

Estados Unidos: uma parceria madura

Entrevista concedida à revista Isto É Dinheiro, 18 de março de 2011. Título original: “Queremos criar uma relação de confiança com os EUA”..... 289

Europa.....293

União Europeia, parceria por um novo paradigma de governança global

Palestra proferida por ocasião da visita da Alta Representante para Relações Exteriores e Política de Segurança da União Europeia, Catherine Ashton. Brasília, 7 de fevereiro de 2012..... 295

PARTE III

Paz Sustentável305

Interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento

Discurso proferido por ocasião do Debate Aberto de Alto Nível do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a interdependência entre segurança e desenvolvimento. Nova York, 11 de fevereiro de 2011..... 307

A paz se constrói com desenvolvimento e justiça social

Discurso proferido por ocasião da reunião de Alto Nível do CSNU sobre Diplomacia Preventiva. Nova York, 23 de setembro de 2011..... 313

A força como último recurso

Entrevista concedida ao jornal Folha de S. Paulo, 17 de outubro de 2011. Título original: “Potências são ‘inoperantes’ na questão palestina, diz Patriota”..... 319

Primavera Árabe.....329

Desafios de paz e segurança da Líbia

Entrevista concedida ao jornal The Hindu, 11 de março de 2011. Título original: “Let’s not make the situation in Lybia worse”..... 331

A Síria e a necessidade de soluções diplomáticas

Entrevista concedida ao jornal O Estado de S. Paulo, 25 de março de 2012. Título original: “Patriota nega omissão do Brasil na Síria”..... 339

Diálogo e Tolerância

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, 23 de setembro de 2012. Título original: “O tear remoto da paz”..... 345

Responsabilidade ao Proteger349

O Primeiro Direito Humano é o Direito à Vida

Artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo, 1º de setembro de 2011. Título original: “Direitos humanos e ação diplomática”..... 351

Entre a Responsabilidade Coletiva e a Segurança Coletiva	
<i>Discurso proferido por ocasião de debate sobre Responsabilidade ao Proteger na ONU. Nova York, 21 de fevereiro de 2012.</i>	357
Direitos Humanos e Democracia	363
Democracia: um imperativo político	
<i>Discurso proferido por ocasião do ato de inauguração do Centro de Estudos sobre a Democracia. Lima, 6 de agosto de 2012.</i>	365
PARTE IV	
Uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável	375
Rio+20: o imperativo moral do direito ao desenvolvimento	
<i>Discurso proferido por ocasião da cerimônia de criação da Comissão Nacional e do Comitê de Organização da Conferência Rio+20. Brasília, 7 de junho de 2011.</i>	377
Rio+20: um chamado à responsabilidade coletiva	
<i>Entrevista concedida ao boletim Em Questão, 23 de janeiro de 2012. Título original: “A Rio+20 deve ser o início de um período de ação, em que os atores sociais serão cada vez mais importantes para a promoção concreta do desenvolvimento sustentável”.....</i>	385
Um modelo de desenvolvimento com crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental	
<i>Artigo publicado nos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo, 20 de abril de 2012. Título original: “Economia verde, sem pobreza”.....</i>	391
Futuro sustentável	
<i>Entrevista concedida ao jornal Valor Econômico, 18 de junho de 2012. Título original: “Brasil não aceita medidas punitivas”.....</i>	395

Paz, Desenvolvimento e Segurança Alimentar403

Segurança alimentar, por um mundo menos desigual

Discurso proferido por ocasião do seminário “Cooperação técnica brasileira: agricultura, segurança alimentar e políticas sociais”. Roma, 24 de junho de 2011..... 405

Agricultura: o motor do desenvolvimento sustentável

Discurso proferido por ocasião da 39ª Sessão do Comitê sobre Segurança Alimentar (CSA) Mundial da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Roma, 17 de outubro de 2012. 415

PARTE V

Relações econômicas internacionais425

O Brasil no sistema multilateral de comércio

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, 8 de outubro de 2011. Título original: “Dez anos, cem casos”..... 427

O sistema multilateral de comércio ante uma crise de alcance global

Discurso proferido por ocasião da cerimônia de abertura do seminário internacional “O Brasil e o sistema de solução de controvérsias da OMC”. Brasília, 10 de outubro de 2011..... 433

Desalinhamentos cambiais e impactos para as economias emergentes

Discurso proferido por ocasião do Diálogo de Alto Nível do 34º Período de Sessões da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). San Salvador, 31 de agosto de 2012. 443

A deterioração do ambiente econômico internacional e os efeitos sobre os mercados cambiais dos países em desenvolvimento

Discurso proferido por ocasião da cerimônia de abertura do seminário “Os BRICS e o sistema de solução de controvérsias da OMC”. Brasília, 10 de outubro de 2012. 453

Diplomacia comercial em um mundo em crise

Artigo publicado no jornal Valor Econômico, 10 de

outubro de 2012. Título original: "Diplomacia e comércio"..... 469

Personalidades Citadas 475

Índice Onomástico..... 485

Índice Remissivo 491

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABACC	Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
ABC	Agência Brasileira de Cooperação
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AGU	Advocacia-Geral da União
AIE	Agência Internacional de Energia
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre-Comércio
APEX-Brasil	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
ASA	Cúpula América do Sul-África
ASPA	Cúpula América do Sul-Países Árabes
BRICS	Agrupamento Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul
CALC	Cúpula da América Latina e do Caribe

CAMEX	Câmara de Comércio Exterior
CARICOM	Comunidade do Caribe
CCP	Comissão de Consolidação da Paz
CDS	Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
CEBRI	Centro Brasileiro de Relações Internacionais
CELAC	Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGC	Coordenação-Geral de Contenciosos
CNEA	Comissão Nacional de Energia Atômica
CNEN	Comissão Nacional de Energia Nuclear
CNI	Confederação Nacional da Indústria
COBEN	Comissão Binacional de Energia Nuclear
COSBAN	Comissão de Alto Nível Sino-Brasileira
COSIPLAN	Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
CTBT	Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares
DPR	Departamento de Promoção Comercial
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura

FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCALAL	Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste
FOCEM	Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL
FUNAG	Fundação Alexandre de Gusmão
G-4	Grupo formado por Brasil, Índia, Alemanha e Japão
IBAS	Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
IGAD	Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti.
MONUSCO	United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of Congo (Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo)
NSG	Nuclear Suppliers Group (Grupo de Supridores Nucleares)

OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OEA	Organização dos Estados Americanos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPAQ	Organização para a Proibição de Armas Químicas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PMA	Programa Mundial de Alimentos
PPT	Presidência <i>pro tempore</i>
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REAF	Reunião Especializada da Agricultura Familiar do MERCOSUL
SADC	Southern African Development Community (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral)
SCCC	Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares
STPRI	Stockholm International Peace Research Institute
TNP	Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares
TPI	Tribunal Penal Internacional
UA	União Africana

UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UNIOGBIS	United Nations Integrated Peace-Building Office in Guinea-Bissau (Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau)
UNMIL	United Nations Mission in Liberia (Missão das Nações Unidas na Libéria)
UNMIS	United Nations Mission in Sudan (Missão das Nações Unidas no Sudão)
UNOCI	United Nations Operations in Côte d'Ivoire (Operação das Nações Unidas na Côte d'Ivoire)
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNMISS	United Nations Mission in the Republic of South Sudan (Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul)



PARTE I

UMA DIPLOMACIA UNIVERSAL



UM PAÍS SUL-AMERICANO CONVICTO, UM ATOR GLOBAL

Discurso proferido por ocasião da cerimônia de transmissão do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores. Brasília, 2 de janeiro de 2011.

Minhas primeiras palavras são de agradecimento à Senhora Presidenta da República pela honra com que me distingue ao nomear-me Ministro das Relações Exteriores.

Com entusiasmo, antecipo a distinção de servir à primeira mulher a presidir o Brasil. A eleição de uma Presidenta é um acontecimento de importância intrínseca: é mais uma expressão concreta dos ideais de justiça, equidade e democracia que nos unem a todos como cidadãos brasileiros. A Presidenta Dilma Rousseff representa honestidade intelectual, espírito público, destemor em face de desafios de qualquer tamanho, sensibilidade e humanismo. Para o Itamaraty, representa a certeza de que o Brasil continuará a afirmar-se como um interlocutor cada vez mais ouvido e respeitado no plano internacional.

Querido Embaixador Celso Amorim, meu Chefe por tantos anos – e sempre amigo. Vossa Excelência foi e seguirá sendo, para mim e para muitos de nós, fonte permanente de estímulo e inspiração. Foi na gestão de Vossa Excelência que o Brasil se consolidou, a um só tempo, como um país sul-americano convicto e um ator

de influência mundial. Seu legado será referência incontornável em nossa História Diplomática. Faço votos de que, ao lado de nossa querida Ana Maria, seja muito feliz nesta nova etapa da vida. Ainda que de formas distintas, tenho certeza de que o Brasil continuará contando com a força de seu intelecto e sua coragem moral.

Para corresponder à confiança em mim depositada pela Presidenta Dilma Rousseff dependerei de esforços coletivos, que envolverão necessariamente a valiosa colaboração e dedicação de todos os colegas: funcionários diplomáticos e administrativos, na Secretaria de Estado e nos Postos no exterior.

Aproveito esta cerimônia de transmissão de cargo para oficializar o convite ao Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira¹ para assumir a Secretaria-Geral das Relações Exteriores. Sua vasta experiência, seu profissionalismo, sua integridade pessoal serão particularmente apreciados neste momento em que enfrentamos uma agenda externa crescentemente ampla e complexa, e capacitamos o Itamaraty para defender os interesses de um novo Brasil.

Atuarei em estreita cooperação com o Secretário-Geral, com os Senhores Subsecretários-Gerais e demais Chefias da Casa para levar adiante uma gestão inclusiva e integradora. Uma gestão que continue a valorizar a nossa principal vantagem comparativa, que são os recursos humanos, e que busque valer-se das novas tecnologias da informação para modernizar nossos métodos de trabalho.

Acredito que a escolha de um diplomata de carreira para o cargo de Ministro das Relações Exteriores pode ser interpretada como uma demonstração de respeito pelos quadros especializados deste Ministério e de reconhecimento por nosso compromisso com o Estado brasileiro – um Estado que se coloca cada vez mais a serviço da sociedade como um todo, e dos menos favorecidos em primeiro lugar.

1 O Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira foi Secretário-Geral das Relações Exteriores entre janeiro de 2011 e fevereiro de 2012. Atualmente, o cargo é ocupado pelo Embaixador Eduardo dos Santos.

Orientaremos a ação externa do Brasil preservando as conquistas dos últimos anos e construindo sobre a base sólida das realizações do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O Brasil mudou muito em relativamente pouco tempo. Em um ambiente de liberdade de expressão e participação crescente de setores antes excluídos no processo político, logrou-se conciliar crescimento econômico com distribuição de renda, em um contexto de aprofundamento de nossa democracia. Foram obtidos avanços no respeito aos direitos humanos, na valorização da cidadania, na modernização da atividade econômica, na promoção de um desenvolvimento mais justo e ambientalmente sustentável.

Deixamos para trás o tempo em que um acúmulo de vulnerabilidades limitava o escopo de nossa ação internacional. Não subestimamos o muito que ainda precisamos realizar para garantir a cada brasileiro e brasileira educação e saúde de qualidade, segurança e oportunidades dignas de trabalho. Mas adquirimos uma autoridade natural para nos engajarmos em todos os grandes debates e processos decisórios da agenda internacional – políticos, econômicos, comerciais, ambientais, sociais, culturais.

É possível afirmar que, entre os polos que configuram a nova geopolítica deste início de século, o Brasil, com sua tradição de paz e tolerância, se posiciona como um ator que reúne características privilegiadas para a promoção de modelos mais inclusivos de desenvolvimento e para o fortalecimento da cooperação entre as nações por intermédio de mecanismos de governança mais representativos e legítimos.

Permaneceremos atentos para evitar que os círculos decisórios que se formam em torno das principais questões contemporâneas reproduzam as assimetrias do passado, ignorando as aspirações legítimas dos que não os integram. Os G-20s e outros agrupamentos restritos só conseguirão consolidar sua autoridade

se permanecerem sensíveis aos anseios e interesses dos mais de 150 países que não se sentam em suas reuniões.

Precisamos nos preparar para uma demanda por mais Brasil em todos os temas da frente externa. Dispomos para isso de uma apreciável rede de Postos no exterior, cujo ritmo de expansão tenderá a desacelerar-se². Mas precisaremos continuar a formar quadros que nos garantam um nível de profundidade reflexiva autônoma e de eficácia operacional compatíveis com nosso perfil de ator global.

Devemos ter presente que, como a sétima economia do mundo, e havendo implementado um conjunto de políticas econômicas e sociais que têm produzido resultados tangíveis, o Brasil gera uma expectativa natural, em searas de cooperação as mais diversificadas, junto a países menos desenvolvidos – na América Latina e no Caribe, na África, no Oriente Médio e na Ásia. Nossa capacitação em termos de prestação de cooperação técnica, de assistência na adoção de políticas públicas bem-sucedidas ou de ajuda humanitária – não obstante os avanços consideráveis dos últimos anos – precisará modernizar-se para atender a essa demanda.

Deparamos hoje com um mundo em que os consensos de outras eras são cada vez mais questionados, e os antigos formadores de opinião encontram dificuldade crescente para fazer prevalecer suas ideias. As aventuras militares e as práticas econômicas irresponsáveis que desestabilizaram a ordem internacional nos últimos anos exigem que cada participante do sistema assuma plenamente seu papel no tratamento de questões que afetam a todos indiscriminadamente. O Brasil não se furtará a defender interesses nacionais específicos e imediatos, mas tampouco deixará de afirmar sua

2 No momento do discurso, o Brasil contava com 218 postos no exterior, assim distribuídos: 132 Embaixadas, 13 Missões/Delegações, 3 Escritórios de Representação, 6 Consulados, 53 Consulados-Gerais e 11 Vice-Consulados. Em dezembro de 2013, a rede diplomática e consular brasileira soma 227 postos no exterior, sendo 139 Embaixadas, 13 Missões/Delegações, 3 Escritórios de Representação, 7 Consulados, 54 Consulados-Gerais e 11 Vice-Consulados.

identidade em função de objetivos sistêmicos amplos, vinculados a valores que nos definem como sociedade. Continuaremos a privilegiar o diálogo e a diplomacia como método de solução de tensões e controvérsias; a defender o respeito ao direito internacional, a não intervenção e ao multilateralismo; a militar por um mundo livre de armas nucleares; a combater o preconceito, a discriminação e a arbitrariedade; e a rejeitar o recurso à coerção sem base nos compromissos que nos irmanam como comunidade internacional.

Um breve olhar sobre o mundo que nos envolve revela o acerto de nossas opções dos últimos anos na promoção de agendas de ordem sub-regional, regional e global que se complementam ao mesmo tempo em que se ampliam – o que não impede que busquemos adaptações e reconsideremos certas ênfases, em função de desdobramentos nos planos interno e externo.

Ancorados em nosso entorno sul-americano, teremos a nossa disposição um MERCOSUL robusto e uma UNASUL crescentemente coesa. Compete-nos completar a transformação da América do Sul em um espaço de integração humana, física e econômica, onde o diálogo e a concertação política se encarreguem de preservar a paz e a democracia e no qual os elos que vimos estabelecendo entre nossas classes políticas, nossos setores privados e nossas sociedades contribuam para uma região cada vez mais unida no propósito de oferecer melhores condições de vida a nossa gente.

Central nesse empreendimento é a relação Brasil-Argentina, que vive hoje um momento de plenitude e avança em um vasto espectro de iniciativas, que incluem áreas como a cooperação em matéria espacial e os usos pacíficos da energia nuclear. E cada vizinho na América do Sul receberá uma atenção crescentemente diferenciada. Caberá aos Governos trabalhar mais e melhor para cobrir as lacunas de conhecimento e interação que ainda caracterizam o relacionamento entre os países da região. Nosso destino comum

exige que conheçamos melhor a história, a demografia, o potencial econômico e a cultura uns dos outros – da Terra do Fogo à Ilha de Margarita. Não se faz integração sem diálogo permanente, sem engajamento intelectual e até mesmo, diria eu, sem emoção e idealismo. É nessa direção que precisamos trabalhar.

Para além da América do Sul, o processo que teve origem na Cúpula América Latina e Caribe da Costa do Sauípe se consolidou na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos – a CELAC. Continuaremos engajados na pauta de cooperação com os países caribenhos, tendo como marco principal a Cúpula Brasil-CARICOM. Nosso compromisso com o Haiti, que enfrenta renovados desafios, insere-se nesse contexto.

A prioridade atribuída à vizinhança não se dará em detrimento de relações estreitas com outros quadrantes do Sul ou do mundo desenvolvido. Interessa-nos intensificar relações com uma pluralidade de parceiros em esferas como a do comércio, dos investimentos e do diálogo político. Em um mundo no qual não se dissiparam ainda totalmente as dicotomias Norte-Sul, a ação diplomática do Brasil pode contribuir para a promoção de relações mais equilibradas em torno a interesses compartilhados. Nossos próprios imperativos de desenvolvimento econômico, social e tecnológico orientarão a busca de parcerias em uma variedade de temas, que incluirão a educação, a inovação, a energia, a agricultura, a produtividade industrial e a defesa, sem descuidar do meio ambiente, da promoção dos direitos humanos, da cultura, das questões migratórias.

Não enumerarei todas as parcerias estratégicas já estabelecidas, ou todos os mecanismos de aproximação inter-regional desenvolvidos nos últimos anos, sob a chefia do Embaixador Celso Amorim, que continuaremos a cultivar e aprimorar. Singularizo o IBAS, pelo seu valor emblemático como “mecanismo ponte” entre três grandes democracias multiétnicas do Sul. Acrescento que

conversei com a Presidenta Dilma Rousseff a respeito de um programa de viagens presidenciais para os próximos meses, que incluirá visitas aos países vizinhos e a alguns de nossos principais parceiros econômicos e comerciais, como Estados Unidos e China³.

A Cúpula da ASPA, a realizar-se na capital peruana no próximo mês de fevereiro⁴, constituirá uma valiosa oportunidade de contato da Presidenta com líderes da América do Sul e do mundo árabe. Comprometo-me ademais a manter uma agenda ativa com nossos parceiros na África – intensificando nossa cooperação e nosso diálogo com o continente irmão.

O comparecimento à posse da Presidenta da República, Dilma Rousseff, de altos representantes de uma variedade de países, muitos dos quais hoje aqui presentes – sejam de nossa região, da Europa, da África, do Oriente Médio ou do Extremo Oriente –, só pode ser visto como uma manifestação recíproca do interesse de Governos de todas as partes do mundo e de todos os níveis de desenvolvimento em fortalecer seus vínculos com o Brasil⁵. Com relações diplomáticas que se estendem a virtualmente todos os países-membros das Nações Unidas, o Brasil pode afirmar que pratica, hoje, uma diplomacia verdadeiramente universal⁶.

3 Em 2011, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, realizou 16 viagens ao exterior em caráter bilateral e 8 visitas em caráter multilateral. Em 2012, foram 10 países visitados pela Presidenta em caráter bilateral e 7 participações em eventos multilaterais. De janeiro a agosto de 2013, a Presidenta Dilma Rousseff fez 9 visitas em caráter bilateral e 6 em eventos multilaterais. O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, além de acompanhar a Presidenta da República em suas viagens ao exterior, realizou, em 2011, 40 viagens em caráter bilateral e 17 em caráter multilateral. Em 2012, foram 25 viagens bilaterais e 12 participações em eventos multilaterais. De janeiro a agosto de 2013, o Ministro de Estado realizou 16 visitas bilaterais e participou de 21 eventos multilaterais.

4 Adiada por conta dos levantes populares no mundo árabe, a III Cúpula América do Sul – Países Árabes (ASPA) reavaliou-se em Lima, entre os dias 1º e 2 de outubro de 2012, com a presença de delegações de 31 países. A I Cúpula ASPA realizava-se em Brasília, entre 10 e 11 de maio de 2005; e a segunda em Doha, em 31 de março de 2009.

5 Quarenta e sete autoridades estrangeiras estiveram presentes à cerimônia de posse da Presidenta da Dilma Rousseff, entre as quais 23 Chefes de Estado e de Governo.

6 Com o estabelecimento de relações diplomáticas com o Reino de Tonga, havido em 21 de dezembro de 2011, o Brasil incluiu-se no pequeno grupo de países – não mais do que quinze – a manter relações

Em paralelo à prioridade regional, à diversificação inclusiva de parcerias e ao aperfeiçoamento da governança global, não poderia deixar de mencionar a importância que continuaremos a atribuir às comunidades brasileiras no exterior. Seguiremos valorizando as atividades consulares e daremos continuidade a iniciativas pioneiras como a do Conselho de Representantes dos Brasileiros no Exterior⁷.

A par dos progressos já alcançados, cumpre reconhecer que muito resta por realizar para que o Brasil se afirme como o País socialmente justo e democrático com que sonhamos; para que seu lugar no mundo reflita plenamente nossa vocação para o diálogo e a cooperação. Em última análise, esse será sempre um projeto inacabado, em que uma geração transfere para a seguinte as suas conquistas e as aspirações ainda não realizadas.

Surgirão desafios nas áreas econômica, financeira, comercial, ambiental que exigirão cuidadosa coordenação interna envolvendo diferentes setores do Governo e contatos com o setor privado, sindicatos, sociedade civil. A preocupação com a competitividade de nossa indústria e com a composição de nossa pauta exportadora requererá estratégias capazes de oferecer oportunidades para que se conciliem interesses ofensivos e defensivos.

Manteremos contato com a presidência francesa do G-20 Financeiro e outros interlocutores⁸, entre os quais os BRICS, para

diplomáticas com todos os Estados reconhecidos pela Organização das Nações Unidas, além da Palestina e da Santa Sé. Em dezembro de 2010, o Brasil reconheceu o Estado da Palestina com base nas fronteiras anteriores às linhas de 1967. Durante a 67ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, em 29 de novembro de 2011, a maioria dos Estados-membros da organização decidiu, por meio da Resolução A/67/L.28 (138 votos a favor, 9 votos contra e 41 abstenções), conceder à Palestina o *status* de Estado observador não membro das Nações Unidas. A Santa Sé tem *status* de Estado observador permanente da ONU desde 6 de abril de 1964. Esse *status* foi confirmado por decisão da AGNU de 2004 (A/RES/58/314).

7 Criado pelo Decreto nº. 7.214/2010, o Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior é composto por dezesseis membros e tem a função de representar os brasileiros expatriados; manter, por intermédio do Itamaraty, interlocução com o Governo brasileiro para canalizar as demandas da diáspora; e apresentar sugestões de ações em prol das comunidades brasileiras.

8 A França deteve a presidência do G-20 no ano de 2011. No ano seguinte, a presidência do Grupo esteve com o México. Em 2013, a Rússia assumiu a presidência do G-20. Na Cúpula de Cannes, reali-

assegurar um ambiente propício à sustentabilidade da recuperação econômica e infenso a pressões protecionistas. Com o mesmo objetivo trabalharemos por resultados ambiciosos e equilibrados nas negociações da Rodada de Doha.

Comprometo-me a fazer o necessário para desenvolver uma comunicação abrangente com as diferentes Pastas do Executivo com as quais não podemos deixar de trabalhar em sintonia, como Justiça, Defesa, Indústria e Comércio, Fazenda, Direitos Humanos, Meio Ambiente, entre outras. O mesmo com relação ao Legislativo e ao Judiciário e, em sentido amplo, à sociedade civil, à comunidade empresarial, ao cidadão comum. Gostaria de ver o Itamaraty em contato com todos os Estados da Federação. Na verdade, a política externa serve a todas as esferas governamentais e a todas as regiões do País. Por essa mesma razão, não devemos ser tímidos ao postularmos a alocação de recursos adequados para levarmos adiante nosso trabalho.

Importante também dizer que devemos à opinião pública, em cada circunstância específica, esclarecimentos sobre como encaramos o mundo e em que espírito interagimos com ele. Assim contribuiremos para o debate aberto e honesto que desejamos continuar promovendo sobre nossa política externa.

Temos diante de nós muito trabalho, em muitas frentes. Mas herdamos um País em excelentes condições econômicas e políticas; dispomos de uma Chancelaria que inspira respeito mundo afora; beneficiamo-nos de um período de liderança particularmente inspirada e criativa. Sem minimizar os desafios do futuro, quero

zada entre 3 e 4 de novembro de 2011, os líderes do G-20 presentes acordaram o propósito de focar os trabalhos do grupo nos desafios econômicos globais, atuando como foro informal e ágil. Foram então abordados temas como crise econômica mundial, trabalho e emprego, sistema multilateral de comércio. Na Cúpula de Los Cabos, realizada de 18 a 19 de junho de 2012, as principais discussões estiveram centradas no tratamento dos desequilíbrios macroeconômicos, na reforma da arquitetura financeira internacional, na inclusão financeira, na segurança alimentar, no crescimento verde e no desenvolvimento sustentável.

assegurar-lhes que dedicarei minha energia física e mental, o compromisso de uma vida inteira dedicada à diplomacia, e alguma sabedoria e bom humor que terei adquirido no convívio com minha mulher, Tania, e com meus filhos, Miguel e Thomas, para contribuir para um Brasil, uma América do Sul e um mundo cada vez mais prósperos, justos e democráticos.

DESAFIOS NOVOS, OBJETIVOS E VALORES PERENES

Entrevista concedida à revista Veja, 9 de janeiro de 2011. Título original: “Continuar não é repetir”.

VEJA: Em todos os seus anos como diplomata profissional, que imagem o senhor formou dos Estados Unidos?

MINISTRO: Tenho um envolvimento pessoal com os Estados Unidos, através da família, da minha mulher. Há aspectos da sociedade americana que admiro. É uma sociedade que está perto de oferecer oportunidades iguais aos seus cidadãos. O fato de um afrodescendente ocupar a Casa Branca é uma ilustração disso. Ele chegou a essa posição por um sistema que leva em conta a meritocracia. Portanto, nós temos o que aprender com os Estados Unidos. Agora, para falar a partir da minha experiência em Washington como embaixador, é difícil deixar de constatar o lado polarizado do espectro político americano. É difícil fazer uma síntese global do que são os Estados Unidos. Existe um hiato enorme entre uma política como a Republicana Sarah Palin e o Democrata Barack Obama. Eles têm visões de mundo diferentes, experiências de vida diferentes.

VEJA: O antiamericanismo é um sentimento prevalente na América Latina, afetando também a diplomacia brasileira. Qual a razão?

MINISTRO: Isso tem muito a ver com a história da América Latina, das intervenções dos Estados Unidos em assuntos internos dos países, como no Panamá e na Colômbia. Houve também a ocupação de países como o Haiti. O Embaixador Araújo Castro, um grande Chanceler, dizia que, entre os países latino-americanos, o Brasil é o que tem menos razão para se ressentir dos americanos, por ter uma história muito parecida com a deles.

VEJA: Sua nomeação é sinal de que haverá uma distensão nas relações entre o Brasil e os Estados Unidos?

MINISTRO: Sinto-me muito confortável nos Estados Unidos. Passei muitos anos da minha vida lá, quase três anos como embaixador em Washington, onde estabeleci bons contatos com uma diversidade de interlocutores no Executivo, no Congresso e entre os chamados *think tanks*, os institutos de análise política. Na minha experiência nos Estados Unidos, sempre senti que as portas estavam abertas para a nossa interlocução. Isso não significa que concordemos em tudo sempre, mas há um respeito mútuo, que vem do fato de sermos as duas maiores democracias multiétnicas das Américas. No Governo passado, havia uma interlocução boa, natural. Pode ter ocorrido aqui e ali uma dificuldade pontual, mas que nunca contaminou o conjunto do diálogo. Aliás, dificuldades pontuais são características das relações entre os países.

VEJA: O que muda na diplomacia brasileira no Governo Dilma Rousseff?

MINISTRO: Tive apenas duas reuniões com a Presidenta Dilma Rousseff. É pouco para responder a sua pergunta. Estive muito envolvido com a administração anterior e me identifico com sua orientação geral. Mas continuar não é repetir. Podemos esperar nuances, ênfases e desafios novos. O próprio Brasil está hoje num patamar muito diferente daquele em que estava em 2003. Naquele ano, era prioridade que o Presidente fosse a Davos (reunião anual

do Fórum Econômico Mundial realizada na cidade suíça de Davos) com o objetivo de se apresentar e tranquilizar a comunidade internacional. A Presidenta da República decidiu não ir a Davos em 2011⁹. Estritamente falando, não há necessidade de apresentar a nova Presidenta do Brasil à comunidade internacional. Ela já é muito conhecida.

VEJA: A aspiração brasileira a uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU continua sendo prioridade?

MINISTRO: Esse assunto não vai sair da agenda internacional. Estamos vivendo um momento de grandes transformações geopolíticas. As potências tradicionais continuam tendo muita influência, mas é uma influência que é compartilhada cada vez mais com um número maior de atores. Isso leva ao debate sobre governança global, e as mudanças nela se observam em todas as esferas. O Conselho de Segurança está sendo forçado a mudar nessa direção. Aliás, 2011 será um ano fascinante porque foram eleitos como membros não permanentes vários países que estão moldando esses novos mecanismos. Estarão presentes o Brasil, a Índia e a África do Sul. Será uma espécie de laboratório para examinar como o Conselho pode funcionar com a participação desses novos atores¹⁰.

9 Representaram o Governo brasileiro, no Fórum Econômico Mundial de 2011, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, os Presidentes do Banco Central, Alexandre Tombini, e do BNDES, Luciano Coutinho. Estiverem presentes, também, o Presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, e representantes da iniciativa privada brasileira.

10 Em 2011, integraram o Conselho de Segurança das Nações Unidas, como membros não permanentes, Alemanha, África do Sul, Bósnia-Herzegovina, Brasil, Colômbia, Gabão, Índia, Líbano, Nigéria e Portugal. Nesse ano, estiveram, portanto, representados no CSNU, entre membros permanentes e não permanentes, todos os países dos foros BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e IBAS (Índia, Brasil e África do Sul). No biênio 2010-2011, o Brasil exerceu pela décima vez mandato de membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas – o que colocou o País, ao lado do Japão, como Estado que por mais vezes cumpriu mandato eletivo nesse órgão. A África do Sul e a Índia exerceram mandatos de membros não permanentes no biênio 2011-2012 – pela segunda e sétima vez, respectivamente.

VEJA: A Itália anunciou que pretende denunciar o Brasil na Corte Internacional de Haia, por causa da recusa em extraditar o terrorista Cesare Battisti. O senhor vê condições de o Brasil defender a permanência de Battisti sob a alegação absurda de que ele sofre perseguição política na Itália?

MINISTRO: Essa não é uma discussão que envolva o Itamaraty. É uma discussão que foi levada para o Supremo, depois transferida para o Presidente. É uma decisão da administração que se encerrou em 31 de dezembro, e eu vou lidar com ela na medida em que crie algum mal-estar diplomático entre Brasil e Itália. Mas, como disse o próprio Primeiro-Ministro Silvio Berlusconi, essa é uma questão judicial. Dar um tratamento judicial à questão é um sinal muito positivo da parte do Governo italiano.

VEJA: Os vazamentos das mensagens diplomáticas americanas pelo Wikileaks alteraram de alguma forma o diálogo entre a diplomacia dos países?

MINISTRO: Minha resposta tende a ser sim. Obviamente, o trabalho diplomático envolve diferentes graus de confidencialidade. Isso faz parte do ofício da diplomacia e é da mesma forma em todos os países. A perspectiva de que uma conversa confidencial, uma conversa reservada, possa ser divulgada sem que se tenha controle algum sobre essa divulgação é uma coisa que não pode deixar de ter um impacto sobre o profissional da diplomacia. Acho que se tomará mais cuidado em todos os lugares, sobretudo nos Estados Unidos. O Wikileaks não criou embaraços maiores para o Brasil, mas é um fenômeno que deve ser objeto de reflexão em todas as chancelarias mundiais.

VEJA: Como o senhor analisa a postura dos diplomatas americanos a partir dos documentos revelados?

MINISTRO: Você chega à conclusão de que as chancelarias todas se assemelham muito. O tipo de narração, de análise, se parece muito com o tipo de narração que nós fazemos. Se vazassem documentos brasileiros, encontraríamos coisas semelhantes. Faz parte da cultura da diplomacia.

VEJA: O senhor é citado em um dos documentos como fonte de um comentário segundo o qual não havia confiança plena do Governo brasileiro na sinceridade do Governo iraniano em relação ao programa nuclear. Se não havia essa confiança, por que o Brasil se colocou como intermediário da negociação?

MINISTRO: O Brasil e a Turquia foram estimulados a ir adiante na negociação até a última hora. Vocês conhecem a história da carta do Presidente Barack Obama ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao Primeiro-Ministro da Turquia, Recep Erdoğan. Existia uma expectativa de que valia a pena, era interessante, embora houvesse muito ceticismo. Quanto ao meu comentário específico, eu me reservaria o direito de não comentar. Em circunstâncias normais, essa conversa não deveria ser vazada. O que posso dizer é que uma medida de desconfiança sempre existe na relação com diferentes parceiros. Além disso, esse comentário retratado no Wikileaks foi feito em fevereiro de 2009, e, depois disso, a confiança foi crescendo, aumentando gradativamente. Tanto que produziu um acordo¹¹.

VEJA: A Presidenta da República concedeu uma entrevista em que afirmou discordar da posição brasileira em não condenar o Irã por violação de direitos humanos.

11 Brasil, Turquia e Irã acordaram, em maio de 2010, a Declaração de Teerã, documento que estabelecia as condições para a troca de urânio levemente enriquecido por combustível para o Reator de Pesquisas de Teerã. Pouco tempo depois, os Estados Unidos patrocinaram projeto de resolução, no Conselho de Segurança da ONU, para impor nova rodada de sanções contra o Irã. A Resolução 1929 foi aprovada. Brasil e Turquia – membros não permanentes do órgão à época – votaram contra o projeto.

MINISTRO: A Presidenta Dilma Rousseff é muito sensível a isso, como deve ser. Identifico-me plenamente com essa posição. A questão da ameaça de apedrejamento da iraniana obviamente vai contra tudo o que nós representamos¹². Somos um país onde não há pena de morte, e o Brasil é muito ativo na condenação internacional desse recurso punitivo, onde quer que ele seja utilizado. Não nos esqueçamos de que a pena de morte existe nos Estados Unidos, no mundo árabe, no Irã.

VEJA: O senhor conversou sobre isso com a Presidenta da República?

MINISTRO: Ela deixou muito claro que seu engajamento com a promoção dos direitos humanos envolve a visão de que todas as violações, todos os abusos devem ser tratados de maneira equânime. Não podemos cair na distorção de condenar um país e calar sobre outro. Acho que vai haver uma reflexão interna sobre essa questão dos direitos humanos. Agora, não quero adiantar em que direção, ou quais serão os matizes.

VEJA: O regime venezuelano contribuiu para o enfraquecimento da democracia na América Latina?

MINISTRO: Se nós olharmos ao redor do globo, a América do Sul é a única região do mundo em desenvolvimento onde todos os governos são democraticamente eleitos e se preocupam muito com a redução da concentração de renda. Isso é uma coisa positiva. Agora, há diferentes experimentos políticos. Alguns enfrentam obstáculos, que têm a ver com a história, com a evolução interna. A Venezuela se polarizou muito, a ponto de a oposição ter tentado

12 Em 2006, a nacional iraniana Sakineh Mohammadi Ashtiani foi condenada à pena de morte por lapidação (apedrejamento) por crimes de adultério e de cumplicidade no homicídio do seu marido. O caso provocou grande comoção internacional, e a campanha movida pelos seus dois filhos resultou no adiamento da execução, mas não levou à revogação da pena capital. Em julho de 2010, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que pediria ao Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, que permitisse ao Brasil acolher a iraniana em território nacional – o que foi descartado por Teerã em agosto do mesmo ano. Em setembro, logrou-se converter a pena de apedrejamento na aplicação de outra pena.

dar um golpe no Presidente Hugo Chávez em abril de 2002¹³. Para que a democracia realmente aprofunde suas raízes, esse é um projeto da sociedade como um todo, do governo, da oposição.

VEJA: Uma das críticas mais frequentes que se faziam no Governo passado era sobre as sucessivas interferências do professor Marco Aurélio Garcia em assuntos diplomáticos. Ele continua no cargo de assessor da Presidenta. Qual a sua relação com ele?

MINISTRO: Muito amigável, de muito respeito mútuo. Eu converso frequentemente com ele. Já participei de muitas reuniões com ele. Antevejo uma parceria muito boa.

VEJA: O senhor não teme o duplo comando?

MINISTRO: Eu vejo a oportunidade de complementaridade. Ele conhece como poucos a realidade política dos países vizinhos, é um homem culto, de conhecimento amplo. Facilita nosso trabalho o fato de eu o conhecer bem e de haver uma empatia. O Ministro Amorim dizia sempre que, se o professor Marco Aurélio quisesse interferir em questões internas do Itamaraty, ele poderia ter feito isso, mas jamais tomou atitude alguma nesse sentido. Há um respeito muito grande pela instituição que o Itamaraty representa.

13 Em 12 de abril de 2002, o Governo brasileiro emitiu nota à imprensa em que lamentava a ruptura da ordem institucional na Venezuela, deplorava os atos de violência que produziram mortos e feridos e manifestava sua solidariedade com as famílias das vítimas. Da mesma maneira, o Governo brasileiro reafirmou “a importância da democracia e dos direitos da cidadania, valores e princípios compartilhados e consagrados em nossa região” (Nota à Imprensa nº 170, de 12 de abril de 2002). No mesmo dia, os Presidentes dos países-membros do então Mecanismo Permanente de Consulta e Concertação Política (Grupo do Rio), em Declaração Conjunta, condenaram “a interrupção da ordem constitucional na Venezuela, gerada por um processo de crescente polarização” e incitaram “a realização de eleições claras e transparentes, em consonância com os mecanismos previstos pela Constituição venezuelana” (Nota à Imprensa nº 172, de 12 de abril de 2002). Em 14 de abril, em novo comunicado à imprensa, o Governo brasileiro afirmou ter tomado conhecimento, com satisfação, da retomada da ordem constitucional e do processo político democrático na Venezuela. A nota à imprensa nº 174, de 14 de abril de 2002, prossegue nos seguintes termos: “A reassunção pelo Presidente Hugo Chávez de suas funções como Chefe de Estado, ao colocar fim à quebra da institucionalidade que mereceu a firme condenação do Brasil e da comunidade internacional, marcou um acontecimento significativo para a reafirmação dos valores e princípios democráticos na América do Sul”.

VEJA: Continua então a “visão ideológica” na diplomacia brasileira?

MINISTRO: A utilização da palavra “ideológica” é um problema, pois ela é usada de maneira diferente por diferentes interlocutores. Para Evo Morales, ser ideológico é ser neoliberal. Para países mais alinhados com os EUA, ser ideológico é ter uma política de esquerda, socialista. O correto é ter uma área de convergência em torno de objetivos e valores permanentes, como a democracia, a luta contra o preconceito, a busca de formas de cooperação internacional equânimes.

BRASIL, INTERLOCUTOR INCONTORNÁVEL NOS GRANDES DEBATES DA AGENDA INTERNACIONAL

*Discurso proferido por ocasião das comemorações do
Dia do Diplomata. Brasília, 20 de abril de 2011.*

Hoje é um dia histórico. Pela primeira vez uma Presidenta do Brasil dirige-se aos formandos do Instituto Rio Branco. Em nome do Itamaraty gostaria de estender à Presidenta Dilma Rousseff nossa respeitosa e afetuosa acolhida. Em pouco mais de cem dias de sua gestão, o corpo de funcionários desta Casa aprendeu a admirar o profissionalismo, a dedicação e a clareza de ideias com que a Senhora Presidenta assumiu o comando da política externa brasileira.

Na verdade a agenda internacional esteve presente desde o dia de sua posse – à qual compareceu o mais elevado número de delegações estrangeiras jamais presente a uma posse presidencial no Brasil¹⁴. Creio que podemos interpretar este fato, significativo em si mesmo, como reflexo da crescente influência do Brasil no plano internacional, e como demonstração de um elevado interesse – por parte de amplos setores da comunidade internacional – em estabelecer contatos com a nova Presidenta do Brasil desde o início de seu mandato.

¹⁴ Sobre o número de autoridades presente à cerimônia de posse da Presidenta da República, Dilma Rousseff, cf. nota 5.

Seu primeiro dia de trabalho, dia 2 de janeiro, foi, assim, dedicado a encontros com vários desses representantes. E com muita honra acompanhei esses encontros como seu recém-empossado Ministro das Relações Exteriores.

De lá para cá um caminho foi delineado, e um estilo estabelecido pelo Governo Dilma Rousseff: a objetividade como critério; a firmeza na promoção dos interesses nacionais; a ênfase na busca de resultados concretos nos planos econômico, comercial, da inovação; a prioridade atribuída a parcerias capazes de contribuir para o aumento de nossa competitividade.

Mas também foram dadas sinalizações importantes de outra natureza: o idealismo como horizonte, tal como refletido no desejo de projetar, em nossa ação externa, o mesmo engajamento manifestado no plano doméstico com a justiça social, o combate à pobreza, o aperfeiçoamento do convívio democrático, o desenvolvimento sustentável, o compromisso com a promoção e proteção dos direitos humanos – sem seletividade ou politização –, a valorização do conhecimento e da cultura.

Vivemos um momento de extraordinário potencial para nossa ação diplomática, em função das conquistas observadas nos últimos anos em matéria de crescimento econômico com redução da desigualdade e do amadurecimento de nossa democracia. Conquistas também no plano da interlocução externa – que se desenvolve, a um só tempo, com nossos vizinhos sul-americanos, de forma privilegiada, e com parceiros de todos os níveis de desenvolvimento, em todos os quadrantes.

Para dar conteúdo e forma a nossa ação diplomática, e para estar à altura das crescentes responsabilidades que vimos assumindo no cenário internacional contemporâneo, precisamos ser capazes de enfrentar o desafio da renovação.

Ao dirigir-me aos jovens formandos que hoje assumem plenamente seu destino de diplomata brasileiro, penso na importância do constante aperfeiçoamento e atualização de nossos métodos de trabalho e instrumentos de análise. Penso na necessidade de uma capacitação linguística sintonizada com a emergência de um mundo multipolar. Penso no fato de que nosso trabalho exige um esforço permanente de definição de objetivos específicos e visões de conjunto.

Como primeiro Chanceler brasileiro formado pelo Instituto Rio Branco em Brasília, quero transmitir-lhes o entusiasmo e o otimismo de quem, nos idos de 1980, sonhava com um Brasil que passou a existir de verdade: um país que se distingue entre as principais economias do mundo como um vetor de desenvolvimento e democracia, um participante ativo e um interlocutor incontornável nos grandes debates de interesse global.

Ao escolher a Argentina como destino de sua primeira viagem ao exterior¹⁵, a Presidenta Dilma Rousseff evidenciou a prioridade atribuída às relações com nossos vizinhos. Estaremos empenhados nos próximos anos na consolidação da América do Sul como um espaço de crescente paz e prosperidade. A pedra angular deste esforço é a relação com nosso principal parceiro econômico e comercial na região. Trabalharemos pelo fortalecimento do MERCOSUL e pela construção de uma UNASUL robusta, sem deixarmos de dedicar uma atenção diferenciada a cada país sul-americano.

A integração da América do Sul permanecerá o ponto de partida para uma diplomacia latino-americana e caribenha em sentido mais amplo.

Para além do âmbito regional, ficou claro, tanto nos encontros mantidos pela Presidenta com os Presidentes Barack Obama¹⁶

15 A Presidenta da República, Dilma Rousseff, visitou a Argentina em 31 de janeiro de 2011.

16 O Presidente Barack Obama visitou o Brasil entre 19 e 21 de março de 2011. Na ocasião, em Comunicado Conjunto, os dois mandatários reconheceram “a importância de reformar as instituições internacionais, a fim de refletir as realidades políticas e econômicas atuais” e “saudaram a designação do

e Hu Jintao¹⁷ quanto em sua participação na Cúpula dos BRICS¹⁸, que o Brasil privilegiará contatos com os principais polos da ordem multipolar em gestação, aliando agendas bilaterais substantivas a uma visão cooperativa da multipolaridade. Isso significa, por um lado, contribuir para que a comunicação entre polos consolidados e emergentes seja fluida e construtiva; por outro, significa um multilateralismo inclusivo, em que a maioria de países mais pobres e menores se sinta genuinamente representada.

G-20 como o mais alto foro para coordenação de políticas econômicas” e “os esforços para reformar a governança das instituições financeiras internacionais”. No Comunicado Conjunto, “os Presidentes concordaram que, da mesma forma que outras organizações internacionais precisaram mudar para se tornar mais aptas a responder aos desafios do Século XXI, o Conselho de Segurança das Nações Unidas também precisa reformar-se, e expressaram seu apoio a uma expansão limitada do Conselho de Segurança que aprimore suas efetividade e eficiência, bem como sua representatividade. O Presidente Barack Obama manifestou seu apreço à aspiração do Brasil de tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança e reconheceu as responsabilidades globais assumidas pelo Brasil”. Entre 9 e 10 de abril de 2012, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, visitou os Estados Unidos da América. No Comunicado Conjunto produzido nessa ocasião, os Presidentes defenderam a necessidade de reformar o CSNU e reiteraram seu apoio a uma “expansão limitada do Conselho de Segurança que aprimore suas efetividade e eficiência, bem como sua representatividade. O Presidente Barack Obama reafirmou seu apreço à aspiração do Brasil de tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança e reconheceu as responsabilidades globais assumidas pelo Brasil”.

- 17 A Presidenta da República fez visita à China entre 11 e 13 de abril de 2011. O Comunicado Conjunto divulgado na ocasião afirma que as duas partes reafirmam a disposição de “manter estreita coordenação em foros multilaterais com vistas a ampliar a representatividade e legitimidade desses foros, assim como a fortalecer a multipolaridade e promover a paz, a segurança e o desenvolvimento”. Para tanto, os dois mandatários sublinharam a importância da coordenação política no âmbito do G-20 e do BRICS.
- 18 Desde o início de seu mandato, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, participou de todas as Cúpulas do agrupamento que reúne, além do Brasil, Rússia, Índia, China e, desde 2011, África do Sul, o BRICS (anteriormente designado apenas como BRIC). A III Cúpula do BRICS, ocorrida em Sanya, China, em dia 14 de abril de 2011, marcou o ingresso da África do Sul no grupo, ampliando sua representatividade geográfica. A IV Cúpula do BRICS, realizada em Nova Délhi, nos dias 28 e 29 de março de 2012, teve como foco temas como crescimento econômico, paz e segurança internacionais, desenvolvimento sustentável, desafios à urbanização e à biodiversidade, bem como o aperfeiçoamento dos mecanismos de governança global. Na V Cúpula do BRICS, realizada em Durban, em 27 de março de 2013, foram debatidos temas como promoção do desenvolvimento inclusivo e sustentável, reforma das instituições de governança global e caminhos para a paz, a segurança e a estabilidade globais. Entre os principais acordos obtidos, figuraram entendimentos para o início das negociações que levarão à criação de um banco de desenvolvimento do BRICS, voltado ao financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável. A I Cúpula do BRIC foi realizada em Ecatimburgo, no dia 16 de junho de 2009; a II Cúpula do BRIC, em Brasília, em 16 de abril de 2010.

Continuaremos a trabalhar por reformas na governança global que reflitam as realidades geopolíticas do século XXI, sem reproduzir as assimetrias do passado. Manteremos uma política ativa de contatos com os países do Sul – na África, no Oriente Médio, na Ásia.

Como afirmou recentemente o Secretário-Geral da Liga Árabe, Amr Moussa, o Brasil estendeu sua mão ao mundo árabe ao liderar o projeto ASPA, que estabeleceu uma moldura para que a América do Sul se aproximasse do Oriente Médio e Norte da África em torno de objetivos comuns e pacíficos. Quando a região foi tomada por uma onda de manifestações que surpreendeu o mundo por sua intensidade e seu poder de contágio, o Brasil solidarizou-se com aqueles que clamam por liberdade de expressão e capacidade de influir sobre os destinos políticos de suas sociedades.

Enquanto caía o regime de Hosni Mubarak no Egito, o Brasil presidia no Conselho de Segurança uma Sessão Especial sobre o tema “Paz, Segurança e Desenvolvimento”¹⁹. O debate serviu para ilustrar as limitações dos enfoques puramente militares para equacionar crises que também traduzem frustrações com a falta de oportunidades de emprego e estagnação econômica.

Peço permissão para expressar o reconhecimento do Itamaraty pelo desempenho honroso dos Chefes de Missão e seus subordinados na linha de frente de situações como as da Líbia e da Côte d’Ivoire, os quais souberam manter o sangue frio em situações de elevada tensão.

O mesmo se aplica à Embaixada em Tóquio e aos Consulados no Japão. Acabo de regressar do Japão, onde fui recebido pelo Chanceler Matsumoto e pude conversar com representantes da comunidade brasileira. Ante a tragédia do terremoto e Tsunami,

19 Cf. “Interdependência entre Paz, Segurança e Desenvolvimento”, discurso proferido no Debate Aberto de Alto Nível do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a interdependência entre segurança e desenvolvimento. Nova York, 11 de fevereiro de 2011.

agravada pela situação do reator Fukushima Daiichi, o apoio espontâneo de cidadãos brasileiros aos desabrigados representou uma luz de esperança²⁰.

Felicitó a turma de 2011 pelas escolhas de paraninfo e patrono. Ao escolherem o ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva como paraninfo, os alunos refletem o enorme carinho e a admiração que o povo brasileiro nutre, coletivamente, por esse grande homem e estadista. Defensor incansável do interesse nacional, Lula, assistido pelo grande Chanceler Celso Amorim, foi um protagonista maior em nossos esforços de integração regional e atuou em prol de um sistema internacional mais legítimo e representativo. Jamais estive indiferente aos dramas do mundo periférico. Sua contribuição é reconhecida no Brasil e no mundo e permanecerá uma referência necessária na História do início deste século.

O Embaixador Paulo Nogueira Batista foi um diplomata apaixonado pelo Brasil, que deixou marcas indelévels no Itamaraty, por seu talento negociador, por sua disciplina intelectual e por sua capacidade de liderança. Tive a honra e o privilégio de servir sob suas ordens em meu primeiro posto no exterior e senti profundamente o seu desaparecimento prematuro em 1994. Posso afirmar com convicção que os formandos foram buscar inspiração no lugar certo.

Em consonância com as orientações da Presidenta Dilma Rousseff, pus em prática uma intensa agenda de viagens durante os últimos meses, que me levou a sete países sul-americanos, ao Fórum Econômico de Davos, à sede da União Europeia, à cúpula do Grupo IBAS (Brasil, Índia e África do Sul)²¹. Recebi Chanceleres

20 Por ocasião de forte terremoto que atingiu o Japão em 11 de março de 2011, o Consulado-Geral do Brasil em Tóquio reforçou sua equipe e intensificou suas atividades, para atender aos brasileiros que se encontravam na região. Foram realizadas visitas regulares para as regiões mais atingidas, com o objetivo de prestar apoio consular. Estatísticas oficiais indicam que há 210.032 brasileiros morando no Japão (Fonte: MRE).

21 Para as visitas realizadas pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, cf. nota 3.

de todos os continentes²². Conversei com uma multiplicidade de interlocutores para buscar elementos de juízo sobre uma variedade de assuntos que vão das sublevações no mundo árabe até o futuro da Rodada de Doha.

Em todos esses contatos identifiquei marcas de respeito e valorização do diálogo com o Brasil. Ao encarar os próximos meses e anos tenho a certeza de que saberemos encontrar as melhores formas de renovar nossa atuação externa sem nos distanciarmos dos objetivos já traçados em relação a nossa região, a parceiros desenvolvidos e emergentes, aos organismos internacionais e à configuração de uma ordem internacional mais justa e democrática.

Aos jovens formandos e suas famílias, formulo votos de êxito e lanço-lhes o desafio de trabalharem para manter viva a chama do profissionalismo no Itamaraty, com racionalidade e idealismo, a partir do exemplo que nos fornece a biografia e a atuação política da Presidenta que hoje nos honra com sua presença.

22 Em 2011, o Brasil recebeu, em caráter bilateral, a visita de 30 Chanceleres e de 16 Chefes de Estado e/ou Governo. Em 2012, foram recebidos 32 Chanceleres e 18 Chefes de Estado e/ou Governo.



UMA FORÇA PELA PAZ E PELO DIÁLOGO

Discurso proferido por ocasião da abertura do seminário “O Centenário de San Tiago Dantas e a Política Externa Independente”. Brasília, 30 de agosto de 2011.

Tenho grande satisfação em participar desta sessão em homenagem ao centenário de Francisco Clementino de San Tiago Dantas²³. Cumprimento a FUNAG pela iniciativa de reunir, neste seminário, homens e mulheres de ideias e de ação que, de alguma forma, mantêm viva a lembrança do ex-Chanceler.

Em sua vida pública, San Tiago Dantas foi tão apoiado quanto combatido, “controvertido e gostando de controverter”, como ele mesmo disse em seu discurso de despedida do Itamaraty, em 1962.

Sua memória vem recebendo numerosas homenagens. Eu mesmo participei, há duas semanas, de ato público alusivo ao centenário de San Tiago Dantas na Academia Brasileira de Letras²⁴. Tantas vêm sendo as recordações e os elogios a seu trabalho que é de se perguntar se existe a possibilidade de uma homenagem que não repita o muito que já foi dito.

A resposta, necessariamente, é a de que San Tiago Dantas merece ser recordado a cada oportunidade, pela atualidade de seu

23 Francisco Clementino de San Tiago Dantas exerceu o cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores entre 8 de setembro de 1961 e 12 de julho de 1962.

24 A Academia Brasileira de Letras realizou a conferência “Homenagem ao centenário de nascimento de San Tiago Dantas” em 5 de agosto de 2011.

pensamento, por suas qualidades intelectuais, seu exemplo como homem público, seu humanismo, sua capacidade de antecipar, formular e executar.

A comemoração do centenário de nascimento de San Tiago Dantas constitui, dessa forma, um convite às novas gerações para que conheçam e se inspirem no exemplo deste grande estadista brasileiro.

Da perspectiva de um sucessor de San Tiago na Chancelaria, homenageá-lo significa rememorar período fundamental de transformação da política externa brasileira. Como sabemos, em conjunto com Afonso Arinos e Araújo Castro, San Tiago conformou e executou a Política Externa Independente.

É oportuno, nesse momento, recordar, pela própria voz de San Tiago, em seu discurso de posse no Itamaraty, em 1961, passagem de grande atualidade:

Temos cada vez mais consciência do papel internacional reservado ao nosso País. Se de um lado a nossa política há de ser animada pelo objetivo nacional que perseguimos e há de ter como finalidade assegurar por todos os meios nosso desenvolvimento econômico, o nosso progresso social e a estabilidade das instituições democráticas em nosso País, de outro lado cada vez estamos mais conscientes da nossa responsabilidade como protagonistas da vida internacional e sabemos que temos nossa contribuição a levar à causa da paz, a essa grande causa que é o pressuposto e a base de todas as outras e na qual todas as nações, grandes, médias e pequenas, são igualmente responsáveis.

Muito mudou desde que o Chanceler San Tiago Dantas proferiu essas palavras. O mundo não é mais o mesmo. O Brasil tampouco, especialmente com a evolução que vemos nos anos recentes, principalmente na esfera social. A posição do Brasil no mundo também adquiriu – e vem adquirindo – nova estatura. O espírito

da política externa de San Tiago Dantas continua, entretanto, vivo e continua a inspirar-nos.

É com esse princípio que buscamos, hoje, implementar uma ação externa voltada à promoção de uma multipolaridade da cooperação, que parte da necessidade de reformulação das estruturas de governança global, tornando-as mais legítimas e democráticas.

O fundamento dessa postura é a execução de uma política verdadeiramente universal, pautada pelo interesse nacional e pela busca da paz. Orientam-nos os imperativos de desenvolvimento econômico, social e tecnológico. Buscamos entendimentos com todos. As prioridades atribuídas por nossa ação diplomática, com especial destaque para a cooperação com nossos vizinhos sul-americanos, não se dá em detrimento de outros relacionamentos, com parceiros tradicionais e com novos atores. Estamos hoje engajados em todos os grandes debates e processos decisórios da agenda internacional.

Recentemente, na Academia Brasileira de Letras, fiz um breve comentário sobre San Tiago Dantas, incorporando aquilo que ele aprovaria e desaprovava se por um milagre desembarcasse entre nós.

Imagino que, se isso acontecesse, ele sentiria uma profunda afinidade com tudo o que está acontecendo. Tanto no plano doméstico – das políticas desenvolvidas para a promoção do crescimento econômico com justiça social – quanto no plano da política externa.

San Tiago Dantas era um apaixonado defensor da democracia e da liberdade, mas ele tinha plena consciência de que democracia e liberdade não são sustentáveis na ausência de um sistema que assegure a repartição dos benefícios da cidadania da forma mais ampla possível.

É interessante também identificar como ele associava democracia e liberdade à ideia da paz, que é noção recorrente nos seus textos. Na verdade, ele antecipou o elo muito sublinhado, hoje em dia, pelo Brasil, entre paz, segurança e desenvolvimento.

Recordo que o Brasil promoveu, no Conselho de Segurança, no mês de fevereiro, quando ocupamos a Presidência do Conselho, um debate, justamente, sobre a relação entre paz, segurança e desenvolvimento²⁵, a partir de experiências que temos desenvolvido, como, por exemplo, à frente da Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti.

Ele falava muito também na sobrevivência da civilização – eu acho particularmente inspiradoras as passagens em que ele fala em civilização. De certa forma eu sinto que ele antecipou, com essas reflexões, elementos presentes em todo o debate desenvolvido hoje, não só sobre o suposto conflito entre as civilizações de que alguns têm falado – sobretudo a partir do 11 de setembro, com as tensões entre o Mundo Islâmico e o Ocidente –, mas também de certa forma todo o debate ambiental sobre a preservação do planeta para gerações futuras.

Ainda em política externa, sobressai, em San Tiago Dantas, outro traço de grande atualidade, que é o engajamento do Brasil com os parceiros mais diversos para estimular seu desenvolvimento econômico, científico e tecnológico, produtivo.

San Tiago era também extremamente comprometido com a integração regional, que, na sua época, encontrava tradução em seu compromisso com a ALALC. Hoje, tenho certeza de que ele seria um entusiasta do MERCOSUL, da UNASUL e do esforço de se levar adiante uma integração que preserve a América do Sul como zona de democracia, paz e cooperação.

Mas, sobretudo, ele já antecipava – e isso num momento em que o Brasil dispunha de elementos muito mais modestos de atuação internacional – um papel global para o Brasil. E não há nada

25 Cf. “Interdependência entre Paz, Segurança e Desenvolvimento”, discurso proferido no Debate Aberto de Alto Nível do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a interdependência entre segurança e desenvolvimento. Nova York, 11 de fevereiro de 2011.

de mais contemporâneo, porque a visão que ele tinha desse papel global era sem alinhamentos e sem rigidez ideológica.

O Brasil como um vetor de paz, de diálogo capaz de entender o outro, capaz de contribuir para que a ação do próprio sistema internacional fosse uma ação voltada para a cooperação, e, nesse sentido, embora ele nunca tenha assumido a posição de Embaixador junto às Nações Unidas, não posso imaginar um melhor candidato para essa posição, por seu compromisso com o Direito Internacional, sua rejeição aos unilateralismos, às arbitrariedades, seu compromisso com o multilateralismo, com as Nações Unidas e, na época, também muito forte com a OEA.

Tenho a certeza de que ele se identificaria muito com as manifestações do mundo árabe por maior liberdade de expressão, por mais democracia, por formas mais participativas de governo, maior oportunidade para a juventude, e procuraria lidar com elas ou equacioná-las dentro de um debate democrático nas Nações Unidas, fazendo valer os melhores instrumentos à disposição da comunidade internacional.

Ou seja, San Tiago Dantas foi não só um homem de seu tempo, um homem de um pensamento de alcance universal, mas, sobretudo, um homem que deixou e plantou sementes que continuam a frutificar até hoje.

Ao mesmo tempo em que eu imagino que nosso homenageado sentiria uma grande afinidade com o que acontece hoje no Brasil e em outras partes do mundo, imagino que ele sentiria muitas frustrações, também, ante alguns dos desafios que continuamos a enfrentar: o desafio das assimetrias de desenvolvimento, da pobreza, da desigualdade, da fome em larga escala, havendo um bilhão de pessoas malnutridas ou famintas ao redor do mundo.

Suponho que ele sentiria também enorme frustração com algumas intervenções recentes, à margem do Direito Internacional, sem

autorização do Conselho de Segurança, expressões de unilateralismo que provocaram mais instabilidade do que reconciliação ou paz.

E, para citar um caso mais específico aqui em nossa região, San Tiago provavelmente se frustraria igualmente em constatar que Cuba, até este momento, não está plenamente integrada ao convívio interamericano, ainda não foi plenamente estabelecida sua participação na Organização dos Estados Americanos²⁶. Lembro a corajosa postura do ex-Chanceler na Conferência de Punta del Leste, em que ele, à frente da delegação brasileira, se absteve ante à proposta de suspensão de Cuba do sistema interamericano com argumentos que ainda hoje têm ressonância. O então Chefe da delegação brasileira declarava que o isolamento, as sanções, as ações punitivas na verdade não contribuem para modificar uma situação. E, ao longo de todas essas décadas, vemos que ele tinha razão.

Não poderia me limitar, na presente homenagem, a tratar dos relativamente breves, porém impactantes, momentos a que San Tiago Dantas se dedicou à política internacional. Há muito o que dizer do advogado, do parlamentar e, especialmente, do pensador.

No espírito desta Casa, é preciso mencionar o trato que San Tiago dava a nossa língua. São lendários seus discursos no Congresso Nacional, nos quais a precisão era tamanha que as notas taquigráficas já saíam não apenas claras, mas diligentemente pontuadas a partir da dinâmica oratória do parlamentar.

Sua formação humanística e literária também obteve reconhecimento, exemplificada no ensaio que dedicou a Cervantes, intitulado “Dom Quixote, um apólogo da alma ocidental”.

Ao comemorarmos o centenário de nascimento de San Tiago Dantas, quarenta e sete anos após sua morte, vemos quão jovem

26 A suspensão de Cuba foi revogada por meio da Resolução 2.438, aprovada na 39ª Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos, realizada em junho de 2009, em São Pedro Sula, Honduras. Por sua vez, Cuba não tem participado das atividades da Organização.

ele partiu. Poderemos, talvez, ficar tentados a imaginar qual teria sido sua contribuição ao longo dessas décadas em que o País passou por tantas mudanças e tantas transformações.

A recordação de sua obra, convite a que as novas gerações se inspirem na figura de San Tiago Dantas, são indícios claros de que seu trabalho continuará a produzir efeitos ao longo das décadas.



À BUSCA DE ESPAÇOS DE CRESCENTE AUTONOMIA

*Discurso proferido por ocasião da sessão solene de
abertura do Ano do Centenário de Morte do Barão do
Rio Branco. Brasília, 10 de fevereiro de 2012.*

Há cem anos falecia, em seu gabinete de trabalho no Itamaraty do Rio de Janeiro, o Barão do Rio Branco. Uma morte que, como é frequentemente lembrado, adiou o carnaval carioca – o que, como nós brasileiros sabemos avaliar, dá bem a medida do reconhecimento e do prestígio que Rio Branco logrou obter em vida.

Passado um século, o Brasil e o mundo atravessaram – e seguem atravessando – transformações profundas.

Depois de períodos de regimes autoritários, de descontrole macroeconômico e de agravamento de iniquidades sociais, somos hoje – apesar dos desafios que persistem em diferentes campos – uma democracia madura, uma economia estável e uma sociedade cada vez mais inclusiva.

Após duas Guerras Mundiais e um longo período de bipolaridade, vivemos, neste início de século XXI, um sistema internacional de intensa efervescência geopolítica. Em meio a Primaveras Árabes e a dificuldades econômicas de impacto global, ganha força

um processo de desconcentração de poder que parece apontar para alguma forma de multipolaridade.

Um turbilhão de acontecimentos nos separa, nos planos interno e externo, do momento em que Rio Branco foi Chanceler. Em 1912, só para que se tenha uma ideia, eram pouco mais de cinquenta os Estados independentes²⁷.

E, no entanto, a obra e o exemplo do Barão permanecem como referência necessária para o Itamaraty e para o Brasil.

Muito já se disse sobre o diplomata, o estudioso da História e da Geografia do Brasil, o jornalista, o deputado.

O tempo não apaga o significado estratégico e decisivo da configuração pacífica de nossas fronteiras. Nem a capacidade de compreender as redefinições em curso no cenário mundial e a elas reagir de forma eficaz.

Rio Branco, superadas as pendências fronteiriças, esboçou as bases para uma agenda de cooperação sul-americana e para uma ação diplomática voltada à conquista de espaços de crescente autonomia e de alcance global para o Brasil.

Tampouco passou despercebido, a biógrafos e a outros observadores, o Barão boêmio. Ou o Barão que revelava valores e mesmo preconceitos típicos do século XIX, no qual nasceu e se formou.

Aspecto de especial significado, na trajetória de Rio Branco, é sua índole de estadista capaz de colocar-se além de interesses setoriais e localizados.

27 Atualmente, há 193 Estados-membros da Organização das Nações Unidas. Por aclamação da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, o Sudão do Sul tornou-se o 193º membro da ONU em 14 de julho de 2011. Após referendo popular, em 7 de janeiro de 2011, a independência do país foi oficializada em 9 de julho de 2011. A Palestina, durante a 67ª Sessão da Assembleia Geral da ONU, em 29 de novembro de 2011, obteve, por meio da Resolução A/RES/67/19 (138 votos a favor, 9 votos contra e 41 abstenções), *status* de Estado observador não membro das Nações Unidas. A Santa Sé tem *status* de Estado observador permanente da ONU desde 6 de abril de 1964. Esse *status* foi confirmado por decisão da AGNU de 2004 (A/RES/58/314).

Seu compromisso era com o Brasil.

Monarquista, Rio Branco foi Chanceler da República. Na República, esteve à frente do Itamaraty durante os mandatos de quatro Presidentes consecutivos²⁸.

Alguns analistas poderão identificar, aí, uma aptidão incomum para ajustar-se às cambiantes circunstâncias políticas. Mas a própria biografia de Rio Branco permite uma interpretação distinta.

A sobrevivência política do Barão parece tributária, acima de tudo, de uma dedicação inabalável ao Brasil.

A atenção aos detalhes que o caracterizou no trato das questões diplomáticas, em particular as de limites; a coragem de, em busca de entendimentos equilibrados, propor concessões justas; a preocupação em influenciar a opinião pública, por meio da imprensa, em favor do que considerava serem os melhores interesses do País – tudo isso reflete enormes qualidades intelectuais e rara capacidade de ação na defesa do Brasil, na promoção dos seus direitos e na construção de um entorno de cooperação; tudo isso revela um estadista na mais pura acepção da palavra.

Assim, é também o Rio Branco homem de Estado que propo-nho celebrarmos neste centenário.

O Rio Branco que, às vésperas de sua posse no Itamaraty, afirmou: “não venho servir a um partido político; venho servir ao nosso Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado”.

Rio Branco está também associado ao Instituto que leva seu nome e, de forma mais ampla, ao recrutamento de novos diplomatas e à formação do quadro de profissionais do Itamaraty ao longo de suas carreiras.

28 Falecido em 1912, Rio Branco foi Chanceler dos seguintes Presidentes: Rodrigues Alves (1902-1906), Afonso Pena (1906-1909), Nilo Peçanha (1909-1910) e Hermes da Fonseca (1910-1914).

Foi o responsável por introduzir novos padrões de profissionalismo em nossa Chancelaria, preparando-a para os desafios das primeiras décadas do século XX.

Permito-me, assim, concluir com o pensamento voltado para a importância que continuamos a atribuir à capacitação profissional e ao aperfeiçoamento de nossa instituição pela via da meritocracia.

Para um país com 226 Postos no exterior – entre os quais 138 Embaixadas²⁹ – e relações diplomáticas com 192 Estados-membros da ONU e também com a Palestina e a com a Santa Sé, Estados não membros da ONU³⁰, o dimensionamento de nossos recursos humanos e seu preparo para responder aos desafios contemporâneos têm de ser necessariamente distintos daqueles de 1912.

Mas em certo sentido podemos nos situar no mesmo espírito que inspirou Rio Branco: precisamos ser cada vez mais sul-americanos e cada vez mais sintonizados com o momento vivido pelo conjunto da comunidade das nações. Como às vezes afirmo, mais ancorados em nossa região e, ao mesmo tempo, mais multipolares. Com tudo o que isso implica em termos de conhecimento das realidades econômicas, políticas e culturais de nossa vizinhança e de um cenário global em aceleradas transformações.

O Instituto Rio Branco deve refletir no programa da Academia Diplomática esse duplo objetivo. Trata-se de tarefa que, adaptada às circunstâncias de um Brasil mais próspero, justo e democrático, não deixa de inscrever-se em uma tradição passível de ser ligada ao trabalho e à visão de mundo do Barão.

Rio Branco conhecia como poucos o entorno sul-americano e nunca deixou de abrir-se ao mundo. Agiu sempre com pragmatismo, ajustando o instrumento de ação à especificidade de cada situ-

29 Sobre a rede diplomática e consular brasileira, cf. nota 2.

30 O Brasil possui relações diplomáticas com todos os Estados reconhecidos pela Organização das Nações Unidas, além da Palestina e da Santa Sé, cf. notas 6 e 27.

ação com que se defrontava, sem limitar-se por conceitos rígidos ou por especulações infundadas. É esse o Patrono a cuja memória novamente rendemos homenagem.

Cem anos após sua morte, o Brasil tem o direito de se orgulhar das conquistas alcançadas.

Isso não significa, naturalmente, que não tenhamos, pela frente, importantes desafios, seja no plano doméstico, seja no internacional.

Avançamos a passos largos no projeto de integração regional em suas várias vertentes, que incluem o MERCOSUL, a UNASUL e a CELAC. Desenvolvemos intensas relações bilaterais com todos os países da região e mundo afora. Criamos novas instâncias de coordenação que nos permitem atuar e oferecer uma contribuição em todos os cenários mundiais. Temos uma mensagem a difundir sobre desenvolvimento sustentável, equidade, democracia, defesa dos direitos humanos, cooperação e paz.

Sob a liderança da Presidenta Dilma Rousseff podemos estar certos de que o pragmatismo, o profissionalismo e o apego aos interesses nacionais que orientaram Rio Branco e até hoje nos unem seguirão possibilitando conquistas de novos espaços com coerência, criatividade e – como diz a Presidenta da República em sua mensagem alusiva ao centenário do Barão – com crescente confiança.



UMA ÂNCORA REGIONAL E OUTRA, GLOBAL

Entrevista ao jornal projeto Sabatina da Folha, 17 de maio de 2012³¹.

FOLHA: Ministro, minha primeira pergunta é sobre a Síria. O senhor, em agosto do ano passado, deu uma entrevista ao jornal *O Globo*³², em que declarou que o Presidente Bashar Al-Assad demonstrava a intenção de fazer reformas e também o elogiava pela disposição ao diálogo nacional. Naquele momento, havia mais ou menos duas mil mortes no conflito da Síria, hoje são dez mil nas estimativas mais conservadoras. O conflito se agravou bastante. O senhor mantém essa avaliação sobre o Presidente Al-Assad?

MINISTRO: Acho que a disposição ao diálogo não precisa ser caracterizada como um elogio. É o mínimo que se espera em uma situação de conflito interno como a que caracteriza aquele na Síria. Naquele momento, a comunidade internacional e mesmo os organismos regionais que cuidam da Síria, como a Liga Árabe, ainda procuravam um caminho para lidar com uma situação que começava a despertar muita preocupação e com número elevado de mortes. Já tinha havido condenações muito veementes. O Brasil mesmo já tinha se pronunciado no Conselho de Direitos

31 O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, participou da Sabatina da Folha, conduzida por Fábio Zanini, editor de "O Mundo", Claudia Antunes, repórter especial, Eliane Cantanhêde, colunista, e Irineu Machado, gerente de notícias do Portal UOL. Houve, também, participação da plateia presente por meio de envio de perguntas.

32 Entrevista concedida ao jornal *O Globo*, 07 de agosto de 2011. Título: "Sob o comando da 'cacica' Dilma".

Humanos com muita firmeza contra essas violações de direitos humanos cometidas pelo Governo Al-Assad. É só ver nosso quadro de votos no Conselho e mais tarde também na Assembleia Geral da ONU. O que nós temos de examinar em situações como essas são as alternativas. E a oposição era muito pouco organizada, não havia uma alternativa clara. Então, incitar o diálogo parecia uma coisa natural. Passados mais de oito meses, dez meses daquela situação, a reação da comunidade internacional evoluiu bastante, a Liga Árabe tomou uma posição comum nos últimos meses de 2011, e a Assembleia Geral designou um enviado especial, Kofi Annan³³, ex-Secretário-Geral da ONU. Isso contribuiu muito para que se formasse um consenso no âmbito do Conselho de Segurança. E temos em 2012 um consenso, pelo que batizamos muito em 2011, e o Conselho de Segurança apoiou, por unanimidade, o programa de Seis Pontos, que está sendo implementado agora. O programa inclui cessar-fogo; fim da violência, com o posicionamento de observadores militares da comunidade internacional (o Brasil foi convidado e se dispôs a deslocar dez observadores³⁴); acesso humanitário; libertação de presos; e, entre outros, liberdade de expressão³⁵. Ainda não alcançamos uma

33 Kofi Annan, ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, permaneceu como Enviado Especial Conjunto da Liga dos Estados Árabes e das Nações Unidas para a Síria de 23 de fevereiro a 31 de agosto de 2012, quando renunciou ao cargo. Sua designação como Enviado Especial foi dada pela Resolução SG/SM/14124. Annan foi sucedido por Lakhdar Brahimi, diplomata argelino e ex-Ministro das Relações Exteriores da Argélia, que assumiu o cargo de Representante Especial Conjunto em 1º de setembro de 2012 (Resolução SG/SM/14471).

34 O Governo brasileiro contribuiu com o envio de dez militares (três oficiais da Aeronáutica, três da Marinha e quatro do Exército) para integrar o grupo de observadores da Organização das Nações Unidas enviados, em abril de 2012, à Síria. Os militares integraram o efetivo de 300 observadores desarmados da Missão de Supervisão das Nações Unidas na Síria, criada pela Resolução S/RES/2043, com o objetivo de monitorar violações do compromisso de cessar-fogo entre as partes em conflito. Com a deterioração da situação de segurança na Síria, a missão de observadores teve fim em 19 de agosto de 2012, após o Conselho de Segurança das Nações Unidas haver ordenado sua retirada em 16 de agosto.

35 A proposta de Kofi Annan, também conhecida como Programa de Seis Pontos ou Plano Annan, foi apresentada pelo ex-Secretário-Geral da ONU como uma saída negociada para a crise na Síria em março de 2012 e incluía as seguintes metas: (i) trabalho em um processo político liderado de maneira inclusiva pelo povo sírio; (ii) interrupção dos confrontos armados; (iii) provisão de assistência

situação satisfatória, porque a violência continua. E, no presente, também se identificam ações terroristas, algumas das quais atribuídas a grupos ligados a Al-Qaeda. Apesar do extremismo, continuamos considerando o diálogo fundamental. Visto por um realista, o diálogo com o Governo Al-Assad é importante, porque ele detém o controle das Forças Armadas e do poder repressor na Síria. Se alguns países e lideranças globais, no início da crise, chamaram pela substituição imediata de Al-Assad, hoje reconhecem, de uma maneira mais realista, que o progresso institucional e a transição para um governo mais democrático exigem algum tipo de entendimento com as forças políticas que detêm poder.

FOLHA: Ministro, a partir de quando houve essa mudança? Quando a Secretária de Estado dos Estados Unidos, Hillary Clinton, veio ao Brasil, a posição norte-americana ainda era de pedir a saída de Al-Assad e só considerar possível uma solução sem Al-Assad.

MINISTRO: Eu deixaria isso para os próprios americanos explicitarem.

FOLHA: Mas é porque o senhor disse que houve uma mudança.

MINISTRO: Está havendo, está havendo.

FOLHA: Mas o Brasil acha que a solução inclui Al-Assad? Ou ele deveria sair do poder?

MINISTRO: Algum tipo de diálogo com Al-Assad é fundamental. Você sabe que há armas de destruição em massa na Síria. Então como é que você faz?

FOLHA: O Governo sírio tem?

MINISTRO: Sim. Existem suspeitas sérias de químicas e biológicas. É preciso ver com quem ficam essas armas. Você imagina o potencial desestabilizador que isso pode ter.

humanitária; (iv) ampliação da liberação de pessoas presas arbitrariamente; (v) garantia à mobilidade de jornalistas no país; (vi) respeito à liberdade de associação.

FOLHA: Ministro, o Brasil tem contato com a oposição na Síria? E, se tem, como a própria oposição vê esses atentados e um possível papel da Arábia Saudita, por exemplo, de apoio a esses grupos sunitas mais radicais do país?

MINISTRO: Nós não somos favoráveis ao fornecimento de armas à oposição na Síria, porque militariza ainda mais o conflito. Em conversa com o ex-Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, coincidimos inteiramente com essa postura. Ele afirmou que a última coisa que se pode desejar é um incentivo à militarização do conflito, que provocaria mais mortes. Nossa primeira preocupação é reduzir a violência, interromper o ciclo da violência, criar um espaço de diálogo. Esse espaço de diálogo vai exigir, também, uma oposição organizada, minimamente organizada, para estabelecer um cronograma de transição. Existem muitos modelos em curso na região. Na Líbia, estabeleceu-se um cronograma com datas para eleições, assim como na Tunísia e no Egito, onde houve menos violência, menos tensão e menos polarização do que na Síria. A melhor aposta ainda é no Plano Kofi Annan, ainda que com imperfeições. Esperamos que, com o posicionamento de até 300 observadores militares, a situação possa se estabilizar suficientemente³⁶.

FOLHA: Vocês estabeleceram algum contato com algum grupo oposicionista, por exemplo, nessa reunião que teve na Turquia?

MINISTRO: Nós participamos, como observadores, nas duas reuniões de “Amigos da Síria”. A primeira em Túnis e a segunda em Istambul³⁷. Havia representantes da oposição. O nosso Embaixador, que, aliás, tem feito um excelente trabalho em Damasco³⁸, Edgard

36 Sobre a Missão de Supervisão das Nações Unidas na Síria, cf. nota 34.

37 Foram realizadas, até o momento, as seguintes reuniões do Grupo de Amigos da Síria: em 24-25 de fevereiro de 2012, em Túnis; em 1º de abril de 2012, em Istambul; em 6 de julho de 2012, em Paris; em 11 de dezembro de 2012, em Marraqueche; em 20 de abril de 2013, em Istambul.

38 Por questões de segurança, em 20 de julho de 2012, o então Embaixador do Brasil na Síria, Edgar Casciano, e funcionários da Embaixada do Brasil em Damasco foram deslocados para Beirute. A Embaixada em Damasco

Casciano, atuou de modo a ajudar os nacionais de dupla nacionalidade a encontrar lugares e soluções para saírem de centros onde há violência e destruição, a sair de Homs para Damasco e a regressar ao Brasil. Ele mantém contatos de diversas naturezas. Mas tem sido importante o acesso às autoridades sírias, até mesmo para proteger os nacionais brasileiros.

FOLHA: O Plano Kofi Annan não está funcionando, Ministro. A violência continua, inclusive os próprios monitores da ONU foram pegos em fogo cruzado. E Al-Assad já deixou claro que “olha, tem o Plano, a gente vai cumprir, mas mais ou menos”.

MINISTRO: Compete ao Conselho de Segurança, que aprovou o Plano por unanimidade e autorizou o posicionamento dos 300 observadores, avaliar se está funcionando e se alguma medida adicional tem que ser tomada. Apesar da implementação imperfeita ou insatisfatória, com o que concordo, o consenso ainda é que o Plano é a aposta que vale a pena ser levada adiante. Isso exige coordenação estreita com a Liga Árabe, que tem assumido um papel importante. A Arábia Saudita tem desempenhado papel importante nas conversas com a Liga Árabe. E continuaremos monitorando de perto, por meio do Conselho de Segurança. Como costume dizer, não somos ainda membro permanente do Conselho de Segurança, mas acompanhamos permanentemente o que acontece naquele órgão.

FOLHA: Uma das batatas quentes que caiu no colo da diplomacia brasileira foi a questão dos brasileiros barrados na Espanha. O senhor acabou de ter uma reunião com o chanceler espanhol sobre isso. Ele saiu daqui falando em compromisso para resolver a situação. O senhor acha que é possível estabelecer um prazo para que os brasileiros que viajam à Espanha não sofram mais esse tipo de restrição?

mantém suas atividades com auxílio de funcionários locais. Das 67 Embaixadas residentes em Damasco até o início da crise, em março de 2011, 23 continuam abertas e chefiadas por Embaixadores ou Encarregados de Negócios residentes na capital síria, 15 funcionam apenas com auxiliares locais e 29 estão fechadas.

MINISTRO: Recebi ontem o Chanceler da Espanha, García-Margallo, e fiquei satisfeito com a reação dele ao tema da admissão dos brasileiros nos aeroportos espanhóis. Foi um dos primeiros temas que levantei e senti firmeza quando ele disse que espera uma solução para o assunto na reunião técnica de 4 de junho, entre as autoridades consulares dos dois países³⁹. Como comentei ontem em entrevista coletiva, o espaço Schengen envolve vários outros países europeus, não só os da União Europeia, alguns outros também, como Suíça, Noruega. E não identificamos problemas de natureza e gravidade semelhantes aos que ocorreram na Espanha: humilhações repetidas, falta de acesso a autoridades consulares. Não há razão para que isso ocorra. O Chanceler da Espanha tomou para ele o compromisso de lidar com essa situação e estabeleceu um prazo. Esperamos que o prazo seja cumprido até a visita do Rei Juan Carlos ao Brasil, prevista para início de junho⁴⁰.

FOLHA: Para continuar com o tema de migração, mas do outro lado. Quando o Brasil resolveu barrar o fluxo de haitianos que estavam chegando sem visto, o Brasil criou aquele visto especial de trabalho. Mas a notícia que a gente tem é que é muito difícil para os haitianos, por causa de custos financeiros e desorganização, conseguir esse visto. Então queria saber se está dando certo, se esses vistos estão sendo emitidos ou não.

MINISTRO: Estão sendo emitidos, sim.

FOLHA: Seriam mais ou menos 100 por mês, é isso?

39 No dia 4 de junho de 2012, em Madri, reuniram-se delegações do Brasil e da Espanha, presididas pelos Diretores dos Departamentos Consulares e compostas por altos funcionários diplomáticos e por autoridades policiais dos dois países. Foram definidos requisitos mútuos para o traspasso de fronteiras, com a adoção de um novo procedimento de comunicação entre as autoridades consulares e de fronteira nos aeroportos dos dois países, bem como entre os Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e da Espanha para casos de inadmissão.

40 O Rei Juan Carlos I visitou o Brasil em 4 de junho de 2012.

MINISTRO: Cem por mês. Na época, 100 foi uma avaliação preliminar. A gente ficou de ver como seria a procura, para reagir com base na demanda. A verdade é que há quatro meses, mais ou menos, o número de haitianos que procuraram a Embaixada para obter esse visto girava em torno de 100 pessoas. Quer dizer, a avaliação inicial de que poderia haver 1.200 no ano foi generosa, porque não havia essa demanda⁴¹. É muito importante esclarecer a natureza dessa política. É uma política especial, singular. Não é oferecida a nenhum outro país a opção de dar visto de trabalho sem contrato de trabalho para o migrante que tem interesse em vir para o Brasil. Segundo, foi adotada para combater a intermediação de agentes que cobravam taxas extorsivas para os haitianos virem para a América do Sul. Além da passagem para ir ao Equador, Peru e, depois, enfrentando todo o tipo de percalço, chegar à fronteira com o Acre, os haitianos pagavam taxas de dois a três mil dólares para intermediários, que são criminosos. Com essa medida, esse fluxo diminuiu. Nossa iniciativa diplomática foi obter do Peru, que colaborou de uma maneira muito construtiva, a exigência de visto para os haitianos. Agora há um controle maior, mas todos aqueles que já estavam no Brasil foram regularizados. E os que tinham ficado do outro lado da fronteira, mesmo depois da medida de janeiro, também estão regularizados. Então acho que a coisa está normal. Só queria dizer mais uma coisa. Os haitianos que estão vindo ao Brasil estão sendo empregados por várias companhias brasileiras e têm demonstrado boa capacidade profissional. Então é um tipo de migração que não terá

41 A Resolução Normativa nº 97, de 12 de janeiro de 2012, do Conselho Nacional de Imigração (CNIg) estabeleceu a possibilidade de concessão de visto permanente a nacionais haitianos por razões humanitárias “resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010” (Artigo 1º, parágrafo único). A Embaixada do Brasil em Porto Príncipe foi autorizada a conceder até 1.200 vistos anuais. Em 26 de abril de 2013, a Resolução Normativa nº 102, de 26 de abril de 2013, do CNIg revogou o limite de 1.200 vistos anuais previstos na Resolução Normativa nº 97, bem como eliminou a exclusividade de concessão pela Embaixada do Brasil em Porto Príncipe.

dificuldade em procurar a Embaixada, pois é um imigrante bem informado sobre o mercado de trabalho, inclusive no Brasil.

FOLHA: Ministro, eu queria que o senhor ajudasse a matar uma curiosidade: quando, como e quem definiu a retaliação brasileira contra a Espanha⁴²? Foi a Presidenta Dilma Rousseff pessoalmente que tomou a decisão e ligou para o senhor? Só para gente entender um pouquinho como funciona o Governo.

MINISTRO: Foi uma decisão coletiva, que envolveu diferentes...

FOLHA: Isso é muito diplomático. (risos)

MINISTRO: Mas eu estou aqui porque eu sou diplomata, não é? (risos)

FOLHA: Mas não mata a curiosidade.

MINISTRO: Não estaria aqui de outra forma e provavelmente não ocuparia outro Ministério também. Então, a resposta é essa, a sincera. Foi uma decisão coletiva tomada depois de inúmeras tentativas de obtenção de resultados, sem que adotássemos medidas recíprocas. Não chamo de retaliação, chamo de medida recíproca, também é diplomático. E a verdade é que as medidas que nós adotamos são menos rígidas, e a implementação, mais benigna, diria assim, do que aquela do lado espanhol.

FOLHA: E está surtindo efeito?

MINISTRO: Acredito que sim. A verdade é que agora há uma reação positiva e uma determinação política de superar esses entraves. O novo Governo, que assume no início do ano, já deu uma

42 Em 2 de abril de 2012, seguindo o princípio da reciprocidade, o Brasil começou a aplicar normas de entrada para espanhóis que ingressam no país semelhantes às normas aplicadas aos brasileiros que chegavam à Espanha: apresentação de passagens de ida e de volta, reserva em hotel ou carta-convite para hospedagem em residência e comprovação de quantia mínima de dinheiro ou das atividades profissionais desempenhadas. No dia 4 de junho, em Madri, reuniram-se delegações do Brasil e da Espanha para analisar a facilitação recíproca de entrada nos dois países por visitantes nacionais dos respectivos países, cf. nota 39.

sinalização de que quer tratar desse assunto com seriedade, espero que seja assim.

FOLHA: Ministro, queria colocar algumas perguntas da plateia. Já há uma primeira pergunta da plateia. Na verdade, duas, sobre o Irã. Uma delas diz o seguinte “Há informações de que o Presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, deve comparecer ao encontro da Rio+20⁴³. Parece que ele vem mesmo. Qual será a posição do Governo brasileiro durante a visita? Será recebido pela Presidenta Dilma Rousseff? Sob qual caráter?”. Tem outra aqui também sobre o Irã: “Ministro, quais foram as causas da mudança da postura brasileira perante o Irã?”. E aproveito para lembrar que o senhor recentemente deu uma entrevista, inclusive ao UOL, programa do Fernando Rodrigues⁴⁴, em que o senhor admitia certa desconfiança a respeito do programa nuclear iraniano. No Governo Lula, uma declaração como essa jamais seria dada, seria impensável. Realmente, a relação bilateral esfriou, como chegou a dizer um porta-voz do próprio Ahmadinejad?

MINISTRO: Primeiro em relação ao Irã, temos relações corretas. Também dei uma entrevista ao *Zero Hora*⁴⁵ em que empreguei esse adjetivo. As sanções aplicadas ao Irã são sanções relacionadas

43 A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, ocorreu no Rio de Janeiro, entre 20 e 22 de junho de 2012, e foi a maior Conferência da história das Nações Unidas. A Conferência gerou o documento “O Futuro que Queremos”, que lança uma nova agenda de desenvolvimento sustentável para a comunidade internacional, e buscou promover um debate internacional com base nos três pilares do desenvolvimento sustentável: o econômico, o social e o ambiental. A Rio+20 ocorreu vinte anos após a Conferência do Rio (“Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”, em 1992), que foi convocada dois anos após o Relatório Brundtland haver consolidado o conceito de desenvolvimento sustentável. Um dos principais resultados da Conferência Rio+20 foi a decisão de lançar processo para definição de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com a formação de Grupo de Trabalho Aberto (GTA) da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

44 Entrevista concedida ao projeto denominado “Poder e Política – Entrevista”, do portal UOL e da *Folha de S. Paulo*, em 15 de setembro de 2011.

45 Entrevista concedida ao jornal *Zero Hora*, 13 de maio de 2012. Título: “Mantemos relações corretas com o Irã”.

às dúvidas que existem sobre o caráter pacífico ou não do programa nuclear iraniano e fazem parte de uma avaliação da Agência Internacional de Energia Atômica, submetida, posteriormente, ao Conselho de Segurança. Não há, do ponto de vista legal, entretanto, impeditivo a que os países se relacionem com o Irã por meio do comércio, da diplomacia ou da cooperação. Como se sabe, a postura brasileira, de modo geral, é a de que se priorize o diálogo em vez do isolamento. Não vejo uma mudança digna de maior nota nas relações com o Irã. O voto brasileiro sobre uma relatoria especial do Conselho de Direitos Humanos sobre o Irã ganhou destaque na imprensa⁴⁶. O voto obedece a uma lógica sistêmica, para usar outra palavra diplomática. Quando um país não coopera com o sistema de Direitos Humanos das Nações Unidas, o Brasil costuma favorecer, depois de reiteradas tentativas, que se identifique ou que se nomeie um relator especial para aquele país. Foi assim no caso do Irã. Na Agência Internacional de Energia Atômica, durante o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, votou-se a favor da submissão da questão nuclear do Irã ao Conselho de Segurança⁴⁷. Só se faz isso quando não há certeza sobre a finalidade pacífica do programa nuclear. É importante também ressaltar o nosso compromisso com a não proliferação nuclear. O Brasil, por força da Constituição Federal e por compromissos multilaterais e regionais assumidos, como o Tratado de Tlatelolco, declarações do MERCOSUL, entre outros, abriu mão de empregar a tecnologia nuclear para fins não pacíficos e comprometeu-se a manter nossa região livre de armas nucleares. Sendo assim, onde quer que haja dúvidas sobre o caráter pacífico de um programa nuclear, teremos autoridade para tratar do tema. Até mais autoridade do que países que detêm armas nucleares.

46 Resolução do Conselho de Direitos Humanos da ONU (A/HRC/RES/16/9), de 24 de março de 2011. O Brasil votou a favor da Resolução, ao lado de outros 21 países.

47 Resolução da Junta de Governadores da AIEA (GOV/2006/14), de 4 de fevereiro de 2006. O Brasil votou a favor da Resolução, ao lado de outros 26 países.

Sobre a Rio+20, importa esclarecer que o Irã é um país-membro das Nações Unidas. A Assembleia Geral das Nações Unidas convidou todos os países-membros a participar da Rio+20. É, pois, natural que o Presidente Ahmadinejad venha ao Brasil. E será recebido com a mesma cordialidade com que todos os Chefes de Estado, Chefes de Governo ou Chefes de Delegação serão recebidos. Só não posso precisar se haverá uma conversa bilateral, porque o número de pedidos de encontros bilaterais é enorme, e os dias da Conferência são poucos, só três. Será preciso identificar prioridades. Mas encontrei-me recentemente, como noticiou a *Folha de S. Paulo*, e fortuitamente, com o Chanceler do Irã, Ali Akbar Salehi, quando estive em visita à Tunísia. Estávamos hospedados no mesmo hotel. Tive com ele uma conversa muito boa, cordial e interessante. Salehi transmitiu-me sentimento positivo sobre o último encontro P5+1⁴⁸, aquele formato em que os iranianos conversam com cinco membros permanentes do Conselho de Segurança mais a Alemanha sobre como construir confiança para superar o impasse relacionado ao programa nuclear iraniano. Esse tem sido o sentimento que tenho identificado em diferentes interlocutores, o que é uma boa notícia.

FOLHA: Ministro, o senhor citou o P5+1. O Brasil e a Turquia tentaram mediar o acordo que foi derrotado na ONU⁴⁹. Passou-se sei lá quanto tempo, um ano, e a Turquia continua sendo até a anfitriã do encontro do P5+1, enquanto o Brasil sequer é convidado a participar. Quer dizer: houve realmente um recuo. O porta-voz do Presidente Ahmadinejad inclusive disse que houve um golpe nas boas relações construídas à época...

MINISTRO: Corrigiria algumas das suas afirmações.

48 O P5+1, formado por Alemanha, China, França, Estados Unidos da América, Reino Unido e Rússia, reúne-se periodicamente, desde 2006, para tratar de temas relacionados ao programa nuclear iraniano. A rodada de conversas mais recente ocorreu em 5 e 6 de abril de 2013, em Almaty, Cazaquistão.

49 O acordo a que a entrevistadora se refere é a Declaração de Teerã, acordada, em 17 de maio de 2010, entre Brasil, Turquia e Irã. Sobre a Declaração de Teerã e a Resolução 1929 do CSNU, cf. nota 11.

FOLHA: Obrigada.

MINISTRO: Em primeiro lugar, o acordo de Teerã, que foi negociado entre Brasil e Turquia, não foi derrotado no Conselho de Segurança. Ele permanece um marco importante. Quem estudar a História, de como restabelecer a confiança com o Irã e determinar o caráter pacífico do seu programa nuclear, sempre se referirá, necessariamente, ao Acordo de Teerã. Cada vez mais, surgem vozes nos Estados Unidos, na Europa, que reconhecem a importância do Acordo. Anne-Marie Slaughter, que foi responsável pelo planejamento político de Hillary Clinton até pouco tempo atrás, escreveu um artigo recentemente, dizendo que era preciso buscar inspiração no Acordo de Teerã, negociado com a ajuda de Brasil e Turquia, porque o caminho é esse mesmo, o de tentar avançar passo a passo. Acredito que as ideias veiculadas no P5+1 e no Irã agora em Istambul e, posteriormente, em Bagdá, não são muito diferentes daquelas do Acordo.

FOLHA: O senhor está sendo informado pelos americanos sobre o andamento das negociações com o Irã? E o que tem se falado é que existe certo otimismo acerca das negociações, porque, finalmente, os Estados Unidos vão admitir que o Irã mantenha a atividade de enriquecimento em um nível mínimo. É a isso que o senhor está se referindo quando diz que ideias do acordo de Teerã vão ser aproveitadas?

MINISTRO: Sim, em parte a isso, em parte também à ideia de remeter a outro país parte do urânio já enriquecido no Irã; o fornecimento, a identificação de um fornecedor para o reator de pesquisa de Teerã. Mas outra coisa que vocês terão notado: fala-se menos, de umas semanas para cá, sobretudo depois da reunião de Istambul, naquela hipótese de uma intervenção militar unilateral no Irã para lidar...

FOLHA: Israel.

MINISTRO: É. Isso é um bom sinal. É um sintoma de que essas conversas estão avançando. Mantemos consultas regulares com os atores principais envolvidos nessa questão e sobre o andamento do processo. Compartilhei aqui a avaliação iraniana de que a coisa está indo bem. A Turquia é um país vizinho do Irã. O envolvimento turco é, por razões evidentes, maior, mas a Turquia mantém contato muito regular e frequente conosco sobre esses e outros assuntos. Recentemente, organizei, em Istambul, uma reunião com todos os nossos Embaixadores no mundo islâmico, árabe, do Marrocos até o Irã⁵⁰ – o Irã e a Turquia não são árabes, mas são islâmicos. O Chanceler Davutoğlu fez uma apresentação, muito apreciada à época, e foi uma excelente oportunidade para tomar um pouco a temperatura de toda essa região. Meu colega turco pretende fazer a mesma coisa no Rio de Janeiro, reunir-se com todos embaixadores turcos aqui na América Sul.

FOLHA: O senhor foi Embaixador nos Estados Unidos e conhece bem a realidade americana. O que acha sobre eventual Governo Republicano⁵¹? Haverá eleições em novembro. Se o candidato Mitt Romney vencer a eleição, o que mudaria na relação com o Brasil, com os Republicanos de volta ao poder?

MINISTRO: As relações Brasil-Estados Unidos adquiriram altura de cruzeiro e se sustentarão qualquer que for a decisão do eleito em novembro desse ano. Fui Embaixador nos EUA durante um Governo Republicano, precisamente. Acompanhei de perto a eleição do Presidente Barack Obama, mas terei permanecido mais

50 Entre 23 e 25 de fevereiro de 2012, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, reuniu-se, em Istambul, com os Embaixadores brasileiros acreditados junto aos países do Oriente Médio e Norte da África. O objetivo do encontro foi avaliar o desdobramento dos eventos políticos naquela região, com vistas a subsidiar o planejamento da ação diplomática brasileira, em suas vertentes bilateral, regional e multilateral, nos planos político e econômico-comercial. A programação do encontro incluiu palestra proferida pelo Chanceler da Turquia, Ahmet Davutoğlu, em que este ofereceu a perspectiva turca sobre a Primavera Árabe e outros temas da agenda internacional.

51 No momento em que a entrevista foi concedida, estava em curso a campanha eleitoral para as eleições presidenciais de 2012 nos Estados Unidos, em que saiu vitorioso o Presidente Barack Obama.

tempo lá durante o Governo do Presidente George W. Bush. E encontramos um diálogo muito proveitoso: o comércio atingiu recordes históricos, logo antes da crise do Lehman Brothers, depois caiu um pouquinho; novos mecanismos de diálogo foram criados, alguns bastante inovadores, como o Programa de Ação Conjunta para o Combate à Discriminação Racial. Nunca Brasil e Estados Unidos tinham dialogado sobre tema tão fundamental para as duas sociedades: como incorporar plenamente afrodescendentes ao progresso social e político e criar oportunidades para um grupo populacional trazido para as Américas como escravos. Um dos piores flagelos da humanidade, como a gente sabe. Vejo que as relações com os EUA são maduras, sofrem ajustes, claro, dependendo do partido que está no poder, mas não retrocederão.

FOLHA: A Presidenta Dilma Rousseff talvez pela agenda internacional que teve até agora, tem falado, inclusive em discursos, muito mais dos BRICS do que da UNASUL. Acho que até tem certa ironia nisso porque parece que agora a FIESP finalmente está apoiando a UNASUL, teve aquele seminário aqui sobre a infraestrutura sul-americana⁵².

MINISTRO: COSIPLAN⁵³.

FOLHA: Os empresários brasileiros, talvez por causa da dificuldade de venda de produtos industriais para outros mercados, estão vendo vantagem na integração regional. E aí então eu queria saber

52 Trata-se do Seminário de Infraestrutura da América do Sul – 8 Eixos de Integração, organizado pela FIESP, em 24 de março de 2012, em São Paulo.

53 O Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) foi criado em agosto de 2009, durante a III Cúpula da UNASUL, em Quito, no dia 10 de agosto de 2009, em substituição ao Comitê de Direção Executiva da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). A criação do COSIPLAN, em nível ministerial, tem o objetivo de prover suporte político à integração da infraestrutura na América do Sul. Atualmente, a agenda de projetos prioritários de integração do COSIPLAN é composta de 31 projetos estruturantes, incluindo áreas como transportes (rodovias, hidrovias, portos e aeroportos) e energia (redes elétricas, oleodutos e gasodutos).

qual é, realmente, a hierarquia de importância, e que tipo de aposta se faz nos BRICS e na UNASUL.

MINISTRO: São agendas diferentes. Se você examinar, por exemplo, o discurso que a Presidenta da República fez no Dia do Diplomata, 20 de abril, no Itamaraty, verá que os pronunciamentos mais abrangentes sobre política externa começam com uma reafirmação sobre a prioridade sul-americana. Sobre isso, não há questionamento possível. Pelo calendário de viagens, a Presidenta visitou os quatro países MERCOSUL⁵⁴; esteve duas vezes na Argentina⁵⁵; foi à posse do Presidente Humala, em Lima⁵⁶, quando se reuniu a UNASUL, em nível de Chefes de Estado; foi à Venezuela, para uma visita bilateral e a instalação da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e do Caribe⁵⁷; foi agora, recentemente, a Cartagena para uma reunião da

54 A Presidenta da República, Dilma Rousseff, esteve na Argentina em 31 de janeiro de 2011, em 10 de dezembro de 2011, em 28 e 29 de junho de 2012, em 28 de novembro de 2012 e em 25 de abril de 2013; no Paraguai, em 29 de junho de 2011; e, no Uruguai, em 30 de maio de 2011 e em 20 de dezembro de 2011. Embora a Venezuela ainda não fosse membro do MERCOSUL em 2011, a Presidenta da República esteve em Caracas em 1, 2 e 3 de dezembro de 2011. Já como membro pleno do bloco, a Presidenta Dilma Rousseff visitou a Venezuela em 7 e 8 de março de 2013, para a cerimônia oficial de exéquias do Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, falecido no dia 5 de março de 2013; e, em 19 de abril de 2013, para a cerimônia de posse do Presidente Nicolás Maduro. No dia 31 de julho de 2012, foi realizada, em Brasília, reunião de Cúpula do MERCOSUL, com participação dos Chefes de Estado de Brasil, Uruguai, Venezuela e Argentina, para oficializar a admissão da Venezuela ao bloco. O Protocolo de Adesão entrou em vigor em 12 de agosto de 2012, trinta dias após o depósito do instrumento de ratificação pela Venezuela.

55 Do momento do discurso até junho, a Presidenta Dilma Rousseff esteve na Argentina em cinco ocasiões, cf. nota 54.

56 A Presidenta da República, Dilma Rousseff, realizou visita a Lima em 28 de julho de 2011, por ocasião da cerimônia de posse do Presidente Ollanta Humala. Naquela ocasião, participou, ainda, de Reunião Extraordinária de Chefes e Chefes de Estado e de Governo da UNASUL.

57 Em Caracas, entre os dias 1 e 3 de dezembro de 2011, a Presidenta Dilma Rousseff participou da III Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) e da XXII Cúpula do Grupo do Rio, quando foram aprovados os "Procedimentos para Funcionamento Orgânico da CELAC", documento constitutivo do mecanismo. A decisão que determinou a criação da CELAC data da I Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe (Riviera Maia, 23 de fevereiro de 2010), ocasião em que se aprovou declaração presidencial sobre a constituição de um mecanismo que reuniria os 33 Estados soberanos da América Latina e do Caribe por meio da fusão do Grupo do Rio e da CALC.

Cúpula das Américas⁵⁸. Sendo assim, não há dúvida de que a América do Sul constitui prioridade estratégica. A gente tem na América do Sul uma oportunidade histórica excepcional. É uma região de democracia, de cooperação, com potencial energético e agrícola e cada vez mais competitiva. E sabemos que, para se projetar internacionalmente, como tem feito, o Brasil se beneficiará enormemente se dispuser de uma América do Sul coordenada, com melhor infraestrutura. O COSIPLAN, o conselho ao qual você se referiu, reuniu-se recentemente em São Paulo e contou com a liderança da Ministra do Planejamento, Miriam Belchior. O COSIPLAN tem projetos da ordem de 14 bilhões de dólares para infraestrutura⁵⁹. Como costume dizer, a política externa comporta uma âncora regional e, hoje em dia, uma política de alcance universal. Aí entram os BRICS, que refletem o mundo multipolar em emergência. É um mecanismo de debate. As posições não são idênticas. Mas os líderes dos BRICS têm em comum a valorização dessa coordenação muito útil e muito interessante, sobretudo quando se trata de temas como a crise econômica, o impacto dela sobre o comércio, as receitas para se superar a crise. Agora há o debate sobre austeridade ou estímulo ao crescimento, que ficou muito visível com a eleição do Presidente Hollande na França. São temas a que a Presidenta se refere com frequência e, por consequência, aos BRICS também.

FOLHA: Falando ainda em integração regional, do MERCOSUL, uma das prioridades da sua gestão, a gente vê, de novo, no noticiário recente problemas de barreiras comerciais impostas pela Argentina, em retaliação ao Brasil. A Argentina é uma pedra no sapato da integração latino-americana, sul-americana pelo menos?

58 A Presidenta da República, Dilma Rousseff, esteve em Cartagena das Índias, nos dias 14 e 15 de abril de 2012, para participar da VI Cúpula das Américas, cujo tema foi “Conectando as Américas: Sócios para a Prosperidade”. No dia 14, a Presidenta Dilma Rousseff participou, ainda, de painel sobre comércio e investimentos no âmbito da Cúpula Empresarial das Américas, ao lado dos Presidentes Barack Obama, dos EUA, e Juan Manuel Santos, da Colômbia.

59 Sobre o COSIPLAN, criado em agosto de 2009, cf. nota 53.

MINISTRO: Não haveria integração sul-americana, latino-americana, e não estaria no patamar em que está hoje se desenvolvendo, se não fosse o entendimento forte entre Brasil e Argentina desde o início. Esse entendimento envolveu a criação do MERCOSUL, que levou o comércio regional dos quatro membros de 4 bilhões para quase 50 bilhões em vinte anos, mas também envolveu outros aspectos. Envolveu, por exemplo, o acordo de salvaguardas, a criação da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares. Hoje essas salvaguardas equivalem ao Protocolo Adicional ao TNP⁶⁰, o que é uma conquista importante. Sem isso, não teríamos hoje a possibilidade de consolidar o MERCOSUL, de criar a UNASUL, que comporta inclusive um Conselho de Defesa, com transparência nas políticas militares, nos gastos militares. A Argentina, muito longe de ser uma pedra no sapato, é, sobretudo, um aliado estratégico nesse projeto. Cada país com suas dificuldades, com seus desafios. E a Argentina está procurando um caminho dentro de um ano cheio de dificuldades econômicas grandes.

FOLHA: Gostaria de ouvir sobre essa onda de nacionalizações. Não sei se dá para dizer onda ainda, uma marola, para citar o ex-Presidente Lula, a marolinha de nacionalizações na Argentina e na Bolívia. O Brasil teme ser também tragado por essa onda?

MINISTRO: Deixe-me completar uma informação sobre o comércio com a Argentina. Anteontem, estiveram em Brasília o Chanceler Timerman e o Secretário de Comércio Guillermo Moreno. Tivemos uma conversa muito franca e direta sobre essas licenças não automáticas adotadas, que, aliás, são medidas previstas pela OMC.

60 Na reunião da Junta de Governadores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), realizada entre 7 e 9 de março de 2011, a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) foi aceita, por unanimidade, como agência binacional observadora. Até então, apenas a EURATOM havia obtido esse *status*. Em 24 de junho de 2011, durante a 21ª Reunião Plenária do Grupo de Supridores Nucleares (NSG), passou-se a reconhecer o Acordo Quadripartite assinado por Brasil, Argentina, ABACC e a AIEA, em 1991, como critério alternativo ao Protocolo Adicional aos acordos de salvaguardas da AIEA.

A questão é o prazo. Se passar de 60 dias, as medidas podem ser realmente questionadas. Queremos que sejam adotadas no contexto dos compromissos internacionais que os dois países assumiram. O importante dessa reunião foi que concordamos em identificar as dificuldades de lado a lado e em reunir nossos especialistas antes do fim do mês⁶¹, sob a liderança do Secretário Executivo do MDIC e, do lado argentino, do Secretário Guillermo Moreno. Sobre a questão das nacionalizações, achei que o Chanceler da Espanha deu ontem uma resposta muito boa quando lhe fizeram essa pergunta⁶². Disse que isso é uma decisão de política econômica soberana. Os espanhóis estão preocupados com a negociação de uma compensação adequada. Estão em um processo negociador, que, esperamos, não provoque sobressaltos. A mesma coisa se aplica à Bolívia. O Brasil não deve temer nada.

FOLHA: Para ficar na América Latina, existe uma perspectiva de uma situação de instabilidade grande na Venezuela em função da doença do Presidente Hugo Chávez⁶³. Entre os cenários traçados, existem as disputas internas dentro do chavismo, entre militares e civis do chavismo. Fala-se em um cenário como houve na Argentina, por exemplo, depois da morte do Perón. Como o Brasil está acompanhando essa situação?

MINISTRO: De muito perto, como não pode deixar de ser em se tratando de um país vizinho. A enfermidade de um Chefe de Estado ou Governo é um acontecimento importante para qualquer país, que desperta preocupação e exige acompanhamento. Convoquei

61 A referida reunião foi realizada em 8 de novembro de 2012, em São Paulo.

62 O Ministro espanhol de Relações Exteriores e de Cooperação, José Manuel García-Margallo, realizou, de 14 a 16 de maio de 2012, sua primeira visita ao Brasil, quando comentou sobre o processo de nacionalizações na Argentina como uma decisão soberana. A viagem de García-Margallo antecedeu a que o Rei Juan Carlos I da Espanha fez ao Brasil, em 4 de junho de 2012.

63 O Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, faleceu no dia 5 de março de 2013.

nosso Embaixador em Caracas⁶⁴ recentemente para uma conversa mais aprofundada e exame da situação. Também tenho conversado muito com as autoridades venezuelanas. O Chanceler Nicolás Maduro⁶⁵, um excelente interlocutor, deve vir ao Brasil⁶⁶, e nos encontraremos no dia 1º ou 2 de junho, provavelmente, a caminho de uma Assembleia Geral da OEA⁶⁷ em Cochabamba, na Bolívia. A previsão é de que a institucionalidade será cumprida seja qual for o cenário. Mas obviamente desejamos ao Presidente Chávez a

64 Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, serviu em Caracas de julho de 2010 a julho de 2013, quando se tornou Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia.

65 Em 2006, Nicolás Maduro deixou o cargo de Presidente da Assembleia Nacional, a pedido do Presidente Hugo Chávez, para assumir o Ministério do Poder Popular para Assuntos Exteriores, substituindo o Ministro Ali Rodríguez Araque, Secretário General da UNASUL desde 2012. Permaneceu no cargo até o início de 2013, quando foi substituído por Elías Jaua. Em 10 de outubro de 2012, após três dias das eleições presidenciais, Nicolás Maduro foi nomeado Vice-Presidente Executivo da República Bolivariana da Venezuela, ocupando o posto deixado por Elías Jaua, que então concorria ao cargo de Governador do estado de Miranda. Com a licença do Presidente Hugo Chávez, em dezembro de 2012, para tratamento médico, Nicolás Maduro assumiu o posto de Presidente, interino, da Venezuela. Em decorrência do falecimento do Presidente Hugo Chávez, em 5 de março de 2013, teve lugar um novo processo eleitoral no país, que culminou com a vitória de Nicolás Maduro como Presidente da República Bolivariana da Venezuela em abril de 2013.

66 O então Chanceler Nicolás Maduro (cf. nota 65) esteve no Rio de Janeiro, em 2 de junho de 2012, quando manteve encontro com o Ministro Antonio de Aguiar Patriota. Na ocasião, os dois Chanceleres trataram de temas da agenda entre Brasil e Venezuela, como a cooperação em habitação, agricultura e saúde; infraestrutura; comércio; e investimentos. Também trataram dos processos de integração regional e de iniciativas como o Banco do Sul e o COSIPLAN. No plano multilateral, trataram, ainda, de temas como o relacionamento com a África e com países árabes e a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20).

67 O XLIII período ordinário de sessões da Assembleia Geral da OEA ocorreu nos dias 3, 4 e 5 de junho de 2012, em Cochabamba, Bolívia. Na ocasião, foi adotada a Carta Social das Américas, documento que, ao reunir as aspirações e os compromissos dos países americanos em temas sociais, complementou a Carta Democrática Interamericana, de 2001, a qual está focada em aspectos de ordem político-institucional. Também no âmbito do encontro, foi aprovada a "Declaração de Cochabamba sobre Segurança Alimentar com Soberania nas Américas". No encontro, o brasileiro Roberto Caldas foi eleito ao cargo de juiz da Corte Interamericana de Direitos Humanos, com 19 votos. Durante o LVIII período ordinário de sessões da Assembleia Geral da OEA, que contou com a participação do Ministro Antonio de Aguiar Patriota, tratou-se do problema mundial das drogas e do fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. Na ocasião, foi aprovadas a Convenção Interamericana contra o Racismo, a Discriminação Racial e Formas Correlatas de Intolerância e a convenção interamericana contra toda forma de discriminação e intolerância. Uma vez em vigor, a convenção interamericana contra toda forma de discriminação e intolerância será o primeiro documento internacional juridicamente vinculante a expressamente condenar a discriminação baseada em orientação sexual, identidade e expressão de gênero. Durante a LVIII sessão ordinária da Assembleia Geral da OEA, o brasileiro Paulo de Tarso Vannuchi foi eleito à Comissão Interamericana de Direitos Humanos para o período 2014-2017.

recuperação mais completa e rápida possível. Embora tenha sido muito agressivo o tratamento radioterápico ao qual foi submetido recentemente, o Presidente Chávez está se recuperando bem.

FOLHA: A gente estava falando da Espanha, do problema da Argentina e da Bolívia com a Espanha. A Europa é um grande “case”, com onze governos fazendo uma reviravolta para a direita. E agora essa novidade na França⁶⁸. Como é que o Brasil está vendo esse processo não só do ponto de vista econômico e dos reflexos para o Brasil, mas também do ponto de vista político?

MINISTRO: A União Europeia é um parceiro estratégico do Brasil. A relação adquiriu esse *status* desde a Cúpula de Lisboa. Isso envolve cúpulas anuais entre a Presidenta Dilma Rousseff e a liderança da União Europeia. A Presidenta esteve em Bruxelas em 2011 para mais uma reunião da parceria estratégica⁶⁹. Tomada em seu conjunto, a União Europeia é o principal parceiro comercial do Brasil⁷⁰. Individualmente, há países com que temos relacionamento muito intenso e profundo. Temos Embaixadas na grande

68 De acordo com levantamento realizado por meios de comunicação em maio de 2012, até aquela data, teriam ocorrido onze mudanças de governo em países europeus desde o início da crise econômica de 2008: Islândia, Reino Unido, Irlanda, Portugal, Eslováquia, Espanha, Itália, Grécia, Romênia, Holanda e França. Nas eleições presidenciais francesas, de maio de 2012, registrou-se vitória do candidato do Partido Socialista, François Hollande, contra o então Presidente da República, Nicolas Sarkozy, que tentava sua reeleição.

69 A V Cúpula Brasil-União Europeia realizou-se em Bruxelas, em 3 e 4 de outubro de 2011, e contou com a presença da Presidenta da República, Dilma Rousseff. Por ocasião da Cúpula, a Presidenta Dilma Rousseff, o Presidente da Comissão Europeia, José Manuel Durão Barroso, e o Presidente do Conselho Europeu, Herman van Rompuy, adotaram o Plano de Ação Conjunta 2012-2014 para a Parceria Estratégica Brasil-União Europeia. Cooperação educacional, ciência e tecnologia foram alguns dos principais temas tratados. Foram assinados instrumentos nas áreas de serviços aéreos, desenvolvimento tecnológico, políticas espaciais, cooperação cultural e turismo. O Plano de Ação Conjunta prevê ações concretas nas mais diversas áreas e contém diretrizes para a atuação dos cerca de 20 diálogos setoriais bilaterais, que se reúnem com regularidade. O documento reflete o resultado das atividades realizadas até o momento e prevê o reforço da cooperação em diversos campos, em particular por meio da criação dos novos diálogos setoriais sobre o combate ao problema mundial das drogas e acerca da mudança do clima. Foi ainda estabelecido diálogo sobre políticas espaciais. As partes firmaram, ademais, instrumentos nos campos da cultura, do turismo e da ciência e tecnologia.

70 Em 2012, os fluxos de comércio entre Brasil e os países da União Europeia totalizaram 96,5 bilhões de dólares, tendo o Brasil exportado 48,9 bilhões de dólares e importado 47,7 bilhões de dólares (Fonte: MDIC).

maioria dos 27 países da União Europeia⁷¹. São poucos os países onde não temos: dois Bálticos – Lituânia e Letônia –, Malta e Luxemburgo⁷². Até em Chipre temos Embaixada hoje⁷³. Então, obviamente, encaramos com muita seriedade a relação com União Europeia e nos preocupa a situação econômica da região. No G-20 de Cannes, em 2011, a Presidenta da República tomou a iniciativa de reunir os BRICS para uma coordenação. É consenso entre os BRICS que a crise na zona do Euro preocupa, sobretudo porque tem impacto mundial. Já se superou essa questão de quem está imune e de quem não está. Hoje em dia, concorda-se unanimemente com que a crise tem impacto mundial. A crise está diminuindo a perspectiva de crescimento até mesmo nas economias emergentes. É nesse contexto que acompanhamos também a evolução política, porque, de vez em quando, a teoria econômica esbarra na realidade política ou as medidas econômicas esbarram na realidade política. É o que estamos presenciando na Grécia. Em última análise, cada povo, cada sociedade tem que decidir, de forma soberana, quais os rumos deseja tomar. E a Grécia, de certa maneira, está se insurgindo contra o que foi, digamos, a ideologia predominante até agora da austeridade. Talvez uma austeridade que tenha sido levada um pouco longe demais no combate à crise.

71 Após sua mais recente expansão, que resultou na adesão de Bulgária e Romênia, em 1º de janeiro de 2007, a União Europeia passou a compreender 27 países-membros. O Brasil mantém atualmente Embaixadas em 23 desses países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Irlanda, Itália, Países Baixos, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Romênia e Suécia. O Brasil possui, desde 2006, Embaixada em Zagreb, Croácia, país que se encontra em processo de adesão à União Europeia.

72 As relações bilaterais do Brasil com Letônia, Lituânia, Luxemburgo e Malta estão a cargo de Embaixadas cumulativas, localizadas, respectivamente, em Estocolmo, Copenhague, Bruxelas e Roma.

73 O Brasil possui Embaixada em Nicósia, capital da República do Chipre, desde fevereiro de 2010, e o Chipre mantém Embaixada em Brasília desde agosto de 2009.

FOLHA: E o Presidente François Hollande? A Presidenta Dilma Rousseff vai fazer uma dobradinha com o Presidente Hollande, como sugeriu a mensagem que ela mandou e que foi muito comentada⁷⁴?

MINISTRO: A mensagem que a Presidenta Dilma Rousseff mandou é bastante eloquente. E toca justamente nesse ponto: a eleição do François Hollande tem o potencial de alterar um pouco a dinâmica no G-20. Teremos de ver na próxima reunião do G-20, em Los Cabos, que ocorrerá logo antes da Rio+20⁷⁵.

FOLHA: E vai ajudar a decidir os caças⁷⁶, então? Da Aeronáutica?

MINISTRO: Você gosta do assunto dos caças, não é?

FOLHA: Eu adoro. (risos) Adoro e já estou ficando viciada⁷⁷ porque já tem 20 anos. Eu ia fazer a pergunta, mas eu deixo o senhor responder essa.

74 Por ocasião da vitória de François Hollande nas eleições de abril e maio de 2012, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, enviou-lhe mensagem de congratulações em que afirma estar segura que Brasil e França poderiam “compartilhar posições comuns nos foros internacionais, dentre eles o G20”, que poderiam inverter as “políticas recessivas, ainda hoje predominantes, e que, no passado, infelicitaram o Brasil e a maioria dos países da América Latina”. A mensagem segue nos seguintes termos: “França e Brasil estão unidos por ambiciosos projetos bilaterais, como consequência da aliança estratégica que estabelecemos. Estou segura que daremos continuidade a essa cooperação nos próximos anos”.

75 Realizada em 18 e 19 de junho de 2012, em Los Cabos, México, a VII Cúpula do G-20 foi uma oportunidade para que os Chefes de Estado e de Governo do Grupo discutissem a situação da economia mundial e formas de promover a recuperação das regiões mais afetadas pela crise. A Cúpula ocorreu em contexto de agravamento da situação na Zona do Euro e, como resultado, de maior pessimismo sobre o crescimento global. Em Los Cabos, o Brasil ressaltou a importância de que os países desenvolvidos adotem medidas de estímulo ao crescimento, bem como de que os países europeus renovem esforços para superar as dificuldades do setor bancário e das finanças públicas na região. A Declaração aprovada em Los Cabos registrou o compromisso dos países europeus com a implementação dessas medidas, em prol da estabilidade e da recuperação da região. O Brasil manifestou importante apoio aos esforços de combate à crise ao anunciar disposição de contribuir com 10 bilhões de dólares aos recursos do Fundo Monetário Internacional (FMI). Somados aos compromissos anteriormente apresentados por diferentes países, os anúncios em Los Cabos integram pacote de 456 bilhões de dólares em novos recursos para o FMI, com vistas a melhorar a prevenção e resolução de crises.

76 O Programa FX-2 de reequipamento e modernização da Força Aérea Brasileira, iniciado em 2006, tem por objetivo atualizar o inventário do Brasil de aeronaves de caça modernas e capazes de cumprir funções de monitoramento do espaço aéreo nacional e de defesa do País.

77 A pergunta foi feita pela jornalista Eliane Cantanhêde, colunista da *Folha de S. Paulo*.

MINISTRO: Dos caças? Eu não tenho nada a acrescentar. Até mesmo porque a decisão não compete a mim.

FOLHA: Já que o senhor não vai responder essa, queria perguntar sobre o G-20. O Presidente Hollande deve dar uma nova dinâmica ao G-20. Que dinâmica será essa? O G-20 vai pensar mais em crescimento econômico a partir de agora?

MINISTRO: Essa é a expectativa. A França é um país importante na União Europeia. Aliás, a relação França-Alemanha é visivelmente importante. Veja a primeira viagem que ele realizou, para encontrar-se com a Chanceler Angela Merkel. Agora está indo aos Estados Unidos também. Até porque o Reino Unido, outro país importante, não faz parte da zona do euro.

FOLHA: O senhor acha que a Grécia está correta em rebelar-se contra esse pacote de austeridade?

MINISTRO: Tem de perguntar aos gregos. É uma questão de soberania da sociedade, do eleitorado grego. A Grécia não tem opções muito boas diante de si. As opções são todas muito problemáticas, mas, ao mesmo tempo, a Europa é uma região de extraordinária capacidade de reinventar-se, de crescimento e de nível educacional elevadíssimo. A gente olha para a Europa como um parceiro fundamental no programa “Ciência sem Fronteiras”. Como dizia ontem o Chanceler da Espanha, essa crise toda na Europa deve ser vista como uma crise transitória. De toda forma, uma crise profunda e séria. Disso não temos dúvida.

FOLHA: Crise na China. Porque eu acho que até mais do que a crise europeia, o que tem potencial de realmente afetar a economia brasileira, não só a brasileira como sul-americana, é uma desaceleração chinesa. A demanda chinesa por produtos tem sustentado a balança comercial brasileira. Se reduzir, aí, sim, a crise vai bater muito forte aqui. Então eu queria saber com qual tipo de informação

sobre essa desaceleração o senhor está lidando e se o senhor acha que o Brasil já está começando a superar aquele déficit que o próprio Ministro Celso Amorim admitiu de preparação para o papel que a China passou a ter no mundo, na economia global.

MINISTRO: Bom, vamos por etapas. Em primeiro lugar, o Governo chinês adotou o décimo segundo plano quinquenal, que põe muita ênfase na expansão do mercado doméstico⁷⁸. O crescimento chinês, a elevadíssimas taxas, nos últimos anos deu-se em função de um crescimento voltado para fora, para o dinamismo do seu setor exportador. Agora, estão também olhando, com mais atenção, para o mercado doméstico. Esse dado envolverá mudanças na dinâmica da economia chinesa. Por outro lado, as previsões de que dispomos é de que a China continuará sendo o principal parceiro comercial do Brasil, como foi em 2011 e 2010. E o comércio nos dois sentidos poderá crescer, em 2012, de 70 até 90 bilhões, com persistência de um superávit para o Brasil⁷⁹. O que transmitimos aos nossos parceiros chineses, sempre de maneira muito direta, é que, embora esse comércio seja estrategicamente muito importante para o Brasil, gostaríamos, ao mesmo tempo, que o fosse qualitativamente mais diversificado, com maior exportação de manufaturas. Essa foi a ênfase dada pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, quando da visita a Pequim em 2011⁸⁰. Também foi essa a ênfase durante a reunião da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível, chefiada pelo Vice-Presidente, do lado

78 A Assembleia Nacional Popular da China aprovou o 12º Plano Quinquenal do país em 14 de março de 2011. O Plano estabelece como metas a redução das desigualdades sociais e a criação de ambiente favorável ao crescimento sustentável.

79 Em 2012, o comércio total entre Brasil e China foi 75,4 bilhões de dólares. Desse valor, o Brasil exportou para a China 41,2 bilhões de dólares e importou daquele país 34,2 bilhões de dólares. Como resultado, o Brasil obteve um superávit no comércio bilateral de 6,9 bilhões de dólares, o equivalente a pouco menos de um terço do superávit comercial total brasileiro, de 19,4 bilhões de dólares (Fonte: MRE).

80 A Presidenta Dilma Rousseff visitou Pequim em 12 de abril de 2011. No comunicado conjunto divulgado após encontro com o Presidente Hu Jintao, os dois Governos "reconheceram a necessidade de intensificar o diálogo sobre as estruturas de comércio e de investimentos e sobre a diversificação do comércio bilateral. A parte chinesa manifestou disposição de incentivar suas empresas a ampliar a importação de produtos de maior valor agregado do Brasil". Por meio de parcerias entre empresas chinesas e brasileiras,

brasileiro, e pelo Vice-Primeiro-Ministro, do lado chinês⁸¹. A China aceita esse debate como válido, embora superar essa concentração da pauta exportadora em poucos produtos não seja uma questão fácil. Também tem a ver com a questão da própria indústria brasileira. Mas o debate está lançado. Um declínio relativo nas taxas de crescimento da China teria impacto mundial. Mas outro fenômeno interessante é o aumento, nos primeiros meses de 2012, das exportações brasileiras⁸² para os Estados Unidos. E a economia americana está se recuperando⁸³. As perspectivas brasileiras são, pois, positivas para 2012 com relação a esses dois parceiros comerciais. E há tantos desenvolvimentos importantes no momento, a situação cambial é positiva no desempenho comercial.

FOLHA: A China vem em um processo crescente de ocupação de espaço econômico. Compra, vende, mas também investe, compra terras no Brasil, na América do Sul, na África. E a China tem uma composição, um equilíbrio de economia com política que não

os dois países comprometeram-se ainda com a ampliação e diversificação de investimentos recíprocos nas indústrias de alta tecnologia e automotiva, bem como nos setores de energia, mineração e logística.

- 81 A Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), estabelecida em maio de 2004, constitui um dos mais abrangentes mecanismos bilaterais de coordenação do Brasil com a China. A estrutura atual da Comissão contempla onze subcomissões, responsáveis por diversos temas: relações econômicas; cooperação científica, tecnológica e espacial; intercâmbio cultural e educacional, entre outros. Conta também com Grupos de Trabalho sobre temas específicos como investimentos, propriedade intelectual, questões aduaneiras e, entre outros, temas sociais. Do lado brasileiro, é chefiada pelo Vice-Presidente da República e, da parte chinesa, pelo Vice-Primeiro-Ministro encarregado de temas econômicos e financeiros. A COSBAN reuniu-se três vezes: em março de 2006, em Pequim; e, em fevereiro de 2012, em Brasília; e em novembro de 2013, em Cantão.
- 82 Em 2012, o intercâmbio comercial total entre Brasil e Estados Unidos foi de 59,1 bilhões de dólares. As exportações brasileiras atingiram 26,7 bilhões de dólares, total que representa crescimento de 3,5% em relação ao ano anterior. Já as importações brasileiras diminuíram 4,7% em relação a 2011, totalizando 32,36 bilhões de dólares (Fonte: MDIC).
- 83 Em abril de 2013, o World Economic Outlook identifica sinais positivos de recuperação da economia norte-americana, como o aumento do crédito, melhoria das condições de empréstimos bancários, avanços no setor de construção civil, aumento de preços no mercado imobiliário e variação positiva na criação de empregos. Segundo a publicação do FMI, entretanto, o crescimento dos Estados Unidos permaneceu reduzido em 2012, correspondendo a 2,2%. Esse número seria decorrente dos efeitos da crise financeira, da consolidação fiscal, de ambiente externo desfavorável e de choques temporários, como o efeito de secas sobre a agricultura e consequências negativas geradas pelo furacão Sandy.

se entende muito bem. Em algum momento, esse processo de ocupação, via comércio e economia, pode transformar-se em ambição de ocupação política? Como é que o Brasil avalia estrategicamente, no longo prazo, o papel político dessa China no mundo?

MINISTRO: Essa pergunta é muito interessante.

FOLHA: Muito obrigada.

MINISTRO: E poderia propiciar um debate de uma hora e meia, só essa pergunta.

FOLHA: Por favor, Ministro, não. Concisão, por favor.

MINISTRO: Porque ela encerra muitos aspectos. Mas me dei conta de que deixei de responder um pedacinho da sua pergunta. Como o Brasil se aparelha, se prepara para lidar com isso? Essa é também uma pergunta interessante, porque há um déficit de conhecimento sobre a China no Brasil. No Itamaraty, estamos estimulando um número maior de diplomatas brasileiros a aprender mandarim. Eu mesmo morei na China dois anos, falo um pouquinho. Meu mandarim é rudimentar, mas não morro de fome se você me deixar em uma rua de Pequim. Precisamos de centros de pesquisa que se dediquem ao estudo dos aspectos econômico e político da China emergente. Neste século, talvez até durante minha vida ativa profissional, a perspectiva de que a China ultrapasse os Estados Unidos em termos econômicos – tamanho do PIB – é uma realidade, diferente do que ocorreu durante a Guerra Fria. Esse quadro deverá mudar a dinâmica internacional, criar um cenário diferente. É preciso uma análise aprofundada dessa situação. As relações políticas entre Brasil e China beneficiam-se de uma circunstância dada um pouco pela história e pela geografia. Não existe nenhum passivo de ressentimento, de problema fronteiro, de rivalidade sub-regional. Existem rivalidades maiores ou já existiram, no passado, entre a China e alguns outros países dos BRICS e também os Estados Unidos. Nos Estados

Unidos, haverá escolas de pensamentos variadas: as que defendem atitude mais cooperativa em relação à China, que emerge como um grande polo; e as que veem a emergência chinesa como uma ameaça à hegemonia norte-americana, que durou praticamente cem anos. Essa é a resposta curta.

FOLHA: Uma pergunta da plateia. Ontem, foi instalada a Comissão da Verdade. Qual é a importância do trabalho da Comissão da Verdade para as relações internacionais brasileiras? Haverá integração do trabalho da Comissão com o Ministério das Relações Exteriores quando houver necessidade de investigar em países da América do Sul? Citam-se Uruguai, Argentina e Chile. Deve referir-se à Operação Condor, que foi uma operação de países aqui do Cone Sul de repressão a rebeldes na época, dissidentes etc. Como o Itamaraty deverá atuar, se for atuar, nessa questão da Comissão da Verdade e se pode haver algum tipo de interlocução com países vizinhos? Queria acrescentar a essa pergunta o que segue: ouvi a informação de que o Itamaraty vai digitalizar 80 milhões de documentos entre papéis reservados, secretos. Como vai ser isso? Que tipo de acesso vai ser dado a essa documentação? A partir de quando? O Ministério das Relações Exteriores, de alguma maneira, poderia facilitar o acesso a conversas, em nível diplomático, com os Estados Unidos, registradas em relatórios de inteligência da CIA, por exemplo, caso isso seja solicitado?

MINISTRO: Em primeiro lugar, o impacto da Comissão da Verdade sobre relações internacionais. Simplificando, uma boa maneira de abordar o tema: ontem, a cerimônia, no Planalto, foi muito comovedora, bonita e importante historicamente para o Brasil. Note-se a presença de todos os ex-Presidentes na cerimônia. No início, houve a leitura, pelo representante do Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações Unidas, de uma mensagem da Alta Comissária para os Direitos Humanos, Navanethem Pillay, que elogiava e declarava a Comissão como uma medida que demonstrava

o compromisso do Brasil com os direitos humanos, a democracia e o acesso à informação. Outro aspecto interessante, além da institucionalização da Comissão da Verdade ontem, foi a assinatura, pela Presidenta Dilma Rousseff, do Decreto que dá vigor à Lei de Acesso à Informação⁸⁴. Ela associou as duas coisas, que são muito importantes. A Comissão da Verdade deverá examinar os abusos cometidos durante o período de exceção da História do Brasil. No caso do acesso à informação, o Brasil, de modo geral, e o Itamaraty, em particular, tem um papel importante e já está tomando a liderança. Ontem à tarde, visitei o Serviço de Informação ao Cidadão, o SIC, que já tem uma portinha no Anexo II do Itamaraty, para quem quiser consultar, com base na nova lei, documentos que agora obedecem a novos prazos, 5, 15 e 25 anos, segundo o grau de sigilo no qual foram classificados⁸⁵. Se não me engano, cerca de 37 pedidos de informações, que estamos localizando para fornecer a todos que as solicitarem – e a digitalização facilitará esse trabalho –, já foram feitos ontem. É nesse espírito que estamos também empreendendo a digitalização dos documentos. O trabalho vai demandar certo tempo, porque são muitos documentos, e a cooperação com outros países é importante. No caso dos Estados Unidos, recorde que a Secretária de Estado recentemente esteve no Brasil para uma reunião da Parceria para Governo Aberto, uma iniciativa lançada pelos Presidentes Barack Obama e Dilma Rousseff, em Nova York, durante a Assembleia Geral da ONU em 2011⁸⁶.

84 O Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, regulamenta os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo, previstos na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

85 Informações classificadas como sigilosas são aquelas para as quais a Lei de Acesso à Informação prevê alguma restrição de acesso, mediante classificação por autoridade competente, visto que são consideradas imprescindíveis à segurança da sociedade (à vida, segurança ou saúde da população) ou do Estado (soberania nacional, relações internacionais, atividades de inteligência). Conforme a Lei de Acesso à Informação, a informação pública pode ser classificada como: (i) ultrasecreta (25 anos de prazo de sigilo, renovável uma única vez); (ii) secreta (15 anos); reservada (5 anos).

86 Lançada em 2011, a Parceria para Governo Aberto (OGP, acrônimo em inglês para "Open Government Partnership") é uma iniciativa internacional que pretende difundir e incentivar práticas gover-

Agora, a Parceria para Governo Aberto dispõe de um marco para ser levado adiante. E todos os países que participam da iniciativa estão comprometidos com abertura, transparência, disseminação de boas práticas de governo e acesso à informação. Mas a Lei de Acesso à Informação varia dependendo do país, tem características específicas. Estudamos, antes de adotar a nossa, alguns modelos. O resultado é uma legislação bastante liberal.

FOLHA: Além de haver essa diferença entre países, há também uma diferença muito grande, profunda, entre setores. A diplomacia envolve um grau de confidencialidade muito diferente do de outras áreas, como saúde, educação. Quando saiu todo aquele material do Wikileaks, por exemplo, foi um constrangimento internacional enorme. Como compatibilizar a necessidade de confidencialidade do ofício da diplomacia com a necessidade de transparência?

MINISTRO: Isso também é uma boa pergunta.

FOLHA: Quero uma boa resposta...

MINISTRO: A pergunta em si mesma coloca um desafio. Como conciliar? É um desafio para todas as Chancelarias conciliar esses dois

namentais relacionadas a transparência dos governos, acesso à informação pública e participação social. Para fazer parte da OGP, os países devem endossar uma Declaração de Princípios e apresentar Planos de Ação Nacionais, comprometendo-se a adotar medidas concretas para o fortalecimento da transparência das informações e atos governamentais, combate à corrupção, fomento à participação cidadã, gestão dos recursos públicos e integridade nos setores público e privado. O Brasil foi um dos oito países fundadores da OGP e copresidiu a iniciativa desde sua fundação, à margem da Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2010, até setembro de 2012. O lançamento da Parceria contou com a participação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, e do Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, à época copresidentes da iniciativa. Em abril de 2012, durante a Reunião de Alto Nível da OGP em Brasília, os Estados Unidos transferiram a copresidência para o Reino Unido. Nesse período, o número de países participantes chegou a 58. Foram aprovados, nessa ocasião, os artigos de governança da OGP e criados os subcomitês de apoio, dentre os quais o de Governança e Liderança, do qual o Brasil também fez parte até setembro de 2012. Também foi iniciada a construção do Mecanismo Independente de Avaliação e publicada a política de acesso à informação da Iniciativa. A presidência da OGP passou, ainda, a ser compartilhada com um terceiro copresidente, representante da sociedade civil. Seguindo o sistema de rodízio adotado, o Brasil deixou, em setembro de 2012, a copresidência da OGP, dando lugar à Indonésia. O País continua como integrante do Comitê Diretor e passa agora a integrar o comitê de Critérios e Padrões.

elementos. E acho que, daqui para frente, teremos também que desenvolver uma disciplina grande. Como classificar um documento?

FOLHA: Quer dizer, as pessoas podem entender classificar como “ultraclassificar”...

MINISTRO: Exatamente...

FOLHA: Entender como secreto para demorar mais ainda...

MINISTRO: Acho esse exercício saudável e importante para o profissional da diplomacia, que escreve um documento, manda um telegrama – a gente chama de telegrama ainda, mas não é mais telegrama, é feito tudo de forma informatizada. Quando um diplomata manda uma mensagem de uma Embaixada para a Secretaria de Estado, já tem de pensar em quem terá acesso a esse documento em cinco, quinze ou vinte e cinco anos. Os vinte e cinco anos podem ser renovados por mais vinte e cinco, o que soma cinquenta no total. É uma boa disciplina para o diplomata posicionar-se ante a História, ante a sociedade, que terá acesso àquele documento no futuro.

FOLHA: Os diplomatas vão ter que fazer um cursinho sobre isso, Ministro? Ou vai ter uma disciplina nova no Rio Branco sobre isso?

MINISTRO: O diplomata faz cursinho sobre muita coisa e já é submetido a um concurso bastante rígido, exigente e que identifica, nas provas e no desempenho do candidato, a capacidade de lidar de maneira correta e adequada com a informação.

FOLHA: Voltando à questão da Comissão da Verdade e da relação com os outros países, há realmente muitos documentos que interessam ou depoimentos que interessariam à Comissão da Verdade brasileira em poder de outros países. Como é que vai ser feita essa conversa, o Brasil vai pedir a colaboração dos países vizinhos, por exemplo?

MINISTRO: Muitos desses países também passaram por períodos de exceção e também estão lidando com essa questão. Tenho a certeza de que a cooperação será muito boa.

FOLHA: No caso específico dos Estados Unidos, que apoiou muitos desses regimes na época, o senhor prevê algum tipo de dificuldade ou de limitação de acesso?

MINISTRO: A Lei de Acesso nos Estados Unidos é diferente da nossa. Existe um critério diferente de segurança nacional. Então, não quero responder de forma hipotética. Temos de levar em consideração as especificidades de diferentes países.

FOLHA: Queria retomar o assunto China. O senhor falou que a China vai ultrapassar os Estados Unidos em PIB e que tem muita gente nos Estados Unidos que tem medo da superação dessa hegemonia, que foi dos Estados Unidos por praticamente cem anos. Então, para o senhor, o fim da hegemonia americana já é um fato dado?

MINISTRO: Quando se fala em mundo multipolar, uma das maneiras de descrever o que caracteriza esse mundo é que nenhum país, individualmente, é capaz de determinar um curso de ação sozinho. É o que se vê hoje, como no caso da situação no Afeganistão, por exemplo. Os Estados Unidos não conseguem lidar com aquilo individualmente, precisam de outros parceiros, de coordenação mais ampla com os países da região. No caso da situação financeira internacional, é necessária uma coordenação no âmbito do G-20. Esse mundo já está em gestação, já está surgindo. Logo que acabou a Guerra Fria, houve um período que, nos Estados Unidos, convencionou-se chamar de momento unipolar, quando aquele país determinava sozinho certos cursos de ação. A intervenção militar no Iraque, em 2003, foi uma decisão, de certa maneira, unilateral, decidida com alguma coordenação, mas independentemente de uma autorização do Conselho de Segurança. Não creio

que isso seja mais possível hoje. Mesmo com as diferenças entre Brasil e EUA no tratamento da questão da Líbia, não deixei de assinalar à Secretária de Estado Clinton, que foi muito receptiva, satisfação com o fato de que os EUA estivessem levando o assunto ao Conselho de Segurança, porque, talvez dez, quinze anos atrás, tivessem decidido fazer sozinhos ou com um grupo de amigos. Lembro também que o Presidente Barack Obama foi eleito, em 2008, opondo-se àquele tipo de procedimento unilateral que levou à intervenção militar no Iraque. Então, acho que já estamos em um mundo em que os Estados Unidos aceitam a ideia de que precisam cooperar com outros países para determinar cursos de ação. Isso é saudável, positivo, sobretudo para um país como o Brasil, que acredita na coordenação e que investe na multipolaridade cooperativa. Como sempre digo, a multipolaridade também pode ser da confrontação, da competição.

FOLHA: E que está doido para entrar no Conselho de Segurança, também há 20 anos, e até hoje faltam os Estados Unidos dizerem sim.

MINISTRO: Mas a gente já desempenha um papel importante nos debates do Conselho de Segurança. Você diz “está doido para entrar”, é porque esse debate é um debate...

FOLHA: Aliás, é o seu tema, não? Porque seus livros são sobre o Conselho de Segurança, sua tese de formatura foi sobre Conselho de Segurança⁸⁷.

MINISTRO: É verdade. É um assunto que acho fascinante. Mas a questão da ampliação é uma questão difícil. Não se pode determinar o prazo em que será realizada. Mas o que, sim, podemos fazer é permanecer engajados em todos os debates do Conselho

87 Intitulada “O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: a articulação de um novo paradigma de segurança coletiva”, a tese, apresentada no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, em 1997, foi publicada como livro pela Fundação Alexandre de Gusmão em 1998. A segunda edição do livro foi lançada em 2010.

de Segurança. Agora, por exemplo, há um debate sobre Guiné-Bissau, que é um país pequeno, mas onde a situação é preocupante. Permanecemos ativos em Nova York e em coordenação com membros do Conselho de Segurança sobre qual curso de ação tomar.

FOLHA: O que falta para o Conselho de Segurança são os Estados Unidos?

MINISTRO: Para a reforma? Sabe que não é? Não é...

FOLHA: É a China...

MINISTRO: Superdimensionamos o papel dos Estados Unidos. Não, os cinco membros permanentes têm poder de veto. É um poder equivalente. França e Reino Unido já se posicionaram a favor de novos membros permanentes, inclusive do Brasil. A Rússia também tem dado demonstrações de que acompanharia uma evolução nesse sentido. Os Estados Unidos também. Vocês ouviram a Secretária de Estado Hillary Clinton⁸⁸, quando veio ao Brasil agora, dizer que é difícil imaginar uma reforma do Conselho de Segurança sem o Brasil. A China, por razões históricas, relacionadas a um vizinho que teve uma atitude beligerante durante a Segunda Guerra Mundial, resiste a uma reforma com novos membros permanentes. Creio que esteja claro também que não são as postulações de países como o Brasil que criam essa dificuldade para a China.

FOLHA: Queria fazer a pergunta de um caso específico, mas de grande interesse humano. É um brasileiro, Rodrigo Gularte⁸⁹, que

88 Em visita a Brasília no dia 16 de abril de 2012, por ocasião da 3ª Reunião do Diálogo de Parceria Global Brasil – Estados Unidos, a Secretária de Estado Hillary Clinton afirmou, durante coletiva de imprensa, no Ministério das Relações Exteriores, que “seria muito difícil imaginar um Conselho de Segurança no futuro que não incluisse um país como o Brasil, com todo o progresso que vem realizando e o modelo que o Brasil representa em matéria de uma democracia que progride e que oferece oportunidades ao seu povo”.

89 O bnaconal mencionado foi condenado, em 7 de fevereiro de 2005, na Indonésia, à pena capital, sob acusação de tráfico de drogas. O pedido de revisão da sentença foi negado pela Suprema Corte do país. Com a decisão em última instância, a única alternativa de revisão da pena passou a ser a aceitação do pedido de clemência.

está preso na Indonésia por tráfico de drogas e foi condenado à morte. No último domingo, o jornal *Folha de S. Paulo* fez uma entrevista com a mãe dele em que ela faz um apelo ao Itamaraty para que interceda junto ao Governo indonésio para evitar a sua execução⁹⁰. O que o Itamaraty pode fazer e está fazendo sobre isso?

MINISTRO: Li a entrevista e fiquei comovido. Não é o único que está nessa situação. Existe outro brasileiro⁹¹ e existem nacionais de outros países também. Estamos em coordenação com os nacionais de outros países, em Jacarta. Foram escritas cartas ao Presidente da Indonésia, pedindo clemência, porque não temos pena de morte aqui. A mãe do cidadão brasileiro pode ter certeza de que tudo o que pode ser feito será feito. Já tratei do assunto também com meu colega da Indonésia, o Chanceler Marty Natalegawa.

FOLHA: O senhor teve alguma garantia, alguma sinalização de que a vida dele será poupada?

MINISTRO: Eu esperaria e deixaria nas mãos das autoridades indonésias uma resposta à altura da nossa expectativa. Não quero também gerar uma expectativa falsa, porque estamos aqui tratando de uma vida humana, uma coisa muito séria.

FOLHA: Vou aproveitar e encaixar aqui uma pergunta da plateia: “Por que o Brasil até hoje não reconheceu o genocídio armênio?”. O genocídio armênio, pelos turcos, é um tema polêmico. Alguns dizem que houve, outros dizem que não houve. A Turquia não reconhece. É uma batata quente diplomática essa?

90 Em 13 de maio de 2012, a mãe do nacional condenado concedeu entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, por meio da qual fez um apelo à Presidenta da República, Dilma Rousseff, para que interceda pela vida de seu filho junto às autoridades indonésias.

91 O outro nacional encontra-se preso, desde 22 de agosto de 2003, na Indonésia. Acusado de tráfico de drogas, foi condenado à pena capital.

MINISTRO: Temos relações muito boas com a Armênia, inclusive estabelecemos uma Embaixada em Ierevan⁹². Recebi, na semana da posse da Presidenta Dilma Rousseff, o Chanceler da Armênia⁹³. Também temos boas relações com a Turquia. A situação que envolve Turquia e Armênia é uma relação complexa. De fato, houve uma fatalidade em que morreram inúmeros armênios. Isso é uma questão histórica. É importante manter esse relacionamento com os armênios e com os turcos e defender sempre a paz e o diálogo. Isso é bem compreendido pelos dois lados.

FOLHA: Sobre a questão de Guiné-Bissau⁹⁴, o Brasil e os demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa defendem uma – não sei se dá para chamar assim – intervenção militar na Guiné-Bissau, o envio de militares para a Guiné-Bissau, que é um

92 A Embaixada do Brasil em Ierevan foi criada pelo Decreto Presidencial de 25 de novembro de 2002. Desde o estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e Armênia, em 1992, até a efetiva abertura da Embaixada, em 2006, a representação do Brasil junto ao Governo da Armênia foi realizada por intermédio da Embaixada do Brasil em Moscou. Em dezembro de 2010, o Presidente Serzh Sargsyan designou Ashot Yeghazaryan como o primeiro Embaixador da Armênia no Brasil. O Embaixador Yeghiazaryan fora, por cerca de dez anos, o Cônsul-Geral da Armênia em São Paulo (aberto em 1998), onde se concentra a maior parte da comunidade armênia no Brasil.

93 Em janeiro de 2011, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Edward Nalbandian, chefiou a delegação da Armênia na cerimônia de posse da Presidenta da República, Dilma Rousseff. No dia 2 de janeiro, Edward Nalbandian manteve encontro com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota. Na ocasião, foi salientada a necessidade de estreitar a coordenação política entre os dois países; de aumentar-se o comércio bilateral; e de estabelecerem-se parcerias em áreas como ciência e tecnologia e desenvolvimento industrial.

94 Em 18 de março de 2012, foi realizado o primeiro turno das eleições presidenciais antecipadas na Guiné-Bissau, em função do falecimento do Presidente Malam Bacai, em janeiro, e que transcorreu, segundo as missões de observação eleitoral, de forma transparente e livre. Os candidatos Carlos Gomes Júnior (Primeiro-Ministro licenciado) e Koumba Yalá (filiado ao partido opositorista) deveriam concorrer no segundo turno, previsto para 29 de abril. A oposição, no entanto, contestou os resultados da votação e se recusou a participar do segundo turno. Forças militares bissau-guineenses tomaram as ruas da capital e detiveram o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior e o Presidente da República interino, Raimundo Pereira. O Governo brasileiro condenou veementemente o golpe militar e a interrupção do processo eleitoral na Guiné-Bissau e vem acompanhando atentamente o desenvolvimento da situação no país, seja por meio de estreita coordenação com os demais membros da CPLP, seja por meio das Nações Unidas, na condição de Presidente da Configuração para a Guiné-Bissau da Comissão de Construção da Paz. Em 7 de junho de 2013, tomou posse, em Guiné-Bissau, um Governo inclusivo. Eleições deveriam ocorrer, ainda no decurso de 2013, com vista à reposição da ordem constitucional e democrática no país.

país pequeno da África, em que há uma situação de convulsão política e social, etc. Por que na Síria não pode ter nenhum tipo de ação e em Guiné-Bissau pode?

MINISTRO: Essa pergunta está formulada de maneira que pode induzir a equívocos. Deixe-me tentar esclarecer. O que o Brasil defende no caso da Guiné-Bissau não é uma intervenção militar. É uma missão de estabilização, um pouco no espírito daquela que existe no Haiti, que é uma missão consensuada, aceita pelas autoridades.

FOLHA: Um pouco semântica a diferença...

MINISTRO: Não é semântica, não. Intervenção quer dizer Capítulo VII, no linguajar da ONU, quer dizer que você pode utilizar força contra um grupo armado. Em uma missão de estabilização, a ONU tem mandato apenas para observar um cessar-fogo, a estabilidade do país, com a aceitação dos habitantes e das autoridades governamentais e, se for o caso, dos dois lados do conflito. Na Síria, existe uma missão de observadores militares. Não é uma missão de estabilização, porque é menor, porque são só observadores, não há tropas. É uma missão sob o Capítulo VI, no linguajar da Carta da ONU, que não autoriza o uso da força contra nenhuma facção ou nenhum grupo. Para esclarecer um pouquinho mais sobre Guiné-Bissau, não é a Comunidade de Países de Língua Portuguesa que está adotando essa postura. É a União Africana. Estive recentemente em Adis Abeba, capital da Etiópia, onde fica a sede da União Africana, e fui convidado a participar de uma reunião do Comitê de Paz e Segurança da União Africana, em que se debateu a questão de Guiné-Bissau, do Mali e do Sudão do Sul. E uma das ideias que surgiu daí foi a de uma missão de estabilização. Subsequentemente, um subgrupo africano, a Comunidade de Estados da África Ocidental, decidiu ir adiante e preparar o envio de tropas para a Guiné-Bissau. Mas isso ainda exigirá uma decisão do Conselho de Segurança.

O Brasil já mandou treinadores militares para a Guiné-Bissau, um país pequeno, de um milhão e meio de habitantes. O Exército não tem mais do que cinco mil pessoas. Mesmo com recursos relativamente modestos, que é um dos desafios, não se pode deixar de engajar-se na estabilização de Guiné-Bissau, pois resultados importantes podem ser obtidos. Toda crise surgiu por causa de um problema no processo eleitoral. Houve um primeiro turno e, em função de uma sublevação armada, não se pôde realizar um segundo turno. Os que estavam na dianteira, o Primeiro-Ministro Carlos Gomes, foram ameaçados, tiveram de deixar o país. É uma situação preocupante para a democracia.

FOLHA: Mais uma pergunta aqui da plateia, aproveitando que estamos falando de África. Os que assinam a pergunta são “colegas da Diplomata Milena Medeiros no Itamaraty”. Diplomata recém-formada, Milena Medeiros viajou, no ano passado, a Guiné-Equatorial, outro país africano, onde contraiu malária. Veio a falecer em Brasília, em questão de alguns meses. Pergunta esse grupo de colegas dessa diplomata: “O Itamaraty reconhece responsabilidade nessa fatalidade? Que medidas o Ministério adotou para evitar novas tragédias como a de Milena? Já existe um protocolo para cuidar de futuros casos análogos?”.

MINISTRO: Existe um protocolo para cuidar de casos análogos. Existe uma cooperação que estamos estabelecendo com o Hospital das Forças Armadas de Brasília⁹⁵. O Ministro Celso Amorim, inclusive, como ex-Chanceler, se dispôs, na mesma hora, a cooperar para que situação semelhante não volte a ocorrer. Foi um caso que comoveu todo o Itamaraty. A turma de formandos do Instituto

95 O Termo de Compromisso entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Defesa, órgão ao qual o Hospital das Forças Armadas está subordinado, encontra-se em fase final de negociação. Aguarda-se parecer final das Consultorias Jurídicas dos Ministérios para conseguinte assinatura e entrada em vigor do documento.

Rio Branco⁹⁶ homenageou a Milena e será lembrada como turma Milena Medeiros, no ano em que se comemorou o centenário da morte do Barão do Rio Branco, como eles não deixaram de assinalar em uma cerimônia no último dia 20 de abril. É uma fatalidade. Eu, pessoalmente, fiquei muito abalado, porque estava em Guiné Equatorial para a mesma conferência em que esteve Milena. Era uma Conferência de Ministros do mecanismo América do Sul-África. Poderia ter acontecido com qualquer um de nós. É muito importante que os diplomatas que viajam à África assumam plenamente a responsabilidade de se tratarem ou de procurarem um tratamento adequado assim que o primeiro sintoma apareça. Claro que isso não vai trazer a Milena de volta. Infelizmente, não foi o que a Milena fez, e houve esse desenlace.

FOLHA: Voltando ao Haiti. O Brasil se dispôs a ter tropas de paz no Haiti com o compromisso dos países ricos, principalmente dos Estados Unidos, de ajudar financeiramente a recuperação do país. O Brasil fez a parte dele, mandou as tropas, até hoje, gastou dinheiro, investiu. Houve a contrapartida prometida ou o Haiti continua no mesmo caos de antes, menos na questão da segurança?

MINISTRO: A contrapartida poderia ser maior do que a que houve.

FOLHA: Muito diplomático...

MINISTRO: Ao mesmo tempo, não quero minimizar os esforços internacionais. Vou dar um exemplo. Quando ocorreu a tragédia do terremoto, em janeiro de 2010⁹⁷, mais de 250 mil pessoas morreram, a cidade inteira foi destruída – minha mulher estava lá. Fui ao Haiti dois dias depois assistir à situação. Felizmente, ela e toda a equipe da agência da ONU para qual ela trabalhava sobreviveram.

96 Turma 2010-2012 do Instituto Rio Branco, cuja cerimônia de formatura ocorreu em 21 de abril de 2012.

97 Estima-se que, em função do terremoto que atingiu o Haiti, em 12 de janeiro de 2010, metade das construções em Porto Príncipe tenham sido destruídas; 250 mil pessoas, feridas; 1,5 milhão de habitantes, desabrigados; e cerca 316 de mil pessoas tenham falecido.

O que observamos, entretanto, foi uma população que reagiu com serenidade e com maturidade. Não houve violência, depredação, talvez um pouquinho, um ou outro incidente, em um ou outro supermercado, logo estabilizado, apesar de várias prisões terem ruído. Não há mais uma preocupação grande com a criminalidade, o que é fruto, em grande medida, do esforço de estabilização das Nações Unidas, de que o Brasil assumiu a grande liderança. De lá para cá, as necessidades multiplicaram-se por dez, pelo menos. Mesmo assim, devo dizer que o progresso tem sido visível. O número de pessoas nas ruas está diminuindo cada vez mais. Havia, em meados do ano passado, mais de um milhão de pessoas em tendas, desalojadas. Esse número caiu a menos da metade, o que não significa que não permaneça um desafio enorme.

O que queremos é trabalhar em projetos estruturantes também, que levem a um progresso econômico palpável no Haiti. Estamos em uma campanha pela construção de hidrelétricas na região de Artibonite. Até acho que há uma entrevista hoje no jornal *Folha de S. Paulo* que fala disso⁹⁸. O Primeiro-Ministro Laurent Lamothe fala da importância desse projeto. E tenho conversado com parceiros, nos Estados Unidos e no Canadá, que têm muito interesse na questão do Haiti, para que eles contribuam também em projetos como esse. Um desenvolvimento importante agora das últimas semanas foi a confirmação de Laurent Lamothe como Primeiro-Ministro, que teve alguns sobressaltos políticos nos últimos meses. O Primeiro-Ministro Garry Conille ficou pouco tempo na posição. O Governo foi dissolvido, e a nomeação de um novo Primeiro-Ministro levou várias semanas⁹⁹. Para cooperar e trabalhar de uma maneira

98 Entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo* pelo Primeiro-Ministro Laurent Lamothe, 17 de maio de 2012. Título: "Primeiro-Ministro haitiano diz ter plano contra os rebeldes".

99 Laurent Lamothe, Ministro dos Negócios Estrangeiros, desde setembro de 2011, foi nomeado Primeiro-Ministro no dia 1º de março de 2012, após a renúncia de Garry Conille. Sua posse, no entanto, só ocorreu em maio daquele ano, após aprovação de sua nomeação pelo Parlamento haitiano, uma vez sanadas as controvérsias em torno de sua nacionalidade.

eficaz com o Haiti, é necessário que o Governo esteja no pleno comando das suas responsabilidades. Acompanhei a Presidenta da República em uma viagem ao Haiti, em fevereiro de 2012, e voltamos de lá relativamente otimistas com a possibilidade de o país trilhar o caminho do progresso. É o país mais pobre das Américas, o único que está inscrito na agenda do Conselho de Segurança. Esperamos também que haja uma estabilização que permita uma saída gradual das forças de paz da ONU. Temos nos coordenado com outros países sul-americanos, que também têm tropas, e com o Governo haitiano, evidentemente.

FOLHA: Mais uma vez, o cenário político do Brasil está dominado por uma investigação sobre corrupção. Temos uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito investigando as relações de um empresário do jogo do bicho com vários setores do Governo. Como isso prejudica a imagem do Brasil internacionalmente? Em que grau essas constantes coberturas sobre investigações de corrupção no Brasil dificultam acordos comerciais, acordos bilaterais do Brasil com outras nações?

MINISTRO: Referi-me aqui à Comissão da Verdade, à Lei de Acesso à Informação, ao engajamento do Brasil na Parceria para Governo Aberto. A democracia brasileira é uma realidade. Em todo país onde há suspeita de corrupção, a maneira de lidar com isso é procurar a via do esclarecimento dos fatos, pode ser por meio de comissão parlamentar ou por outro intermédio. Isso não afeta negativamente a imagem. Pelo contrário, isso demonstra que funcionamos como uma democracia que responde aos desafios da sociedade. O desafio das boas práticas governamentais é universal, não há menor dúvida. Acontece em países de todos os níveis de desenvolvimento, desde o mais desenvolvido ao menos desenvolvido, independentemente do tamanho. E o importante é que, nas democracias, o

processo seja muito transparente. Tinha outra pergunta sobre a imagem do Brasil que você fez.

FOLHA: Sobre acordos com outros países.

MINISTRO: Não, não afeta.

FOLHA: Uma empresa, por exemplo, pode sentir dificuldades de querer fazer negócios com o Brasil sabendo que há certos esquemas.

MINISTRO: Não estamos tendo nenhuma dificuldade em atrair investimento ao Brasil, pelo contrário.

FOLHA: Queria voltar ao Caribe um minutinho, para fazer uma pergunta sobre Cuba. Em Cuba, todos sabemos, há dissidentes presos, opositores impedidos de deixar o país, censura à imprensa, não há imprensa livre. No entanto, em janeiro, o senhor deu uma declaração, dizendo que em Cuba a situação dos direitos humanos não era emergencial. O que precisa acontecer em Cuba, para virar emergencial?

MINISTRO: Quando disse isso, tomei por base uma avaliação que não é só do Brasil. É do sistema multilateral que lida com direitos humanos. Comentei, antes, a decisão brasileira a favor de um relator especial para o Irã, porque o assunto era trazido ao Conselho de Direitos Humanos, e, como se considerava que não havia uma cooperação satisfatória, foi criada uma relatoria especial. Cuba não está sendo tratada no Conselho de Direitos Humanos de maneira equivalente, com resoluções, nos últimos anos. Nesse sentido, não é emergencial. Pelo menos, esse é o consenso da comunidade internacional, não exclusivamente do Brasil. Qualquer problema de direitos humanos em um país é uma preocupação, e, nesse departamento, acho que todos têm progressos a fazer. É essa mensagem, aliás, que a Presidenta Dilma Rousseff sempre transmite, nas Nações Unidas e em entrevistas que já deu. No Brasil, não fugimos dos nossos desafios. Sabemos da nossa situação carcerária, problema que preocupa muito, entre outros. Também há que se

reconhecer que algumas situações preocupantes não encontram tratamento adequado, como a prisão de Guantánamo. Sobre os direitos humanos, é muito importante mostrar equilíbrio, sem se deixar levar pela politização ou pela seletividade. Estive duas vezes esse ano em Cuba¹⁰⁰, para preparar a visita presidencial e, depois, com a Presidenta Dilma Rousseff. Você vê um país à procura do caminho da atualização econômica, da flexibilização de regras. O Cardeal Ortega tem sido um interlocutor importante. O Papa esteve lá recentemente¹⁰¹. Foi reintroduzida uma liberdade de culto de religião, a Sexta-feira Santa voltou a ser feriado¹⁰². E quando identificamos essa disposição na sociedade, importante é colocar-nos a favor do movimento. As exigências podem, às vezes, frear esse movimento. É esse o espírito.

FOLHA: E o pedido da blogueira para poder finalmente vir ao Brasil? Quando é que o Brasil vai dar uma forcinha para a blogueira vir aqui¹⁰³?

MINISTRO: Nós demos uma forcinha ao conceder o visto para ela vir ao Brasil.

FOLHA: Sim...

MINISTRO: E a autorização para a partida...

FOLHA: E o pedido da Presidenta Dilma Rousseff?

100 O Ministro Antonio de Aguiar Patriota visitou Havana em duas ocasiões em 2012: a primeira, entre 16 e 17 de janeiro; a segunda, por ocasião da viagem da Presidenta Dilma Rousseff a Cuba, nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro.

101 O Papa Bento XVI visitou Cuba entre 26 e 28 de março de 2012.

102 Dois dias após a partida do Papa Bento XVI de Havana, o Governo cubano anunciou que seria decretado feriado o dia 6 de abril de 2012, Sexta-Feira Santa. A decretação da Sexta-Feira Santa como feriado fora um pedido feito por Bento XVI a Raúl Castro na reunião que mantiveram no dia 27 de março de 2012. Embora anunciada naquele momento em “caráter excepcional”, a decretação foi repetida em 2013.

103 Em janeiro de 2012 e em fevereiro de 2013, Yoani Sánchez solicitou e obteve, nas duas ocasiões, junto à Embaixada do Brasil em Havana, visto de turista para ingressar no País. Sánchez esteve no Brasil, entre 18 e 25 de fevereiro de 2013, e visitou Recife, Bahia, Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro.

MINISTRO: Agora a decisão é do Governo cubano. Mas deixamos muito clara a nossa posição. Foi uma decisão da Presidenta Dilma Rousseff conceder o visto dentro do prazo solicitado.

FOLHA: Aliás, quem tomou a decisão de o Marco Aurélio Garcia ficar calado neste Governo?

MINISTRO: Uma boa pergunta para fazer a ele...

FOLHA: Foi a Presidenta da República, iniciativa dele ou o senhor que pediu?

MINISTRO: Não sei se ele está calado. Converso muito com ele, que sempre diz coisas muito interessantes. Valorizo muito a opinião dele.

FOLHA: Ministro, o Brasil virou vidraça também na questão de Direitos Humanos em razão dessas grandes obras de infraestrutura. Haverá grandes obras para a Copa do Mundo, as Olimpíadas. Houve uma censura pública da OEA ao Brasil em relação à usina de Belo Monte. Na semana que vem, no dia 25 de março, vai haver uma... Aliás, o Brasil está rompido com a OEA por causa de Belo Monte.

MINISTRO: As relações esfriaram.

FOLHA: Quer dizer, quase se romperam relações. Foi uma decisão da Presidente?

MINISTRO: Esfriaram, esfriaram.

FOLHA: Esfriaram. Estão discutindo a relação.

MINISTRO: Esfriaram um pouco.

FOLHA: Na semana que vem, o Brasil vai ser sabatinado no Conselho de Direitos Humanos da ONU¹⁰⁴, em Genebra, sobre

104 Trata-se da Revisão Periódica Universal (RPU) realizada pelo Conselho de Direitos Humanos. Aplicada a cada quatro anos e meio a todos os países-membros da ONU, em exercício que conjuga a participação dos Estados, da sociedade civil e de especialistas das Nações Unidas, a RPU permite a cada país refletir sobre sua situação doméstica e, simultaneamente, tomar parte de processo não seletivo e construtivo de promoção e proteção dos direitos humanos em escala global.

diversos assuntos: grandes obras, o impacto que causam em termos de deslocamento de pessoas, relação com o meio ambiente, etc. O Brasil está preparado para responder a mais nessa situação? O Brasil sempre foi muito criticado por violência policial, tortura em delegacias, e agora vem esse reflexo do novo momento econômico do Brasil.

Eu incluiria aí também a questão do Código Florestal. Tem uma campanha internacional pelo “Veta, Dilma”, que também tem a ver com meio ambiente.

MINISTRO: Deixa eu questionar algumas premissas da sua pergunta. Em primeiro lugar, a parte de o Brasil “virar vidraça”. O Brasil é um grande exemplo de progresso na área de direitos humanos. Isso vem acontecendo há vários anos. A antiga Alta Comissária para Direitos Humanos da ONU, Mary Robinson, ex-Primeira-Ministra da Irlanda, costumava dizer que nenhum outro país havia aproveitado com tanto engajamento os resultados da Conferência de Durban sobre combate ao racismo como o Brasil. Aqui foi criada uma Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial. Ainda não alcançamos a situação ideal, mas, sem dúvida, progressos estão sendo realizados. Foi criada uma secretaria com nível de ministério para os Direitos Humanos¹⁰⁵. A minha colega Maria do Rosário é a Ministra. Também há uma secretaria especial para lidar com a questão de gênero¹⁰⁶. Poucos países têm ministérios dedicados a essas questões ou lidam com esses temas com tanta seriedade.

105 Em 1997, criou-se a Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH), vinculada ao Ministério da Justiça. Dois anos depois, a SNDH foi transformada em Secretaria de Estado dos Direitos Humanos (SEDH), tendo assento em reuniões ministeriais. Por meio da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, criou-se a Secretaria Especial de Direitos Humanos, vinculada à Presidência da República, com atribuição de articular e implementar políticas públicas voltadas para a promoção e proteção dos direitos humanos. Em 2010, o órgão passaria a ser denominado “Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República”, com *status* ministerial.

106 Em 1º de janeiro de 2003, a Medida Provisória nº 103 e, posteriormente, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, transformam a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, do Ministério da Justiça, em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SEPM) da Presidência da República (Artigo 31, IV).

O segundo ponto diz respeito ao questionamento da obra de Belo Monte pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos. A decisão da Comissão foi eivada de erros e de equívocos de procedimento e substância. Até certo ponto, houve um reconhecimento, pela Comissão, de que haviam reagido de maneira precipitada e inadequada, tanto que algumas das decisões foram suspensas¹⁰⁷. Isso levou a um debate na OEA sobre a reforma do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. De maneira até surpreendente para o Brasil, houve quase um consenso entre os membros da OEA em torno da necessidade de reformar, para fortalecer, o Sistema Interamericano. A ideia é não só reduzir a possibilidade de medidas precipitadas, de arbitrariedade, mas também criar procedimentos mais transparentes. Queremos também um sistema de incentivos, não só de críticas. A crítica, sobretudo quando mal formulada, acaba perdendo credibilidade. Queremos que os órgãos multilaterais que cuidam de direitos humanos gozem de credibilidade.

No dia 25, como se disse, o Brasil deverá passar por processo de exame no Conselho de Direito Humanos. O Brasil defendeu, quando o Conselho foi criado, em 2005, que houvesse uma Revisão Periódica Universal de todos os membros das Nações Unidas. Acontece que a análise individual da situação de direitos humanos em alguns países é, às vezes, não sempre, determinada por uma agenda

A Lei nº 12.314, de 19 de agosto de 2010, cria, em substituição à SEPMP, a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, chefiada pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

107 Em 29 de julho de 2011, a CIDH modificou o objeto das medidas cautelares proferidas em 1o de abril daquele ano – revogando aquela que solicitava a suspensão do processo de licenciamento para a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Em substituição às medidas cautelares inicialmente emitidas, a Comissão solicitou ao Brasil que: (i) adotasse medidas para proteger a vida, a saúde e a integridade pessoal dos membros das comunidades indígenas em isolamento voluntário na bacia do rio Xingu; (ii) adotasse medidas para proteger a saúde dos membros das comunidades indígenas afetadas pelo projeto Belo Monte; (iii) adotasse medidas para garantir a rápida finalização dos processos das terras ancestrais de povos indígenas na bacia do Xingu. O escopo dessas medidas cautelares coincide integralmente com obrigações que o Brasil já assumira, seja por força do que dispõe a legislação nacional, seja como parte das condições socioambientais requeridas para a execução da obra.

política ou uma agenda não inteiramente transparente. Queríamos sistema em que todos fossem submetidos às mesmas regras. É a esse exercício que nós seremos submetidos. É um exercício que nós defendemos, propusemos e que consideramos saudável e positivo. Aliás, Cuba submeteu-se ao mesmo exercício, e, das inúmeras recomendações que foram feitas, muitas delas já foram até implementadas pelo Governo cubano. Acho que é por aí que conseguimos realizar progressos, sem seletividade e politização.

FOLHA: Mas, na OEA, se já houve uma revisão ou se está havendo uma revisão da atuação da Comissão, por que é que o Brasil ainda não mandou o Embaixador de volta?

MINISTRO: Vou explicar um pouquinho o processo de revisão. Foi criado um Grupo de Trabalho sobre a reforma do Sistema Interamericano, que produziu recomendações. Na próxima Assembleia Geral da OEA, em Cochabamba, em princípio de junho¹⁰⁸, veremos que tratamento dar a essas recomendações, porque, se ficar tudo a mesma coisa, não interessa. Então vai ficar um leve esfriamento até que as coisas realmente melhorem.

FOLHA: Podemos prever tranquilamente que o Brasil vai ser alvo de outras críticas nos próximos quatro, cinco anos, até as Olimpíadas certamente, de órgãos internacionais, de ONGs sobre impacto social, ambiental, de grandes obras? Há as usinas do

108 Os Estados-membros da OEA criaram, em junho de 2011, no âmbito do Conselho Permanente (CPOEA), o “Grupo de Trabalho de Reflexão sobre o Funcionamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) com vistas ao Fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH)”. O Grupo de Trabalho foi encarregado de elaborar conjunto de recomendações para subsidiar processo de reforma da CIDH, cujo funcionamento já vinha sendo objeto de recomendações apresentadas em reuniões anuais da Comissão de Assuntos Jurídicos e Políticos da OEA, nas Assembleias Gerais e em conferências específicas convocadas por Estados, como o México, em 2007, e o Canadá, em 2010. O processo de fortalecimento da SIDH foi concluído durante o XLIV período extraordinário de sessões da Assembleia Geral da OEA, em Washington, 22 de março de 2013, quando os Estados-parte da OEA adotaram Resolução que autoriza a CIDH a dar prosseguimento à aplicação do documento de Reforma do Regulamento, das Políticas e das Práticas da CIDH (Resolução nº 1/2013).

Rio Madeira. O padrão da resposta do Brasil vai ser esse também? Questionamento, enfrentamento?

MINISTRO: Não existe um padrão de resposta do Brasil. Cada situação tem de ser examinada no seu próprio mérito. Aliás, voltando aqui rapidamente ao Código Florestal, que eu não respondi. Em todo país ou em muitos países existem ativistas ambientais e também existem outros interesses, por exemplo, os industriais ou aqueles que estão envolvidos com grandes projetos de infraestrutura. Muitos governos, inúmeros governos, têm de navegar entre essas diferentes tendências, que você poderia descrever como mais desenvolvimentistas ou mais ambientalistas. No Brasil, procura-se o consenso que reconcilie projetos de desenvolvimento com consciência ambiental. É nesse espírito que a gente vai sediar a Rio+20¹⁰⁹. Como crescer, incluir e também proteger, reduzir o desflorestamento e observar padrões elevados de proteção ambiental? É muito difícil encontrar um exemplo de país que conseguiu conciliar esses elementos de maneira tão habilidosa quanto o Brasil. Para dar um exemplo: na Conferência de Copenhague, assumimos um compromisso de desmatamento, que vai até 39% de redução na emissão de carbono, e o Congresso brasileiro incorporou o compromisso à legislação nacional. Isso é uma coisa inconcebível na maior parte dos países desenvolvidos, que respondem por emissões muito superiores as do Brasil. É muito importante colocar essas coisas em perspectiva. Não nego que existam desafios, que são globais. Importante é discuti-los de maneira aberta, buscando o consenso possível dentro da democracia.

FOLHA: Sobre a Rio+20, qual a expectativa? São interesses tão divergentes, tão diversos. Também há o risco muito grande de que seja mais uma conferência ambiental em que se discute muito e se

109 Sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que se realizou no Rio de Janeiro entre 20 e 22 de junho de 2012, cf. nota 43.

decide pouco, fora o fato de que grandes personalidades não devem aparecer: o Presidente Barack Obama, a Chanceler Angela Merkel. O que o senhor acha, qual é a sua expectativa, o senhor teme um fracasso da Conferência?

MINISTRO: Temor e fracasso não são palavras que eu costumo utilizar. Não fazem parte do meu vocabulário. Além disso, a Conferência não é ambiental. É sobre desenvolvimento sustentável. Isso precisa ser repetido muitas vezes, é sobre a reconciliação do econômico, do social e do ambiental. É isso que ela tem de original e de interessante. Ante a crise econômica nos Estados Unidos, a partir da falência do Lehman Brothers, em 2008, e na zona do Euro, países como o Brasil, em termos comparativos e sem subestimar nossos desafios, despontam como atores que encontraram um caminho convincente em matéria de desenvolvimento sustentável. Nesse contexto, a Rio+20 é uma espécie de grande esforço de convergência em torno de um novo paradigma de desenvolvimento. Estou convencido de que a Conferência representará um ponto de partida para iniciativas importantes, como, por exemplo, a ideia da elaboração de Objetivos do Desenvolvimento Sustentável¹¹⁰. Vocês já estão familiarizados com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que têm levado a progressos mais ou menos significativos. No Brasil, congregaremos não só o mundo em desenvolvimento, mas todas as nações do mundo, e as altamente desenvolvidas têm uma responsabilidade especial, em torno dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Outro tema na agenda que pode ter avanços é o da governança

110 Um dos principais resultados da Conferência Rio+20 foi a decisão de lançar processo para definição de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com a formação de Grupo de Trabalho Aberto (GTA) da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No documento final da Conferência, intitulado "O Futuro que Queremos", os parágrafos 245 a 251 estabelecem as diretrizes para esse processo. Os ODS deverão refletir a integração entre as dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento e incluir temas e objetivos aplicáveis tanto aos países em desenvolvimento quanto aos desenvolvidos. Os ODS farão parte da agenda de desenvolvimento das Nações Unidas pós-2015, sem desviar o foco dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, cujo cumprimento deve ser alcançado até 2015.

internacional para o desenvolvimento sustentável. Estamos examinando como transformar órgãos da ONU que têm sido considerados pouco operantes ou insatisfatórios. Não creio que a ausência de um ou outro país determinará o êxito da Conferência. Alguns países estão enfrentando situações domésticas muito complexas e difíceis, que exigem um tratamento especial e que compreendemos.

FOLHA: Ministro, estamos chegando ao final e queria colocar mais duas perguntas da plateia. São de temas diferentes, mas queria que o senhor respondesse em sequência. Primeira: o Brasil tem intenção, como havia no Governo Lula, de mediar negociações de paz no Oriente Médio, no caso Israel-Palestina? Outra pergunta: como o Brasil vê a questão das Ilhas Malvinas? Houve muito bate-boca entre a Argentina e o Reino Unido recentemente por conta dos trinta anos da guerra. O Brasil está 100% junto com a Argentina nesse caso? Ou tem de haver algum tipo de conversa, de negociação da Argentina com o Reino Unido?

MINISTRO: Apoiamos plenamente a aspiração argentina de exercer a soberania sobre as ilhas. Não só as Malvinas, mas também as Geórgias do Sul e Sandwich do Sul, outros arquipélagos no sul do Atlântico. Apoiamos a proposta argentina de que o assunto seja tratado segundo os parâmetros estabelecidos na ONU, que possui um Comitê de Descolonização. A questão da descolonização ganhou ímpeto nos anos 60 e 70, mas ainda existem alguns territórios não descolonizados. As Malvinas estão inscritas nessa lista, como outros territórios. E a ONU preconiza que se inicie um diálogo, uma negociação a esse respeito, o que não ocorreu nos últimos anos. É o que o Chanceler Timerman, meu colega argentino, defende, e que apoiamos. A América Latina e o Caribe igualmente apoiam essa postura. Agradeço pela pergunta sobre Israel e Palestina, tema da maior importância. É um motivo de frustração o fato de que esse tema não seja abordado com seriedade no Conselho de Segurança. O

Conselho de Segurança cuida de muita situação na África e, em nosso continente, apenas do Haiti. Mas cuida de muita coisa que está na periferia do que, talvez, seja o principal problema de paz e segurança internacional: Israel-Palestina. Houve uma aceitação tácita de que esse tema seria terceirizado para o chamado “Quarteto”, formado pelo Secretário-Geral da ONU, pela União Europeia, pelos Estados Unidos e pela Rússia. Mas o “Quarteto” não está produzindo resultado nenhum. Ele se reúne em intervalos regulares, produz declarações, condena um lado, condena o outro, mas não aproxima as posições, não cria um processo de paz com credibilidade. Gostaríamos de dar uma contribuição, modesta que fosse, porque não queremos só criticar o Quarteto, também queremos mostrar que a gente é capaz de dar um exemplo. E o maior exemplo que me ocorre é o das comunidades judaica e de origem árabe no Brasil. Fui convidado recentemente, em Washington, para falar na conferência anual, que reúne comunidades judaicas de mais de cinquenta países, do American Jewish Committee¹¹¹. Queremos organizar, no Brasil, um debate com representantes das duas comunidades para mostrar que estamos lado a lado, com o mesmo propósito de promover a paz¹¹². Estamos em coordenação com países que desenvolvem boas relações tanto com Israel quanto com o mundo árabe – o IBAS, por exemplo – para exigir que o Quarteto se reporte ao Conselho de Segurança, o que praticamente não o faz.

111 Em 2 de maio de 2012, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, participou, como convidado especial, em Washington, do Foro Global do “American Jewish Committee”, que reuniu representantes de 50 comunidades judaicas de todo o mundo, inclusive do Brasil. Na ocasião, o Ministro participou do painel “Bric by bric: building a New World Order”.

112 O seminário “Lado a lado: a construção da paz no Oriente Médio – um papel para as diásporas” foi realizado em 10 de julho de 2012, no Palácio Itamaraty, reunindo representantes de comunidades de origem árabe e judaica que, movidos por um mesmo ideal de paz, apresentaram pontos de vista e propostas de ação para auxiliar no encaminhamento do conflito israelo-palestino. O evento contou, também, com a participação do intelectual franco-libanês Amin Maalouf (cf. “Diálogo e Tolerância”, artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, 23 de setembro de 2012. Título original: “O tear remoto da paz”).

FOLHA: Mas já teve aquela tentativa, de Annapolis¹¹³, que era o Quarteto ampliado, como se fosse um G-20 para o Oriente Médio, da qual o Brasil inclusive participou. O que aconteceu com aquilo?

MINISTRO: Você tem toda razão de lembrar isso, porque Annapolis foi um modelo mais abrangente e que, na época, despertou muita esperança. Índia, Brasil e África do Sul foram convidados a participar, além dos membros do Conselho de Segurança e países da região. Por razões que têm a ver com avaliações de alguns países importantes e membros permanentes do Conselho de Segurança, a ideia não foi à frente. Os russos tinham proposto uma segunda reunião de Annapolis, em Moscou. Ainda Embaixador em Washington, fiz várias gestões no sentido de apoiar uma segunda rodada. Nunca se realizou. Por essa razão, estamos examinando, com outros países que pensam da mesma maneira, o que pode ser feito. Lembro aqui outra circunstância interessante: o MERCOSUL tem acordo de livre-comércio com Israel e com a Palestina. Os países do MERCOSUL têm muita credibilidade para participar ou para propor ideias, apoiar um processo de paz que produza resultados. A ausência de resultados é circunstância muito grave, que pode ser uma ameaça à estabilidade não só regional, mas também mundial. O Brasil continuará a dar muita importância a esse tema.

FOLHA: Ministro, chegamos ao fim da nossa sabatina da *Folha de S. Paulo/UOL* com o senhor. Queria agradecer muito pela presença, pelas respostas concisas, interessantes.

MINISTRO: Muito obrigado a vocês todos.

113 Para a Conferência de Annapolis, realizada em 27 de novembro de 2007 e no âmbito da qual se avançou em direção a uma “solução de dois Estados” para a questão israelo-palestina, foram convidadas delegações de 49 países e organizações internacionais – dentre eles, Índia, Brasil e África do Sul.



O LUGAR DO BRASIL NO MUNDO E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO POVO BRASILEIRO

Entrevista concedida à revista Carta Capital, 29 de setembro de 2012. Título original: “Valores nacionais”.

CARTA CAPITAL: Até que ponto o senhor considera possível, de fato, fazermos uma projeção para o Brasil de 2030? As condições atuais do País nos permitem antever algumas das características da nação daqui a 18 anos?

MINISTRO: Lembro-me de uma frase da Presidenta Dilma Rousseff em discurso em abril deste ano, por ocasião da formatura da nova turma de diplomatas. O que ela disse foi: “O lugar que um país ocupa no mundo está prioritariamente vinculado ao papel que esse país ocupa em relação ao seu povo”¹¹⁴. Penso que o Brasil está se capacitando para esse cenário, ao implementar, de forma sistemática, as políticas públicas necessárias, tanto aquelas voltadas para o crescimento econômico quanto as que têm permitido a ascensão a níveis de vida mais dignos de milhões de brasileiros. São essas medidas internas que nos permitirão atuar no cenário internacional e nele exercer nossas vocações, que são o desenvolvimento

114 Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de formatura da Turma de 2010-2012 do Instituto Rio Branco. Brasília, 20 de abril de 2012.

sustentável, a cooperação e a paz. O Brasil está extraordinariamente bem posicionado em relação a alguns fatores determinantes: território, população, recursos naturais, produção de alimentos, acesso a energia, biodiversidade. Antever como estará o Brasil em 2030 é um exercício especulativo. Podemos, no entanto, lançar mão de trabalhos elaborados por entidades acadêmicas e consultorias privadas e tentar visualizar os contornos gerais do cenário que nos aguarda daqui a 18 anos.

CARTA CAPITAL: Estaremos entre as quatro ou cinco maiores economias?

MINISTRO: As próximas duas décadas deverão consolidar a mudança da realidade no planeta, particularmente da redistribuição de riqueza econômica, com possibilidade de melhoras substantivas do padrão de vida de grandes parcelas da população mundial. Em 2030, a China e a Índia podem chegar a representar 40% do PIB geral, e os BRICS também deverão ampliar sua participação na renda global de forma importante. A Economist Intelligence Unit prevê que, até 2030, o Brasil deverá atingir o PIB de 7,34 trilhões de dólares, o que o transformará na quarta maior economia mundial por essa época, atrás de China, EUA e Índia, nessa ordem, e à frente de Japão, Alemanha, Rússia, França e Reino Unido¹¹⁵.

De acordo com a Agência Internacional de Energia (AIE), graças à descoberta de reservas de petróleo na camada do pré-sal, o Brasil passará a ser o sexto maior produtor mundial em 2030, com 3,4 milhões de barris diários, atrás de Arábia Saudita, Rússia, Iraque, Irã e Canadá. Segundo a agência, o Brasil será o terceiro país com o maior aumento porcentual previsto na produção de petróleo até 2030, de 2,9% ao ano, atrás apenas do Iraque e do

115 De acordo com estudo publicado em setembro de 2011, pela Economist Intelligence Unit, o Brasil passaria da 7ª posição mundial em 2010 para a 4ª posição em 2030 em tamanho do Produto Interno Bruto. O crescimento médio estimado do PIB brasileiro no período seria de 3,9%.

Canadá¹¹⁶. Mas, por melhor que seja esse cenário, é essencial que continuemos a investir em capital humano, em ciência, tecnologia e inovação e infraestrutura. Por exemplo, para que a previsão de crescimento do PIB se concretize, o Brasil precisa evoluir, em média, 3,9% ao ano entre 2011 e 2030, o que exigirá maior participação dos investimentos (públicos e privados, domésticos e externos) na composição do PIB.

CARTA CAPITAL: O senhor acredita que teremos uma vaga no Conselho de Segurança da ONU? O Brasil deve realmente ser um país com maior responsabilidade internacional?

MINISTRO: Estamos trabalhando para isso. Existe um déficit democrático na conformação do Conselho de Segurança da ONU, que permanece com os mesmos cinco membros permanentes desde a Segunda Guerra Mundial. O mundo evoluiu, e é inadmissível que se perpetue uma situação anacrônica, em que regiões inteiras do mundo ficam de fora do centro decisório do sistema. Por isso, a América Latina e a África, em particular, e outros centros de influência devem estar representados de forma permanente. É esse o sentido da coordenação do G-4, que reúne, além do Brasil, Índia, Alemanha e Japão, no entendimento de que a África também precisa estar representada a título permanente em um Conselho de Segurança ampliado. Os últimos anos demonstraram que inexistente substituto para o sistema multilateral e que a sua atualização é indispensável. A reforma do Conselho de Segurança é uma das grandes tarefas que esperamos ver concluída o mais rápido possível. A vaga permanente do Brasil

116 Estudo da Agência Internacional de Energia (AIE), publicado em fevereiro de 2013 ("Oil Market Report"), demonstra que o Brasil foi o sexto maior consumidor de petróleo em 2012, chegando a mais de 3 milhões de barris diários, com crescimento de 4,2% no ano. A lista foi encabeçada pelos Estados Unidos, seguidos pela China, pelo Japão, pela Índia e pela Rússia. No rol dos países produtores de petróleo, o mesmo estudo indica que o Brasil produziu, em média, 2,15 milhões de barris de petróleo por dia em 2012, situando-se em 12º lugar mundial, atrás de Rússia (10,73 milhões), Arábia Saudita (9,57 milhões), Estados Unidos (9,11 milhões), China (4,18 milhões), Canadá (3,76 milhões), Irã (3 milhões), Iraque (2,95 milhões), México (2,92 milhões), Emirados Árabes Unidos (2,65 milhões), Venezuela (2,5 milhões), Kuwait (2,46 milhões).

em um Conselho reformado é consequência natural de uma composição que espelhe a nova geografia de poder no mundo contemporâneo. Mais do que mera aspiração, a participação do Brasil é uma responsabilidade bem-vinda. Nós, na verdade, temos assumido responsabilidades crescentes, como demonstra nossa atuação à frente da Missão de Estabilização do Haiti¹¹⁷, nosso papel crescente como fonte de apoio humanitário (maior contribuinte do mundo em desenvolvimento ao Programa Mundial de Alimentos, PMA)¹¹⁸. Somos, visivelmente, um vetor de paz, com relações diplomáticas com todos os membros da ONU, sem armas de destruição em massa nem inimigos. Temos condições de ser um novo tipo de membro permanente, que encarna os ideais de paz e desenvolvimento da Carta da ONU¹¹⁹, a partir de uma participação crescentemente criativa e atuante no sistema multilateral.

CARTA CAPITAL: O que significa, na prática, essa responsabilidade e que efeitos ela pode ter sobre a vida do cidadão comum?

MINISTRO: A construção de uma ordem internacional mais justa, democrática e menos propensa a conflitos assenta as bases para que os países sejam mais abertos, as fronteiras se tornem mais

117 A Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH) foi criada em abril de 2004, por meio da Resolução 1542 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Brasil lidera o componente militar da MINUSTAH desde 2004, além de contribuir com o maior contingente de tropas da Missão. O Governo brasileiro também tem implementado diferentes iniciativas em apoio à reconstrução do Haiti, que ainda enfrenta consequências do terremoto de janeiro de 2010. O Brasil possui 37 projetos de cooperação com o Haiti, 31 dos quais concluídos e 6 em andamento. Os projetos envolvem cooperação em diversas áreas como saúde, educação, agricultura e direitos humanos (Fonte: MRE).

118 De acordo com dados do PMA, em 2012, o Brasil alcançou a 10ª colocação mundial entre os maiores doadores ao Programa, havendo contribuído com 82,5 milhões de dólares no ano. Em 2007, primeiro ano em que figurou na lista, o Brasil ocupou a 44ª colocação, com doação anual de 1,1 milhão de dólares.

119 Entre os propósitos das Nações Unidas, como estabelecidos pelo Artigo 1º da Carta da ONU, está, além da manutenção da paz e da segurança internacionais e do desenvolvimento de relações amistosas entre as nações, a cooperação internacional para resolver os problemas de caráter econômico, social, cultural e humanitário. A Carta da ONU, em seu Artigo 55, estabelece como meta para o alcance do bem-estar e da estabilidade, pré-condições para o alcance da paz e da amizade entre as nações, a promoção dos padrões de vida, do emprego, das condições socioeconômicas, da saúde, da educação, dos direitos humanos e, entre outras, das liberdades fundamentais.

fluidas e aumentem as trocas comerciais, educacionais e tecnológicas, fazendo com que todos ganhem.

CARTA CAPITAL: O brasileiro continuará “invejando” os Estados Unidos e a Europa ou também isso tende a mudar, como parece já estar mudando?

MINISTRO: Estamos nos conscientizando de que todas as sociedades têm desafios e dificuldades próprios. Cada vez mais valorizamos nossas qualidades e entendemos nossas limitações em um contexto mais amplo. Creio que a maior exposição ao mundo levará o brasileiro a substituir a eventual “inveja” por uma apreciação madura dos sucessos alheios, que nos permita tirar lições desses exemplos bem-sucedidos. Mas a realidade é que um número crescente de países olha para o Brasil como fonte de inspiração, e isso também gera novas responsabilidades no atendimento a uma demanda por modelos inclusivos de ordenamento político, econômico e social.

CARTA CAPITAL: É possível vislumbrar a imagem que o País terá, internacionalmente, no futuro? Nossos estereótipos, a seu ver, ainda serão os mesmos, ou isso também mudará?

MINISTRO: A imagem a ser projetada deve estar bem calcada na realidade. Se fizermos o dever de casa e conseguirmos propiciar qualidade de vida para todos os segmentos sociais, seremos percebidos, sim, como um país democrático, justo e crescentemente próspero. Na área da política externa, por exemplo, se formos parceiros coerentes e generosos, estaremos lidando com bons vizinhos e bons amigos, em todas as partes do mundo. Devemos nos preocupar em “ser” antes de “parecer”. Os estereótipos normalmente associados ao País – samba, futebol e carnaval – mantêm-se presentes na vida brasileira e também atuam para gerar associações positivas de imagem, vinculadas à ideia de criatividade, talento e qualidade de vida. A imagem do Brasil no exterior está em uma curva ascendente, reflexo das transformações por que passa o País, e terá

mudado em 18 anos para refletir o dinamismo do momento atual. Não devemos apenas nos preocupar com a nossa imagem junto aos países mais ricos. Cada vez mais teremos presente a importância de corresponder, em países vizinhos, na África e no mundo em desenvolvimento, às expectativas que se criam em relação ao Brasil como liderança solidária comprometida com o desenvolvimento.

CARTA CAPITAL: Quais devem ser, no futuro, os ativos brasileiros que mais interesse despertarão no mundo? Serão somente os recursos naturais ou também outros tipos de ativos, como, por exemplo, a nossa cultura?

MINISTRO: O Brasil tem muitos ativos com grande potencial de valorização no futuro. Poderá liderar, por exemplo, em vários campos: a inclusão social, passando pela eficiência energética, da tecnologia aplicada à agricultura e até o desenvolvimento sustentável. Talvez um ativo importante seja a nossa credencial de país pacífico, solidário e capaz de dialogar com todos, aliada a uma intenção de participar do mundo de forma construtiva. Nossa vocação humanista, nossa valorização da diversidade, nosso compromisso com o sistema de governança global crescentemente inclusivo, democrático e eficiente.

CARTA CAPITAL: A Copa e os Jogos Olímpicos terão deixado marcas importantes neste Brasil de 2030? Esses eventos serão fundamentais na construção dessa nova imagem do País?

MINISTRO: Ao atrair a atenção de milhões de seres humanos, esses grandes eventos contribuirão para aumentar o nível de conhecimento sobre o Brasil e, com isso, abrirão uma possibilidade sem precedentes de maior interação, seja atraindo negócios, investimentos ou turismo. Haverá um legado significativo na melhora da infraestrutura em várias cidades, e as ações necessárias para assegurar o bom andamento dos eventos ajudarão a modernizar o País. Vejo com particular entusiasmo a possibilidade de estimularmos

uma nova geração de jovens a descobrir o Brasil e a compartilhar os nossos valores. O esporte é um dos mais importantes veículos de aproximação entre os jovens de todo o mundo e esperamos que, em 2016, os atletas e os espectadores que dedicarem sua atenção aos Jogos Olímpicos possam levar do Brasil uma mensagem de tolerância, liberdade e confiança na capacidade do ser humano de superar obstáculos.



ALÉM DA IMAGEM DE SOL E DE FUTEBOL

Entrevista concedida à revista Monocle, 1º de outubro de 2012. Título original: "Q&A: Added punch".

A *Monocle* sentou-se, em Londres, com o Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Antonio de Aguiar Patriota, para perguntar o que ele está fazendo para levar a marca de seu país além da imagem de sol e futebol.

Quando Antonio de Aguiar Patriota começa a falar sobre música, é difícil fazê-lo parar. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil faz referência a um guitarrista de blues de Chicago enquanto entra no hotel Ritz e fala com lirismo sobre o Radiohead ao sair, uma hora depois.

Nesse meio tempo, ele dirige sua atenção à crescente economia do Brasil, seu ascendente poder diplomático e aos dois espetáculos esportivos programados para os próximos quatro anos. Entretanto, alguém poderia suspeitar que ele preferisse entreter-nos com seus contos sobre lados-b obscuros e concertos secretos.

Um diplomata de carreira que começou trabalhando há quase três décadas no inspirador Palácio Itamaraty, projetado por Oscar Niemeyer, a Patriota parece ter sido dada mais liberdade para dirigir a política externa sob o Governo da Presidenta da República, Dilma Rousseff, do que a qualquer um de seus antecessores

enquanto serviam o mais carismático Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

À medida que o Brasil tenta refinar sua imagem global diante da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas do Rio de 2016, Patriota está provavelmente na linha de frente desses esforços. Entretanto, primeiramente, ele precisa trabalhar no que aquela imagem deveria ser. Sol, samba e futebol podem levar um país adiante até um limite – e mais, isso faz a quinta maior economia do mundo e uma superpotência regional parecer um pequeno peso-leve.

MONOCLE: O senhor começou no Ministério das Relações Exteriores quando ainda estava na casa dos vinte anos. Como o papel do Brasil no mundo mudou nesse período?

MINISTRO: Mudou de maneira bastante considerável. Se você voltar algumas décadas atrás, nós estávamos lutando com um problema muito sério de inflação e com um problema de dívida. Nós não éramos uma democracia completa. Nós ainda estávamos sob um regime que tinha sido uma ditadura. Então, havia inúmeros desafios. Não era uma tarefa simples representar o Brasil no mundo, apesar de alguns de nossos pontos fortes estarem presentes por muitos séculos – a criatividade do povo brasileiro, nosso amor pela liberdade, nosso amor pelos esportes, pela arte e pela música, a diversidade dentro do Brasil. Tenho visto o Brasil emergir como um país que representa um modelo bem-sucedido de muitas maneiras, ao reconciliar forças econômicas e progresso social. Seja qual for o ângulo que você olhe hoje, trata-se de um horizonte completamente diferente.

MONOCLE: E essa foi uma progressão natural ou foi necessário um pequeno empurrão de certos líderes?

MINISTRO: O Ministro das Relações Exteriores hoje tem à sua disposição instrumentos muito poderosos, e isso aconteceu gradualmente nos últimos anos. Sob o Governo do Presidente Lula, hou-

ve um aumento significativo no número de Embaixadas ao redor do mundo até o ponto em que hoje, por exemplo, nós temos mais Embaixadas na África do que o Reino Unido¹²⁰. Também aumentamos o número de diplomatas de maneira bastante significativa¹²¹.

MONOCLE: O Brasil tem o papel de liderança no Haiti – você considera isso um sucesso?

MINISTRO: Sucessivos comandantes de tropas vêm do Brasil, com o maior contingente de tropas vindo do Exército Brasileiro¹²². Quando o terremoto ocorreu em 2010, o país respondeu com grande maturidade e com um senso de estoicismo heroico¹²³. Mas a missão da ONU também ajudou a manter as coisas no lugar. Agora, nós estamos verificando maneiras de começar a retirar progressivamente as tropas estrangeiras porque nós todos, obviamente, desejamos que o Haiti consiga caminhar com suas próprias pernas. Nós também estivemos presentes em outros esforços de paz sob a bandeira da ONU. Hoje nós estamos no Líbano e assumimos a posição de comando dos esforços da Marinha sob a bandeira da ONU¹²⁴.

120 O Brasil tem, atualmente, Embaixadas em 37 países da África, frente a 36 postos do Reino Unido no continente.

121 Em 2006, foram criadas, pela lei 11.440, 400 novas vagas na carreira diplomática. Em 2012, a lei 12.601 criou outras 400 novas vagas na carreira diplomática, além de 893 novas vagas para Oficiais de Chancelaria.

122 De acordo com dados da Organização das Nações Unidas, o Brasil contava, em janeiro de 2013, com 1.901 nacionais em trabalho na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti. Desde 2004, nove Generais do Exército Brasileiro lideraram os trabalhos da MINUSTAH: Augusto Heleno Ribeiro Pereira (de junho de 2004 a 2005), Urano Teixeira da Matta Bacellar (de setembro de 2005 a janeiro de 2006), José Elito Carvalho Siqueira (de janeiro de 2006 a janeiro de 2007), Carlos Alberto dos Santos Cruz (de janeiro de 2007 a abril de 2009), Floriano Peixoto Vieira Neto (de abril de 2009 a abril de 2010), Luiz Guilherme Paul Cruz (de abril de 2010 a março de 2011), Luiz Eduardo Ramos Batista Pereira (de março de 2011 a março de 2012), Fernando Rodrigues Goulart (de março de 2012 a março de 2013), Edson Leal Pujol (de março de 2013 até o presente).

123 Sobre o abalo sísmico de 12 de janeiro de 2010, que vitimou cerca de 316 mil haitianos, e os dados relativos à cooperação entre Brasil e Haiti, cf. notas 97, 117 e 122.

124 O Brasil conta com tropa de 264 homens na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), criada em 1978. A Marinha do Brasil detém o comando da Força Tarefa Marítima da UNIFIL desde fevereiro de 2011. Em 4 de novembro de 2011, a Fragata União (F-45) foi o primeiro navio de guerra da Marinha do Brasil a ser incorporado a uma missão de paz da ONU.

MONOCLE: A tentativa conjunta do Brasil com a Turquia de negociar um acordo sobre o enriquecimento de urânio com o Irã terminou mal. O que vocês aprenderam?

MINISTRO: Eu acho que foi uma tentativa muito válida de criar confiança porque um dos déficits mais problemáticos com o qual nós precisamos lidar ao falar sobre o Irã é o déficit de confiança entre o Irã e certos membros do Conselho de Segurança¹²⁵. A melhor maneira de criar confiança é por meio do diálogo, por meio da negociação.

MONOCLE: O Brasil pode desempenhar um papel diplomático maior nas questões de guerra e paz?

MINISTRO: Você mencionou o Haiti, eu mencionei o Líbano e algumas outras ideias, mas o que nós tentamos realizar entre o Brasil, a Turquia e o Irã foi, talvez, um sinal de uma agenda mais forte para o Brasil na diplomacia e na resolução de conflitos, e eu ainda realçaria na prevenção de conflitos.

MONOCLE: O Brasil tem a terceira maior fabricante de aviões do mundo, a Embraer, mas ela ainda não está fortemente associada com a marca Brasil. Por quê?

MINISTRO: Todos aqueles interessados em aeronaves estão cientes do forte desempenho do Brasil nesse campo.

MONOCLE: A próxima vez que o senhor entrar num avião da Embraer, pergunte à pessoa do seu lado, “Quem fez este avião?”. As chances são grandes de ela não dizer uma empresa brasileira, não é?

MINISTRO: Bem, talvez porque o Brasil não está automaticamente associado a um componente competitivo industrial forte na nossa economia. Mas isso se tornará mais parte de nossa imagem no mundo. Nós estamos dando uma grande ênfase a ciência,

125 Sobre a Declaração de Teerã e a Resolução 1929 do CSNU, cf. nota 11.

tecnologia e inovação. Então, de maneira crescente, eu acho que o Brasil está fadado a tornar-se um líder em muitas destas áreas.

MONOCLE: Quão grande é o papel que vocês podem desempenhar na liderança da América Latina e quão importante é isso para vocês?

MINISTRO: Extremamente importante. A América do Sul é autossuficiente na produção de alimentos, em energia e em recursos hídricos. Ela tem potencial de alimentar o mundo; nós já exportamos muitos produtos para o resto do mundo. Então, a América do Sul permanece como nossa prioridade número um. Nós temos a possibilidade, e isso é uma oportunidade histórica que não deixaremos passar, de criar uma zona de cooperação, de desenvolvimento, de democracia. Nós também somos uma região livre de armas de destruição em massa e estamos determinados a permanecer assim.



MULTIPOLARIDADE DA COOPERAÇÃO



IBAS: UMA PONTE ENTRE AS TRÊS GRANDES DEMOCRACIAS MULTIÉTNICAS DO SUL

Discurso proferido por ocasião da VII Reunião da Comissão Mista Ministerial do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). Nova Délhi, 8 de março de 2011.

O IBAS completará oito anos em 6 de junho de 2011¹²⁶, e eu gostaria de agradecer ao nosso anfitrião indiano por organizar esta VII Comissão Trilateral.

Esta é a primeira Comissão Trilateral do IBAS realizada após a posse da Presidenta da República, Dilma Rousseff, e após o início do meu mandato como Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

Gostaria de reiterar o compromisso do Governo brasileiro com este Fórum. Acreditamos firmemente no futuro da nossa parceria, que aproxima as três grandes democracias multiétnicas da Ásia, África e América do Sul e suas respectivas regiões.

Esta interação ininterrupta demonstra que a Índia, o Brasil e a África do Sul têm honrado os compromissos assumidos na Declaração de Brasília de 2003, buscando estreitar nossas relações não somente por meio da intensificação de consultas e da

126 Em 6 de junho de 2003, por meio da Declaração de Brasília, foi estabelecido o Fórum de Diálogo Trilateral Índia – Brasil – África do Sul, com vistas a reunir três grandes economias e democracias multiétnicas em um esforço de ampliação da cooperação Sul-Sul. A primeira reunião da Comissão Trilateral do Fórum IBAS foi realizada em Nova Délhi, em 4 e 5 de março de 2004. A sétima reunião da Comissão Trilateral ocorreu em Nova Délhi, em 8 de março de 2011.

coordenação sobre temas da agenda internacional, como também de uma Comissão Trilateral que abrange diferentes setores de nossas administrações públicas.

Assim como já dissemos várias vezes, essa é uma plataforma singular para a interação de três democracias do Sul, três sociedades multiculturais, três atores cada vez mais relevantes no mundo de hoje.

O IBAS já definiu sua identidade e tem histórias de sucesso para contar.

No entanto, este fato não pode nos permitir ser complacentes.

Nossa avaliação do IBAS é positiva em cada um dos seus três pilares: consulta e coordenação políticas, cooperação setorial, e implementação de projetos no âmbito do Fundo de Combate à Pobreza e à Fome ¹²⁷.

127 O Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza começou suas operações em maio de 2004, apoiando-se nas capacidades dos três países e em suas experiências nacionais bem-sucedidas de combate à fome e à pobreza. O Fundo, que constitui exemplo de cooperação entre três países em desenvolvimento, é uma iniciativa pioneira de cooperação Sul-Sul, que leva adiante projetos de combate à fome e à pobreza. O Fundo IBAS trabalha com base em um sistema determinado pela demanda dos países necessitados. Os projetos finalizados até o final de 2012 foram: “Reforço à Infraestrutura e à Capacidade de Combate ao HIV/AIDS” (Burundi, concluído em junho de 2012); “Reabilitação do Posto Sanitário de Covoada” (Cabo Verde, concluído em dezembro de 2008); “Desenvolvimento da Agricultura e da Pecuária” (Guiné-Bissau, fase 1 concluída em junho de 2007 e fase 2 concluída em setembro de 2011); “Coleta de Resíduos Sólidos: uma ferramenta para reduzir violência e conflitos em Carrefour-Feuilles” (Haiti, fase 1 concluída em abril de 2007 e fase 2 concluída em dezembro de 2011); “Construção de Centro Multiesportivo e formação de Ligas Esportivas Juvenis” (Palestina, concluído em junho de 2011). Os projetos financiados pelo Fundo que estão em execução atualmente são: “Dessalinização para o Aproveitamento de Água Potável” (Cabo Verde); “Desenvolvimento amplo dos Serviços Médicos para Crianças e Adolescentes com Necessidades Especiais” (Camboja); “Apoio à Reabilitação de Bolanhas e ao Processamento de Produtos de Origem Agrícola e Animal” (Guiné-Bissau); “Eletrificação Rural com Sistemas de Energia Solar” (Guiné-Bissau); “Apoio à agricultura irrigada integrada em dois Distritos Bolikhamxay” (Laos); “Reabilitação Parcial do Centro Hospitalar e Cultural da Sociedade do Crescente Vermelho Palestino na Faixa de Gaza (Hospital Al Quds)” (Palestina); “Construção de Centro para Pessoas com Necessidades Especiais” (Palestina); “Desenvolvimento de Liderança e Capacitação Institucional para o Desenvolvimento Humano e Redução da Pobreza” (Serra Leoa); “Estabelecimento de ‘hub’ de produção de sementes de arroz” (Vietnã). Como reconhecimento das iniciativas tomadas no âmbito da redução da fome e da pobreza mundiais, o Fundo IBAS recebeu o Prêmio “Parceria Sul-Sul para Aliança Sul-Sul”, outorgado pelo PNUD, em 2006, e o Prêmio “Millennium Development Goals”, concedido pelo Millennium Development Goals Awards Committee, em 2010.

Mais de sete anos de estreita interação política no âmbito do IBAS – em todas as áreas relevantes para a agenda global – nos permitiram melhor conhecer uns aos outros.

Identificamos amplas áreas de interesse comum em nossas políticas externas.

Mas ainda há um grande potencial a ser explorado.

A circunstância de que nossos três países são, atualmente, membros do Conselho de Segurança constitui plataforma particularmente valiosa em um momento de importantes acontecimentos internacionais.

Como países que estão prontos a assumir plenamente suas responsabilidades na manutenção da paz internacional, devemos aproveitar esta oportunidade para, sempre que possível, articular nossa visão comum de uma ordem internacional mais democrática, em que se respeita o Direito Internacional e que tem o compromisso com o aprimoramento do multilateralismo no seu cerne.

Como países que mantêm relações de cooperação e amizade tanto com o mundo árabe como com Israel, temos uma posição privilegiada para impulsionar a pronta retomada das negociações de um acordo de paz entre Israel e Palestina.

Como governos e sociedades que reúnem fortes raízes democráticas, crescimento econômico inclusivo e liberdade de expressão, podemos contribuir para uma transição pacífica no mundo árabe, de acordo com as aspirações dos manifestantes que tomaram as ruas.

Como defensores de direitos humanos, da importância do diálogo e da diplomacia, podemos criar condições para decisões multilaterais sólidas em situações complexas, como no caso da Líbia¹²⁸, e oferecer meios para fazer avançar o diálogo e a

128 Cf. “Desafios de paz e segurança da Líbia”, entrevista concedida ao jornal The Hindu, 11 de março de 2011. Título original: “Let’s not make the situation in Lybia worse”.

cooperação, em estreita consulta com os países da região e com seus mecanismos de consulta.

Da mesma forma, devemos ter em mente que reconhecemos que os conceitos de paz, segurança e desenvolvimento estão intimamente relacionados e que sustentam, em grande medida, nossas perspectivas sobre a paz.

Juntos, devemos continuar a impulsionar uma reforma do Conselho de Segurança que inclua a expansão de assentos permanentes e não permanentes, bem como uma maior participação dos países em desenvolvimento.

As mudanças na governança global nas esferas financeira e econômica devem ser acompanhadas por mudanças semelhantes nos temas de paz e segurança.

Podemos avançar na coordenação exitosa que alcançamos em instâncias como o Conselho de Direitos Humanos da ONU, a Organização Mundial de Saúde, a Organização Internacional do Trabalho e a Organização Mundial da Propriedade Intelectual.

Tais esforços conjuntos devem ser reforçados e ampliados, sempre que possível.

Acredito, por exemplo, que há espaço para discussão sobre desarmamento nuclear no contexto do IBAS, tendo em vista que certamente concordamos com a meta de, no longo prazo, termos um mundo livre de armas nucleares.

Devemos aprofundar as consultas sobre Direitos Humanos, de tal modo que nosso debate contribua para reduzir a persistente polarização Norte-Sul que ainda caracteriza, em grande parte, a dinâmica do atual debate sobre esse tema.

Ademais, o Brasil considera que as iniciativas conjuntas entre o IBAS e outros países é um projeto promissor.

Os BRICS poderiam, igualmente, beneficiar-se de uma coordenação renovada entre os países do IBAS. O Brasil saudou, com entusiasmo, a recente adesão da África do Sul aos BRICS¹²⁹ – algo que, a nosso ver, cria oportunidades para ambos os mecanismos, no que diz respeito à diversificação de suas agendas.

É certo que o Fundo IBAS recebeu importante atenção internacional, tendo sido elogiado como modelo para cooperação, não obstante os limitados recursos que lhe foram atribuídos.

Se fosse necessário singularizar uma característica da cooperação do IBAS com terceiros países que a torna tão exitosa, destacaria o engajamento com os governos beneficiários.

Todos os projetos resultam não apenas da nossa vontade de oferecer uma contribuição, mas, também, de clara aceitação pelas autoridades que a recebem.

Nos próximos meses, devemos concluir a construção de um Centro Esportivo em Ramalá¹³⁰. Mais uma vez, o Fundo estará no centro das atenções.

Permito-me sugerir que tomemos as devidas providências para que altos funcionários, se não nós mesmos, estejam presentes à cerimônia de inauguração do Centro, o que garantiria a visibilidade que o IBAS merece.

Ao mesmo tempo, temos que reconhecer que o Fundo ainda tem suas deficiências. No universo da cooperação internacional, 3 milhões de dólares é um valor modesto.

É, também, necessário que permitamos desembolsos mais céleres.

129 A África do Sul foi incorporada ao agrupamento "BRIC", transformando-o em "BRICS", em 14 de abril de 2011, por ocasião da III Cúpula do BRICS, realizada em Sanya, China.

130 Em 19 de novembro de 2011, foi inaugurado um Centro Multiesportivo em Ramalá, primeiro projeto do Fundo IBAS na Palestina. Índia, Brasil e África do Sul executam, ainda, outros dois projetos no país: a reabilitação do Centro Hospitalar e Cultural da Sociedade do Crescente Vermelho Palestino (Hospital Al Quds), na Faixa de Gaza, e a construção de Centro para Pessoas com Necessidades Especiais, em Nablus.

Também temos de provar que somos capazes de, sem intermediários, implementar projetos em terceiros países. Este é o maior desafio para três países dispostos a deter pleno controle de iniciativas de cooperação.

Para concluir, gostaria de ressaltar que há um importante trabalho de troca de informações em curso entre nossos países.

Autoridades governamentais de Índia, Brasil e África do Sul estão se tornando cada vez mais familiarizadas com as práticas de nossos países.

Podemos, certamente, falar da formação de uma “cultura IBAS” em nossos Governos.

Estamos lançando uma base sólida para o estabelecimento de trocas mais férteis.

Os dois microssatélites¹³¹ que estão a caminho são representativos daquilo que, concretamente, podemos alcançar.

Há outros exemplos a ressaltar: a cooperação em pesquisa na Antártica, a certificação das exportações para facilitar procedimentos aduaneiros; projetos em ciência e tecnologia, o intercâmbio de experiências na Administração Pública, a coordenação na área da sociedade da informação; exercícios navais conjuntos (IBSAMAR), dentre outros.

Ao mesmo tempo, devemos lutar em várias frentes. Por exemplo, devemos superar os estereótipos que ainda predominam as percepções dos nossos três países. Isso pode ser conseguido por meio de amplo intercâmbio cultural, bem como por meio do aumento do fluxo de turismo – o que depende da melhoria da nossa conectividade.

131 A criação de um satélite do IBAS foi proposta em 2008, quando também se acordou a construção de um satélite de monitoramento de clima espacial e observação da Terra.

Os Grupos de Trabalho para Cultura, Turismo e Transportes podem nos ajudar a atingir esse objetivo.

Também precisamos aprender, em todas as áreas, como mover mais rapidamente do planejamento à ação e à execução.

Fico satisfeito em constatar que o IBAS não é apenas um exercício que se realiza a cada Cúpula ou a cada reunião ministerial: entre esses eventos, estamos constantemente agregando conteúdos à nossa iniciativa – e todos nós temos o direito de esperar ainda mais.



UMA PLATAFORMA DE PAZ NA NOVA ORDEM MULTIPOLAR

Discurso proferido por ocasião do seminário “Abordagens para segurança internacional: as experiências do Brasil e dos Países Baixos”, Brasília, 29 de maio de 2012.

É com grande satisfação que participo deste debate sobre segurança internacional com o Chanceler dos Países Baixos. Este é um tema que nos ocupa muito no Itamaraty. E o Brasil tem uma contribuição original a dar, pelo seu exemplo de engajamento na região e, cada vez mais, no mundo, em escala global.

Trata-se de tema que aproxima o Brasil e os Países Baixos. Como disse meu colega Uri Rosenthal, os dois países possuem um firme compromisso com o direito internacional. A Haia é uma capital incontornável quando se fala de direito internacional. É sede da Corte de Arbitragem, da Corte Internacional de Justiça, de vários tribunais *ad hoc* e, mais recentemente, do Tribunal Penal Internacional. Mas existem diferenças também, em tamanho, população, geografia e história.

A Holanda foi uma potência colonial; e o Brasil, ex-colônia, do outro lado da equação. A Holanda é hoje membro de uma aliança defensiva, que às vezes adota posturas não apenas defensivas, a OTAN. O Brasil, por sua vez, é muito avesso a participar de alianças

militares, faz parte de uma zona desnuclearizada¹³². A Holanda, por circunstâncias históricas, é parte de uma aliança em que se prevê a utilização de armas nucleares e em cujos territórios se posicionam armas nucleares. Não obstante, sabemos do compromisso dos Países Baixos com o desarmamento convencional e de armas de destruição em massa, como testemunha a presença da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) na Haia e o fato de os Países Baixos terem assinado o protocolo adicional ao Tratado de Tlatelolco, que estabeleceu uma zona desnuclearizada nas Américas.

Nas Américas, fala-se holandês. Tenho ido frequentemente ao Suriname e constato como o neerlandês está vivo e presente aqui em um país vizinho do Brasil. Como se sabe, o neerlandês também está presente no Caribe insular.

O Ministro Rosenthal fez um breve apanhado da evolução geopolítica nos últimos anos. Resume bem a passagem da estrutura bipolar para o momento unipolar, que se sucedeu com o fim da União Soviética, e para o novo cenário, que ele chamou de “multipolar

132 A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) foi criada em 1986, por meio da Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas, com o objetivo de fomentar o diálogo e a cooperação no âmbito da região sul-atlântica e de afirmar sua identidade como zona de paz e de prosperidade, livre de armas nucleares e promotora do desenvolvimento sustentável. O Brasil sediou a primeira e a terceira reuniões ministeriais da ZOPACAS (Rio de Janeiro, 1988; e, Brasília, 1994). Quase seis anos após a última reunião da ZOPACAS, em Luanda, 2007, os países-membros da ZOPACAS voltaram a reunir-se, em Montevidéu, entre 15 e 16 de janeiro de 2013, para a VII Reunião Ministerial. As 21 delegações presentes à VII Reunião Ministerial da ZOPACAS trataram da necessidade de preservar o Atlântico Sul da guerra, do conflito e da ação do crime organizado transnacional, bem como de maneiras de facilitar o comércio e o investimento e de ampliar as linhas de comunicação e de transporte. A Declaração Final da reunião ministerial reitera a necessidade de implementação dos resultados da Rio+20, bem como o compromisso com promoção da paz, segurança, cooperação, democracia, desenvolvimento sustentável, prosperidade econômica, inclusão social, integração cultural e solidariedade. O Plano de Ação adotado estabelece medidas concretas para fortalecer a ZOPACAS como um fórum privilegiado para o desenvolvimento da cooperação entre os países banhados pelo Atlântico Sul. Foram adotadas ainda declarações sobre a situação em Guiné-Bissau e sobre a República Democrática do Congo. A próxima reunião ministerial da ZOPACAS deverá ser realizada em Cabo Verde. Em 2011, a soma do PIB dos integrantes da ZOPACAS chegou a 5,6 trilhões de dólares, e o intercâmbio comercial total entre os países-membros foi de aproximadamente 102,8 bilhões de dólares. Em 2012, o intercâmbio comercial entre o Brasil e os países-membros da ZOPACAS foi da ordem de 53,5 bilhões de dólares (Fonte: MRE).

emergente”, “multipolar em gestação”, e que, na verdade, envolve polos de natureza muito variados. Um deles, os Estados Unidos, tem um poderio militar incomparavelmente superior ao de todos os demais, um orçamento militar equivalente a praticamente todos os demais orçamentos militares mundiais. A Rússia, país que já foi uma potência, não é exatamente emergente. A China surge com muito vigor e deverá ultrapassar os Estados Unidos em termos de Produto Interno Bruto nos próximos anos, fenômeno que não acontece há mais de 100 anos (a emergência de uma economia detentora do maior PIB mundial). E países como Brasil, Índia, África do Sul que, talvez pela primeira vez na sua história, conjugam forte presença regional com alcance verdadeiramente global de suas diplomacias, de seus interesses, de suas empresas. E certamente um dos grandes desafios para Brasil hoje é o de administrar essa presença global e de desenvolver a capacidade de atuar com o aprofundamento necessário em matéria de paz e segurança internacionais.

Os embaixadores em Brasília terão se dado conta de que Brasília é uma cidade jovem, 52 anos, mas já está entre as quinze capitais com o maior número de Embaixadas no mundo¹³³. E o Brasil, entre os países com o maior número de Embaixadas no exterior¹³⁴, o que permite um conhecimento maior dos nossos parceiros e uma responsabilidade, sem dúvida, muito maior do que foi historicamente a nossa, pela promoção da paz, da segurança e do desenvolvimento sustentável.

Estamos também fortemente engajados com a preservação da América do Sul como uma região de paz, prosperidade e democracia, com seus mecanismos de coordenação, como o Conselho de Defesa, que preconiza a transparência com gastos militares entre todos os membros da UNASUL.

133 Brasília, com 129 Embaixadas Residentes, é a 12ª capital em número de Embaixadas Residentes. Estão ainda acreditados, nesta capital, 55 Embaixadores não residentes.

134 Sobre a rede diplomática e consular brasileira, cf. nota 2.

Estamos engajados com a estabilização do Haiti, por meio de uma missão autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, que busca relacionar paz, desenvolvimento e segurança¹³⁵. O desenvolvimento é fundamental para um país sujeito a crises crônicas, como o Haiti. O papel da comunidade internacional em casos como o haitiano é o de conjugar pacificação, fortalecimento institucional, progresso econômico e justiça social.

Tudo isso pode parecer óbvio. Mas nem sempre existe, no Conselho de Segurança, a sensibilidade necessária para que se juntem esses elementos em uma estratégia de estabilização de países como o Haiti, que, como os senhores sabem, é o mais pobre das Américas. E esse mesmo espírito prevalece no tratamento de outras questões que fazem parte da agenda do Conselho de Segurança, em particular no que diz respeito à África, onde temos tido alguns êxitos por meio de missões de paz, de iniciativas sub-regionais, levadas a cabo pela União Africana, pela comunidade dos países afro-ocidentais, pelos países de língua portuguesa e por outros agrupamentos. Como sabemos, persistem inúmeros desafios e surgem inclusive novas crises que representam um ponto de interrogação sobre a capacidade de os diferentes elementos sub-regionais articularem-se com o multilateral.

Penso, em particular, no caso do Mali e da Guiné-Bissau. Na Guiné-Bissau, sobretudo, onde a liderança assumida por um grupo sub-regional não parece concatenar-se de maneira harmoniosa com as determinações da União Africana e do Conselho de Segurança. Em Guiné-Bissau os problemas são graves, mas o são em uma escala pequena. Trata-se de um país de 1 milhão e meio de habitantes, cujas Forças Armadas conformam 5 mil pessoas. Não há por que não encontrarmos uma fórmula para a pacificação e a estabilização¹³⁶.

135 Sobre a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), cf. notas 117 e 122.

136 O Brasil preside, desde dezembro de 2007, a Configuração para Guiné-Bissau da Comissão de Construção da Paz das Nações Unidas. Com apoio de projeto da CPLP que busca assegurar condições para

O Chanceler Rosenthal mencionou a ideia do “fim da história”, de Francis Fukuyama, que foi muito citada, em um momento de euforia e entusiasmos, em que o mundo parecia, aos olhos de alguns, encaminhar-se para uma única ideologia, baseada na economia de mercado, na democracia liberal. Fukuyama não foi um bom profeta, não imaginou a crise do Lehman Brothers, em 2008, a crise do Euro, na Europa, e muito menos a Primavera Árabe, que tomou de roldão todo o norte da África e Oriente Médio. E hoje nos encontramos diante de um cenário inteiramente distinto daquele previsto.

Não deixa de ser um paradoxo que, se olharmos para a agenda do Conselho de Segurança hoje, tenhamos a impressão de que as grandes ameaças à paz e à segurança internacionais situam-se em países de menor desenvolvimento relativo. Sabemos que historicamente as mais graves ameaças à paz partiram de ações de países poderosos econômica e militarmente.

Não preciso dizer isso para uma plateia que está diante do Chanceler da Holanda, país que sofreu de maneira particularmente penosa as consequências dos conflitos europeus do século XX. Mas menciono isso porque a agenda de desarmamento e de não proliferação, embora não seja atribuição específica do Conselho de Segurança, tende a ser esquecida quando se fala de segurança internacional. Enquanto tivermos orçamentos militares da mesma grandeza dos que os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança têm hoje, enquanto o número de ogivas nucleares for aquele que o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) indica¹³⁷, a paz estará sob ameaça em seu sentido mais dramático.

a representação diplomática dos países-membros em todas as capitais da Comunidade, foi aberta, em abril de 2011, Embaixada residente da Guiné-Bissau em Brasília.

137 Os dados do SIPRI Yearbook 2012 estimam que existam as seguintes quantidades de ogivas nucleares no mundo: 8 mil nos Estados Unidos, 10 mil na Rússia, 225 no Reino Unido, 300 na França, 240 na China, 80 a 100 na Índia, 90 a 110 no Paquistão e 80 em Israel (Shannon N. Kile, *World Nuclear Forces*, SIPRI Yearbook 2012. Oxford University Press: Oxford, 2012, pp. 307-350).

Paradoxal também é o fato de que talvez o conflito potencialmente mais desestabilizador para a paz e segurança internacionais no mundo hoje, a situação entre Israel e Palestina, praticamente não seja abordado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. Os membros permanentes do Conselho preferiram, nos últimos anos, terceirizar o debate sobre Israel e Palestina para um mecanismo conhecido como “Quarteto”, que envolve o Secretário-Geral – portanto, em princípio, as Nações Unidas, como um todo, estariam representadas –, a União Europeia, os Estados Unidos e a Rússia. Mas, infelizmente, o Quarteto não tem produzido música audível. Na verdade, não tem contribuído para avançar de forma significativa as negociações de paz entre israelenses e palestinos.

O impasse entre Israel e Palestina figura de forma explícita nas agendas por emancipação, por progresso político e socioeconômico, que têm mobilizado as populações jovens no mundo Árabe. Progressos no encaminhamento da situação entre palestinos e israelenses ajudariam, sem dúvida, a criar um ambiente mais favorável à estabilidade no Oriente Médio, do Marrocos ao Irã. Em grande medida, a situação do Irã também tem uma relação com a instabilidade entre Israel e Palestina.

Esse raciocínio está na origem da crítica construtiva ao Quarteto que temos feito no âmbito do MERCOSUL¹³⁸ e em parceria com Índia e África do Sul, no IBAS¹³⁹. Não há por que abdicarmos da possibilidade de os membros do Conselho de Segurança deliberarem sobre

138 No comunicado conjunto dos Estados-partes do MERCOSUL e Estados Associados divulgado por ocasião da XLIII Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum em Mendoza, em 29 de junho de 2012, menciona-se que as Presidentas e os Presidentes participantes “analisaram o trabalho levado a cabo pelo Quarteto em relação ao processo de paz palestino-israelense e reiteraram a proposta de que o Quarteto informe com regularidade o Conselho de Segurança de Nações Unidas sobre os avanços atingidos em seu trabalho”.

139 A Declaração Final da V Cúpula do IBAS (Declaração de Tshwane), firmada em Pretória, em 18 de outubro de 2011, dispõe que os líderes presentes (o Presidente da África do Sul, Jacob Zuma, o Primeiro-Ministro da Índia, Manmohan Singh, e a Presidenta da República, Dilma Rousseff) pediram o monitoramento das atividades do Quarteto pelo CSNU, o congelamento imediato de toda atividade de assentamento nos Territórios Palestinos Ocupados e em Jerusalém Oriental e o levantamento do cerco a Gaza.

estratégias de paz para o Oriente Médio na ausência de progressos nas negociações entre Israel e Palestina. Isso envolve uma responsabilidade primordial do Conselho e da comunidade internacional, que não está sendo exercida neste momento. Talvez tenha chegado o momento de examinarmos outras configurações e outras fórmulas.

Outro tema que merece ser lembrado é o da intervenção militar no Iraque em 2003. Esse episódio exerce uma influência sobre o pensamento contemporâneo, inclusive quando se fala sobre “responsabilidade de proteger” e quando se pensa na importância de um Conselho de Segurança eficaz. A intervenção militar no Iraque foi justificada, à época, em função da suposta existência de armas de destruição em massa. Foram alegações que não se comprovaram e que não levaram em conta as opiniões das agências especializadas das Nações Unidas, como a AIEA, à época sob o comando do sueco Hans Blix. A decisão sobre a intervenção militar foi fruto de análises individuais de alguns países-membros do Conselho de Segurança. E a intervenção foi levada a cabo sem autorização do Conselho de Segurança, à margem do direito internacional, que os Países Baixos e o Brasil tanto defendem.

A intervenção militar contra o Iraque gerou muito mais morte, destruição e instabilidade regional do que seus idealizadores imaginaram. Gerou resultados muito questionáveis, independentemente de qualquer abordagem que adotemos. Podemos falar hoje com muita liberdade sobre esse tema, já que o próprio Presidente Barack Obama foi eleito para a Casa Branca com uma plataforma de crítica a essa intervenção e com uma agenda de retirada das tropas norte-americanas do Iraque, que ocorreu em dezembro do ano passado¹⁴⁰.

140 As últimas tropas dos Estados Unidos da América deixaram o Iraque em 18 de dezembro de 2011, quase nove anos após o início da guerra. A retirada das tropas norte-americanas do Iraque foi feita de maneira gradual, em um período de quase dois anos e meio, de junho de 2009 a 18 de dezembro de 2011. Os EUA foram o último país a retirar suas tropas do Iraque.

Por que recordo isso? Porque, como argumentamos quando lançamos a ideia de “responsabilidade ao proteger”, uma premissa a ser observada por todo país, quando se engaja na busca pela paz e pela promoção da estabilidade internacional, é o de não piorar uma situação existente¹⁴¹. Isso é o mínimo que se pode pretender. Não há justificativa possível para uma intervenção que, ao invés de diminuir, aumente a violência, a instabilidade, o sofrimento.

Um médico que tenta curar um paciente, mas em vez disso, agrava seu estado de saúde pode ser processado e perder sua licença de praticar a medicina. Nas relações internacionais não sucede necessariamente o mesmo. Um país ou grupo de países pode desestabilizar toda uma região e ficar por isso mesmo. É o que a História demonstra. Por isso, é muito importante esse debate sobre a responsabilidade coletiva das nações, um debate que às vezes se confunde com o da segurança coletiva. Prefiro achar que são questões diferentes, porque a responsabilidade coletiva pode ser exercida sem recurso à ação militar. A ação militar, em si mesma, é um elemento potencialmente desestabilizador.

Insisto na ideia de que, por intermédio de ações que não envolvem coerção, é possível fazer muito para salvar vidas, com ações humanitárias, diplomacia e mediação. Vejo com bons olhos iniciativas como a dos Amigos da Mediação, da qual participei recentemente em Istambul, liderada pelo Chanceler Davutoğlu, da Turquia, e o pelo Chanceler Tuomioja, da Finlândia¹⁴².

141 Em discurso proferido na abertura da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 21 de setembro de 2011, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, afirmou: “O mundo sofre, hoje, as dolorosas consequências de intervenções que agravaram os conflitos, possibilitando a infiltração do terrorismo onde ele não existia, inaugurando novos ciclos de violência, multiplicando os números de vítimas civis. Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger, pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger. São conceitos que precisamos amadurecer juntos. Para isso, a atuação do Conselho de Segurança é essencial, e ela será tão mais acertada quanto mais legítimas forem suas decisões, e a legitimidade do próprio Conselho depende, cada dia mais, de sua reforma”.

142 O Ministro Antonio de Aguiar Patriota participou, em 24 e 25 de fevereiro de 2012, Istambul, da reunião do Grupo de Amigos da Mediação. Criado por Finlândia e Turquia, em setembro de 2010, o Grupo tem sido o principal promotor do tema da mediação no âmbito das Nações Unidas. Em

Precisamos pôr ênfase na prevenção, na mediação, na diplomacia e no diálogo. Iniciativas como a Aliança das Civilizações merecem ser valorizadas. Esse diálogo intercultural deve ser aprofundado para que evitemos o recurso à força, que frequentemente desestabiliza e provoca mais mal do que bem. Como dizia, porém, o Chanceler Rosenthal, dentro do próprio arcabouço de ideias sobre responsabilidade ao proteger, está prevista, em situações extremas, a possibilidade de recurso à força.

Neste caso, é importante sublinhar, antes de mais nada, que qualquer intervenção militar só será legítima se for autorizada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, que detém a primazia de autorização do uso da força sempre que não for em legítima defesa. Mas, ao mesmo tempo, devemos ter presente que se não houver monitoramento da própria intervenção, pode haver desvio de seu objetivo original, a transformação dessa medida em um instrumento político não previsto por aqueles que a aprovaram no Conselho de Segurança. De certa forma, isso aconteceu na Líbia quando a intervenção militar comandada pela OTAN pareceu encaminhar-se para uma agenda de “mudança de regime”. Obviamente, isso não significa defesa dos métodos, da ideologia, da atitude de Gaddafi, mas uma preocupação com o funcionamento do sistema.

O Brasil, ao emergir como um ator em uma nova ordem multipolar, concebe-se como um pilar pacífico dessa nova ordem. O Brasil é um país pacífico e avesso ao uso indevido da força, atento a instabilidades provocadas por intervenções militares de duvidosa justificativa e defensor de mais monitoramento internacional de intervenções a

2011, liderou o processo de adoção da Resolução 65/283, sob o título “Fortalecendo o papel da mediação na solução pacífica de disputas, prevenção de conflitos e resolução”, a primeira adotada pela Assembleia Geral sobre o tema. O último Debate Geral da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2011, teve como tópico mecanismos de solução pacífica de conflitos (“Adjustment or settlement of international disputes or situations by peaceful means”), do qual faz parte a mediação. Em maio de 2012, foi organizado, ainda no contexto das atividades da ONU, o evento de alto nível, intitulado “The Role of Member States in Mediation”.

ser autorizadas pelo Conselho de Segurança. Estamos diante de uma oportunidade histórica de fazer da multipolaridade um instrumento de fortalecimento da cooperação internacional – e não um momento de desconexão, de falta de comunicação, de tensões e de conflitos entre diferentes polos. Para um país como o Brasil, é fundamental um sistema internacional eficaz, que tenha credibilidade e seja representativo da distribuição contemporânea de poder.

Insistimos, portanto, na reforma do Conselho de Segurança e na boa conjugação do sistema multilateral universal, da ONU, com as instâncias regionais e sub-regionais, desde União Africana até a OTAN. Não temos, em nossa região, situações de instabilidade inscritas na agenda do Conselho de Segurança, além da questão do Haiti. O conflito da Colômbia encaminha-se, esperamos, para um desenlace pacífico, por meio da negociação. Mas vemos com preocupação certa tendência ao tratamento dado a crises em outras regiões. Sem um Conselho de Segurança operativo, respeitado e com legitimidade, corremos vários riscos. Corremos, sobretudo, riscos de ações à margem do Conselho de Segurança. O risco de que agrupamentos regionais assumam a liderança e não prestem contas ao resto da comunidade internacional sobre o que estão fazendo, em detrimento do sistema multilateral. Precisamos de um sistema que funcione, que observe disciplinas multilateralmente acordadas, que seja dotado de previsibilidade e de um compromisso superior ao existente hoje em dia de “responsabilidade coletiva” também no recurso à segurança coletiva.

Li recentemente um livro chamado *O Mundo em Desajuste*¹⁴³, que me inspirou muito. A ideia é que, ao contrário de estarmos no fim da história, talvez estejamos hoje no limiar do fim da pré-história da humanidade. Quem sabe, daqui a cem anos ou duzentos anos, tudo que aconteceu até hoje seja considerado, pelos nossos

143 MAALOUF, Amin. *O Mundo em Desajuste*. São Paulo: Difel, 2011.

descendentes, como uma certa pré-história, uma época em que não sabíamos cuidar do meio ambiente; combinar desenvolvimento econômico, social e ambiental; e não sabíamos como lidar com as ameaças à paz e à segurança internacionais, de modo racional. Sem dúvida uma ideia fecunda para países como o Brasil e os Países Baixos, que tentam desempenhar um papel construtivo na formação de uma nova ordem.



SOLIDARIEDADE TRILATERAL PARA A CONSTRUÇÃO DA PAZ

Entrevista concedida à revista Monocle, 1º de dezembro de 2012. Título original: “The power of three”.

No jardim de uma grande residência urbana, no centro de Manhattan, três Ministros de Relações Exteriores tiram um momento para relaxar. É a semana mais cheia do ano para eles – os poucos dias em setembro em que o mundo diplomático inteiro ruma para Manhattan, para a Assembleia Geral das Nações Unidas. Cada minuto do dia é dividido em reuniões – bilaterais e almoços, discursos e coquetéis. Entretanto, no momento, Antonio de Aguiar Patriota, do Brasil, Carl Bildt, da Suécia e Ahmet Davutoğlu, da Turquia – três dos mais viajados diplomatas do mundo –, estão felizes de poderem sentar-se sob o sol de quase outono e refletir sobre seu acordo. Os três homens acabam de estabelecer o mais novo grupo diplomático do mundo.

Em um mundo cada vez mais fraturado, é difícil alcançar a liderança global. A superpotência remanescente está em grandes apuros econômicos, seu poder militar está sobrecarregado, e o papel de pacificadora não é inteiramente confortável para ela. A China e a Rússia estão mais preocupadas com questões internas e atendo-se, firmemente, os aliados que têm. A União Europeia – não obstante

seu Prêmio Nobel da Paz¹⁴⁴ – está muito ocupada mantendo sua casa econômica em ordem para sequer começar a pensar sobre o que deveria acontecer fora de suas próprias fronteiras. Os órgãos regionais, da ASEAN à União Africana e ao MERCOSUL, mal conseguem influenciar seus próprios membros, muito menos ajudar a moldar uma política continental coletiva.

E então há as Nações Unidas, nunca o mais dinâmico dos órgãos decisórios, que, assim como demonstram os dias seguintes de discursos enfáticos, apenas para chamar a atenção, está sem esperanças, dividindo-se em todas as grandes questões na pauta do dia.

Desse modo, faz cada vez mais sentido para países com a mesma opinião criar coalizões informais com base em visões políticas, em vez de proximidade geográfica. Brasil e Turquia já têm trabalhado juntos nas conversas nucleares com o Irã, enquanto a Suécia tem ligações próximas com ambos os países. Não havia nenhum plano para formar um grupo até algumas semanas atrás. Sorrindo, Patriota levanta-se de seu assento ao ver a *Monocle*. “Isso é tudo culpa de vocês,” ele diz. E ele está certo.

Nos últimos dois anos, a *Monocle* fez reportagens sobre os três Ministros de Relações Exteriores, enviando editores e fotógrafos a Brasília, Estocolmo e Ancara¹⁴⁵. Depois da entrevista mais recente (com Patriota, na edição 57), ficou claro que os três países compartilhavam traços comuns. Eles são bem respeitados em todo o mundo e têm muito mais amigos do que inimigos. Eles têm equipes impressionantes de embaixadores e são cada vez mais influentes no mundo diplomático.

144 A União Europeia ganhou o Prêmio Nobel da Paz em 2012.

145 Ahmet Davutoğlu foi entrevistado na edição 44 da revista *Monocle*, de junho de 2011. Carl Bildt foi entrevistado na edição 47 da publicação de outubro de 2011. O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, foi entrevistado na edição 57 da revista *Monocle*, de outubro de 2012. C.f. “Além da imagem de sol e futebol”, entrevista concedida à revista *Monocle*, 1º de outubro de 2012. Título original: “Q&A: Added punch”.

Os Ministros, individualmente, são a chave para as reputações de seus países. Poucos acumularam tantas milhas como Davutoğlu, que se tornou um grande ator diplomático durante as revoltas árabes, enquanto Bildt é um dos mais respeitados Ministros na União Europeia. Patriota é um diplomata de carreira que desempenhou um papel integral na formação da nova e mais expansiva política externa do Brasil.

Nós publicamos uma coluna jocosa, sugerindo que os três Ministros estabelecessem um novo “supergrupo diplomático”¹⁴⁶. Individualmente, escrevemos, todos eles “podem falar com diferentes partes do mundo com as quais as superpotências tradicionais lutam para poder relacionar-se”. Coletivamente, eles poderiam tornar-se um impressionante ator global.

Os Ministros leram o artigo e, pelo que parece, não acharam que essa fosse uma má ideia. E é esse o motivo pelo qual eles se encontram no jardim da Missão Permanente do Brasil para as Nações Unidas, preparando-se para um almoço de trabalho trilateral. (Um almoço que, se nos permitirem realçar, veio com uma “salada Monocle”, nas cores das bandeiras dos três países).

O que acontecerá depois ainda não está claro. Irã, Síria e o processo de paz de Israel-Palestina foram os principais tópicos de discussão no almoço, e todas as três são questões em que o trio pode decidir engajar-se. Mas enquanto o novo grupo pode não ter um bom nome (BST não é BRIC), ele pode estar por aí por um tempo. Davutoğlu já convidou Bildt e Patriota para se juntarem a ele em Izmir, em janeiro, para a segunda rodada.

MONOCLE: Uma semana muito cheia para os três. Por que os senhores decidiram reunir-se hoje?

146 Coluna “Monocolumn”, de 8 de agosto de 2012.

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA: Bem, nós temos nos reunido uns com os outros bilateralmente e vimos que há várias questões em que nossas posições coincidem. Eu acho que somos países que defendem valores similares, o diálogo, o multilateralismo, a negociação, a democracia. E talvez, na troca de informações e olhando para a nossa própria percepção de algumas das questões internacionais que são mais urgentes, podemos reforçar nossas agendas individuais e conquistar algo.

AHMET DAVUTOĞLU: É claro que eu concordo totalmente com Antonio sobre os problemas globais, mas há outra característica: nós também somos de três regiões e continentes diferentes, então nós conhecemos as sensibilidades e as prioridades de nossas regiões. Concordamos sobre o multilateralismo, sobre a reforma da ONU, sobre outras reformas da arquitetura internacional da diplomacia. Tivemos uma excelente experiência com o Brasil a respeito do programa nuclear do Irã e temos trabalhado com a Suécia sobre a Bósnia e os Bálcãs, por exemplo.

CARL BILDT: Há um grande número de problemas para os quais nós temos os mesmos princípios e valores básicos. Temos posições geográficas bem diferentes – abrangemos do Ártico à Amazônia, que é uma área bem grande, e olhamos o mundo sob nossas perspectivas diferentes. Mas estamos unidos por grandes semelhanças, valores e interesses. Porém, no fim das contas, é tudo culpa de vocês, porque vocês escreveram em sua revista que nós deveríamos estar juntos e, então, tínhamos de fazer isso.

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA: Essa é a melhor explicação.

MONOCLE: Nós estamos vivendo em um mundo bastante fragmentado no momento. Muitos agrupamentos regionais estão lidando com seus próprios problemas – seja na Europa, seja na América Latina, seja em qualquer outro lugar. Você acha que há lugar para grupos como esse, em que países que pensam de maneir

ra semelhante podem unir-se quando não há diferenças regionais para discutir?

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA: Não há razão pela qual não devêssemos discutir com a Turquia e com a Suécia alguns problemas, alguns dos desafios enfrentados pela comunidade internacional em que podemos acabar fazendo a diferença. Estávamos em uma breve discussão sobre o Oriente Médio agora há pouco, e essa é uma área que nos preocupa de maneira especial. Nós todos somos a favor de uma solução pacífica para as disputas, então vamos ver onde isso nos leva. Nesse momento, ainda está no começo.

CARL BILDT: E, como foi mencionado – o problema nuclear iraniano, em que Brasil e Turquia estiveram à frente das tentativas de levar a questão adiante há alguns anos –, nós não tomamos parte nisso, mas lamentamos que tenha falhado. Acho que foi uma tentativa muito boa e que provavelmente estaríamos em um melhor lugar se isso tivesse sido levado adiante. Estamos comprometidos em buscar uma solução política, diplomaticamente negociada, para essa questão, com base nas obrigações existentes.

AHMET DAVUTOĞLU: Este processo trilateral mostra que não somente a substância, mas o método, a diplomacia, é importante. A substância pode ser o Oriente Médio, pode ser um programa nuclear, pode ser os Balcãs, pode ser outras questões. Mas os métodos com os quais concordamos, usando poder brando, usando uma abordagem multilateral, utilizando empatia nas relações internacionais e tentando entender um ao outro – esse aspecto metodológico é tão importante quanto a substância da questão.

MONOCLE: Vocês acham que vocês trabalharão formalmente juntos depois disso? Há algo em que vocês possam se unir para trabalhar juntos?

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA: Eu lhe direi uma coisa, nós já planejamos uma segunda reunião.

AHMET DAVUTOĞLU: Na Turquia, em Izmir, na primeira semana de janeiro. Convidei meus colegas para trabalhar e passar o feriado juntos por um fim de semana, e eles aceitaram gentilmente. E nós iremos para o Brasil, esperamos, e para a Suécia.

ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA: Para o Ártico talvez?

CARL BILDT: Do Ártico à Amazônia.

AHMET DAVUTOĞLU: Do Ártico, ao Bósforo, à Amazônia. Poderia ser o AAB.

MONOCLE: Todos os grupos precisam de um nome.

CARL BILDT: Meu Deus, isso será complicado. Nós estabeleceremos um grupo de trabalho para contemplar essa questão em particular. Prometemos que um nome sairá na reunião de Izmir¹⁴⁷.

147 O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Suécia, Carl Bildt, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Turquia, Ahmet Davutoğlu, encontraram-se em Izmir, em 5 de janeiro de 2013. Na ocasião, foi anunciado o nome oficial do grupo, Solidariedade Trilateral para a Construção da Paz ("Trilateral Solidarity for Building Peace").

PARTE II
A AMÉRICA DO SUL COMO
DESTINO E OPÇÃO



CONSTRUÇÃO DE CONFIANÇA E APROFUNDAMENTO DO DIÁLOGO NO CONE SUL

Entrevista concedida ao boletim Em Questão, 26 de março de 2011. Título original: “Para Patriota, o objetivo é estabelecer uma efetiva cidadania mercosulina”.

EM QUESTÃO: Qual a síntese do MERCOSUL após 20 anos?

MINISTRO: O comércio entre os países do bloco, ao longo dos últimos 20 anos, multiplicou-se por dez. Em 1991 somava 4,5 bilhões de dólares e hoje chega a 45 bilhões de dólares. Nos anos recentes, as exportações no interior do MERCOSUL cresceram três vezes mais do que as exportações extrabloco. Esses dados dão a medida do MERCOSUL como importante instrumento de desenvolvimento econômico da região. Mas o MERCOSUL não se resume ao aspecto econômico. Também avançamos em matéria de construção de confiança mútua e de aprofundamento do diálogo político. Progredimos nas políticas sociais e na cidadania. Nos anos 2000, o bloco passou por uma importante renovação, que agregou ao nosso projeto de integração, de forma mais estruturada, a dimensão da inclusão social, prioridade dos governos da região¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Em Buenos Aires, em 30 de junho de 2000, durante a XVIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, os Presidentes destacaram a necessidade de que o desenvolvimento econômico seja acompanhado por uma superação dos problemas sociais e coincidiram em que o necessário aprofundamento

O MERCOSUL trata de todas as principais questões que envolvem políticas públicas: das questões de gênero à agricultura familiar, passando por saúde, educação, cooperação jurídica e policial, cultura, trabalho e emprego e desenvolvimento social.

EM QUESTÃO: O que se espera, a curto e a longo prazos, em termos de mudanças institucionais no bloco?

MINISTRO: O ano de 2010 foi marcante. Foram dados passos inovadores no fortalecimento institucional do bloco. Gostaria de citar aqueles que considero os principais e que balizarão nosso desenvolvimento institucional nos próximos anos. Em primeiro lugar, decidiu-se criar o cargo de Alto Representante-Geral do MERCOSUL¹⁴⁹.

da dimensão social do MERCOSUL deve ser realizado de forma conjunta. Com a assinatura da Carta de Buenos Aires sobre Compromisso Social no MERCOSUL, encomendaram-se ao Foro de Consulta e Acordo Político do MERCOSUL ações com vistas a promover o desenvolvimento social entre os membros do bloco. Com o objetivo de coordenar ações direcionadas ao desenvolvimento social nos Estados-membros do MERCOSUL, foi criada, ainda em 2000, a Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL. Outras iniciativas que se inseriram nesse contexto foram a criação do Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), em 2005, e do Instituto Social do MERCOSUL (ISM), em 2007. A Decisão nº 03/07 do Conselho do Mercado Comum, que criou o ISM, menciona a necessidade de “avançar no desenvolvimento da dimensão social no MERCOSUL, com o objetivo de fortalecer o processo de integração e promover o desenvolvimento humano integral”. Em 2009, é criado o Instituto de Políticas Públicas e Direitos Humanos do MERCOSUL, seguido pela Unidade de Participação Social, em 2010. Em junho de 2011, na Cúpula de Assunção, foi aprovado, pelo Conselho do Mercado Comum, o Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEAS), como “instrumento fundamental para articular e desenvolver ações específicas, integrais e intersetoriais, que consolidem a Dimensão Social do MERCOSUL”. Como eixos centrais do PEAS definiam erradicar a fome, a pobreza e combater as desigualdades sociais; garantir os direitos humanos, a assistência humanitária e a igualdade étnica, racial e de gênero; universalizar a saúde pública; universalizar a educação e erradicar o analfabetismo; valorizar e promover a diversidade cultural; garantir a inclusão produtiva; assegurar o acesso ao trabalho decente e aos direitos previdenciários; promover a sustentabilidade ambiental; assegurar o diálogo social; estabelecer mecanismos de cooperação regional para a implementação e financiamento de políticas sociais.

149 O cargo de Alto Representante-Geral do MERCOSUL (ARM) foi criado pela Decisão nº63/10, do CMC, durante a presidência *pro tempore* do Brasil. De acordo com a normativa MERCOSUL, a designação do ARM, com mandato de três anos, renovável por igual período, deve obedecer ao princípio da rotação de nacionalidades. O Alto Representante-Geral tem o papel de auxiliar os Estados-partes no desenvolvimento e funcionamento do processo de integração regional. Nesse sentido, são atribuições do Alto Representante-Geral, entre outras: apresentar ao CMC e ao GMC propostas em áreas como saúde, educação, justiça, cultura, emprego e seguridade social, habitação, desenvolvimento urbano, agricultura familiar, gênero, combate à pobreza e à desigualdade, bem como outras de caráter social; apresentar propostas sobre aspectos vinculados à cidadania

Para essa função, os sócios escolheram o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, diplomata, com longo histórico de serviços prestados ao Brasil e à região em assuntos de integração. O Alto Representante-Geral deverá assegurar uma visão e uma projeção institucionais do MERCOSUL, além de propor iniciativas nos mais diversos temas e de acompanhar a execução dos projetos políticos de longo prazo do bloco. Também no ano passado, aprovamos os critérios de representação cidadã do Parlamento do MERCOSUL, que estão em fase de implementação. O Parlasul¹⁵⁰, que hoje conta com bancadas iguais em tamanho para cada Estado-parte, compostas por 18 representantes designadas pelos parlamentos nacionais, passará a ter bancadas diferentes, de acordo com um critério de proporcionalidade que considera o tamanho da população dos sócios. Isso aperfeiçoa os mecanismos de participação popular no processo de integração, reforçando-lhe a legitimidade.

EM QUESTÃO: O que significa o ingresso da Venezuela no bloco¹⁵¹?

do MERCOSUL; apresentar propostas sobre promoção comercial conjunta dos Estados-partes do MERCOSUL, tendo em conta a complementaridade de suas economias; promover o MERCOSUL como uma área de recepção de investimentos extrazona; coordenar os trabalhos relativos ao Plano de Ação para a conformação do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL; representar o MERCOSUL junto a países ou grupo de países, organismos internacionais e reuniões e foros internacionais; impulsionar iniciativas para a divulgação do MERCOSUL nos âmbitos regionais e internacionais; contribuir para a coordenação das ações dos órgãos da estrutura institucional do MERCOSUL; e coordenar missões de observação eleitoral e realizar atividades e estudos vinculados à consolidação da democracia na região. O Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães foi designado, em fevereiro de 2011, pelo CMC, para ser o primeiro ARM. Ivan Ramalho, ex-Secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, foi endossado como novo ARM pelos Estados-partes em 30 de julho de 2012, por meio da Decisão nº 29/12 do CMC.

150 O Parlamento do MERCOSUL (Parlasul) foi criado em 2005, com a aprovação do seu Protocolo Constitutivo. A partir de maio de 2007, após a entrada em vigor do Protocolo nos Estados-partes, o Parlasul passou a reunir-se em sua sede, em Montevidéu, em sessões mensais. Até 2010, antes da aprovação do critério de representação proporcional, cada Estado-parte era representado por 18 parlamentares, escolhidos entre membros dos parlamentos nacionais. Atualmente, em etapa de transição, que durará até a realização das eleições diretas, o Brasil é representado por 37 parlamentares; a Argentina, por 26; o Uruguai e o Paraguai, por 18 cada. A composição final das bancadas (Brasil, 75; Argentina, 43; Paraguai e Uruguai, 18 cada) está condicionada à realização de eleições diretas, previstas para 2014. A Venezuela ainda não tem representantes no Parlasul.

151 Foi realizada, em Brasília, no dia 31 de julho de 2012, Reunião Extraordinária de Cúpula dos Chefes de Estado e de Governo do MERCOSUL e Estados Associados, em que se deu a admissão da Venezuela

MINISTRO: O ingresso da Venezuela representa a vitalidade do processo de integração e revela o interesse que o MERCOSUL desperta em outros países. Trará benefícios significativos para o bloco. Em primeiro lugar, ampliará o alcance do MERCOSUL até o extremo norte da América do Sul. O MERCOSUL irá da Patagônia ao Caribe. Em segundo lugar, a Venezuela é uma economia importante na América do Sul, pela sua capacidade energética, pelo tamanho de seu mercado consumidor, por seu potencial agrícola e industrial.

EM QUESTÃO: Já há harmonia suficiente na legislação do MERCOSUL, como em defesa do consumidor?

MINISTRO: Hoje, já é possível a um cidadão do MERCOSUL recorrer ao órgão de defesa do consumidor do seu país para resolver uma situação envolvendo direito do consumidor que tenha surgido durante uma viagem sua a outro país do MERCOSUL¹⁵². Esse é um exemplo concreto de um acordo adotado no MERCOSUL que traz benefício direto e palpável para o cidadão. O plano de ação do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL, aprovado em dezembro, durante a presidência *pro tempore* brasileira, prevê a criação de um Sistema MERCOSUL de Defesa do Consumidor, que contará com um sistema de informações, ações regionais de capacitação, além da norma a ser aplicada por todos os sócios¹⁵³. Estamos avançando.

ao bloco. A Reunião resultou na "Declaração sobre a Incorporação da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL". O Protocolo de Adesão entrou em vigor em 12 de agosto de 2012, trinta dias após o depósito do instrumento de ratificação pela Venezuela.

152 Por meio do Protocolo de Santa Maria sobre jurisdição internacional em matéria de relações de consumo, aprovado, em 1996, por decisão nº 10/96 do Conselho do Mercado Comum, os Estados-membros do MERCOSUL estabelecem diretrizes jurídicas para matérias de consumo contratuais. O Comitê Técnico nº 7 do MERCOSUL, criado pela diretriz nº. 1/1995 do Conselho do Mercado Comum, trata, especificamente, de defesa do consumidor, com vistas a avançar na promoção de políticas conjuntas, no âmbito do bloco, voltadas à proteção ao consumidor.

153 O Plano de Ação para a conformação progressiva de um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL foi estabelecido pela Decisão nº 64/2010 do Conselho do Mercado Comum (CMC). Em seu Artigo 2º, definiu-se que o Estatuto da Cidadania do MERCOSUL seria integrado por um conjunto de direitos fundamentais e benefícios para os nacionais dos Estados-partes do MERCOSUL e conformado com base, entre outros, nos seguintes objetivos elencados nos Tratados Fundamentais do MERCOSUL e

EM QUESTÃO: Quais seriam os próximos passos para reduzir os entraves burocráticos que ainda existem à livre circulação de pessoas?

MINISTRO: É grande, hoje, o grau de mobilidade de pessoas no interior do bloco. Há facilidade para viajar como turista, para trabalhar, para estudar e mesmo para estabelecer residência permanente. Nossa vontade é que essa mobilidade em algum momento seja irrestrita. Um dos passos a serem dados nesse sentido é criar modelos comuns de registro de identidade e de placas de veículos, o que também está previsto no plano de ação do Estatuto da Cidadania¹⁵⁴.

EM QUESTÃO: Em que medida o MERCOSUL contribuiu para a integração da América do Sul?

MINISTRO: O MERCOSUL intensificou as relações de paz e cooperação que predominam no Cone Sul e permitiu o aprofundamento de nossos laços políticos, econômicos e sociais. Contribuiu para fortalecer a democracia e permitiu que conheçamos melhor nossos vizinhos e sejamos mais conhecidos por eles. Estamos criando uma verdadeira comunidade entre sócios, parceiros, amigos, um processo dotado de profundo sentido histórico. É natural que essas transformações tenham um impacto construtivo para o conjunto da América do Sul. A consolidação do MERCOSUL estimula a criação de novos espaços de integração na região. A UNASUL, que congrega

na normativa derivada: implementação de uma política de livre circulação de pessoas na região; igualdade de direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicas para os nacionais dos Estados-partes do MERCOSUL; igualdade de condições para acesso ao trabalho, saúde e educação. O Plano de Ação elenca ainda iniciativas em diversas áreas, como a criação de um Sistema MERCOSUL de Defesa do Consumidor composto pelo Sistema MERCOSUL de Informações de Defesa do Consumidor; pelo plano de Ação regional de capacitação – Escola MERCOSUL de Defesa do Consumidor; e pela Norma MERCOSUL aplicável a contratos internacionais de consumo.

154 O Plano de Ação para a conformação progressiva de um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL prevê “harmonização das informações para a emissão de documentos de identificação nos Estados-partes do MERCOSUL” e “inserção da denominação ‘MERCOSUL’ nas cédulas de identidade nacionais”. Com relação a transporte, o Plano de Ação inclui ações de “criação de um sistema de consultas sobre informações veiculares acessível às autoridades competentes dos Estados-partes” e “definição de características comuns que deverá ter a Patente MERCOSUL”.

todos os países sul-americanos, é um exemplo. Organização – cujo Tratado Constitutivo, firmado em Brasília em maio de 2008, entrou em vigor em 2011¹⁵⁵ – soma-se ao MERCOSUL no esforço de organizar o espaço sul-americano em torno de valores e interesses compartilhados por nossas sociedades. A UNASUL contribui para a consolidação, na América do Sul, de um espaço de paz, democracia, cooperação e de crescimento econômico com justiça social – precisamente no espírito do MERCOSUL.

EM QUESTÃO: Como o senhor vê a relação do brasileiro com o MERCOSUL?

MINISTRO: Minha percepção é que a sociedade brasileira entende a importância de nosso processo de integração e considera que estamos na direção correta. As pesquisas de opinião demonstram isso. Historicamente, o conjunto das sociedades da América Latina, em sua maioria, é favorável à integração econômica e política da região. O Brasil segue essa tendência. Os efeitos positivos da aproximação com nossos vizinhos estão ficando cada vez mais nítidos, sob todos os aspectos – econômico, social, político e cultural. Tenho observado uma identificação e uma solidariedade crescentes entre os nossos povos. Os brasileiros passaram a considerar os argentinos, paraguaios e uruguaios seus parceiros estratégicos.

EM QUESTÃO: Quais as grandes conquistas para os cidadãos do bloco?

155 Em 16 de abril de 2007, realizou-se, à margem da I Cúpula Energética da América do Sul, na Ilha de Margarita, Venezuela, diálogo político dos Presidentes da América do Sul, ocasião em que se acordou que o processo de integração regional, até então denominado Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), passaria a se chamar União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). O Tratado Constitutivo da UNASUL foi assinado por ocasião da Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo do bloco, realizada em Brasília, em 23 de maio passado. O Tratado deu personalidade jurídica internacional à UNASUL, que passou a constituir uma organização internacional, dotada de Secretaria Permanente com sede em Quito, Equador. Em conformidade com o Artigo 26 do Tratado Constitutivo da UNASUL, a entrada em vigor do documento deu-se em 9 de fevereiro de 2011, após o depósito do instrumento de ratificação uruguaio.

MINISTRO: São muitas as conquistas nesses 20 anos. O MERCOSUL se sustenta sobre três pilares: o econômico-comercial, o social e o cidadão. Também neste último temos avançado significativamente. A decisão que criou o plano de ação do Estatuto da Cidadania do MERCOSUL, aprovado em dezembro, durante a presidência *pro tempore* brasileira do bloco, demonstra isso. O objetivo é consolidar os direitos já existentes e ampliá-los, para estabelecer uma efetiva cidadania mercosulina. Hoje, é possível viajar pela América do Sul usando apenas a carteira de identidade¹⁵⁶. Os trâmites para a obtenção de residência permanente foram simplificados¹⁵⁷. As contribuições previdenciárias em um país vizinho podem ser consideradas para o cálculo de aposentadorias e pensões no país de origem¹⁵⁸. Esses são apenas alguns dos exemplos mais visíveis. Há uma série de normas importantes sobre circulação de pessoas e de bens, trabalho e seguridade social, educação, direitos humanos, cooperação consular, entre outros temas. O fato é que as normativas do MERCOSUL criaram um grande conjunto de direitos para os cidadãos não só dos países do MERCOSUL, mas também dos Associados. Isso pode ser constatado na Cartilha do

156 De acordo com o Artigo 1º da decisão nº 18/08 do Conselho do Mercado Comum, de 2008, os Estados-membros acordam "reconhecer a validade dos documentos de identificação pessoal de cada Estado-parte e Associado (...) como documento de viagem hábil para o trânsito de nacionais e/ou residentes regulares dos Estados-partes e Associados do MERCOSUL em seus territórios". Os países abrangidos pela decisão são: Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

157 O Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados-partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile foi assinado por ocasião da XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum, realizada em Brasília, nos dias 5 e 6 de dezembro de 2002. O acordo busca estabelecer regras comuns para a autorização de residências aos nacionais dos Estados-partes e Associados do MERCOSUL com vistas a implementar uma política de livre circulação de pessoas na região e fortalecer o processo de integração.

158 O Acordo Multilateral de Seguridade Social do MERCOSUL e seu Regulamento Administrativo foram assinados em Montevideu, em 15 de dezembro de 1997, e aprovados, no Brasil, pelo Decreto Legislativo nº 451/2001, com vistas a estabelecer normas que regulem as relações de Seguridade Social entre os países integrantes do MERCOSUL. O tratado prevê que "[o]s direitos à Seguridade Social serão reconhecidos aos trabalhadores que prestem ou tenham prestado serviços em quaisquer dos Estados-partes, sendo-lhes reconhecidos, assim como a seus familiares e assemelhados, os mesmos direitos e estando sujeitos às mesmas obrigações que os nacionais de tais Estados-partes com respeito aos especificamente mencionados no presente Acordo" (Artigo 2, parágrafo 1º).

Cidadão do MERCOSUL¹⁵⁹, cuja versão eletrônica está disponível, em português e em espanhol, na página brasileira do MERCOSUL na Internet (www.mercosul.gov.br).

EM QUESTÃO: Qual o próximo grande desafio do MERCOSUL?

MINISTRO: Os desafios são muitos, mas os ganhos obtidos até agora nos animam a prosseguir no rumo da integração com renovado ímpeto. Temos que avançar nos grandes projetos que já estão em andamento, como a Consolidação da União Aduaneira¹⁶⁰, o Plano Estratégico de Ação Social e o Estatuto da Cidadania. Eu diria que esses são, hoje, os três grandes eixos que definirão o futuro do MERCOSUL.

159 A Cartilha do Cidadão do MERCOSUL, preparada pela Comissão Permanente de Representantes do MERCOSUL, traz uma compilação de normas relacionadas ao cidadão do bloco, visando a fornecer informação sobre direitos e obrigações que correspondem a ele em face dos instrumentos aprovados no âmbito do MERCOSUL.

160 A decisão nº 56/10 do Conselho do Mercado Comum, de 2010, estabeleceu o Programa de Consolidação da União Aduaneira, com a especificação de diversos itens, que abrangem ampla gama de temas. A decisão leva em consideração “[q]ue a União Aduaneira constitui um dos pilares do processo de integração regional e que é necessário estabelecer um cronograma para sua consolidação definitiva”, bem como “[q]ue a consolidação da União Aduaneira requer avançar simultaneamente na eliminação da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum, no aperfeiçoamento da política comercial comum, no pleno estabelecimento do livre-comércio intrazona e na promoção da concorrência em bases equitativas e equilibradas no interior do MERCOSUL”.

UMA ZONA DE PAZ, DE DEMOCRACIA E DE COOPERAÇÃO

Discurso proferido por ocasião da cerimônia comemorativa dos 20 anos da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC). Buenos Aires, 8 de julho de 2011.

Comemora-se, neste ano, o vigésimo aniversário da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC).

O Brasil, a Argentina e a ABACC, juntamente com a AIEA, integram o Acordo Quadripartite de 1991, expressão jurídica mais acabada e definitiva do compromisso político dos dois países – internamente, entre si e perante a comunidade internacional – com o uso apenas pacífico da energia nuclear.

A transparência, o diálogo, o fomento da confiança e a cooperação no campo nuclear foram e continuam a ser elementos fundamentais no processo de aproximação e integração entre o Brasil e a Argentina, que ganhou impulso com a redemocratização de ambos os países em meados dos anos 80. Desde então, como assinalou o Diretor-Geral da AIEA, Yukiya Amano, em seu excelente artigo na imprensa de hoje¹⁶¹, os dois países foram construindo um caminho político que logo se tornou irreversível.

161 AMANO, Yukiya, "Celebrar la Cooperación Nuclear", *La Nación*, 8 de julho de 2011.

Declarações dos dois Presidentes em bases quase anuais, visitas recíprocas dos mandatários e altas autoridades – inclusive às instalações nucleares de ambos os países – e outros gestos de grande significado político dissiparam, de uma vez por todas, suspeitas e rivalidades – em verdade mais imaginários do que reais – sobre uma suposta corrida armamentista, abrindo uma nova e promissora etapa no relacionamento bilateral. A intensificação desse processo foi elemento-chave na concepção e origem dos projetos de integração do MERCOSUL e, mais adiante, da UNASUL.

Hoje, a UNASUL se consolida como espaço de cooperação para o desenvolvimento do continente como uma zona de paz. A paz, a propósito, é um traço distintivo da nossa região. Nesta data especial, é justo reconhecer na ABACC e no Acordo Quadripartite contribuições importantes para o fortalecimento da vocação pacífica e pacifista da América do Sul.

Brasil e Argentina, em medidas adicionais que reforçaram suas credenciais no campo da não proliferação nuclear, deram os passos necessários para colocar em vigor internamente o Tratado de Tlatelolco, que criou, na América Latina e Caribe, a primeira Zona Livre de Armas Nucleares em uma região densamente povoada; aderiram ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP); passaram a integrar o Grupo de Supridores Nucleares (NSG); e estiveram entre os primeiros países a assinar e ratificar o Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT). No Brasil, a Constituição federal estipula que toda atividade nuclear em território nacional só será admitida para fins pacíficos.

O diálogo e a cooperação no campo nuclear tornaram-se objetivo permanente das políticas exteriores de Brasil e Argentina. Na Declaração Conjunta que emitiram em 31 de janeiro último¹⁶²,

162 Declaração Conjunta por ocasião da visita da Presidenta Dilma Rousseff à República da Argentina, Buenos Aires, 31 de janeiro de 2011. No documento, as Presidentas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner destacaram o alto grau de integração que ambos os países alcançaram em matéria de cooperação nuclear

as Presidentas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner reiteraram que “a cooperação bilateral em matéria nuclear – assentada no diálogo político, na consolidação da confiança e na estreita coordenação no tocante a salvaguardas – constitui um patrimônio comum irrenunciável da parceria estratégica entre o Brasil e a Argentina”.

A ABACC é a única organização no mundo, de caráter binacional, voltada para a aplicação de salvaguardas nucleares. Criada em julho de 1991, a Agência foi encarregada da implementação do sistema comum de contabilidade e controle de materiais nucleares (o SCCC). Cinco meses depois, em dezembro daquele mesmo ano, firmava-se o Acordo Quadripartite, que submeteu os programas nucleares do Brasil e da Argentina às chamadas salvaguardas abrangentes, que cobrem todas as atividades em que há material nuclear nos dois países.

Brasil e Argentina estão submetidos a um sistema de duplas salvaguardas, as da ABACC e as da AIEA, para não falar da própria vigilância exercida pelas agências reguladoras nacionais. Existem hoje 67 instalações dos dois países sujeitas às salvaguardas. A ABACC atua de forma independente dos dois Governos e da própria AIEA. A estreita colaboração com a AIEA é, entretanto, inerente ao arranjo. O êxito do compartilhamento de responsabilidades tem propiciado aumento das tarefas desempenhadas pela ABACC no sistema. Esperamos que essa confiança da AIEA na competência e integridade do trabalho da ABACC continue a ampliar-se sempre.

O arranjo brasileiro-argentino vai além de um regime de salvaguardas que conecta um Estado à AIEA, nos moldes do que outros países não nuclearmente armados têm por força de sua

bilateral por meio de projetos na Comissão Binacional de Energia Nuclear (COBEN) e da conclusão do Acordo de Cooperação entre a CNEN e a CNEA sobre o Projeto de Novo Reator de Pesquisa Multipropósito. As mandatárias encorajaram ainda o intercâmbio de informações sobre os programas nucleares dos dois países no âmbito do Comitê Permanente de Política Nuclear (CPPN), a coordenação de posições em foros internacionais, como no âmbito do Grupo de Fornecedores Nucleares, entre outros, e a constante avaliação política da cooperação nuclear bilateral e do funcionamento da ABACC.

participação no TNP. O funcionamento da ABACC, em coordenação com a AIEA, levou a um grau de transparência e de conhecimento mútuo sem precedentes. A dinâmica do processo faz hoje com que Brasil e Argentina saibam mais sobre os programas nucleares um do outro do que quaisquer outros dois países vizinhos.

Vemos com grande satisfação a contribuição do Brasil e da Argentina ser reconhecida em diversos foros e em documentos aprovados no contexto do TNP e da AIEA. Neste ano, a ABACC passou a ter *status* de observador nas reuniões da Junta de Governadores da AIEA. Há apenas duas semanas, outro importante sinal foi dado pelo NSG¹⁶³. Após seis anos de negociações, o Grupo logrou aprovar novas diretrizes para as transferências das tecnologias mais sensíveis no campo nuclear, limitando-as a países que atendam aos mais elevados padrões de proteção física, segurança e salvaguardas nucleares. Ao fazê-lo, o NSG reconheceu explicitamente o Acordo Quadripartite como critério alternativo ao Protocolo Adicional (PA), e enfatizou que esse Protocolo não constitui obrigação legal sob o TNP ou a AIEA. A decisão do NSG atesta as credenciais de ambos os países e abre novas perspectivas para a cooperação e acesso às tecnologias necessárias ao desenvolvimento de seus respectivos programas nucleares.

Ao me referir ao desenvolvimento dos programas nucleares, não poderia deixar de mencionar outra vertente da interação entre o Brasil e a Argentina. Em março de 2008, criamos a Comissão Binacional de Energia Nuclear para coordenar as iniciativas de cooperação nessa matéria. Diversos projetos têm sido conduzidos no âmbito da COBEN nas áreas de reatores, aplicações nucleares, regulação e ciclo do combustível. Dentre eles, destaca-se o projeto do desenvolvimento conjunto de reatores de pesquisa multipropósito.

163 Entre 7 e 9 de março de 2011, a ABACC foi aceita, por unanimidade, como agência binacional observadora e, em 24 de junho de 2011, o Grupo de Supridores Nucleares (NSG), passou-se a reconhecer o Acordo Quadripartite como critério alternativo ao Protocolo Adicional, cf. nota 60.

Uma vez constatado que os respectivos projetos de reator de pesquisa apresentavam suficiente grau de semelhança, em janeiro último foi assinado acordo entre a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) e a Comisión Nacional de Energía Atômica (CNEA) para o desenvolvimento conjunto do projeto básico dos reatores. A conclusão desse projeto será um marco na cooperação bilateral, propiciando aos dois países aprofundar atividades em áreas como a produção de radioisótopos e testes de irradiação de combustíveis e materiais.

Outro projeto da COBEN que ganhou realce, após os acidentes com reatores nucleares no Japão, é o de Fortalecimento das Capacidades de Respostas a Emergências Radiológicas e Nucleares. Queremos intercambiar experiências e promover maior integração na capacidade de reação dos dois países a eventuais acidentes. Também é nossa intenção coordenar posições para a discussão que já se iniciou na AIEA sobre o reforço da segurança nuclear, a partir da recém-concluída e oportuna Conferência Ministerial promovida pelo Diretor-Geral Yukiya Amano. Sobre este mesmo tema, será realizada reunião de alto nível em setembro, em Nova York, por ocasião da abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas. A Presidenta Dilma Rousseff tenciona participar¹⁶⁴.

Queria encerrar estas minhas palavras sobre o aniversário de 20 anos da ABACC com uma reflexão sobre o exemplo brasileiro-argentino como fonte de inspiração para outras regiões do planeta, como o Oriente Médio, a Península Coreana ou a Ásia Meridional. Essa ideia ganha relevância ainda maior ante a perspectiva de realização de uma Conferência em 2012 sobre o estabelecimento de Zona Livre de Armas Nucleares e outras Armas

164 Em 22 de setembro de 2011, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, participou do Encontro de Alto Nível sobre Segurança Nuclear, promovido pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon. Em seu discurso, a Presidenta Dilma Rousseff ressaltou a relação entre segurança e desarmamento nuclear e defendeu a aplicação dos mecanismos multilaterais de fiscalização, controle e salvaguardas de materiais nucleares de uso militar.

de Destruição em Massa no Oriente Médio¹⁶⁵. Evidentemente, não podemos ignorar as diferenças entre os contextos geopolíticos, que impediriam uma aplicação mecânica do modelo da ABACC, e exigiriam antes uma adaptação aos desafios específicos de cada região. Para além do conceito de Zonas Livres de Armas Nucleares, que permanece válido para regiões onde tais Zonas ainda não existem, o arranjo brasileiro-argentino de um sistema de duplas salvaguardas, internacionais e regionais, teria méritos específicos para a criação de maior confiança mútua. Devemos aproveitar esta ocasião, em que celebramos duas décadas de uma relação de transparência e confiança, para nos colocarmos à disposição de outros países que queiram ver mais de perto como o Brasil e a Argentina puderam iniciar e levar adiante essa parceria. A constituição da ABACC revela-se assim como um dos elementos da nossa trajetória de crescente integração em um ambiente de desenvolvimento com inclusão social, de aprofundamento de nossas raízes democráticas, de prosperidade e de paz, em benefício de nossos países, de nossa região e do mundo.

165 Na última Conferência de Exame do Tratado de Não Proliferação, em 2010, decidiu-se pela realização de uma Conferência para discutir o estabelecimento de uma Zona Livre de Armas Nucleares e de outras armas de destruição em massa no Oriente Médio. Prevista para acontecer, na Finlândia, entre 18 a 20 de dezembro de 2012, a Conferência foi adiada *sine die* pelos organizadores, conforme anunciado pelo Governo norte-americano por meio de nota à imprensa.

DINAMISMO ECONÔMICO E EFERVESCÊNCIA POLÍTICA E DEMOCRÁTICA

Discurso proferido por ocasião da abertura do seminário “A América do Sul e a integração regional”. Rio de Janeiro, 28 de setembro de 2011.

O Itamaraty tem muito interesse em aprofundar a parceria que temos com o IHGB e manter um contato frutífero com seus membros em torno de questões atuais da política externa, que são também de interesse dos historiadores e geógrafos.

O tema da integração sul-americana é particularmente oportuno. Entrou em vigor, em 2011, o Tratado Constitutivo da UNASUL¹⁶⁶, uma obra em construção que adquire influência e personalidade próprias. Celebramos também os vinte anos do MERCOSUL e da Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle – todo um esforço de integração mais ampla que se baseia, originalmente, em uma parceria com a Argentina, a qual, se hoje consideramos evidente que seja tão estreita, exigiu, há mais de duas décadas, muita liderança e capacidade de formulação e execução política.

Também da perspectiva da integração regional, é sempre bom lembrar o Barão do Rio Branco. Estamos começando a celebrar os cem anos de morte do Barão, cujo trabalho tanto contribuiu para assegurar que a América do Sul pudesse ser, como é hoje, uma zona de paz e de cooperação.

166 Sobre o Tratado Constitutivo da UNASUL, cf. nota 155.

Importa enfatizar o momento positivo que vive a América do Sul, de características únicas, tanto no plano econômico quanto no plano político. E também fazer um pouco de autocrítica, examinar quais são os desafios, o que temos de fazer mais e melhor para garantir a preservação da América do Sul como espaço de cooperação, democracia, crescimento com inclusão social e, claro, paz.

A palavra “paz” deverá figurar cada vez mais no nosso vocabulário diplomático porque é realmente uma das características que nos distingue como país. Estamos comprometidos com a não proliferação nuclear, com a utilização da energia nuclear exclusivamente para fins pacíficos, e estamos rodeados de países com os quais as relações são exclusivamente de cooperação benigna, positiva. Isso define, de certa forma, o que nós somos e o que é a América do Sul.

No plano econômico, o dinamismo sul-americano é sem precedentes. Em 2010, por exemplo, a média de crescimento no MERCOSUL foi próxima de 8%. Na América do Sul, houve picos expressivos que a imprensa pouco divulga. O Paraguai cresceu 15%, uma taxa que está entre as duas ou três mais elevadas do mundo.

Ao mesmo tempo, o comércio, fator de integração entre os países, aumenta de forma impressionante. Em 2010, por exemplo, as exportações intra-América do Sul, segundo a Associação Latino-Americana de Integração, estiveram próximas a 100 bilhões de dólares. Em 2009, os efeitos da crise fizeram com que o comércio se retraísse, caindo para um nível em torno de 77 bilhões. Mas o intercâmbio regional já retomou os níveis pré-crise, e os primeiros dados relativos a 2011 confirmam que nos encontramos em nítida trajetória de retomada de crescimento dos fluxos de comércio. Entre janeiro e junho de 2011, as importações intra-América do

Sul foram de quase 57 bilhões, o que significa um aumento de 21% com relação ao mesmo período de 2010¹⁶⁷.

É sempre importante ter presente o extraordinário crescimento do comércio no MERCOSUL, que passou de 5 bilhões em 1991 para 45 bilhões em 2010. E a expectativa é que em 2011 ultrapasse o nível dos 50 bilhões¹⁶⁸. Este é um dado eloquente, marca dos êxitos em 20 anos de MERCOSUL.

É importante lembrar também que o comércio exterior do Brasil, tanto com o MERCOSUL quanto com o conjunto da América do Sul, é predominantemente de manufaturas, de modo que o mercado regional é importante não só do ponto de vista quantitativo, mas também qualitativo. Neste momento em que o tema da competitividade industrial adquire relevância central, em que há referências ao temor de que nos estejamos desindustrializando – são recorrentes, por exemplo, às alusões à predominância, em nossas exportações para a China, de commodities, em detrimento de manufaturados –, deve-se ter presente que o comércio na nossa região é indutor de crescimento econômico, de progresso industrial e de geração de empregos.

Ressalto que o dinamismo que verificamos na América do Sul segue intenso mesmo em um contexto internacional de crise econômica. Nosso comércio na região tem contribuído para mitigar os efeitos mais nefastos da crise, para criar uma espécie de “blindagem” contra a diminuição da demanda do mundo mais desenvolvido. O padrão do Brasil de diversificação de mercados também concorre para lidarmos com os desafios da crise. Aliás, nossa capacidade de interagir com os diferentes polos do mundo multipolar

167 Em 2011, o comércio intra-América do Sul totalizou 110 bilhões de dólares, contra 90 bilhões de dólares em 2010, o que representou crescimento de 22%. Ainda não há dados referentes ao ano de 2012 (Fonte: MRE).

168 Em 2011, o valor do comércio entre os países do MERCOSUL foi de 62 bilhões de dólares. Ainda não há dados referentes ao ano de 2012 (Fonte: MRE).

em surgimento é também, em si mesmo, um patrimônio de que nos valem para atuar em um mundo em acelerada transformação: a presença dos Estados Unidos diminui na região, e a China passa a ser o principal parceiro comercial de vários países sul-americanos, como o Brasil.

Ainda em matéria econômico-comercial, recorro também que, em função de acordos negociados, sobretudo durante a última década, vivemos hoje quase em uma zona de livre-comércio, com desgravação tarifária para universo muito amplo de produtos – em alguns casos além de 90%, como no da relação do MERCOSUL com o Chile. Até 2019, o entendimento é que alcançaremos na América do Sul um nível de liberalização média de cerca de 96% do universo tarifário, ou seja, teremos um espaço econômico e comercial de crescentes oportunidades e dinamismo.

Mas os avanços na integração sul-americana vão muito além da dimensão econômica – em si mesma fundamental. Temos de olhar também para o lado político, para a evolução dos países, individualmente e em conjunto.

Somos hoje, talvez, a região mais democrática no mundo em desenvolvimento. Todos os países sul-americanos têm governos democraticamente eleitos e são caracterizados pela busca de maior inclusão social e pela ênfase em programas sociais que reduzem a pobreza e as desigualdades – circunstâncias que nos aproximam de modo muito especial. O Brasil, em particular, conhecido historicamente pela extrema desigualdade, avança significativamente na direção da diminuição das disparidades sociais. Surgem novas lideranças na região – como, recentemente, a do Presidente Ollanta Humala. O novo Governo peruano tem início com uma plataforma semelhante àquela que foi desenvolvida no Brasil, no MERCOSUL e em outros países da América do Sul: associar ao crescimento econômico a diminuição das desigualdades sociais.

A política hoje nos facilita o diálogo. O Presidente Juan Manuel Santos, da Colômbia – outro novo líder importante –, demonstrou, em pouco tempo, capacidade de aproximar-se dos países vizinhos com os quais havia tensões. Vemos hoje a Colômbia muito mais engajada no projeto de integração sul-americana, havendo mesmo apresentado a candidatura de María Emma Mejía à Secretaria-Geral da UNASUL¹⁶⁹ – candidatura que reuniu consenso.

A existência de regimes democráticos com inclusão social no conjunto da América do Sul leva, por sua vez, a um esforço de traduzir em manifestações coletivas o compromisso com a democracia. Já tínhamos, no MERCOSUL, o Protocolo de Ushuaia. No ano passado, adotamos, também na UNASUL, uma cláusula democrática¹⁷⁰.

Outra importante iniciativa de integração regional, esta envolvendo todos os vizinhos latino-americanos e caribenhos, foi a CALC, que realizamos, em 2008, na Costa do Sauípe¹⁷¹. A CALC encontra-se, hoje, em processo de fusão com o Grupo do Rio para transformar-se na Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos, a CELAC¹⁷², foro que, pouco burocratizado e sem um secretariado, servirá aos nossos propósitos de crescente integração. Também a CELAC negocia uma cláusula democrática firme¹⁷³.

169 María Emma Mejía, ex-Ministra das Relações Exteriores da Colômbia, foi eleita Secretária-Geral da UNASUL em março de 2011. O mandato de Mejía teve início em março de 2011 e estendeu-se até junho de 2012, quando o assumiu o ex-Chanceler venezuelano, Alí Rodríguez Araque, que ocupa o cargo durante o biênio 2012 e 2013.

170 A cláusula democrática foi aprovada, por meio de Protocolo Adicional ao Tratado Constitutivo da UNASUL, durante a IV Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL, realizada em Georgetown, Guiana, em novembro de 2010.

171 Aquela foi a primeira ocasião em que se reuniram todas as nações das Américas do Sul e Central e do Caribe em torno de uma agenda própria, constituída a partir da identificação conjunta de prioridades e desafios regionais compartilhados.

172 A Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) foi criada por ocasião da Cúpula da Unidade da América Latina e do Caribe, que compreendeu a II Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC) e a XXI Cúpula do Grupo do Rio (Riviera Maya, México, fevereiro de 2010).

173 A cláusula democrática foi adotada por ocasião da I Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos, realizada em Caracas, de 2 a 3 de dezembro de 2011.

No momento em que outras partes do mundo buscam formas mais democráticas de organização política, damos o exemplo. Foi nesse sentido, aliás, que, ao visitar o Brasil no mês de março, o Presidente Barack Obama abordou a situação da Primavera Árabe e lembrou que a América do Sul é uma região que, hoje, apresenta soluções econômicas e institucionais.

Além do dinamismo econômico e da efervescência política e democrática na América do Sul, destaca-se a importância da integração em infraestrutura. Por exemplo, será inaugurada muito em breve estrada que ligará o Pacífico ao Atlântico, com uma ponte sobre o Rio Madre de Dios, no Peru¹⁷⁴. Trata-se, na verdade, de um feito histórico. Meu antecessor e amigo Celso Amorim sempre lembrava que, na América do Norte, as estradas de ferro entre o Pacífico e o Atlântico foram estabelecidas no século XIX, enquanto, na América do Sul, até hoje é difícil ir de um oceano ao outro. Tampouco é simples viajar de avião partindo de importantes cidades do Brasil para alguns países andinos, embora isso esteja melhorando de forma acelerada. Este ano foram inaugurados vários voos de Brasília para capitais sul-americanas, o que é revolucionário: podemos ir a Lima num fim de semana e a Montevideu ou a outras capitais sul-americanas em outro¹⁷⁵. Ainda precisamos reativar o voo Brasília-Buenos Aires. Espero que isso venha a ocorrer em breve.

Lembremos também o potencial extraordinário em matéria de energia. A Venezuela tem mais reservas petrolíferas do que a Arábia Saudita. Aqui, no Brasil, temos o pré-sal e todos os progressos na área de biocombustíveis. Somos autossuficientes em energia e estamos nos transformando no celeiro do mundo, com terras

174 Em julho de 2011, foi inaugurada, em Puerto Maldonado, sudeste do Peru, a ponte Continental, completando a estrada Interoceânica Sul, que liga as regiões do sul do Peru aos estados brasileiros do Acre e de Rondônia. A Interoceânica Sul é formada pela junção das redes rodoviárias brasileira e peruana, alcançando três portos no Pacífico: San Juan de Marcona, Ilo e Matarani.

175 A rota direta entre Brasília e Lima foi alterada em outubro de 2011. Hoje, opera-se voo direto entre Brasília e Bogotá.

propícias à agricultura e com capacidade de pesquisa e de desenvolvimento científico, graças à EMBRAPA. Temos segurança alimentar e capacidade de exportar, além de disposição para cooperar com o mundo e compartilhar nossas técnicas com outras regiões que enfrentam situações climáticas e geográficas comparáveis às nossas. Temos recursos hídricos em um mundo em que a água se torna pretexto para tensões e para guerras, e somos cada vez mais uma região de desenvolvimento industrial, científico e tecnológico.

Outra área em que temos progredido é a da participação mais ativa da sociedade nas decisões de governo em matéria de integração regional. O parlamento do MERCOSUL¹⁷⁶, que representa uma iniciativa nessa direção, tem conseguido avançar. É verdade que, até aqui, apenas o Paraguai pôde estabelecer uma representação com voto direto. Mas todos os sócios do MERCOSUL estão nesse caminho. Definimos que as representações dos quatro países-membros guardem, no parlamento, proporcionalidade com o tamanho das respectivas populações, como deve ser nas democracias representativas. Com a adoção desse critério, criaram-se as condições para a regulamentação e a preparação das eleições diretas para o parlamento do MERCOSUL – no caso do Brasil, já em 2014.

Chamo a atenção, do mesmo modo, para o fato de haver-se decidido, numa recente reunião em Buenos Aires, que a UNASUL exercerá um papel nos pleitos eleitorais em nossa região. Isso tem um significado político transcendental. Foi estimulante ver alguns países voluntariando-se para ser objeto de observação, até mesmo antes de um grupo de trabalho, instituído para examinar as modalidades precisas de observação eleitoral produzir seus resultados. É importante que a América do Sul desenvolva sua própria capacidade de observação eleitoral.

176 Sobre o Parlamento do MERCOSUL (Parlasul), cf. nota 150.

Quero também lembrar que, hoje, contamos com a figura do Alto Representante-Geral do MERCOSUL. Esse cargo confere uma face ao MERCOSUL, a qual será relevante, entre outros objetivos, para impulsionar o processo de modernização do bloco. Considero, por exemplo, que as Cúpulas do MERCOSUL poderiam ser mais dinâmicas e interativas. O Alto Representante-Geral pode desempenhar um papel nessa matéria.

Outra área talvez não suficientemente divulgada ou devidamente apreciada, pois se trata de fenômeno recente, é o interesse que o MERCOSUL tem despertado em outras regiões do mundo. Nas duas ou três últimas Cúpulas, havia Chanceleres de países distantes. O Chanceler da Austrália esteve na Cúpula de Foz do Iguaçu, junto com o representante pessoal do Primeiro-Ministro da Turquia para assuntos econômicos. Países de regiões como o Oriente Médio, a África, a Oceania e a Ásia se fizeram representar. Na Cúpula mais recente, em Assunção, tivemos o Chanceler do Japão e outras personalidades de regiões que se interessam por uma aproximação com o MERCOSUL. O MERCOSUL já concluiu acordos com Israel, Egito e está negociando com os territórios palestinos – quem sabe futuramente teremos um acordo com uma Palestina independente e membro das Nações Unidas¹⁷⁷. Examinam-se, também, formas de aproximação com a South African Customs Union (SACU), na África Subsaariana, e, num futuro não tão longínquo, possivelmente teremos acordos¹⁷⁸ com a Rússia, Austrália, Nova Zelândia, entre outros.

É importante ter presente novas dinâmicas na América do Sul. Refiro-me a alguns casos. A Colômbia poderá ser, em breve, o segundo maior PIB sul-americano¹⁷⁹. O Uruguai também vive um

177 Sobre o reconhecimento pelo Brasil do Estado da Palestina, cf. notas 6 e 27.

178 As negociações desses acordos estão em curso.

179 O Ministro da Fazenda da Colômbia, Juan Carlos Echeverry, avaliou, em agosto de 2012, que a Colômbia poderia vir a ser, caso ultrapassasse o PIB da Argentina, a segunda maior economia da América do Sul, atrás apenas do Brasil.

momento de grande crescimento econômico, com taxas de 8% e 9%, que farão que sua renda *per capita* seja, muito em breve, talvez a mais alta da América do Sul. Há, portanto, o desafio de novas variáveis que se apresentam.

Olhemos também para os desafios da integração sul-americana.

Ao mesmo tempo – e este é talvez nosso maior desafio –, continuamos a lidar com a questão das assimetrias na região. As assimetrias existem e precisam ser levadas muito a sério, sobretudo pelo Brasil, o maior país em termos territoriais, econômicos e populacionais. Não interessa ao Brasil conhecer a prosperidade, o progresso, e ser rodeado de países que não vivenciem avanços na mesma direção.

Se atentarmos para a Guiana e o Suriname, vemos que representam 0,2% do nosso PIB – ou seja, trata-se de outra ordem de grandeza. Mas o estimulante é que esses países hoje também conhecem crescimento e progresso. Estive recentemente nos dois. São sociedades criativas e dinâmicas, com as quais temos também a aprender. Precisamos nos interessar mais pelo que é diferente. Muito nos une, muito nos aproxima, mas também há muita diversidade em nossa região. Por exemplo, poucos no Brasil saberão que o presidente da Guiana é de religião hinduísta e fala russo fluentemente – só para dar um perfil rápido de Bharrat Jagdeo, que é um líder de grandes qualidades intelectuais e políticas.

Passando um pouco mais para o sul, Bolívia e Uruguai têm economias equivalentes a 2,5% do PIB brasileiro: trata-se, mais uma vez, de ordens de grandeza muito díspares, que exigem do Brasil um sentido de responsabilidade e de sensibilidade, sempre tendo presente o fato de a garantia do progresso político e democrático estar associada à capacidade que o país tem de demonstrar melhora no nível de vida da sua população.

Ao referir-me ao desafio das assimetrias, eu não poderia deixar de mencionar o FOCEM, uma ideia criativa e que está dando

certo. É o Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL. Suas atividades iniciaram-se em 2006 e, hoje, o FOCEM responde por uma carteira de projetos de mais de um bilhão de dólares, dos quais a maior parte proveniente de contribuições do Brasil. Há um exemplo muito importante: o financiamento de uma linha de transmissão de 500 quilowatts entre Itaipu e a cidade de Villa Hayes, no Paraguai, que tem o potencial de transformar o panorama energético e as perspectivas de desenvolvimento paraguaias a curto prazo. O significado dessa linha de transmissão – que já está sendo construída com recursos do FOCEM – é tal que, nas duas ou três vezes em que estive no Paraguai¹⁸⁰, ela era matéria de primeira página dos jornais. Trabalhamos muito e hoje este projeto é uma realidade e poderá estar concluído em breve¹⁸¹.

Apesar dos esforços de redução de assimetrias, contudo, ainda somos uma região de muita desigualdade – inclusive no interior dos Estados. Esta desigualdade interna aos países, a desigualdade social, às vezes acaba por trazer ou agravar outros desafios, como o da violência urbana.

O conhecimento mútuo entre nossas sociedades e a devida valorização do processo de integração são também desafios com que nos confrontamos. Não existem, nesse estágio, tensões de maior alcance entre os Estados sul-americanos – um desenvolvimento extremamente positivo e bem-vindo. No entanto, apesar da maior consciência de que a integração só traz benefícios, a verdade é que essa noção ainda não está suficientemente disseminada entre nos-

180 O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, esteve no Paraguai em cinco ocasiões: em 17 de janeiro de 2011, em visita oficial; de 13 a 14 de maio de 2011, em nova visita de trabalho; de 28 a 29 de junho de 2011, para a XLI Reunião do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL e para a XLI Cúpula do MERCOSUL, além de visita da Senhora Presidenta da República; de 16 a 17 de março de 2012, para Reunião Ordinária do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da UNASUL; e de 21 a 22 de junho de 2012, para Missão Extraordinária de Ministros da UNASUL.

181 O projeto encontra-se em fase de implementação. Até 30 de janeiro de 2013, o Brasil já havia aportado recursos da ordem de 209 milhões de dólares, entre contribuições voluntárias e ordinárias ao Fundo, de um total de 400 milhões de dólares a ser financiados.

sas sociedades. Sinto muito isso no Brasil. Estamos engajados em um processo sério, e sem retorno, de integração regional, mas, por vezes, fica a sensação de que a população não está suficientemente informada. A mídia tem um papel a desempenhar, mas o Governo também tem de assumir parcela da responsabilidade para divulgar os avanços, por meio de livros escolares, de debates nas universidades, junto à sociedade em geral. O fato é que, se excluirmos a Argentina, que tem um papel especial no imaginário do nosso povo, o conhecimento que o brasileiro tem dos países vizinhos ainda é reduzido. Estive em todos os países sul-americanos, nos últimos nove ou dez meses. É enorme a variedade, a diversidade cultural, institucional e social entre nossos vizinhos. As pessoas são acolhedoras, as culinárias são riquíssimas, as paisagens e a música são atrativas. Nem tudo, porém, foi até hoje captado pelos brasileiros. Precisamos fazer mais – inclusive o Ministério das Relações Exteriores – para divulgar melhor essa realidade. Precisamos desenvolver não só projetos de integração, como o MERCOSUL e a UNASUL: precisamos desenvolver um conhecimento, uma *expertise* aprofundada sobre cada país, individualmente. Temos, no Itamaraty, um sistema de avaliação profissional e intelectual do diplomata que é requisito para a promoção ao nível de Ministro de Segunda Classe da carreira. Nesse sistema – o Curso de Altos Estudos –, temos incentivado análises sobre países específicos, sobre situações, dilemas ou desafios enfrentados por cada um desses países ou sub-regiões. Eu encorajaria muito, no contexto deste Instituto, mais estudos históricos e geográficos sobre a América do Sul. É certo que encontraremos pobreza e carências – que, de todo modo, cabe conhecer sempre melhor –, mas também encontraremos efervescência econômica, política, social e cultural contagiantes.

Outro dado é como o conjunto da América do Sul é visto pelo restante do mundo. Ainda não existe uma percepção internacional compatível com as nossas estatísticas e com tudo o que representamos. Mas isto parece estar mudando. Começa-se a olhar

para nossa região com crescente interesse, com respeito e, às vezes, mesmo com admiração. Precisamos, de nossa parte, dedicar um espaço de reflexão ao nosso lugar no mundo. Isso está começando na UNASUL. Na posse do Presidente Ollanta Humala, em Lima, houve uma iniciativa, da qual a Presidenta Dilma Rousseff participou da criação de um grupo de trabalho para examinar os efeitos da crise econômico-financeira sobre a América do Sul. Devemos ter muito presente esse momento de transformações internacionais, que exige de cada um de nós, individualmente, e também da região como um todo, atenção para as oportunidades e os problemas que poderão surgir.

Mencionei a diminuição relativa da presença dos Estados Unidos na América do Sul. Verificam-se mudanças para uma relação em que os Estados Unidos se convertam em um ator entre vários outros – Europa, China –, o que criará a possibilidade de um relacionamento menos eivado da problemática da hegemonia e até mesmo contribuirá para que superemos algum resquício das tensões ideológicas da Guerra Fria.

Na penúltima reunião da UNASUL¹⁸², na Argentina, foi muito interessante ouvir o Presidente Sebastián Piñera e o Presidente Hugo Chávez, tão distantes no espectro político, referirem-se ambos, em discursos que tinham elementos semelhantes, à necessidade de nos coordenarmos de uma maneira pós-ideológica, de uma maneira construtiva e pragmática. É um grande progresso para um continente que precisa ainda dedicar muita atenção ao seu desenvolvimento – a um desenvolvimento que seja inclusivo e sustentável (gosto de lembrar sempre a dimensão ambiental, que é parte

182 Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo da UNASUL, realizada em Los Cardales, Argentina, de 3 a 4 de maio de 2010. Na ocasião, o ex-Presidente argentino Néstor Kirchner foi designado como Secretário-Geral da UNASUL. O ex-Presidente Néstor Kirchner faleceu em 27 de outubro de 2010. A Secretaria-Geral da UNASUL ficou a cargo da ex-Ministra das Relações Exteriores da Colômbia, María Emma Mejía, eleita em março de 2011, e, em seguida, do ex-Chanceler venezuelano, Alí Rodríguez Araque, que ocupa a função desde junho de 2012, cf. nota 169.

daquilo que representamos). Quanto menos energia se gastar com debates estéreis, melhor será para todos os países da região.

Recentemente, visitei mais de um país balcânico, e lá eles costumam dizer que os Bálcãs têm uma escassez de geografia e uma abundância de história. Na América do Sul é um pouco o contrário. Temos muita geografia, uma geografia muito positiva para o nosso desenvolvimento, e estamos começando a fazer história com as últimas décadas de progresso. O que o Brasil está fazendo é assumir plenamente a sua responsabilidade para que a história que estamos construindo beneficie o maior número possível de sul-americanos.



O CAMINHO DA PLENA INCLUSÃO

Discurso proferido por ocasião da reunião ordinária do Conselho de Ministras e Ministros das Relações Exteriores da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Assunção, 17 de março de 2012.

Na América do Sul, vivemos um período particularmente positivo de desenvolvimento econômico com inclusão social, num ambiente de paz, democracia e crescente consciência ambiental.

Em 2011, em meio a um cenário econômico internacional adverso, a América do Sul logrou crescer, em seu conjunto, 4,1%. O dinamismo econômico recente tem promovido importantes avanços em termos de inclusão social, criação de empregos e geração de conhecimento e tecnologia – isso numa conjuntura em que outras partes do mundo lutam contra a recessão.

Verificou-se rápida recuperação da atividade econômica e do emprego após a crise desencadeada em 2008¹⁸³.

Vem crescendo, igualmente, a renda *per capita*¹⁸⁴. E, mais importante, na América Latina, região antes conhecida por altas

183 De acordo com o relatório “Tendências Mundiais do Emprego 2013”, divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), a América Latina teve taxa de desemprego de 6,6% em 2012, índice menor do que os 7,8% verificados em 2009.

184 De acordo com dados do Banco Mundial, o PIB *per capita* da América Latina e do Caribe em 2011, a preços nominais, foi de 9.586 dólares.

taxas de desigualdade, o problema vem diminuindo¹⁸⁵ – embora ainda se exija muito esforço para que alcancemos níveis mais elevados de justiça social.

No Brasil, em 2003, a classe média era composta por 66 milhões de pessoas (cerca de 38% da população). Em 2011, a classe média correspondia a 105 milhões (mais de 55% da sociedade brasileira). O incremento populacional da classe média no período foi, portanto, de cerca de 40 milhões de pessoas.

Não obstante, ainda existe muito por fazer. Cerca de 16 milhões de pessoas ainda vivem em condições de extrema pobreza no Brasil¹⁸⁶. Com vistas a eliminar a pobreza extrema no País, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, lançou, em junho de 2011, o programa “Brasil sem Miséria”. O plano visa promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre. As famílias extremamente pobres que ainda não são atendidas serão localizadas e incluídas de forma integrada nas políticas públicas de desenvolvimento social.

Falo do Brasil, mas poderia falar da mesma forma sobre outros países aqui presentes. Em dezembro, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) divulgou relatório apontando os avanços obtidos pela região na redução da desigualdade¹⁸⁷.

185 De acordo com relatório do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), divulgado em agosto de 2012, a desigualdade na América Latina vem diminuindo ao longo das últimas décadas, apesar de ainda ser alta. O Brasil, de acordo com o estudo, é o quarto país mais desigual da América Latina em distribuição de renda, ficando atrás de Guatemala, Honduras e Colômbia.

186 Desde janeiro de 2011, 22,1 milhões de pessoas saíram da situação de extrema pobreza no Brasil. Na última década, os programas sociais do Governo Federal tiraram 36 milhões de brasileiros da extrema pobreza, por meio da transferência de renda, do apoio à agricultura e da garantia de alimentação e serviços básicos à população mais carente. Apenas em 2012, com os programas Bolsa Família e Brasil Carinhoso, 19,5 milhões de brasileiros foram retirados da pobreza extrema. Desde 2003, 40 milhões de brasileiros ascenderam à classe média. Estima-se que, em 2014, a classe C compreenderá 59% da população (cerca de 115 milhões de pessoas) (Fonte: Governo Federal).

187 O relatório mencionado é o “Panorama social da América Latina 2011”.

Esses avanços são o resultado da implementação de políticas sociais ativas, como a transferência direta de renda, a valorização do salário mínimo, a criação de emprego e o investimento produtivo.

Em 1990, quase 50% da população da América Latina era tida como “pobre”, sendo que 22% se encontrava em situação de pobreza extrema. Em 2011, a estimativa da CEPAL é a de que cerca de 30% da população está na pobreza, enquanto o índice de pobreza extrema caiu para cerca de 13%.

É claro que ainda são cifras inaceitáveis. Mas não há dúvida de que estamos em uma rota de progresso e que a eliminação da miséria é hoje um objetivo visível em nosso horizonte político. Essa é a grande diferença.

Além disso, em contraste com outras partes do mundo, a América do Sul destaca-se não apenas pelas taxas de crescimento econômico e pelo progresso social, mas também pela ausência de conflitos armados entre Estados e de armas de destruição em massa.

A América do Sul – como o conjunto da América Latina – é uma região livre de armamentos nucleares. Quando acompanharmos os desdobramentos desse tema em outros quadrantes do globo, é impossível não pensar no privilégio que temos de estarmos livres dessa ameaça.

Privilégio sim, mas que não nos caiu do céu. Privilégio conquistado pelo trabalho político e diplomático dos próprios sul-americanos, que souberam superar as antigas rivalidades, substituindo-as por um projeto comum de integração.

A UNASUL tem um papel importante a desempenhar na preservação e no aprofundamento desse patrimônio.

A América do Sul afirma-se, neste momento de transformações que o mundo atravessa, pela capacidade de irradiar dinamismo e pelo êxito de uma democracia socialmente transformadora. Somos mais respeitados. Somos a força do nosso exemplo.

Não quero com isso dizer que tenhamos respostas prontas para os complexos desafios que confrontam o sistema internacional neste início de século. Ao contrário, a experiência sul-americana revela, claramente, que não há atalhos quando o objetivo é construir sociedades livres, prósperas e justas.

Reitero que nos restam dificuldades imensas, e não as subestimamos.

São muitos os desafios com respeito à integração física, à melhoria da competitividade e à ampliação do acesso à educação. É igualmente fundamental que possamos assumir plenamente nossas responsabilidades no enfrentamento do problema mundial das drogas.

Já podemos ter certeza, porém, quanto ao fato de que tomamos o caminho certo: o caminho da plena inclusão; o caminho da democracia revigorada, que é política e também econômica e social.

Quero ressaltar a importância de que a América do Sul, região rica em recursos naturais, em biodiversidade, esteja representada no mais alto nível na Conferência Rio+20¹⁸⁸ e faça ouvir sua voz com a força e a legitimidade que soube conquistar.

Com a UNASUL, estamos construindo uma instituição que reflete nossa concepção de integração ampliada, com forte componente de cidadania, e que leva em consideração a necessidade de reduzir as assimetrias entre os diversos participantes.

Na área de integração física, o Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) aprovou em 2011 o Plano de Ação Estratégico (PAE) 2012-2022 e a Agenda de Projetos Prioritários de Integração (API)¹⁸⁹. Estamos consolidando, nessa matéria, uma via auspiciosa.

188 Sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que ocorreu no Rio de Janeiro entre 20 e 22 de junho de 2012, cf. nota 43.

189 Os documentos foram assinados pelos Chefes de Estado presentes à VI Cúpula Ordinária da UNASUL, Lima, novembro de 2012.

Quanto à melhoria da competitividade, destaco os esforços do Conselho de Economia e Finanças da UNASUL¹⁹⁰ no sentido de examinar formas de coordenação regional à luz do cenário global de excesso de liquidez nos países mais ricos.

A perspectiva de baixo crescimento por um período prolongado nas economias avançadas começa a afetar as economias emergentes, em maior ou menor grau. Enfrentamos o desafio dos efeitos de políticas monetárias expansionistas adotadas nos países desenvolvidos, que enfraquecem a competitividade de nossas economias e geram desvantagens artificiais no âmbito comercial. Precisamos adotar uma postura prudente e avaliar medidas preventivas que minimizem os riscos inerentes ao atual cenário internacional.

Na área de educação, o Brasil defende a elevação de cada um dos três Grupos de Trabalho criados no âmbito do Conselho de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (COSECCTI) ao *status* de Conselho Ministerial, de modo a contribuir para o maior dinamismo nessa esfera¹⁹¹.

Avançamos também no Conselho Sul-Americano sobre o Problema Mundial das Drogas, com a criação de Mecanismo de Consultas Regulares entre autoridades judiciais, policiais, financeiras, aduaneiras e órgãos de combate ao tráfico. Em maio de 2012, deverá realizar-se na Colômbia uma Reunião Tripartite de

190 O Conselho de Economia e Finanças da UNASUL foi criado na IV Cúpula Ordinária daquele órgão (Georgetown, 26/11/2010), tendo realizado sua primeira reunião de Ministros em agosto do ano seguinte. A UNASUL dispõe atualmente de doze Conselhos ministeriais em funcionamento: a) Energia; b) Saúde; c) Defesa; d) Infraestrutura e Planejamento; e) Desenvolvimento Social; f) Problema Mundial das Drogas; g) Educação; h) Cultura; i) Ciência, Tecnologia e Inovação; j) Economia e Finanças; l) Segurança Cidadã, Justiça e Combate ao Crime Organizado Transnacional; e m) Conselho Eleitoral. O Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED), o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde (ISAGS) e a Secretaria Técnica UNASUL-Haiti completam a lista dos órgãos setoriais.

191 Na VI Cúpula Ordinária da UNASUL, em Lima, em novembro de 2012, o COSECCTI foi desmembrado, por iniciativa do Brasil, nos mencionados três novos Conselhos.

Ministros de Defesa, Justiça e Interior, para tratar de crime organizado transnacional e novas ameaças¹⁹².

No entanto, este é campo no qual ainda há significativo espaço para realizações adicionais. Precisamos aqui, como em outras instâncias, de resultados concretos. O tema das drogas é, justificadamente, motivo de preocupação compartilhada por nossas sociedades. Temos de estar à altura do que esperam de nós.

Progredimos também em cooperação eleitoral. Em 2011, autorizamos o envio de missões de observação eleitoral à Bolívia, à Guiana e ao Paraguai, conforme solicitado oficialmente por esses países¹⁹³. Estamos certos de que, com o início das atividades dos Grupos de Trabalho que negociarão o Estatuto do Conselho Eleitoral e as regras para o envio de missões de observação eleitoral da UNASUL, logo teremos resultados concretos nessa importante área para o fortalecimento de nossas democracias¹⁹⁴.

Para além de estimular avanços na agenda de trabalho dos diferentes Conselhos e instâncias da UNASUL, é imperativo que possamos construir uma base sólida sobre a qual erguer o edifício da UNASUL, fazendo dela uma organização internacional plena, profissional, capaz de atender com eficiência às demandas de seus membros.

O Brasil está preparado para contribuir para um orçamento da UNASUL que viabilize a consecução de projetos concretos para

192 Posteriormente, decidiu-se que Ministros das Relações Exteriores também participariam da reunião. O encontro, realizado em Cartagena das Índias, lançou as bases para a criação do Conselho Sul-Americano em matéria de Segurança Cidadã, Justiça e Coordenação de Ações contra a Delinquência Organizada Transnacional.

193 Além das missões citadas, houve ainda uma missão conjunta entre Brasil e Argentina, realizada no segundo turno das eleições haitianas, em março de 2011.

194 Os Chefes de Estado aprovaram, na VI Cúpula Ordinária da UNASUL, em Lima, novembro de 2012, o Estatuto do Conselho Eleitoral e os Critérios e Normativas para as Missões Eleitorais. Dessa forma, o Conselho Eleitoral foi formalmente incorporado à estrutura institucional da UNASUL. O bloco passou a contar com uma instância voltada para cooperação e pesquisa em matéria eleitoral, apta a enviar missões aos pleitos realizados em países que o solicitem.

benefício da região, como o Centro de Estudos Estratégicos de Defesa e o Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde¹⁹⁵.

A UNASUL é um espaço privilegiado de cooperação para o Brasil, no qual queremos avançar em iniciativas concretas que demonstrem a capacidade regional de lograr objetivos comuns.

Somos uma região de pluralismo.

Estamos conscientes da importância da nossa união e da importância da UNASUL como instrumento dessa união.

Por isso trabalhamos com tamanho afincamento para consolidar essa nossa obra coletiva.

195 No biênio 2011-2012, o orçamento da UNASUL somou 11,2 milhões de dólares, dos quais 2,15 milhões de dólares somam contribuições brasileiras. Em 2013, prevê-se o repasse de 3,2 milhões de dólares por parte do Brasil.



AGRICULTURA FAMILIAR: ELEMENTO CENTRAL DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Texto base para intervenção na 18ª Reunião Especializada da Agricultura Familiar do MERCOSUL. Caxias do Sul, 14 de novembro de 2012.

É a primeira vez que um Chanceler brasileiro participa de uma Reunião Especializada da Agricultura Familiar do MERCOSUL, a REAF.

O tema da agricultura familiar, no contexto dos esforços de desenvolvimento com justiça social em nossos países, é de especial relevância. E a REAF representa um dos exemplos mais bem-sucedidos de Reuniões Especializadas do MERCOSUL.

A REAF desenvolveu uma nova dinâmica de reuniões, estabelecendo um canal efetivo de diálogo entre os governos e a sociedade civil dos países do MERCOSUL¹⁹⁶. Não é exagero dizer que a REAF, nesse ponto, mostra o caminho que o MERCOSUL deve seguir.

196 O Artigo 2 da Resolução nº 11/04 do GMC, que cria a REAF, dispõe que "a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL será coordenada pelos representantes governamentais dos quatro Estados-partes. As respectivas Seções Nacionais assegurarão a participação das entidades representativas da Sociedade Civil". A Seção Nacional é o núcleo de atuação da REAF em cada país-membro e é formada por órgãos de governo (no caso brasileiro, entidades como o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério das Relações Exteriores, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério do Trabalho e Emprego e o Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural) e por organizações da sociedade civil. Na Seção Nacional, debatem-se temas e propostas que serão levados à REAF, e as decisões são tomadas por consenso, contando, portando, com participação equânime de órgãos governamentais e da sociedade.

E, por isso, foi capaz de avançar em áreas de inegável importância, como é o caso da definição de critérios comuns para a agricultura familiar e a criação do Fundo de Agricultura Familiar¹⁹⁷.

Considero muito oportunas as participações do Governo cubano, nesse momento em que intensificamos a cooperação bilateral e no contexto do processo de atualização do modelo econômico cubano, e dos representantes da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP.

A REAF converteu-se em vetor de integração regional e de diálogo não apenas no âmbito do MERCOSUL.

Na CPLP, já criamos um Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional, cujos trabalhos iniciaram-se em 2012¹⁹⁸. Sei que o intercâmbio de informações e experiências que se inicia hoje com a REAF abrirá mais uma via bem-sucedida de cooperação Sul-Sul e poderá contribuir para a consolidação da institucionalidade nos países da CPLP na área da agricultura familiar.

A importância da agricultura familiar para nossas sociedades é inegável.

197 Adotado pela Decisão CMC nº 06/09 e publicado no Brasil, como Decreto nº 7.858, de 6 de dezembro de 2012, o Fundo da Agricultura Familiar do MERCOSUL é um instrumento de gestão cujo objetivo é financiar programas e projetos relacionados à agricultura familiar e permitir uma ampla participação dos atores sociais em atividades vinculadas ao tema, contribuindo para fortalecer as políticas públicas voltadas para o setor (Artigos 1º e 2º do Regulamento do Fundo de Agricultura Familiar do MERCOSUL). O fundo é formado pela soma de aportes anuais, no total de 360 mil dólares, cabendo ao Brasil contribuir com 225 mil dólares.

198 O Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é, de acordo com o Artigo 2º de seu estatuto, “um mecanismo de cooperação da CPLP, uma plataforma ministerial e multiautores constituída para a coordenação das políticas e programas desenvolvidos na área de segurança alimentar e nutricional e para a assessoria à Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP no que diz respeito à Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade”. Seu objetivo é, de acordo com o Artigo 3º, “promover a intersetorialidade e a participação social na coordenação de políticas, legislação e programas de ações para a segurança alimentar e nutricional e, por esta via, contribuir para materializar a prioridade, estabelecida na ESAN-CPLP, de combate à fome, à má nutrição e à pobreza na Comunidade, por meio da concretização progressiva do Direito Humano à Alimentação nos Estados-membros”.

Segundo a FAO, cerca de dois terços dos 3 bilhões de pessoas que vivem em zonas rurais de países em desenvolvimento praticam agricultura de pequena escala.

O pequeno agricultor tem papel decisivo na geração de emprego e renda, assim como – e este é um ponto de especial relevância – para a segurança alimentar.

Em outubro, tive a satisfação de participar, em Roma, de uma sessão do Comitê sobre Segurança Alimentar Global da FAO¹⁹⁹, e lá expus a importância de que hoje se reveste o tema da segurança alimentar não apenas para os esforços do Governo brasileiro no plano interno, mas também para a própria política externa brasileira, em particular nas iniciativas de cooperação na área agrícola.

No MERCOSUL, cerca de 10% do PIB é produto da agricultura familiar. Na Argentina, a agricultura familiar responde por 54% do emprego rural. No Paraguai, 90% dos estabelecimentos rurais são voltados à agricultura familiar. No Uruguai, 30% da produção agropecuária se devem à atividade familiar.

A Venezuela – e é um prazer ver aqui a delegação venezuelana participando já como membro pleno do MERCOSUL²⁰⁰ – tem-se voltado, nos últimos anos, a diversas políticas nacionais para a agricultura. Tradicionalmente uma grande importadora de alimentos, a Venezuela logrou, graças a políticas recentes de incentivo à agricultura familiar, aumentar em 44% sua produção agrícola na última década.

O Brasil tem podido mostrar, nos últimos dez anos, resultados particularmente positivos em matéria de redução da pobreza e erradicação da fome²⁰¹. Como reconhece a própria FAO, as políticas adotadas no Brasil permitiram acelerar a realização do objetivo de

199 Cf. "Segurança alimentar, por um mundo menos desigual", discurso proferido por ocasião do Seminário "Cooperação Técnica Brasileira: Agricultura, Segurança Alimentar e Políticas Sociais". Roma, 24 de junho de 2011.

200 Sobre a admissão da Venezuela ao MERCOSUL, cf. nota 151.

201 Sobre os programas sociais do Governo Federal com vistas à eliminação da pobreza extrema, cf. nota 186.

erradicar a fome e a desnutrição. E não há a menor dúvida de que a agricultura familiar tem sido parte indispensável desse êxito²⁰².

No Brasil, 70% dos alimentos consumidos são produto da agricultura familiar. A agricultura familiar é responsável por 75% da mão de obra no campo, no Brasil. São mais de quatro milhões de estabelecimentos rurais, quantidade que corresponde a mais de 80% de todos os estabelecimentos rurais do País.

Os dados são eloquentes. A agricultura familiar é fundamental para garantir a segurança alimentar e nutricional, e não apenas em termos quantitativos – pelo volume de alimentos produzidos –, mas também sob o aspecto qualitativo, na medida em que a agricultura familiar tende a oferecer maior diversidade de alimentos, o que é essencial para uma nutrição mais saudável. É também um importante elemento para o manejo sustentável dos recursos naturais.

Além disso, ao integrarmos os pequenos agricultores no circuito de abastecimento de nossos mercados consumidores de alimentos, estamos gerando renda e integração produtiva – e, em última análise, estamos contribuindo para a erradicação da pobreza. Isso é ainda mais verdade quando temos em conta que, no Brasil, assim como em muitos outros países, parte considerável da pobreza extrema encontra-se na zona rural. Segundo o Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, cerca de 70% das pessoas em situação de extrema pobreza no mundo – e, portanto, as mais sujeitas ao risco de insegurança alimentar – encontram-se em zonas rurais²⁰³.

202 Os investimentos na agricultura familiar com foco na redução da pobreza no meio rural estão relacionados a projetos que garantem aumento de renda e melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras. Paralelamente, o acesso a produtos provenientes da agricultura familiar também permite a melhoria de vida das populações urbanas, que têm acesso a mais alimentos, a preços mais baixos.

203 De acordo com relatório do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, grande proporção dos pobres e famintos são crianças e jovens. O Sul da Ásia, com o maior número de pobres no campo, e a África Subsaariana, com a maior incidência de pobreza rural, são as regiões mais direta e profundamente afetadas pela fome e pela pobreza.

Daí se segue a importância de que o apoio à agricultura familiar esteja plenamente integrado às políticas públicas, não como um acessório, mas como elemento central de um modelo de desenvolvimento sustentável, com justiça social, com eliminação da pobreza e redução das desigualdades e com respeito ao meio ambiente e aos recursos naturais. É possível sustentar que a agricultura familiar e a agricultura em grande escala são ambas necessárias e complementares.

E não é exagero afirmar que a agricultura familiar inclusiva, produtiva e digna constitui um dos exemplos mais ilustrativos do desenvolvimento sustentável no seu sentido pleno, aquele que está conjugado com erradicação da pobreza. E desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza são indissociáveis, conforme os países reconheceram na Conferência Rio+20, em junho de 2012²⁰⁴.

De fato, no documento “O Futuro que Queremos”, adotado ao final da Rio+20, afirmou-se com todas as letras que “a erradicação da pobreza é o maior desafio global hoje enfrentado pelo mundo e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável”.

A aposta na agricultura familiar é igualmente uma aposta na sustentabilidade, na medida em que estimula o agricultor a fixar-se no campo. Ao evitar o êxodo rural – e, conseqüentemente, ao evitar a ocupação desordenada e não planejada das cidades – a viabilidade da agricultura familiar contribui para um equilíbrio demográfico harmonioso entre o campo e a cidade.

Desse modo, a proteção da agricultura familiar tem papel central em assegurar o cumprimento das futuras metas de desenvolvimento sustentável, outro dos resultados da Conferência Rio+20.

Foi também em reconhecimento da importância da agricultura familiar para a erradicação da pobreza e para o cumprimento de

204 Sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que ocorreu no Rio de Janeiro entre 20 e 22 de junho de 2012, cf. nota 43.

outros Objetivos de Desenvolvimento do Milênio que a Assembleia Geral da ONU declarou 2014 como o Ano Internacional da Agricultura Familiar²⁰⁵.

A agricultura familiar realiza-se em escala local, mas é afetada pelos acontecimentos e tendências em nível regional e global. Por isso, é importante que os Governos tenham em conta a maneira pela qual o que ocorre no plano internacional pode afetar as perspectivas da agricultura familiar.

No plano regional, a integração pode e deve continuar a contribuir para um maior desenvolvimento da agricultura familiar. São fundamentais a cooperação, a troca de experiências, a busca de formas de financiamento.

No plano global, temos de fazer face não apenas aos desequilíbrios e distorções gerados no comércio agrícola mundial pelos subsídios aplicados pelos países mais ricos, mas também, como aponta cada vez mais a comunidade científica, aos impactos da mudança climática – impactos que não respeitarão as fronteiras nacionais e que afetarão, de forma desproporcional, os pequenos produtores.

O diálogo de políticas públicas e o intercâmbio de cooperação técnica na área da agricultura familiar, que são promovidos no marco da REAF, são formas de enfrentarmos esses desafios.

Temos experiências muito bem-sucedidas a compartilhar na área de políticas públicas, no que respeita à agricultura familiar. Basta lembrar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)²⁰⁶.

205 Resolução 66/222, adotada pela Assembleia Geral da ONU em 22 de dezembro de 2011. A Resolução reconhece a importante contribuição da agricultura familiar e dos pequenos produtores agrícolas para a provisão de segurança alimentar e para a erradicação da pobreza no contexto da busca pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Adicionalmente, afirma que a agricultura familiar e os pequenos produtores agrícolas são uma base importante para a produção alimentar sustentável voltada para o alcance da segurança alimentar.

206 Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a

Aliás, a troca de experiências na área de agricultura familiar já é uma realidade. Além dos programas de cooperação que já temos em operação – como os 34 projetos com países africanos, por exemplo –, fico satisfeito em saber que estaremos, em breve, implementando em Cuba o Programa “Mais Alimentos”²⁰⁷, programa que, entre outros elementos, dá condições ao pequeno agricultor para investir no aumento da sua produtividade, por meio da modernização de maquinário e implementos agrícolas.

É igualmente importante o desenvolvimento tecnológico da agricultura, em particular na medida em que o padrão de inovação tecnológica não deve necessariamente – ou unicamente – estar voltado para o cultivo em grande escala, podendo desempenhar papel igualmente útil para o aumento da produtividade da agricultura familiar.

O reconhecimento mútuo dos Registros Nacionais Voluntários²⁰⁸ em nossos países – uma conquista obtida graças à REAF – é um exemplo de medida que permitirá maior aproximação de políticas públicas em apoio à agricultura familiar do bloco. Com os Registros e com os critérios comuns de identificação, temos uma fotografia mais clara da dimensão da agricultura familiar em nossos países e no bloco. Com isso, dispomos de elemento essencial para traçar políticas diretamente orientadas para o pequeno agricultor, porque sabemos

agricultura familiar. Inserido no âmbito da estratégia “Fome Zero”, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo.

207 O Programa Mais Alimentos é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e constitui uma linha de financiamento para a agricultura familiar, havendo sido implantado no Brasil em 2008, com o objetivo promover a modernização produtiva das unidades familiares agrícolas. Em agosto de 2012, o Governo brasileiro assinou um acordo com Cuba, prevendo empréstimo de 200 milhões de dólares para a implantação do programa no país caribenho.

208 Pela Decisão nº 29/12 do CMC, os países signatários comprometem-se a reconhecer como agricultores familiares todas as pessoas inscritas nos Registros Nacionais da Agricultura Familiar, utilizados para a promoção de políticas públicas voltadas à agricultura familiar.

onde ele está e de que necessita. Essa constatação é válida para políticas de escala tanto nacional quanto regional.

Outro mecanismo gestado no marco desta Reunião que contribuirá para aprofundar o engajamento dos pequenos produtores no processo de integração no MERCOSUL é o Fundo da Agricultura Familiar. Além de financiar programas específicos, o Fundo garantirá a participação social na REAF, fator que assegura o dinamismo da Reunião.

O MERCOSUL dispõe, além disso, dos recursos do FOCEM (Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL), que poderiam ser utilizados para o fortalecimento ainda maior da agricultura familiar, desde que se formulem projetos bem desenhados e compatíveis com as finalidades do Fundo, já que a agricultura familiar pode ser, também, um instrumento valioso no esforço de redução das assimetrias.

A REAF, com sua importância temática e sua energia democrática, representa a síntese do MERCOSUL que estamos construindo: um MERCOSUL que promove as dimensões social e cidadã da integração.

Essa integração profunda e ampla – não circunscrita ao comércio – é a meta para onde apontam os processos de integração que nossos países têm forjado nos últimos anos, o que se vê com clareza também no caso da UNASUL e da ALADI.

O MERCOSUL está passando por um momento político único em sua história.

Há muito tempo desejávamos um MERCOSUL ampliado em suas fronteiras e aumentado em suas capacidades.

A adesão da Venezuela ao MERCOSUL significa que o bloco passa a efetivamente ser a espinha dorsal da América do Sul, estendendo-se das extremidades geladas da Patagônia ao Mar do Caribe.

O ingresso efetivo da Venezuela no MERCOSUL constitui evento maior, por suas implicações culturais, geopolíticas e econômicas.

Os números desse novo MERCOSUL, agora com cinco Estados-partes, são impressionantes.

Com o ingresso da Venezuela, o MERCOSUL passa a responder por quase 72% do território da América do Sul. Possui cerca de três vezes a área da União Europeia.

Somada, a população do MERCOSUL chega a 275 milhões de habitantes, o que corresponde a cerca de 70% da população da América do Sul.

Com o ingresso da Venezuela, o MERCOSUL passa a contar com PIB nominal de 3,32 trilhões de dólares e ocuparia a posição de quinta economia mundial se fosse considerado como um único país.

Além disso, nosso bloco regional, que já se destacava por sua dimensão agrícola e por seu potencial hidrelétrico, projeta-se cada vez mais como potência energética, com posição de destaque em recursos renováveis e não renováveis.

É claro que a adaptação do bloco ao ingresso da Venezuela representa também um desafio, sobretudo em seus aspectos normativos e comerciais.

O Brasil, na condição de presidência *pro tempore* do MERCOSUL, envida os melhores esforços, neste semestre, para acelerar, respeitando os princípios do gradualismo e da flexibilidade, a plena integração da Venezuela ao MERCOSUL.

A decisão pela adesão da Venezuela tomada pelos Presidentes do MERCOSUL em Mendoza²⁰⁹ reforçou a capacidade de coesão interna e de determinação política do MERCOSUL.

Já sobre essa mesma base, estamos trabalhando, neste semestre da Presidência brasileira, além da agenda já tradicional do

209 Sobre a admissão da Venezuela ao MERCOSUL, cf. nota 151.

MERCOSUL, em novas iniciativas, em temas ligados a ciência, tecnologia e inovação, bem como a capacitação de recursos humanos de qualidade, a mobilidade acadêmica, aspectos fundamentais para o fortalecimento da integração.

Também em Mendoza ficou claro o compromisso dos países do MERCOSUL em preservar e fortalecer a democracia em nossa região. Como já disse a Presidenta Dilma Rousseff a democracia é elemento essencial para a integração da América do Sul.

Reitero que nenhuma das medidas adotadas em Mendoza representou a imposição de uma sanção econômica ao Paraguai. Continuam válidos os direitos e obrigações de teor econômico ou comercial, como preferências tarifárias, acesso a mercados, investimentos, suprimento de energia e os benefícios decorrentes do FOCEM.

Nosso compromisso é e sempre foi com o bem-estar e o desenvolvimento da população dos nossos países.

Não vislumbramos o MERCOSUL sem o Paraguai. Ao contrário, confio em que teremos, o quanto antes, o restabelecimento das condições que permitam o regresso do Paraguai ao MERCOSUL e à UNASUL.

A América do Sul é hoje uma região que se destaca no cenário internacional. E se destaca por boas razões. Pela prevalência da democracia, pelo avanço no desenvolvimento com justiça social, pela redução das desigualdades e da pobreza, pelo compromisso com a integração e – por último, mas não por isso menos importante – pela paz, pela ausência de conflitos com os que se veem em outros quadrantes, pela inexistência de armas de destruição em massa.

Esses diversos aspectos formam uma unidade, um círculo virtuoso. O avanço em cada um deles fortalece os demais.

Recentemente, realizei visita de trabalho à Colômbia, país que hoje vive um momento extraordinário de sua história, com a abertura de um processo de paz que vai ganhando impulso e que todos

esperamos que tenha pleno êxito. Lá, ouvi comentários sobre a importância que poderá ter, no contexto das negociações de paz, o tema da segurança alimentar e desenvolvimento rural.

É uma ilustração do vínculo entre justiça social e paz. Com os avanços que, juntos, temos alcançado no desenvolvimento sustentável, em ambiente plenamente democrático e de valorização dos direitos humanos, não estamos apenas conquistando melhores níveis de renda e de bem-estar para nossos povos. Estamos, também, dando ao mundo um exemplo de paz.

O enfrentamento dos desafios do presente não deve impedir-nos de pensar o futuro. O trabalho da integração só se faz porque há uma visão de futuro.

Faço votos de que a REAF continue a contribuir para enriquecer essa visão como um exemplo de que é possível, com dinamismo e abertura ao diálogo, aprofundar a integração, com desenvolvimento sustentável, inclusão social, reforço da cidadania, da transparência e da democracia.



MERCOSUL: UM AUTÊNTICO PROJETO DE DESENVOLVIMENTO

*Texto base para intervenção na XIV Cúpula Social do
MERCOSUL. Brasília, 4 de dezembro de 2012.*

Estou convencido de que o aprofundamento das dimensões social e cidadã do MERCOSUL é condição essencial para o avanço do processo de integração regional.

A experiência adquirida nos mais de 20 anos do processo de integração ensina que a aproximação entre nossos povos requer olharmos para além da dimensão comercial. Requer que trabalhe-
mos também com foco em nossa cidadania. Requer que voltemos
nossos esforços para a construção de espaço integrado onde nossos
cidadãos possam gozar de liberdades e garantias comuns.

A incorporação das dimensões social e cidadã à agenda do
MERCOSUL é um corolário da maturidade da democracia em nos-
sas sociedades. Não por acaso, a origem do MERCOSUL remonta
às dinâmicas da redemocratização em nossos países.

Na última década, lançamos as bases para que o projeto do
MERCOSUL buscasse consolidar o pilar social e instituisse o pilar
da cidadania.

Com essas mudanças, a integração passou a ser, mais cla-
ramente, um objetivo compartilhado pelas sociedades dos
Estados-membros. Passou a ser uma realidade para a qual essas

sociedades contribuem diretamente, e na qual os cidadãos, em diferentes níveis, consolidam seu *status* de verdadeiros partícipes de um projeto maior.

Nem poderia ser diferente. O MERCOSUL é, hoje, um autêntico projeto de desenvolvimento, o que pressupõe buscar maneiras de assegurar não apenas que os benefícios da integração sejam usufruídos por todos, mas, também, que seus mecanismos de deliberação contem com os aportes do conjunto da cidadania.

Por isso é tão auspicioso ver, nesta cerimônia, representantes de movimentos sociais de todos os membros do MERCOSUL.

Esperamos que se verifique o quanto antes, no Paraguai, o pleno restabelecimento da ordem democrática, para que o país possa retornar aos órgãos do MERCOSUL, e também da UNASUL – é o que desejamos²¹⁰. Mas a presença de companheiros paraguaios na Cúpula Social já se reveste de significado especial. Trata-se de demonstração prática de que, ao suspender o Paraguai dos processos de integração, em cumprimento a nossas cláusulas democráticas, nada fizemos que pudesse prejudicar o povo paraguaio, e de que, ao contrário, queremos o Paraguai sempre mais próximo.

É também estimulante ver, ao lado dos amigos argentino, uruguaios, paraguaios e de outros países da região, representantes venezuelanos. As implicações do ingresso da Venezuela no MERCOSUL como Membro Pleno²¹¹ são múltiplas: econômicas, comerciais, energéticas, geopolíticas. Há um aspecto, porém, que

210 A “Decisão sobre a Suspensão do Paraguai no MERCOSUL em aplicação ao Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático” foi adotada em Mendoza, Argentina, em 29 de junho de 2012. Segundo aquele documento, ficou suspenso o direito da República do Paraguai de participar dos órgãos e deliberações do MERCOSUL, nos termos do Artigo 5º do Protocolo de Ushuaia. A Decisão 26/2012 da UNASUL, também adotada em Mendoza em 29 de junho de 2012, suspendeu a participação da República do Paraguai dos órgãos e instâncias daquela União, ao amparo do que estabelece o Tratado Constitutivo da UNASUL. Em função dessa decisão, a presidência *pro tempore* do bloco foi transferida do Paraguai para o Peru.

211 Sobre a admissão da Venezuela ao MERCOSUL, cf. nota 151.

pode passar despercebido, mas que para nós, no Brasil, é central: a adesão da Venezuela contribui para um maior engajamento também da porção Norte do nosso País no esforço de integração, que, não há muito tempo, alguns ainda enxergavam como um exercício mais voltado para o Sul do nosso continente sul-americano. Sejam, portanto, bem-vindos os venezuelanos como membros plenos.

Neste semestre, avançamos de forma decidida para que os movimentos sociais sejam atores com maior voz e participação no projeto de integração.

É, assim, com prazer que anuncio que deveremos aprovar, na reunião do Conselho do Mercado da atual presidência *pro tempore* do Brasil, decisão que assegura a periodicidade semestral para a Cúpula Social²¹². A decisão também determina que os resultados da Cúpula Social serão encaminhados ao Grupo Mercado Comum, que, por sua vez, os transmitirá às instâncias competentes na estrutura institucional do MERCOSUL.

Trata-se de uma decisão que insere a Cúpula Social, de forma definitiva, no MERCOSUL e que permitirá que os debates realizados neste foro possam oxigenar os trabalhos das demais instâncias do bloco. Fico especialmente feliz com o fato de que esse resultado tenha sido alcançado durante a presidência *pro tempore* brasileira.

Gostaria de dizer algumas palavras sobre o tema desta Cúpula Social – “Cidadania e Participação” –, tema que ganhou crescente importância no MERCOSUL nos anos recentes, como demonstra a aprovação do Plano de Ação para a conformação de um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL²¹³, na presidência *pro tempore* brasileira de 2010.

212 O Artigo 1º da Decisão nº56/2012 do CMC estabeleceu que a Cúpula Social do MERCOSUL deverá ser realizada semestralmente e sua organização será responsabilidade da presidência *pro tempore*, em coordenação com os demais Estados-partes e o Coordenador da Unidade de Apoio à Participação Social.

213 Sobre o Plano de Ação para a conformação progressiva de um Estatuto da Cidadania do MERCOSUL, cf. notas 153 e 154.

O Plano de Ação estrutura-se em torno de três objetivos gerais: a implementação de uma política de livre circulação de pessoas na região; a igualdade de direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos para os nacionais dos Estados-partes do MERCOSUL; e a igualdade de condições para acesso ao trabalho, saúde e educação.

De modo a cumprir essas metas, contemplaram-se ações concretas nas seguintes áreas: fronteiras; identificação pessoal; documentação e cooperação consular; trabalho e emprego; previdência social; educação; transporte; comunicações; defesa do consumidor; e direitos políticos.

A elaboração do Plano de Ação exigiu a coordenação entre as diversas instâncias e incluiu não apenas órgãos de Governo, mas também representantes da sociedade civil. Conferiu-se ainda ao Alto Representante-Geral do MERCOSUL papel de destaque na implementação do Plano²¹⁴.

O Estatuto da Cidadania do MERCOSUL poderá ser operacionalizado por meio da assinatura de um protocolo internacional que incorpore o conceito de “Cidadão do MERCOSUL” e constitua parte integral do Tratado de Assunção.

Durante nossa atual presidência *pro tempore*, conseguimos avançar na implementação do Estatuto. Aprovamos, por exemplo, o Acordo MERCOSUL sobre Direito Aplicável em Matéria de Contratos Internacionais de Consumo, que permitirá que o consumidor de nossos países, ao firmar um contrato de consumo, possa se beneficiar da aplicação da lei do Estado-parte que se mostre mais benéfica.

214 O Artigo 4º da Decisão nº64/2010 do CMC estabeleceu que “O Conselho do Mercado Comum poderá atualizar e/ou ampliar o Plano de Ação com base nas recomendações dos âmbitos mencionados no Artigo 3º e do Alto Representante-Geral do MERCOSUL (...)”. O Artigo 5º da mesma Decisão definiu que “O Alto Representante-Geral do MERCOSUL acompanhará o desenvolvimento do Plano de Ação e apresentará relatório de avanços nas Reuniões Ordinárias do Conselho do Mercado Comum”.

Na área de fronteiras, avançamos na revisão do Acordo de Recife, que tem o objetivo de regular os controles integrados nas fronteiras dos Estados-partes e facilitará os fluxos migratórios.

Avançamos, igualmente, na revisão da Declaração Sociolaboral do MERCOSUL e na harmonização progressiva da legislação trabalhista e previdenciária entre nossos países, o que contribuirá para reduzir as assimetrias e facilitará a circulação de trabalhadores no espaço do bloco.

A ampliação do Acordo de Residência é uma prioridade do MERCOSUL social. Durante a presidência *pro tempore* argentina, a Colômbia aderiu ao referido acordo²¹⁵, o que facilitará a circulação de cidadãos colombianos no MERCOSUL e vice-versa.

Gostaria de referir-me brevemente a uma questão que, sei, será objeto de oficinas temáticas durante esta Cúpula Social. Trata-se da questão da juventude. Como todos sabem, a Decisão 01/11 fixou o período de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013 como o “Ano da Juventude do MERCOSUL”.

Durante este semestre, a Presidência brasileira procurou dar tratamento articulado a temas relacionados a áreas capazes de aumentar o interesse e o envolvimento das novas gerações no processo de integração regional.

Como resultado desse empenho, deveremos aprovar o estabelecimento de um Sistema Integrado de Mobilidade do MERCOSUL (SIM MERCOSUL)²¹⁶, que tem o objetivo de promover um salto

215 Em dezembro de 2012 o Brasil foi oficialmente notificado de que o Acordo sobre Residência para os Nacionais dos Estados-partes do MERCOSUL, Bolívia e Chile já está em vigor para os nacionais brasileiros na Colômbia.

216 O Sistema Integrado de Mobilidade do MERCOSUL (SIM MERCOSUL) foi criado pela Decisão nº36/2012 do CMC, de 6 de dezembro de 2012. O parágrafo 2º da Decisão estabelece que “o Sistema Integrado de Mobilidade do MERCOSUL aperfeiçoará, ampliará e articulará as iniciativas de mobilidade acadêmica em educação no âmbito do MERCOSUL e será desenvolvido no âmbito do Setor Educacional do MERCOSUL (SEM), sob coordenação da Reunião de Ministros da Educação (RME)”. O Artigo 6º da Decisão instrui a Reunião de Ministros de Educação a elevar à consideração do CMC, de 2013, plano de funcionamento do SIM MERCOSUL, que deveria contemplar cronograma de execução e fonte de recursos para seu financiamento.

qualitativo e quantitativo nas iniciativas de mobilidade acadêmica em educação no âmbito do MERCOSUL. Deverá ser priorizada, além das iniciativas que estimulem o aprendizado do espanhol e do português no MERCOSUL, a mobilidade nos cursos acreditados por nosso mecanismo regional de acreditação.

Esses são desdobramentos fundamentais, porque é sobretudo com os olhos voltados para o futuro que nos engajamos nos esforços de integração. E o futuro são os jovens. Sem seu entusiasmo e sua criatividade, sem sua perspectiva renovada sobre o mundo, nosso trabalho sairia perdendo. Ganhamos todos ao trabalhar para a juventude e com a juventude. Que este foro siga representando, também, um ponto de convergência dos anseios e dos valores dos nossos jovens. Que vocês, os jovens, possam imbuir-se cada vez mais do espírito de integração que nos anima a todos.

A agenda da cidadania do MERCOSUL torna-se cada dia mais palpável.

Essa agenda é a concretização de uma visão de integração que acreditamos ser essencial para a consecução dos objetivos que compartilhamos: seguir construindo sociedades crescentemente plurais, prósperas e justas – e, na América do Sul, continuar o trabalho de consolidação de um espaço de paz, cooperação e, também, democracia e desenvolvimento econômico com inclusão social.

Temos muito presentes os desafios que persistem. Não subestimamos os obstáculos que ainda temos que enfrentar para que tenhamos, em todas as dimensões, o MERCOSUL a que aspiramos. E a agenda cidadã não é uma exceção: também aqui há, pela frente, um longo caminho a percorrer. Mas percorreremos esse caminho com a certeza de quem sabe mover-se no bom sentido e com o ânimo de quem, ao olhar para trás, vê o quanto já pudemos fazer juntos.

O MERCOSUL PRODUTIVO E A AMPLIAÇÃO DO PROJETO DE INTEGRAÇÃO

Discurso proferido por ocasião da XLIV Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (CMC). Brasília, 6 dezembro de 2012.

Ao presidir, pela primeira vez, a reunião ordinária do Conselho Mercado Comum (CMC), faço menção à Cúpula Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo do MERCOSUL e Estados Associados, realizada em 31 de julho de 2012, em Brasília, quando se consagrou a admissão oficial da Venezuela como Membro Pleno do MERCOSUL – a primeira ampliação desde a celebração, em 1991, do Tratado de Assunção²¹⁷.

Naquela ocasião, os Chefes de Estado e de Governo reunidos em Brasília decidiram, por consenso, acelerar os prazos previstos no Protocolo de Adesão para a adoção das disciplinas e normas do MERCOSUL pela Venezuela.

Trata-se de tarefa complexa, que exigirá trabalho árduo e renovada vontade política. Essa circunstância serve de estímulo para que a presidência *pro tempore* brasileira, ao concentrar esforços, nos mais diferentes níveis, conclua seus trabalhos com resultados concretos que possam ser apresentados às nossas sociedades.

217 Sobre a admissão da Venezuela ao MERCOSUL, cf. nota 151.

Muito resta por fazer. O exercício em que estamos engajados requer, por natureza, um lapso de tempo que transcende um semestre, que vai além de uma única presidência *pro tempore*. O progresso alcançado até aqui, em período relativamente breve, serve de incentivo a seguir adiante e a enfrentar os desafios que persistem.

Serão aprovados na Reunião do Conselho do Mercado Comum:

- adoção da Nomenclatura Comum do MERCOSUL pela Venezuela;
- definição de metodologia e de cronogramas para convergência da tarifa venezuelana para a Tarifa Externa Comum, incluindo primeiro esforço de convergência imediata;
- adoção de conjunto inicial de normas do bloco pela Venezuela;
- definição da participação venezuelana nos orçamentos e nos organismos do MERCOSUL; e
- parâmetros que permitem a contribuição da Venezuela para o Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL e sua participação nos projetos financiados pelo FOCEM.

Trata-se de avanços iniciais fundamentais, que deverão se ampliar e se aprofundar sob a Presidência uruguaia.

O ingresso de um país com as dimensões e os atributos da Venezuela não apenas confere nova densidade ao MERCOSUL, mas confirma a validade de nosso bloco como projeto de desenvolvimento integrado e dinâmico na América do Sul.

Processos de ampliação de blocos regionais tendem a gerar atratividade renovada. É o que se vê no caso do MERCOSUL, que

está preparado também para receber a Bolívia como novo membro pleno²¹⁸. Também com o Equador as tratativas progredem²¹⁹.

O Suriname, por sua vez, registrou o interesse em tornar-se membro-associado. E há interesse em proceder da mesma maneira com a Guiana²²⁰, o que conferiria dimensões continentais ao MERCOSUL e demandaria estreita coordenação com os mecanismos de que se dispõem na UNASUL.

A ampliação é um processo desafiador, o qual pressupõe que os interesses coletivos sejam postos acima de barganhas pontuais.

O ingresso da Venezuela deve contribuir para a atualização da agenda do MERCOSUL e dos instrumentos de trabalho de que o bloco dispõe.

Um dos objetivos principais da Venezuela, como me transmitiu pessoalmente o Presidente da Venezuela, Hugo Chávez, e reiterou o então Chanceler e hoje Vice-Presidente da Venezuela, Nicolás Maduro²²¹, é contribuir para o fortalecimento produtivo e para a diversificação econômica do MERCOSUL.

218 Em 7 de dezembro de 2012, por ocasião da XLIV Cúpula de Chefes de Estado e de Governo MERCOSUL e Estados Associados, em Brasília, a Bolívia assinou o Protocolo de Adesão ao Tratado de Assunção. Após a incorporação do Protocolo de Adesão ao ordenamento jurídico interno e o depósito do instrumento de ratificação, a Bolívia adquirirá a condição de Estado-parte e participará, com todos os direitos e obrigações, do MERCOSUL. De acordo com os Artigos 3º e 4º do Protocolo, o Governo boliviano terá quatro anos para adotar o acervo normativo, a Nomenclatura Comum, a Tarifa Externa Comum e o Regime de Origem do MERCOSUL.

219 A adesão do Equador ao MERCOSUL encontra-se em fase preliminar de negociações para futura assinatura do Protocolo de Adesão ao Tratado de Assunção.

220 O Suriname e a Guiana foram incorporados ao MERCOSUL como Estados associados durante a XLV Cúpula do MERCOSUL, realizada em Montevidéu, em 12 de julho de 2013. Com a inclusão do Suriname e da Guiana, todos os países sul-americanos passaram a integrar, em categorias distintas, o MERCOSUL. São Estados associados ao MERCOSUL a Bolívia, o Chile, a Colômbia, o Equador, a Guiana, o Peru e o Suriname. São membros plenos do MERCOSUL a Argentina, o Brasil, o Paraguai, o Uruguai e a Venezuela. Sobre a admissão da Venezuela ao MERCOSUL, cf. nota 151. Sobre a suspensão do Paraguai do MERCOSUL, cf. nota 210. Sobre a incorporação da Bolívia como Estado-parte do MERCOSUL, cf. nota 218.

221 Nicolás Maduro tornou-se Presidente da República Bolivariana da Venezuela em abril de 2013, cf. nota 65.

Nessa fase de ampliação do bloco, caminha-se rumo à configuração de uma agenda ambiciosa e realista. É a inauguração do “MERCOSUL Produtivo”. A nova agenda tem por objetivos contemplar o tratamento de cadeias produtivas integradas; a formulação de políticas comuns de competitividade em determinados setores da indústria; a potencialização das capacidades individuais de pesquisa e inovação; e a ampliação dos programas regionais de capacitação em setores estratégicos.

Esses temas vêm sendo incorporados à pauta de trabalho do MERCOSUL. Para além da aceleração do cronograma da adesão da Venezuela, foi esse o propósito que se perseguiu durante a presidência *pro tempore* brasileira.

A Venezuela propôs a criação de um Mecanismo de Fortalecimento Produtivo do MERCOSUL²²². A presidência *pro tempore* uruguaia terá alguns meses para trabalhar na regulamentação do Mecanismo de Fortalecimento Produtivo, de modo a desenhar um modelo que permita sua pronta e efetiva implementação.

É preciso ser criativo e ousado nesse exercício, sobretudo no que diz respeito ao formato institucional e aos procedimentos de trabalho do Mecanismo, de maneira a dotá-lo, ao mesmo tempo, de capacidade técnica e de poder decisório de alto nível.

Também no último semestre, e em linha com a Declaração que se adotou em Mendoza, sob a presidência *pro tempore* argentina, deu-se tratamento devido aos temas de ciência e tecnologia, inovação e capacitação.

222 Em 6 de dezembro de 2012, em Brasília, o CMC aprovou, por meio da Decisão nº 67/12, o “Mecanismo de Fortalecimento Produtivo do MERCOSUL”. O instrumento tem como objetivos contribuir para o fortalecimento e a diversificação do tecido produtivo dos Estados-partes; promover a inserção e a competitividade desses países nos mercados regionais e extrarregionais; promover iniciativas para desenvolver a integração produtiva, a inovação tecnológica, a capacitação técnica e a transferência de tecnologia e conhecimentos entre os Estados-membros do MERCOSUL.

Trata-se de questões cruciais para fazer face àquele que é um dos grandes desafios econômicos da atualidade: acompanhar o ritmo do progresso técnico e tecnológico deste início de século, de maneira a permitir uma inserção competitiva nas cadeias globais de valor.

Do conjunto de iniciativas e projetos analisados na presidência *pro tempore* brasileira, duas estão em condições de serem aprovadas de imediato²²³:

- a criação do Sistema Integrado de Mobilidade no MERCOSUL (SIM MERCOSUL), que reforçará significativamente a mobilidade acadêmica no bloco;
- a criação da Rede MERCOSUL de Pesquisas.

São iniciativas voltadas para o futuro, com enorme capacidade de irradiação e com incidência direta sobre os processos de formação e de pesquisa na região. Além disso, são iniciativas que tornam o MERCOSUL mais concreto para a juventude dos nossos países.

Ainda na direção apontada em Mendoza, a presidência *pro tempore* brasileira trabalhou, neste semestre, para valorizar a dimensão empresarial do MERCOSUL. Terá lugar amanhã, 7 de dezembro, à margem da Cúpula do MERCOSUL, o I Fórum Empresarial do MERCOSUL²²⁴, com a presença de lideranças empresariais e representantes de alto nível dos governos. Os debates girarão em torno de quatro eixos: energia, agronegócio, inovação e infraestrutura e logística.

223 O Sistema Integrado de Mobilidade no MERCOSUL e a Rede MERCOSUL de Pesquisas foram criados durante a da XLIV Cúpula de Chefes de Estado e de Governo MERCOSUL e Estados Associados, em 7 de dezembro de 2012, em Brasília, por meio das Decisões nº 36/12 e nº 53/12 do CMC respectivamente. Sobre o SIM MERCOSUL, cf. nota 216. A Rede MERCOSUL de Pesquisa deverá expandir e integrar a infraestrutura das redes de pesquisa dos Estados-partes do bloco, de modo a ampliar a integração dos Sistemas Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação e fortalecer a infraestrutura compartilhada para pesquisa e educação.

224 Sobre o I Fórum Empresarial do MERCOSUL, ocorrido em 7 dezembro de 2012, em Brasília, cf. nota 476.

Agradeço o empenho de todos para tornar o Fórum realidade e espero que a iniciativa frutifique e possa ser replicada no futuro²²⁵. O recém-concluído Congresso da União Industrial Argentina, em Los Cardales²²⁶, que contou com a participação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, e da Presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, foi demonstração inequívoca da relevância de encontros empresariais do gênero para os processos de integração produtiva que se quer promover.

A ênfase atribuída à agenda do MERCOSUL Produtivo não significa que serão deixadas de lado as outras dimensões econômico-comerciais, como o trabalho de consolidação da União Aduaneira, e a dimensão social e de fortalecimento da cidadania regional.

O período mais recente têm sido pleno de desafios para o MERCOSUL em matéria econômica. A deterioração do cenário externo, com a diminuição do ritmo de crescimento da economia e do comércio mundiais, evidencia ainda mais a importância de nossa integração. Apesar do cenário adverso, nossas economias têm demonstrado capacidade de crescimento. Devemos contar, mais do que nunca, com o potencial do mercado regional ampliado.

É sobretudo por isso que a consolidação da União Aduaneira continua a ser um objetivo em direção ao qual o Brasil considera imprescindível avançar. É o sentido estratégico que nos deve orientar.

225 O II Fórum Empresarial do MERCOSUL foi realizado em 12 de julho de 2013, à margem da XLV Cúpula do MERCOSUL, em Montevideu. O II Fórum Empresarial do MERCOSUL reuniu representantes do Governo, do setor privado e da sociedade civil dos países-membros para discutir temas relacionados à inovação, aos avanços em ciência e tecnologia e às políticas de competitividade, com foco na integração produtiva do MERCOSUL.

226 A XVIII Conferência Industrial Argentina, organizada pela União Industrial Argentina (UIA), foi realizada nos dias 27 e 28 de novembro de 2012. A Conferência, intitulada "Argentina e Brasil: integração e desenvolvimento ou o risco da primarização", buscou examinar a integração econômica entre os dois países como resposta aos desafios da inserção internacional no mundo contemporâneo. O encontro contou com a presença das Presidentas Dilma Rousseff e Cristina Kirchner, bem como de autoridades governamentais e empresariais de Brasil e Argentina.

É também com essa visão de longo alcance que se tem progredido na agenda social do MERCOSUL.

Tive a honra de participar ao lado de companheiros de todos os países do bloco, em 4 de dezembro de 2012, a convite do Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, da cerimônia de abertura da XIV Cúpula Social do MERCOSUL²²⁷. Ao constatar, *in loco*, a capacidade aglutinadora da XIV Cúpula, sua força plural e transformadora e o papel que nela desempenham os jovens – que são o nosso futuro –, ratifiquei minha convicção de que era hora de institucionalizar o foro, conforme decisão que será adotadaneeste CMC²²⁸. A Cúpula Social do MERCOSUL passará a gozar de periodicidade fixa e da faculdade de dialogar com os demais órgãos do MERCOSUL. Todos sairemos ganhando.

O Governo brasileiro também identifica a agricultura familiar como área-chave da integração regional. Foram aprovados, na mais recente reunião da REAF²²⁹, de que também tive a honra de participar, os critérios de homologação de registros nacionais da agricultura familiar, o que permitirá desenvolver políticas públicas regionais para o setor. A REAF é exemplo de boa governança das diversas visões das sociedades civis.

A implementação do Plano Estratégico de Ação Social, que constitui um objetivo de longo prazo do MERCOSUL, também

227 Sobre a XIV Cúpula Social do MERCOSUL, realizada em Brasília, em 4 dezembro de 2012, cf. “MERCOSUL: um autêntico projeto de desenvolvimento”, texto base para intervenção na XIV Cúpula Social do MERCOSUL. Brasília, 4 de dezembro de 2012.

228 Pela Decisão nº 56/12 do CMC, a Cúpula Social do MERCOSUL deverá ser realizada semestralmente, sob responsabilidade da presidência *pro tempore* e em coordenação com os demais Estados-partes e o Coordenador da Unidade de Apoio à Participação Social. Os Chefes de Estado e de Governo do MERCOSUL, por meio de Comunicado Conjunto da XLIV Cúpula do MERCOSUL, em 7 de dezembro de 2012, anunciaram a decisão de dotar a Cúpula Social de maior institucionalidade, de forma a conferir-lhe periodicidade e competência para emitir recomendações aos órgãos do bloco.

229 Sobre a participação do Ministro Antonio de Aguiar Patriota na REAF, cf. “Agricultura familiar: elemento central de um modelo de desenvolvimento sustentável”, texto base para intervenção na 18ª Reunião Especializada da Agricultura Familiar do MERCOSUL. Caxias do Sul, 14 de novembro de 2012.

prosperou. Avançou-se na elaboração de um projeto pluriestatal de combate à fome e à miséria, cuja implementação se pretende impulsionar a partir de 2013.

Avançou-se, igualmente, na área da integração cultural e na valorização da herança e história comuns. Criou-se o Prêmio Patrimônio Cultural do MERCOSUL, que constitui reconhecimento à riqueza cultural e histórica dessa região²³⁰. É um pequeno aporte para o imperativo de que temos de conhecer-nos mais e melhor.

O MERCOSUL, fortalecido, também se volta para fora da região.

Como foi enfatizado, por diferentes observadores, em recente seminário sobre as perspectivas do MERCOSUL, realizado na cidade de Salvador²³¹, cumpre dar continuidade ao processo de abertura do bloco ao mundo. A visão do Brasil é a de que a abertura do MERCOSUL deve traduzir-se em um esforço de negociações comerciais que busque resultados, procurando assegurar o melhor acesso de nossos produtos a mercados importantes. É parte do desafio de competitividade, uma prioridade para o Brasil.

O comércio internacional experimenta transformações profundas.

Se, no plano geopolítico, atravessamos período de progressiva desconcentração de poder – que abre oportunidades, em alguns casos sem precedentes, para regiões como a sul-americana, caracterizada pela paz, pela cooperação e pela democracia –, também no

230 Em dezembro de 2012, o Conselho Mercado Comum (CMC) aprovou a Decisão nº 55/2012, que cria a Categoria "Patrimônio Cultural do MERCOSUL", pela qual serão reconhecidos os bens culturais de interesse regional. A Ponte Internacional Barão de Mauá, que liga o Brasil ao Uruguai, deverá ser reconhecida como o primeiro Patrimônio Cultural do MERCOSUL.

231 O seminário "MERCOSUL: novas perspectivas" foi realizado em 23 de novembro de 2013, em Salvador. O evento contou com três mesas: "o MERCOSUL diante da reconfiguração do poder mundial"; "um novo MERCOSUL – a adesão da Venezuela"; e "MERCOSUL econômico-comercial – integração produtiva, expansão do comércio e desenvolvimento social". Participaram, nas três mesas, representantes dos governos, da sociedade civil e do corpo diplomático acreditado em Brasília.

campo econômico se observa um deslocamento do eixo dinâmico tradicional rumo aos países do Sul.

Esse quadro gera mudanças paradigmáticas às quais se tem que responder com responsabilidade e celeridade. A presença da China entre os principais parceiros comerciais de todos os países do MERCOSUL é variável central dessa equação, bem como a necessidade de diversificar parcerias com o mundo em desenvolvimento. O Governo brasileiro está ciente da relevância desses dois fatores.

A atenção a novos mercados no Hemisfério Sul não exclui as parcerias tradicionais, com os EUA e a União Europeia. O exercício de ampliar horizontes externos deve ser abrangente.

Uma palavra sobre o Paraguai, um país irmão. A todos custou muito suspender o Paraguai dos órgãos do MERCOSUL em cumprimento da Cláusula Democrática do Protocolo de Ushuaia. A democracia é condição essencial da integração sul-americana.

Sempre com cuidado e critério para não tomar medidas que possam prejudicar o povo paraguaio, os Chefes de Estado e de Governo do MERCOSUL, reunidos em Mendoza²³², enviaram a mensagem, em uníssono, de que não há, na nossa região, espaço para aventuras antidemocráticas.

O Brasil, e estou certo de que interpreto o sentimento de todos os demais países do bloco, gostaria de que a plena normalidade democrática se reestabeleça no Paraguai²³³, de modo a permitir que o país possa retornar, o quanto antes, ao MERCOSUL e também à UNASUL²³⁴.

232 Sobre a suspensão do Paraguai do MERCOSUL, cf. nota 210.

233 Em 21 de abril de 2013, Horacio Cartes foi eleito Presidente do Paraguai.

234 Na XLV Cúpula do MERCOSUL e Estados Associados, realizada em Montevidéu, em 12 de julho de 2013, os Chefes de Estado e de Governo decidiram cessar a suspensão determinada, em 29 de junho de 2012, em Mendoza, a partir da posse do novo governo constitucional na República do Paraguai, pois consideraram que os requisitos estabelecidos pelo artigo 7º do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático tinham sido cumpridos. Da mesma maneira, em 9 de agosto de 2013, durante a Cúpula da UNASUL, realizada em Paramaribo, da qual participou o Presidente do

Com convicção democrática e com espírito de inclusão e abertura, a América do Sul – e, em particular, o MERCOSUL – segue se consolidando como espaço de integração efetiva e de desenvolvimento econômico com justiça social e crescente consciência ambiental.

Paraguai, Horacio Cartes, os Chefes de Estado e de Governo decidiram reverter a suspensão da participação da República do Paraguai dos órgãos e instâncias do bloco. Sobre a suspensão do Paraguai do MERCOSUL e da UNASUL, cf. nota 210.

**ÁFRICA: MATRIZ CULTURAL,
ESPAÇO DE OPORTUNIDADES**



UM AMIGO PARA O DESENVOLVIMENTO

Discurso proferido por ocasião da solenidade em comemoração ao Dia da África. Brasília, 25 de maio de 2011.

Quero render homenagem a um dos brasileiros que mais lutaram pela igualdade racial, Abdias do Nascimento, falecido ontem.

Senador, deputado, jornalista, ator – ainda em 2006, já com mais de 90 anos, Abdias foi homenageado e teve participação destacada na II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora, promovida, em Salvador, pelo Brasil e pela Comissão da União Africana.

O Brasil perde um cidadão de valor imenso, que continuará a inspirar, com seu legado, gerações de defensores da justiça social e da igualdade de direitos.

Tenho a satisfação de comemorar uma data a um só tempo simbólica e plena de conteúdo: o Dia da África celebra o espírito de união dos povos africanos e convida a reflexões sobre conquistas alcançadas e novos desafios.

Para o Brasil, país que valoriza cada vez mais a fundamental contribuição africana no processo de formação de sua identidade, a comemoração do Dia da África ganha significado adicional. Para nós, brasileiros, o 25 de maio representa também a celebração dos laços que unem a África e o Brasil: não apenas os laços históricos, mas a dimensão atual de um relacionamento vivo, dinâmico e cada vez mais diversificado.

Neste ano de 2011, é interessante quantificar, em termos socioeconômicos, o que significou para a África a primeira década do século XXI.

Na década que passou, a África apresentou índices de crescimento acima da média mundial. Dos dez países com maior crescimento, seis são africanos²³⁵. O crescimento da África Subsaariana entre 2000-2010 foi em média de 5,7%, taxa que contrasta com os 2,4% das duas décadas anteriores. A alta dos preços de produtos de base explica apenas parte desse crescimento. Há que se considerar a ampliação dos mercados internos, processos de urbanização acelerados, melhores práticas de gestão e crescimento do investimento. A curva ascendente, especialmente índices de consumo interno com crescimento mais acentuado do que nos países desenvolvidos, levou o continente a recuperar-se da recente crise financeira com relativa rapidez.

Desafiando os céticos, a África aparece hoje no imaginário mundial como espaço em dinâmico processo de transformação política e econômica; um verdadeiro espaço de oportunidades. Aos investimentos que buscam desenvolver o potencial do continente na mineração e na agricultura, somam-se grandes projetos em telecomunicações, infraestrutura e expansão bancária, entre muitos outros.

A rápida diversificação observada em várias economias, a partir das melhores condições básicas para a expressão do impulso de inovação – muito presente entre os africanos –, faz com que cresçam as expectativas de que a África venha a consolidar-se como um centro manufatureiro moderno, com crescente geração de emprego.

Esse cenário contribuiria para enfrentar o importante desafio de acolher nas grandes cidades africanas o contingente jovem

235 De acordo com dados do Fundo Monetário Internacional, as economias que mais cresceram no decênio 2001-2010 foram, nesta ordem, Angola, China, Myanmar, Nigéria, Etiópia, Cazaquistão, Chade, Moçambique, Camboja e Ruanda.

que busca ingressar no mercado de trabalho, e não por acaso a União Africana escolheu como tema para o Dia da África de 2011 a “aceleração do emprego de jovens como fator de desenvolvimento sustentável”.

O continente africano encontrou o caminho da paz e da estabilidade. Diversos países tiveram transições democráticas bem-sucedidas. Observa-se aperfeiçoamento institucional e crescente liberdade de expressão.

Ao longo desse período, a África desenvolveu parcerias que abriram novas alternativas ao frequentemente assimétrico relacionamento Norte-Sul. Movido por um desejo de reconciliação plena com a sua própria história e de engajamento mais profundo com sua vizinhança no Atlântico Sul, o Brasil quer ser copartícipe deste momento de transformações e renascimento da África.

O Governo Dilma Rousseff, comprometido em desenvolver as relações do Brasil com a África, conta hoje com sólidos instrumentos, estabelecidos ao longo da última década, para a ação diplomática inovadora e criativa.

Aumentamos nossa rede de Embaixadas, de modo a aperfeiçoar a atenção às especificidades das relações com cada país. Nos últimos anos, o Brasil abriu ou reativou Embaixadas em 19 países africanos (são hoje 37 embaixadas no total)²³⁶. Em 2010, com o estabelecimento de relações diplomáticas com a República Centro-Africana, passamos a ter relações com todos os 53 países da África, que, aliás, passarão a ser 54 esse ano, com o ingresso do Sudão do Sul nas Nações Unidas²³⁷. Esse movimento tem sido

236 Entre 2003 e 2011, o Brasil abriu oficialmente ou reativou Embaixadas em 19 países africanos: Benim, Botsuana, Burkina Faso, Cameroun, Etiópia, Guiné-Conacri, Guiné-Equatorial, Libéria, Mali, Malawi, Mauritânia, República Democrática do Congo, República do Congo, São Tomé e Príncipe, Serra Leoa, Sudão, Tanzânia, Togo e Zâmbia. Além das 37 Embaixadas residentes na África, o Brasil conta atualmente com dois Consulados-Gerais (Cidade do Cabo e Lagos).

237 Sobre ingresso do Sudão do Sul na ONU, cf. nota 27.

de mão dupla: desde 2003, dezessete Embaixadas africanas foram instaladas em Brasília, tornando a cidade a capital latino-americana com o maior número de Embaixadas africanas²³⁸.

Investimos em amplo programa de cooperação técnica, que objetiva compartilhar experiências que tiveram êxito no Brasil. Uma das ênfases tem sido a agricultura, reflexo de percepção da existência de grande potencial nessa área, e do amplo conhecimento adquirido, no Brasil, na superação de desafios agrícolas a partir de pesquisa aplicada. A preocupação com a saúde também é fruto do interesse em projetar, em solo africano, histórias de sucesso identificadas dentre as políticas públicas brasileiras, do que são exemplos ações de combate ao HIV/AIDS e à anemia falciforme²³⁹.

A sociedade brasileira tem participado, com entusiasmo, desse processo. O interesse cultural, que sempre existiu, ganhou novo fôlego nos últimos anos. Festivais, exposições e eventos culturais que celebram as afinidades espontâneas entre o Brasil e a África têm-se realizado com regularidade.

As entidades de promoção da igualdade racial e de valorização da cultura negra são verdadeiros motores do movimento que aproxima Brasil e África, e traduzem anseios da sociedade brasileira que, na verdade, independem de considerações de política externa. O Brasil defendeu a declaração, pelas Nações Unidas, de 2011 como Ano Internacional dos Afrodescendentes. Doravante, a

238 A abertura da representação diplomática do Burundi, em 2012, elevou a 34 o número de Embaixadas residentes de países africanos em Brasília, somando dezoito Embaixadas de países africanos abertas em Brasília desde 2003. Além do Burundi, entre 2003 e 2012, foram abertas as Embaixadas do Benim, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Congo, Etiópia, Guiné-Conacri, Guiné-Equatorial, Guiné-Bissau, Mali, Malawi, Mauritânia, Namíbia, Quênia, Sudão, Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

239 O Brasil tem desenvolvido programas de combate e prevenção ao HIV/AIDS em diversos países africanos, com o apoio do Ministério da Saúde. Há, também, um projeto de capacitação para a produção de medicamentos antirretrovirais em Moçambique. Acordo para a instalação de um escritório regional da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em Maputo foi assinado em 2008. No campo do apoio ao diagnóstico e ao tratamento da anemia falciforme, o Brasil já estabeleceu parcerias e projetos de cooperação com países como Angola, Benin, Senegal e Gana.

cada 25 de maio, o Brasil poderá comemorar a determinante matriz africana na composição de sua identidade. E aproveito para lembrar que o Censo de 2010 revelou um Brasil majoritariamente afrodescendente.

No meio acadêmico, o interesse pela África é renovado. Hoje celebramos o início das atividades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), em Redenção, no Ceará²⁴⁰. O projeto da UNILAB traz a perspectiva de uma nova e mais amadurecida etapa em nossa cooperação educacional. No ensino médio, a disciplina de História da África vem preencher, a bom tempo, lacuna que não podemos mais admitir²⁴¹.

A iniciativa privada brasileira despertou para as oportunidades do “renascimento” africano: o comércio entre Brasil e África passou de 5 bilhões de dólares, em 2002, a 25,9 bilhões de dólares, em 2008. Apesar da retração verificada em 2009, por conta da crise financeira mundial, a recuperação em 2010 revelou o expressivo índice de crescimento, no período, de 240%. Temos investimentos importantes em diversos países, principalmente em construção e mineração. O desafio, agora, é diversificar as pautas comerciais e os investimentos, com a progressiva estruturação de mecanismos de incentivo que permitam que mais empresas cruzem o Atlântico. A conectividade aérea e marítima permanece muito aquém das possibilidades, e seu incremento continuará a ser um objetivo estratégico.

Em paralelo ao relacionamento bilateral com os países do continente individualmente, o Brasil estabeleceu interlocução com vários organismos regionais africanos, multiplicando nossa capacidade de coordenação sobre temas de interesse mútuo.

240 A Comissão de Implantação da UNILAB foi criada em outubro de 2008, com vistas à criação de uma universidade com base no princípio de cooperação solidária. Em 20 de julho de 2010, a lei nº 12.289 instituiu a UNILAB como Universidade Pública Federal. A UNILAB foi inaugurada em 25 de maio de 2011.

241 A Lei Federal 10.639/2003 determina a obrigatoriedade do estudo de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar dos estabelecimentos de ensino fundamental e médio.

Participamos das atividades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em suas vertentes de concertação político-diplomática, de difusão da língua portuguesa e de cooperação. Em 2006, o Brasil estabeleceu representação diplomática própria junto à CPLP, em Lisboa. Hoje, temos representação residente em todos os países da CPLP.

Lembraria a realização de duas edições, em 2006 e em 2009, da Cúpula América do Sul-África (a ASA, como é conhecida)²⁴². As Cúpulas oferecem oportunidade valiosa para a definição de setores e modalidades de cooperação e de concertação inter-regionais. Esperamos que a terceira Cúpula ASA possa ser confirmada para muito em breve²⁴³.

Favorecemos a revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Além de seus objetivos originais, voltados à preservação da paz e da segurança na região, queremos atualizar a iniciativa com novos temas como a proteção do meio ambiente marinho e a cooperação científica e tecnológica.

Dedicamos especial interesse à promoção de diálogo mais intenso com a União Africana, foro incontornável de articulação e deliberação que impulsiona políticas continentais em várias áreas, da economia à cultura, da agricultura ao desenvolvimento social. Brasil e União Africana assinaram, em 2007, Acordo-Quadro de Cooperação Técnica²⁴⁴, o qual entrou em vigência em fevereiro de 2009.

242 Em 30 de novembro de 2006, a I Cúpula América do Sul – África (ASA) foi realizada em Abuja, Nigéria. Em 26 e 27 de setembro de 2009, foi realizada, em Ilha de Margarita, Venezuela, a II Cúpula ASA. A III Cúpula ASA foi realizada em 22 e 23 de fevereiro de 2013, em Malabo, Guiné Equatorial. A criação da ASA representou oportunidade histórica para a constituição de um novo paradigma de cooperação Sul-Sul entre as duas regiões.

243 Prevista inicialmente para ocorrer na Líbia, a III edição da Cúpula ASA foi realizada em 22 e 23 de fevereiro de 2013, em Malabo, Guiné Equatorial por causa das instabilidades políticas e sociais no contexto da Primavera Árabe.

244 O Acordo-Quadro de Cooperação Técnica entre o Brasil e a União Africana, primeiro instrumento jurídico a ser firmado com aquela organização, foi assinado em fevereiro de 2007, durante a visita do Presidente da Comissão da União Africana e ex-Presidente do Mali, Alpha Oumar Konaré. O Acordo

No tratamento de questões de paz e segurança, a União Africana tem constituído instância importante a nortear as posições brasileiras – um bom exemplo atual é o caso da Líbia. Valorizamos a capacidade africana de compreender e buscar soluções criativas para as questões regionais. Valorizo muito também, pessoalmente, o que considero a sabedoria africana. Em coordenação com a ONU, a União Africana poderá assumir responsabilidades crescentes. O Conselho de Segurança da União Africana é fonte de inspiração para nossos esforços de integração sul-americana. E desnecessário lembrar que o Brasil defende, em uma reforma das Nações Unidas que inclua novos membros permanentes, um Conselho de Segurança ampliado com representação adequada da África.

O Brasil mantém observadores militares, policiais ou oficiais no Estado-Maior de várias missões de Paz em Côte d'Ivoire (UNOCI), Sudão (UNMIS), Libéria (UNMIL), Guiné-Bissau (UNIOGBIS)²⁴⁵. Presidimos, ademais, a configuração para Guiné-Bissau da Comissão de Construção da Paz²⁴⁶.

Não poderia deixar de referir-me a dois acontecimentos que tornam 2011 um ano de grande relevância na história africana.

A Primavera Árabe acontece no norte do continente, mas as vozes vigorosas que se mobilizam por mudanças são ouvidas em

estabelece moldura jurídica para o desenvolvimento de programas de cooperação técnica em áreas de interesse mútuo, como agricultura, saúde, educação, meio ambiente e energia.

245 Em 31 de março de 2013, de acordo com informações do Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas, o Brasil contava com 12 policiais, 21 peritos militares em missão e 2.172 soldados trabalhando em operações de manutenção da paz, somando, no total, 2.205 homens e mulheres. Trinta e sete estão em missões em países africanos. Desde 17 de maio de 2013, o General brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz tornou-se "Force Commandes" da Missão de Estabilização da ONU para a República Democrática do Congo (MONUSCO).

246 A Comissão de Construção da Paz da Organização das Nações Unidas (CCP) foi criada em 2005, por meio da Resolução A/RES/60/180, da Assembleia Geral da ONU, e da Resolução S/RES/1645, do Conselho de Segurança, e tem como objetivo auxiliar países recém-saídos de conflitos a alcançar estabilidade política e econômica. As diretrizes de atuação da CCP são estabelecidas pelo Comitê Organizacional da CCP, composto por 31 países. O Brasil é membro do Comitê Organizacional desde a criação do colegiado, em 20 de dezembro de 2005. Em 24 dezembro de 2012, o Brasil foi reeleito, por aclamação, para mais um mandato de dois anos no Comitê Organizacional.

toda parte. O Brasil defende o direito à manifestação pacífica e condenou o uso da violência contra manifestantes desarmados. Aspirações por maior participação política e melhores perspectivas de emprego e renda, por liberdade de expressão e respeito aos direitos humanos, devem encontrar canais de expressão, para serem levados em consideração.

Tive a satisfação de testemunhar, em recente viagem ao Cairo, o orgulho do povo egípcio em descrever as transformações em curso no país. Na ocasião, manifestei o interesse brasileiro – que existe também com relação a outros países do norte da África e do Oriente Médio – de cooperar, da forma que o país considere adequada, para o encaminhamento das diferentes situações e o aprimoramento das instituições, com o restabelecimento de crescimento econômico e oportunidades adicionais, sobretudo para os jovens, que são o tema desse Ano dos Afrodescendentes e do Dia da África.

O outro acontecimento que figurará com destaque nas análises futuras sobre 2011 é a criação de um novo Estado africano, do Sudão do Sul, por meio de consulta popular²⁴⁷. O Brasil saudou as partes envolvidas pelo bom encaminhamento do processo, e vem acompanhando os preparativos para a implementação das decisões, o que envolve a superação de alguns pontos ainda controversos, em particular a situação de Abyei²⁴⁸. Há importantes empreendimentos agrícolas com participação brasileira no Sudão, e esperamos ter também presença no Sudão do Sul. Os dois países têm potencial para tornarem-se verdadeiros celeiros para a região nordeste da África.

247 A independência do país foi decidida em referendo popular, realizado em 7 de janeiro de 2011, e ocorreu, oficialmente, em 9 de julho de 2011.

248 Abyei é uma região fronteiriça em disputa entre a República do Sudão e a República do Sudão do Sul. Em junho de 2011, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou, por meio da Resolução S/RES/1990, a criação da Força de Segurança Interina das Nações Unidas para Abyei (UNISFA), com vistas a monitorar a desmilitarização da região e apoiar a supervisão, quando demarcada, da fronteira.

Nesse contexto de importantes mudanças, o Brasil pretende continuar a ser percebido pela África como um amigo para o desenvolvimento. Temos objetivos comuns, amplos recursos humanos e naturais, e muita disposição. Nossos laços, tanto os históricos como os recentemente constituídos, representam a trama que nos dá segurança para pensar com ousadia e agir com otimismo.



SUDÃO DO SUL: OPORTUNIDADE DE UM FUTURO MELHOR

Discurso proferido por ocasião da sessão do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre o ingresso do Sudão do Sul na ONU. Nova York, 13 de julho de 2011.

Ao expressar seu apoio à candidatura do Sudão do Sul como membro da ONU, o Brasil renova seus laços históricos e culturais com a África, bem como seu compromisso com o desenvolvimento econômico, social e político do continente. Esperamos promover relações sólidas com o Governo e o povo sul-sudaneses, o que, acreditamos, trará benefícios para ambas as nações. O Brasil está pronto a cooperar com o Sudão do Sul em áreas que contribuam para o seu desenvolvimento sustentável.

Um passo importante foi dado quando da visita a Juba, em 9 de julho passado, do Subsecretário-Geral para África do Ministério das Relações Exteriores do Brasil²⁴⁹, que representou a Presidenta da República, Dilma Rousseff, nas cerimônias do Dia da Independência e no estabelecimento de relações diplomáticas, naquele mesmo dia. Nosso representante teve a honra de participar de um evento histórico que refletiu a autoconfiança do povo sudanês, no momento em que celebravam a oportunidade arduamente alcançada para a construção de um futuro melhor.

249 Embaixador Paulo Cordeiro de Andrade Pinto.

É uma honra me dirigir ao Conselho de Segurança para tratar de situação em que a ONU, inclusive este Conselho, desempenhou papel significativo²⁵⁰. Essa conquista se baseia em um histórico de envolvimento na região – criado, muitas vezes, a partir de iniciativas criativas e corajosas. Recordo, particularmente, a “Operação Sobrevivência no Sudão”²⁵¹, que trouxe alívio a milhares de civis em necessidade. O Brasil considera essa operação um exemplo duradouro do conceito de “responsabilidade de proteger” colocado em prática com uma perspectiva ampla – não envolvendo, necessariamente, recursos militares.

O Brasil presidiu este Conselho em março de 2005, quando foi estabelecida a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS), para apoiar as partes na implementação do Acordo Abrangente de Paz. Mais recentemente, o Conselho realizou uma sessão para aplaudir a realização pacífica do referendo por meio do qual o povo do Sul do Sudão escolheu estabelecer um Estado independente.

Hoje, estamos reunidos para celebrar a concretização daquela decisão. Primeiramente, devemos manifestar nosso reconhecimento às partes do Acordo Abrangente de Paz.

Os Governos e os povos da República do Sudão do Sul e da República do Sudão demonstraram coragem política ao trabalhar para alcançar este momento. Contrariaram aqueles que acreditavam que as duas partes não poderiam trabalhar em conjunto para atingir objetivos comuns. Recordam a esse Conselho que é possível que cumpra suas responsabilidades atribuídas pela Carta por meio de soluções diplomáticas negociadas.

250 Sobre ingresso do Sudão do Sul na ONU, cf. nota 27.

251 A Operação Sobrevivência no Sudão (“Operation Lifeline Sudan”) foi estabelecida em 1989, por meio de uma associação entre agências do sistema ONU e organizações não governamentais, para fornecer assistência humanitária à população sudanesa em um contexto de fome generalizada e guerra civil. O Acordo de Paz foi assinado em 2005, pondo fim, oficialmente, a um longo período de guerra.

Devemos reconhecer, igualmente, o papel de liderança desempenhado nas negociações iniciais pela Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD) e do papel central desempenhado pela União Africana em todo o processo que levou ao Acordo Abrangente de Paz. A União Africana demonstrou sua capacidade de engajar os atores em um processo complexo e longo, que testou a resiliência de suas instituições. Acreditamos que a União Africana é um exemplo de integração política que oferece lições importantes a outras regiões do mundo – na América do Sul, o exemplo africano é observado com atenção pelos membros da UNASUL.

Muitos outros atores internacionais, incluindo ONGs, merecem crédito por sua contribuição para o sucesso da implementação do referendo e da transição para um Sudão do Sul independente.

Ao celebrarmos a independência do Sudão do Sul, não podemos nos esquecer dos inúmeros desafios que ainda estão por vir. O Brasil conclama os líderes a dirimir os desentendimentos restantes por meios pacíficos e a colocar seus interesses de longo prazo à frente de outras considerações.

Encorajamos as partes a redobrar os esforços com vistas a obter acordos sobre todas as questões pendentes, particularmente no que tange à condição final de Abyei, à resolução da fronteira Norte-Sul, às disposições sobre a distribuição de riqueza e à cessação imediata e incondicional das hostilidades no Cordofão do Sul.

O Brasil acredita que a perspectiva de um Sudão democraticamente transformado pode continuar a inspirar os dois países. Os líderes do Sudão do Sul, que enfrentaram uma longa luta pela autonomia, certamente verão a importância de garantir que esta conquista se traduza em melhores condições de vida para todos os sul-sudaneses.

Essa perspectiva deve ser aplicada, igualmente, à situação em Darfur. Saudamos o Projeto de Doha para a Paz em Darfur e seu

endosso pela Conferência de Todas as Partes Interessadas de Darfur como passos promissores. Parabenizamos o Governo do Qatar e a Equipe de Mediação Conjunta da União Africana-ONU por seus esforços e continuaremos a apoiar as partes neste processo.

Conforme declarado pelo Conselho de Segurança em fevereiro passado, a segurança e o desenvolvimento estão intimamente inter-relacionados, reforçando-se mutuamente para alcançar a paz duradoura²⁵².

Uma vez que o Sudão e o Sudão do Sul continuam a enfrentar os desafios da construção de uma nação, a comunidade internacional deve ampliar seu apoio a Juba e Cartum.

É com satisfação que observamos que o ECOSOC e a Comissão de Consolidação da Paz iniciaram as considerações sobre como melhor assistir ao povo sudanês. Da mesma forma, é com prazer que constatamos que a Resolução 1996, que estabelece a Missão das Nações Unidas na República do Sudão do Sul (UNIMISS), prevê o modelo coerente e integrado de apoio a países pós-conflito, previsto na Declaração Presidencial nº 4, de 11 de fevereiro passado, adotada sob a Presidência brasileira.

O Brasil encoraja aqueles que ainda não o fizeram a adotarem as medidas necessárias para normalizar as relações econômicas com os sudaneses. Apoiamos pedidos de perdão da dívida. Instamos, igualmente, todos os parceiros de desenvolvimento a fortalecer o apoio bilateral e multilateral. No contexto do grupo IBAS, Brasil, Índia e África do Sul estão negociando três projetos de cooperação que, acreditamos, beneficiarão o povo do Sudão do Sul. Os três países também planejam trabalhar, no âmbito do Fundo IBAS, com o Sudão.

252 Cf. "Interdependência entre Paz, Segurança e Desenvolvimento", discurso proferido no Debate Aberto de Alto Nível do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a interdependência entre segurança e desenvolvimento. Nova York, 11 de fevereiro de 2011.

Como parte do compromisso renovado do Brasil com o continente africano, as nossas relações com a República do Sudão têm-se intensificado nos últimos anos. Estão em andamento projetos de cooperação bilateral e iniciativas privadas que visam desenvolver o potencial agrícola do país²⁵³. Em 2009, o Sudão tornou-se o primeiro país da sua região a produzir e exportar etanol com tecnologia brasileira. Há outros projetos promissores, relacionados às culturas de algodão e soja.

Estamos convencidos de que a agricultura poderá, igualmente, desempenhar um papel fundamental no futuro do Sudão do Sul. Como todos sabemos, o país tem potencial imenso em termos de solo, clima e recursos humanos. Em nossas reuniões bilaterais, as autoridades do Sudão do Sul indicaram que a agricultura será uma prioridade. Dado o potencial de ambos os países, os esforços para promover o desenvolvimento rural no Sudão e no Sudão do Sul poderão beneficiar todo o nordeste da África, onde a segurança alimentar continua a ser um desafio.

A independência do Sudão do Sul é um acontecimento que evoca muitos dos traços do espírito africano que passamos a respeitar e admirar: resistência, coragem, paciência. No momento em que a nova nação embarca em uma jornada em direção à construção de um lar livre, democrático e pacífico para seu povo merecedor, o Sudão do Sul necessitará do apoio ativo da ONU e seus membros. O Brasil compromete a desempenhar sua parte.

253 Entre fevereiro e agosto de 2010, realizaram-se visitas ao Sudão no âmbito da “Missão Multidisciplinar para Detalhamento de Projetos de Cooperação Técnica”. Naquela ocasião, visitaram o país missões da EMBRAPA, da FIOCRUZ, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, do Governo do Estado da Bahia e da Olé Brasil Futebol Clube. Outros projetos de cooperação entre ambos os países abarcam a área da saúde (“Intercâmbio Brasil – Sudão na área da Saúde”, executado entre novembro de 2010 e fevereiro de 2011); de treinamento de pessoal (“Treinamento em Serviço para Jovens Advogados Sudaneses”, pelo qual advogados daquele país vieram fazer intercâmbio no Brasil entre junho e dezembro de 2012); e a própria realização do referendo de secessão do Sudão do Sul (Projeto “Apoio ao Referendo de Sucessão do sul do Sudão”, que levou àquele país autoridades ligadas ao Conselho Nacional de Justiça entre dezembro de 2010 e março de 2011).



UM NOVO CICLO DE PROGRESSO E DE EMANCIPAÇÃO

Discurso proferido por ocasião da IV Reunião Ministerial da Cúpula América do Sul-África. Malabo, 24 de novembro de 2011.

É uma alegria poder expressar-me em português, língua oficial de sete dentre os sessenta países que conformam a Reunião Ministerial da Cúpula América do Sul-África (ASA) e agora também língua oficial da Guiné Equatorial²⁵⁴.

O compromisso da Presidenta Dilma Rousseff de engajamento do Brasil com a África foi demonstrado na visita, neste semestre, a três países africanos (África do Sul, Moçambique e Angola), em diversos contatos com líderes africanos em visita a Brasília e, recentemente, ao celebrar o Ano Internacional dos Afrodescendentes, em Salvador, na companhia dos Presidentes Alpha Condé, da Guiné, e Jorge Fonseca, de Cabo Verde²⁵⁵.

Esse compromisso também se expressa em nossa presença em Malabo, para levar adiante o processo de aproximação regional América do Sul – África. Trata-se de exercício que engloba duas linhas fundamentais da política externa brasileira: a) a integração

254 O Presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang, promulgou, em julho de 2010, decreto que fez do português a terceira língua oficial do país. Espanhol e francês também são idiomas oficiais na Guiné Equatorial.

255 O Encontro Ibero-Americano de Alto Nível em comemoração ao Ano Internacional dos Afrodescendentes foi realizado em 19 de novembro de 2011, em Salvador, Bahia.

sul-americana, com a transformação do continente em zona de crescimento, desenvolvimento sustentável com justiça social, democracia e paz; b) a incorporação, à nossa atuação externa, do fato de sermos o país com a maior população afrodescendente fora da África e o país a segunda maior população de origem africana. Devem ser entendidos nesse contexto os esforços brasileiros em desenvolver a agenda de aproximação com a África em todas as suas vertentes: o diálogo político, o comércio e os investimentos, a cooperação técnica e econômica, a cooperação cultural.

Eu próprio estou pessoalmente engajado nesses esforços. Terei visitado dez países africanos até o fim do ano²⁵⁶. Seguirei empenhado em intensificar nosso relacionamento, buscando tratar de maneira criativa e cooperativa os desafios e as oportunidades existentes, tanto no âmbito bilateral como multilateral.

O Brasil apresenta-se como um exemplo de que hoje é possível reconciliar democracia, crescimento econômico, redução da pobreza e políticas ambientalmente sustentáveis. Em um mundo em que presenciamos o esgotamento de modelos de desenvolvimento concebidos pelo Norte e em que as próprias economias desenvolvidas enfrentam crises, a América do Sul e a África despontam de décadas de estagnação e conflitos, para um novo ciclo de progresso e emancipação.

Assim como ocorre no Brasil e na América do Sul, identificamos na África experiências bem-sucedidas nos campos econômico, social e político, e isso nos faz crer em processos que levem a realizações do potencial africano em linha com os sonhos de grandes líderes africanos como Nyerere, Mandela e Nkrumah.

256 Em 2011, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, visitou os seguintes países africanos: África do Sul, Angola, Egito, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Marrocos, Moçambique e Namíbia. Em 2012, o Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, visitou cinco países africanos: Etiópia, Tunísia, Mauritânia, Senegal e Cabo Verde.

Parte desse processo de emancipação envolve a capacidade de superar padrões de relacionamento entre nossas regiões e outras regiões do mundo pelo intermédio do mundo desenvolvido e das ex-potências coloniais. A história nos aproximou por meio da escravidão e dos laços com ex-potências distantes das nossas realidades materiais e humanas. Hoje, podemos fazer história, forjando laços diretos de comércio, cooperação e coordenação político-diplomática.

O Brasil está disposto a assumir sua responsabilidade. Como o país sul-americano de maior diáspora africana, maior número de Embaixadas na África (37)²⁵⁷, sede do maior número de Embaixadas africanas residentes na América do Sul (33), nos colocamos a serviço de uma agenda de aproximação entre nossas regiões.

Por iniciativa, do lado brasileiro, do ex-Presidente Lula, criamos uma estrutura de reuniões de Cúpula, Ministeriais, Grupos de Trabalho e vários projetos que desejamos preservar e aperfeiçoar. Mas, como países de regiões sem abundância de recursos, precisamos usar nossa imaginação e criatividade para utilizar ao máximo as estruturas já existentes, dentro e fora do mecanismo ASA, para trabalharmos junto em prol de interesses comuns.

A ASA representa quase um terço do território mundial; 1/5 da população, com 1,3 bilhão de pessoas; um crescimento econômico significativo na África de 5% e na América do Sul, de 4,1%; e PIB de 6 trilhões de dólares, 10% do PIB mundial.

Todos nós temos missões junto à ONU, em Nova York, missões junto à ONU em Genebra, Embaixadas em Washington, por meio das quais dialogamos com o Banco Mundial e o FMI. Junto à FAO, em Roma, onde um brasileiro, o Professor José Graziano, assumirá como Diretor-Geral em janeiro²⁵⁸, teremos mais um

257 Sobre o número de Embaixadas brasileiras nos países africanos, cf. nota 236.

258 Em 26 de junho de 2011, o Professor José Graziano da Silva foi eleito Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), o primeiro brasileiro a ocupar o cargo. O Professor Graziano assumiu o cargo em 1º de janeiro de 2012.

fórum de coordenação. Poderíamos promover reuniões periódicas, em torno de agendas comuns, de Embaixadores africanos e sul-americanos nessas capitais.

Brasília, com suas 33 Embaixadas africanas²⁵⁹ e 13 sul-americanas, pode ser também um ponto de encontro; Nairóbi, onde todos temos missões junto ao PNUMA, pode ser um ponto de encontro para a coordenação em temas ambientais, por exemplo.

O Brasil é observador na UA; felicitamos o Equador por ter também se tornado observador recentemente²⁶⁰. Queremos aprender mais com a UA; há várias experiências e estruturas, como o Conselho de Paz e Segurança da organização, que sevem de exemplos valiosos para a construção de nosso próprio esforço de integração na América do Sul. De nosso lado, permanece forte o interesse em compartilhar com a África experiências exitosas.

Identifico três grandes áreas em que precisamos trabalhar de forma coordenada:

1) Economia e comércio

Nosso intercâmbio birregional quase quadruplicou desde 2003, chegando a 32,2 bilhões de dólares em 2010. Mesmo assim, temos de encontrar maneiras de estimular nossos setores privados a se conhecerem melhor e a desenvolverem mais e melhores ligações entre nossos continentes. Interessa ao Brasil participar dos esforços de: a) desenvolvimento industrial, mineral e agrícola; b) exploração de energias limpas: não temos porque repetir padrões de consumo e desperdício do mundo desenvolvido. O desenvolvimento da economia verde não significa, necessariamente, dependência tecnológica dos países desenvolvidos. Existem técnicas e

259 Sobre o número de Embaixadas de países africanos em Brasília, cf. nota 238.

260 O Brasil é país observador da UA desde 2005, com a reabertura de Embaixada residente em Adis Abeba e acreditação do Embaixador junto à Comissão da União Africana. O Equador recebeu esse *status* em 2011.

práticas “low tech” de baixo custo e fácil adoção, em temas como saneamento básico, tratamento do lixo, entre outros.

2) *Paz e segurança*

É preciso reconhecer a interdependência entre progresso econômico e social e paz sustentável. Temos de soar um alerta contra a ideologia que procura estabelecer elo automático entre a proteção de civis, as intenções humanitárias e a intervenção militar. Questionamos a sabedoria de eleger os acontecimentos recentes como exemplos bem-sucedidos da aplicação da responsabilidade de proteger. É preciso atentar para a responsabilidade ao proteger²⁶¹.

O uso da força, quando autorizado pelo CSNU, exige monitoramento cuidadoso pela comunidade internacional, de maneira a evitar que o remédio aplicado não cause mais danos do que a doença.

Acompanhamos atentamente, na América do Sul, o trabalho das operações de paz. O Brasil tem 33 militares em missões na Côte d’Ivoire, na Libéria, no Saara Ocidental, no Sudão e no Sudão do Sul. O Uruguai é um grande contribuinte da MONUSCO²⁶², com 1.297 militares e 2 policiais.

É chegada a hora, porém, de virarmos a página dos conflitos herdados da era colonial e das rivalidades inter-religiosas e interétnicas. Os exemplos de Angola e Moçambique nos mostram que isso é possível.

Muito se fala no Oceano Atlântico nos aproximando: de fato, no que se refere ao Brasil, vemos o Atlântico, nas palavras de um grande escritor moçambicano e de um grande historiador brasileiro, crescentemente como um rio.

261 Cf. “Entre a Responsabilidade Coletiva e a Segurança Coletiva”, discurso proferido por ocasião de debate sobre Responsabilidade ao Proteger na ONU. Nova York, 21 de fevereiro de 2012.

262 Desde 17 de maio de 2013, o General brasileiro Carlos Alberto dos Santos Cruz tornou-se “Força Com-mander” da Missão de Estabilização da ONU para a República Democrática do Congo. (MONUSCO)

Temos representações diplomáticas em quase todos os países que margeiam o Atlântico Sul, com exceção da Gâmbia. Estamos engajados em manter a região como uma zona de paz e cooperação; com essa finalidade, estamos dando curso a um processo de atualização e aprofundamento da iniciativa ZOPACAS²⁶³. Não nos esquecemos, por outro lado, que a América do Sul também está aberta para o Pacífico e o Caribe; a África, para o Índico e para o Mediterrâneo. Nossa associação não se estrutura em contraposição a nenhuma região do globo; defendemos a preservação de todos os laços que nos enriqueçam e o diálogo com as demais regiões com base em percepções comuns em temas como a situação política no Oriente Médio, não proliferação e desarmamento, mecanismos para o financiamento do desenvolvimento, etc.

3) Democracia e governança

Acreditamos que o caminho para o desenvolvimento econômico com justiça social passa pela construção de instituições verdadeiramente democráticas. Nesse quadro, importa construirmos poderes fortes e independentes, darmos espaço para a atuação livre da imprensa, respeitarmos o marco jurídico estabelecido e adotarmos melhores práticas de gestão pública. No Brasil, estamos passando, neste momento, por processo de buscar garantir que os recursos do pré-sal sejam utilizados para objetivos específicos identificados pelo Estado (educação, saúde). Uso esse exemplo com a consciência dos desafios semelhantes enfrentados pelos países africanos, tão privilegiados com riquezas minerais.

Muito se fala sobre o surgimento de um mundo multipolar. África e América do Sul são regiões que podem contribuir para que essa multipolaridade não seja a da ruptura, do “clash of civilizations”, mas sim a multipolaridade da sabedoria de um Kofi Annan, da cooperação nos mecanismos multilaterais em sintonia com as re-

263 Sobre a ZOPACAS, cf. nota 132.

alidades (financeiras, econômicas, ambientais, de paz e segurança) de nossos continentes. Uma multipolaridade com membros permanentes da África e da América do Sul em um CSNU reformado.

Queremos preparar o caminho para uma nova geração de sul-americanos e africanos que, tendo familiaridade com as realidades das duas regiões, sejam capazes de usar as boas experiências, evitar os equívocos e aproveitar as oportunidades que surgirão. Entre os fatores que nos ajudam, temos nossa história, interesses, gostos e práticas culturais compartilhadas. À frente da Chancelaria brasileira, manifesto forte comprometimento em levar adiante essa agenda de aproximação e desenvolvimento das relações entre América do Sul e África.



ÁSIA: EIXO DINÂMICO DE DESENVOLVIMENTO



PARCERIA BRASIL-CHINA PARA A SUPERAÇÃO DE ASSIMETRIAS

*Entrevista concedida ao jornal Brasil Econômico,
17 de maio de 2011. Título original: “Não é só entrar,
extrair e levar o minério ou a soja embora”.*

BRASIL ECONÔMICO: Qual a avaliação da visita da delegação chinesa²⁶⁴?

MINISTRO: Sinaliza a retomada de contatos em nível ministerial que havia desacelerado em 2010, em compasso de espera da eleição aqui. A reunião da subcomissão de comércio permite acompanhar a implementação dos compromissos acordados, como a liberação da carne suína e os jatos da Embraer²⁶⁵. E avançar no planejamento futuro para identificação de novos projetos e áreas²⁶⁶.

BRASIL ECONÔMICO: Como o quê?

264 Em maio de 2011, houve visita de missão empresarial da China ao Brasil, chefiada pelo então Ministro do Comércio Chen Deming. No mesmo mês, houve a segunda reunião da Subcomissão Econômico-comercial da COSBAN.

265 Desde maio de 2011, três estabelecimentos brasileiros foram habilitados a exportar carne suína à China. Em 2012, a Embraer recebeu autorização, para a produção de jatos executivos na China. A retomada da produção da fábrica da Embraer em Harbin, na China, foi possível por meio de acordo feito com a “Aviation Industry Corporation of China” (AVIC) para implementar uma linha de produção dos jatos executivos Legacy 600/650.

266 Com a assinatura do Plano Decenal, durante a visita, ao Brasil, do Primeiro-Ministro Wen Jiabao, em junho de 2012, foram estabelecidas ações prioritárias para o período 2012-2021, nas seguintes áreas: a) ciência, tecnologia, inovação e cooperação espacial; b) energia, mineração, infraestrutura e transporte; c) investimentos e cooperação industrial e financeira; d) cooperação econômica e comercial; e, e) cooperação cultural e intercâmbio entre as duas sociedades.

MINISTRO: Um dos pontos é o setor automotivo. Temos uma experiência que é valorizada internacionalmente em termos de biocombustíveis, e a China poderá ter interesse em participar de produtos com essas características. Quando a Presidenta Dilma Rousseff esteve em Pequim²⁶⁷, participou de um evento cujo título era “Além da Complementaridade”. Isso diz muito. Porque a complementaridade a gente conhece. Exportamos muita matéria-prima. Não queremos deixar de exportar, mas queremos também embarcar produtos com maior grau de elaboração. Queremos desenvolver parcerias em áreas tecnologicamente mais avançadas, que contribuam para a competitividade industrial²⁶⁸.

BRASIL ECONÔMICO: Quais as áreas consideradas estratégicas pelo Governo?

MINISTRO: Desde biocombustíveis, nanotecnologia, biotecnologia até a questão das terras raras, incluindo a extração e processamento do lítio. E energia de modo geral.

BRASIL ECONÔMICO: O que mais foi discutido?

MINISTRO: Também discutimos um pouco a questão do turismo e da importância das conexões aéreas. A TAM está querendo estabelecer presença na China. A Air China faz um voo com uma escala apenas em Madri. E agora com Copa do Mundo, Olimpíadas, Rio+20 e outros acontecimentos esperamos que haja um crescimento da visita de lado a lado.

267 A Presidenta da República, Dilma Rousseff, realizou visita à República Popular da China, de 11 a 13 de abril de 2011. Na ocasião, a Presidenta manteve reunião com o Presidente Hu Jintao, na qual foi examinado o aprofundamento da Parceria Estratégica sino-brasileira. Manteve, também, encontros com o Presidente do Comitê Permanente da Assembleia Nacional Popular, Wu Bangguo, e com o Primeiro-Ministro Wen Jiabao. A Presidenta abriu, ainda, no dia 12 de abril, o “Diálogo de Alto Nível Brasil-China em Ciência, Tecnologia e Inovação” e encerrou o “Seminário Empresarial Brasil-China: para além da complementaridade”, ao qual compareceram diversos representantes empresariais brasileiros e da República Popular da China.

268 Em agosto de 2012, durante a visita do Ministro Wan Gang ao Brasil, inaugurou-se o Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia.

BRASIL ECONÔMICO: Segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, há um empenho do Governo para direcionar os investimentos à cadeia produtiva de setores de interesse nacional.

MINISTRO: Isso traz à tona o que pode ser descrito como novo momento da relação entre Brasil e China. Em termos quantitativos, o comércio e a atração de investimentos vão bem²⁶⁹, mas queremos operar um salto qualitativo. Isso inclui diversificação da pauta de exportação, os embarques de produtos de maior valor agregado, buscar parcerias com os chineses em que possamos incorporar um conteúdo de tecnologia mais avançada.

BRASIL ECONÔMICO: Roger Agnelli, ex-presidente da Vale, já reclamou do fato de os chineses comprarem jazidas no Brasil, sendo que há uma proibição para entrada naquele mercado. Como isso está sendo tratado?

MINISTRO: Mais do que o Itamaraty, a própria Presidenta da República tratou disso. Quando estive na China, disse que quer continuar atraindo investimento chinês, mas aquele que traga um valor agregado. Não é só entrar, extrair e levar o minério ou a soja embora, sem contribuir para o desenvolvimento, seja ele de que tipo for. É essa mensagem.

BRASIL ECONÔMICO: Mas não quer dizer que a China vá mudar suas proibições?

MINISTRO: Vamos olhar o que acontece no médio e longo prazos. Nós somos uma potência no que se refere à produção de alimento. Se juntar todos os países da América do Sul, somos também uma potência energética, fonte de recursos minerais. E tudo isso tem a ver com a segurança alimentar e energética da China, para que continue crescendo. Isso é um pouco a equação da complementaridade.

269 Em 2012, o comércio total, entre Brasil e China, foi 75,4 bilhões de dólares (Fonte: MRE), cf. nota 79.

Quando se fala em ir além disso, queremos que esse relacionamento traga-nos uma contribuição em desenvolvimento qualitativamente superior. A questão da reciprocidade foi levantada, pois empresas nossas têm dificuldade de se estabelecer na China. Se eles aqui têm uma limitação ou se ressentem de alguma dificuldade na aquisição de terras. Lá não há nem essa possibilidade. Há uma compreensão das assimetrias e um desejo de superá-las.

BRASIL ECONÔMICO: Em que prazo?

MINISTRO: O calendário de reuniões vai estabelecendo os prazos. Mas nós gostaríamos de ter avanços até a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) que se reúne no segundo semestre²⁷⁰.

270 Para mais informações sobre a COSBAN, cf. nota 81.

CRESCIMENTO ECONÔMICO COM JUSTIÇA SOCIAL

Discurso proferido por ocasião da Sessão Plenária da V Reunião de Chanceleres do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste. Buenos Aires, 25 de agosto de 2011.

A Quinta Reunião Ministerial do FOCALAL é uma oportunidade para lembrar os dez anos que passaram desde a primeira Reunião Ministerial do Grupo, realizada em Santiago do Chile, em 2001²⁷¹. O período coincide, aproximadamente, com uma década muito especial para a América Latina e a Ásia do Leste, marcada pelo crescimento dos fluxos comerciais de cerca de 450% entre as duas regiões e por nosso alto dinamismo econômico, associado a políticas sociais que têm resgatado milhões de cidadãos da pobreza.

Esse intervalo fez-nos ver com maior clareza os interesses que unem a América Latina e a Ásia do Leste, duas regiões que buscam soluções originais para alcançar o crescimento econômico com justiça social e enfrentar os desafios da crescente urbanização. Duas

271 A primeira reunião de Chanceleres do Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL) foi realizada em Santiago do Chile, em março de 2001, dois anos após a sua criação. O FOCALAL engloba 34 países, 18 da América Latina e 16 da Ásia do Leste. O Brasil foi sede, em 2007, da terceira reunião de Chanceleres do Fórum. Na V Reunião Ministerial, em Buenos Aires, 2011, foram analisados temas como a reforma dos mecanismos de governança global, a situação econômica atual e o desenvolvimento sustentável, bem como estratégias para o fortalecimento da cooperação em áreas como comércio, educação, ciência, tecnologia e inovação. A VI reunião da FOCALAL ocorreu em Bali, entre os dias 13 e 14 de junho de 2013, da qual resultou a Declaração de Uluwatu.

regiões à procura de seu lugar na nova configuração de forças que surge no século XXI. Duas regiões comprometidas com a paz e a estabilidade, com o respeito à soberania, com o desenvolvimento, com a cooperação e com o multilateralismo.

Nossas convergências revelam o potencial existente para uma atuação conjunta no FOCALAL, uma plataforma com capacidade para projetar a voz de países e regiões emergentes que buscam o fortalecimento do multilateralismo.

Além disso, o Fórum favorece a concretização de projetos de cooperação entre países que dispõem de meios para materializar iniciativas de grande relevância.

Nesse sentido, gostaria de destacar as iniciativas do FOCALAL nos campos da ciência, da tecnologia e da inovação, ferramentas básicas para fortalecer nossas economias e para melhorar a qualidade de vida de nossos povos. Muitos países do FOCALAL têm ampla capacidade nesse campo que, no entanto, tem sido objeto de menos de 3% dos projetos realizados até hoje no FOCALAL. Vemos uma oportunidade latente nessa situação. É por isso que, para a Quinta Reunião Ministerial do FOCALAL, o Brasil tem dedicado atenção especial ao Plano de Ação em Ciência e Tecnologia, com o objetivo de fomentar a cooperação nessa área de atuação²⁷².

Com o intuito de pôr a ciência, a tecnologia e a inovação a serviço do desenvolvimento, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, anunciou recentemente o programa “Ciência sem Fronteiras”, que entregará 100.000 bolsas de estudo até 2014, para que estudantes brasileiros de graduação e pós-graduação estudem em centros de excelência na América Latina, na Ásia do Leste e em outras partes

272 Em 2010, o Brasil foi designado copresidente, ao lado da Nova Zelândia, do Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia do FOCALAL. O Plano de Ação Setorial no setor elegeu como prioritários temas relacionados ao desenvolvimento sustentável.

do mundo. O programa também oferece incentivos para que jovens talentosos e pesquisadores estrangeiros venham ao Brasil.

Os dez anos que se passaram desde a primeira Reunião Ministerial do FOCALAL também coincidem com uma década estelar para a integração regional. Década em que foi criada a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), a Comunidade de Estados da América Latina e do Caribe (CELAC) e outras instituições que têm reforçado enormemente a vocação de nosso continente para a paz e o desenvolvimento²⁷³.

Nesse contexto, a adesão do Suriname e de Honduras ao FOCALAL, a partir desta reunião, agrada-nos muito, já que reforça nossa identidade regional e confirma o entendimento de que um fórum como o nosso, de diálogo e cooperação, deve, necessariamente, ser inclusivo.

O impulso à integração física, promovido pelo Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN), é fundamental para uma inserção competitiva na economia global e para o desenvolvimento socioeconômico da região²⁷⁴. Da mesma maneira, demonstra-se, de forma muito emblemática, como plataformas regionais contribuem, indiretamente, para o fortalecimento de plataformas inter-regionais e vice-versa. A inauguração da Rodovia Interoceânica Sul, por exemplo, ampliou a rede de rodovias entre o Atlântico e a costa do Pacífico, o que permite uma maior conexão entre os mercados da América Latina e da Ásia²⁷⁵.

Os benefícios da integração da infraestrutura na América do Sul para o comércio com a Ásia levam a uma maior cooperação entre as duas regiões. Nesse sentido, é necessário avaliar as oportunidades de investimento e de uso da *expertise* operativa e logística da

273 Sobre o Tratado Constitutivo da UNASUL, cf. nota 155.

274 Sobre o COSIPLAN, criado em agosto de 2009, cf. nota 53.

275 Sobre a Rodovia Interoceânica Sul, cf. nota 174.

Ásia. A presença nesta reunião dos representantes dos Bancos de Desenvolvimento é providencial, já que eles desempenham um importante papel no fomento à integração regional e inter-regional.

À medida que cresce nossa projeção internacional, muitos olhares ficam direcionados para nossas ações, especialmente para nossa forma de abordar as dificuldades da atual situação econômica internacional, que se caracteriza pela falta de superação, por parte de alguns países, da crise de 2008. Contudo, nossas duas regiões estão preparadas para enfrentar a crise, inclusive mais do que há três anos, quando ela começou.

É imprescindível acompanhar com atenção a enorme onda de liquidez que aproxima nossas economias, buscando a rentabilidade que não podem encontrar em outros lugares. É necessário assegurar-se de que esses capitais não tenham objetivos puramente especulativos e que sirvam para contribuir, de forma eficaz, para o desenvolvimento de nossos os países a longo prazo.

Também é fundamental prestar atenção ao equilíbrio dos fluxos comerciais. O crescimento do comércio entre a América Latina e Ásia Oriental tem contribuído para a criação de empregos em nossos países. Consideramos primordial que o intercâmbio continue crescendo de forma equilibrada em termos de valores, de composição das exportações e das condições de acesso aos mercados.

Diante da situação econômica atual, parece-nos cada vez mais acertada a decisão de levar o G-20, que compreende oito países do FOCALAL, à condição de principal fórum para a aliança econômica e financeira internacional. É essencial, ainda, que a reforma em curso dos mecanismos de cooperação econômica e financeira seja acompanhada por uma reforma das Nações Unidas, em particular de seu Conselho de Segurança, a fim de torná-lo mais representativo, legítimo e eficiente.

No que diz respeito aos mecanismos de governança no campo do desenvolvimento sustentável e do meio ambiente, recorro que a Rio+20, que se realizará em junho de 2012, no Brasil, deve ter como um de seus temas principais “o marco institucional para o desenvolvimento sustentável”.

Por último, quero expressar a firme intenção do Brasil de seguir contribuindo para a promoção deste Fórum, que tem cada vez mais importância como instrumento de diálogo e cooperação entre a América do Sul e a Ásia oriental. Em um momento no qual falamos de mudanças estruturais na configuração do sistema internacional e na reforma dos mecanismos de governabilidade, a revitalização das estruturas do FOCALAL me faz lembrar uma frase do escritor argentino Julio Cortázar:

todo fazer significa sair de para chegar a, mover algo para que esteja aqui e não lá [...]. Quer dizer que em todo ato está o reconhecimento de uma carência, de algo ainda não feito e que é possível fazer²⁷⁶.

276 CORTÁZAR, Julio. *Rayuela*. Buenos Aires: Editora Sudamerica, 1963.



CHINA: PARA ALÉM DA COMPLEMENTARIDADE

Entrevista concedida à rede de televisão CCTV, 29 de setembro de 2011.

CCTV: Nos últimos anos, o relacionamento entre a China e o Brasil tem se desenvolvido rapidamente, como esperávamos. Qual é o seu comentário sobre a atual relação entre a China e o Brasil?

MINISTRO: Concordo quando você diz que o desenvolvimento recente da nossa relação é bastante extraordinário. Hoje, a China é o nosso parceiro de negócios número um²⁷⁷. A Presidenta Dilma Rousseff ficou extremamente satisfeita com a recepção em Pequim pelo Presidente Hu Jintao²⁷⁸. Ela também se reuniu com o Primeiro-Ministro Wen Jiabao e com o Chefe do Congresso Nacional do Povo. Também participou da Cúpula do BRICS, em Sanya. Essa foi uma oportunidade de alterar muitas conquistas em nossos relacionamentos, não somente no comércio, mas também nos investimentos. Temos, ainda, um dos projetos mais ambiciosos entre os países em desenvolvimento na área de ciência e tecnologia: o Satélite Sino-Brasileiro de Recursos

277 De acordo com o MDIC, a China fechou 2012 como a principal origem das importações brasileiras, recuperando os Estados Unidos. O país asiático também já ocupava e mantém o posto de maior destino das exportações nacionais. Em 2012, o comércio bilateral total foi 75,4 bilhões de dólares (Fonte: MRE), cf. nota 79.

278 A Presidenta da República, Dilma Rousseff, realizou visita à República Popular da China de 11 a 13 de abril de 2011, cf. nota 267.

Terrestres²⁷⁹. Gostaríamos de ver esse relacionamento fortalecido, o que nos levará para além da complementaridade, como dizemos, principalmente em duas novas áreas: cooperação técnica, e ciência e tecnologia. Sem esquecer, é claro, do diálogo político e de maior intercâmbio entre a população dos dois países.

CCTV: Em que aspecto o senhor acha que a China e o Brasil precisam melhorar nesse momento?

MINISTRO: Em termos quantitativos, temos uma relação muito satisfatória. Em 2011, os números de comércio foram ainda mais impressionantes do que no último ano²⁸⁰. Quase alcançamos um comércio total comparável a 2010 e estamos no começo de outubro. Então, estamos agora olhando para os aspectos qualitativos do comércio²⁸¹. Fiquei muito satisfeito com meu primeiro encontro com o

279 Os Governos de Brasil e China celebraram, em 6 de julho de 1988, acordo de parceria entre o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e a Academia Chinesa de Tecnologia Espacial (CAST) para o desenvolvimento de programa de construção de dois satélites avançados de sensoriamento remoto, denominado CBERS (acrônimo em inglês para Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres). Com a união de recursos financeiros e tecnológicos entre ambos os países, com investimento superior a US\$ 300 milhões, foi criado um sistema de responsabilidades divididas (30% brasileiro e 70% chinês), com o objetivo de implantar sistema completo de sensoriamento remoto de categoria internacional. Em 2002, foi assinado novo acordo, para a continuação do programa, que prevê a construção de dois novos satélites –CBERS-3 e 4 -, com nova divisão de investimentos de recursos entre o Brasil e a China, desta feita da ordem de 50% para cada país. Com vistas a evitar interrupção do fornecimento de imagens no período entre o término das atividades do CBERS-2 e o início da operação do CBERS-3 - o que acarretaria prejuízo para ambos os países e para os usuários do Satélite -, Brasil e China decidiram, em 2004, construir o CBERS-2B e lançá-lo em 2007. O CBERS-2B operou até o início de 2010. O CBERS-3 tinha previsão de lançamento inicialmente para o fim de 2012, mas problemas no subsistema de telemetria, rastreamento e comando (TTC) levaram ao adiamento do lançamento para o fim de 2013. O CBERS-4, por sua vez, segue em ritmo normal de construção, com lançamento previsto para meados de 2014.

280 Em 2011, de acordo com dados do Conselho Empresarial Brasil-China, as exportações do Brasil para a China somaram 44.315 milhões de dólares e as importações 32.790 milhões de dólares. No ano seguinte, o comércio bilateral total foi 75,4 bilhões de dólares (Fonte: MRE).

281 Não obstante os superávits comerciais brasileiros em relação à China, a pauta de exportações brasileiras é composta essencialmente de produtos básicos. Um percentual de aproximadamente 79% do valor das exportações brasileiras para a China refere-se aos três principais grupos de commodities exportadas: minério de ferro, 36,2%; complexo soja, 31,1%; e petróleo, 11,7% (Fonte: MRE). Considerando-se o total dos produtos exportados à China, os produtos básicos correspondem a cerca de 83% das vendas totais, os semimanufaturados a 11,3% e os manufaturados a 5,7%, segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior (SECEX). No caso das exportações chinesas ao Brasil, além de 97,9% da pauta ser constituída por bens industrializados, verifica-se maior diversidade em relação à pauta brasileira: os cem principais

Ministro Chen Deming, que lida com questões comerciais, e que esteve recentemente em Brasília, chefiando grupo de negócios e olhando precisamente para ações para diversificar as exportações do Brasil para a China. Quando a Presidenta da República esteve em Pequim, organizamos uma grande reunião de negócios, e o tema do encontro foi “Além da Complementaridade”²⁸². O que nós gostaríamos de ver é o Brasil exportando não somente ferro ou soja, petróleo e commodities, mas também mais bens industriais, aviões, aparelhos elétricos e outros itens dessa natureza. Os dois países estão se aproximando cada vez mais. A distância, porém, ainda é impedimento para maior contato entre as populações brasileira e chinesa. Se nós tivéssemos linhas aéreas diretas com a China, veríamos mais brasileiros visitando a China e mais chineses visitando o Brasil.

CCTV: Brasil e China são países em desenvolvimento e membros do BRICS. Qual é a sua visão sobre os papéis que a China e o Brasil desempenham nas relações internacionais?

MINISTRO: Tanto a China quanto o Brasil, apesar de ainda serem países em desenvolvimento e estarem combatendo a pobreza, têm demonstrado capacidade de resistência depois da crise econômica de 2008²⁸³. Hoje, estão entre as dez maiores economias do mundo²⁸⁴. São ambos membros do G-20²⁸⁵. Como membros do grupo BRICS,

produtos da pauta exportadora chinesa representam não mais do que 42,16% das vendas para o Brasil, contra uma participação dos cem principais produtos de 96,62% no caso da pauta brasileira.

282 Em visita à República Popular da China, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, abriu, em 12 de abril de 2011, o “Diálogo de Alto Nível Brasil-China em Ciência, Tecnologia e Inovação” e encerrou o “Seminário Empresarial Brasil-China: para além da complementaridade”, no qual estiveram presentes representantes empresariais brasileiros e da República Popular da China.

283 De acordo com dados do Banco Mundial, em 2010, a China cresceu 10,3% e, em 2011, 9,2%. O Brasil, por sua vez, cresceu 7,5% em 2010 e 2,7% em 2011.

284 De acordo com as estimativas do FMI, em 2012, o Brasil tornou-se a sétima maior economia do mundo, com PIB de 2.425 trilhões de dólares, e a China, a segunda, com PIB de 8.250 trilhões de dólares.

285 Entre os países do G-20, estão: África do Sul; Alemanha; Argentina; Arábia Saudita; Austrália; Brasil; Canadá; China; Coreia do Sul; EUA; França; Índia; Indonésia; Itália; Japão; México; Reino Unido; Rússia; Turquia; e, União Europeia.

eles têm coordenado grande número de importantes discussões sobre governança global. Estamos tendo sucesso, por exemplo, na melhoria da participação dos países em desenvolvimento no FMI e no Banco Mundial²⁸⁶. Isso está sendo efetivamente coordenado entre os BRICS. Recentemente, na Ilha Hainan, o Presidente Hu Jintao acolheu os líderes do BRICS, incluindo a África do Sul no grupo. Por essas razões, vejo potencial muito grande para maior coordenação, não somente nas questões financeiras e econômicas, mas também nas questões políticas, de paz e de segurança. Em setembro, participei, em Nova York, da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas, ocasião em que realizamos uma reunião dos Ministros de Relações Exteriores do BRICS, em que também esteve presente o Ministro das Relações Exteriores da China, Yang Jechi, e fomos capazes de nos coordenar sobre várias questões. Também gostaria de continuar essa coordenação na Rio+20²⁸⁷. O Brasil e o Rio de Janeiro, minha cidade natal, receberão a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, em 2012. Como países que se coordenam também nas discussões ambientais, por meio do grupo BASIC, o qual inclui Brasil, África do Sul, Índia e China, podemos assegurar que a conferência produza resultados significativos.

CCTV: E, finalmente, 1º de outubro é o Dia Nacional da China. Senhor Ministro, você gostaria de dizer algo para o público chinês? Ouvi dizer que o senhor está aprendendo chinês. O senhor gostaria de dizer algo em mandarim?

MINISTRO: Bem, eu espero que eu consiga dizer corretamente... [Fala mandarim: desejo o melhor para o povo chinês]. Eu ainda me

286 Desde sua criação, em 2008, as Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo do G-20 registraram importantes realizações, entre as quais a reforma da governança do FMI e do Banco Mundial (com a reforma de quotas de 2010 e os compromissos então assumidos para a nova reforma, em 2015), o que permitiu ao Brasil passar da 18ª à 10ª posição (uma vez em vigor a reforma de 2010) entre os acionistas do Fundo, cf. notas 8 e 75.

287 Sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que ocorreu no Rio de Janeiro entre 20 e 22 de junho de 2012, cf. nota 43.

lembro do momento em que levei meus filhos pequenos – eles tinham cinco e seis anos naquela época – para a Tiananmen Square, em 1º de outubro de 1987, para celebrar outro 1º de outubro. Desde então, a China tem feito progressos extraordinários na criação de melhores oportunidades para o seu povo, além de ter se tornado potência industrial e ator importante nas relações internacionais. Então, desejo ao povo chinês e ao Governo chinês um futuro brilhante. Também me comprometo a assegurar que a nossa relação seja pautada pelo progresso, como tem ocorrido nos últimos anos. Gostaríamos, portanto, de ver maiores e mais fortes ligações entre os nossos países, entre as nossas sociedades, entre os nossos povos.



ASEAN: OPORTUNIDADES PARA UMA PARCERIA ESTRATÉGICA

*Texto base para intervenção em mesa-redonda empresarial
Brasil – Associação de Nações do Sudeste Asiático
(ASEAN). Bali, 16 de novembro de 2011²⁸⁸.*

Vim à Indonésia para assinar Declaração de Intenção²⁸⁹ que dará início ao processo de adesão brasileira ao Tratado de Amizade e Cooperação (TAC) da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).

O fato de o Brasil ser o primeiro país latino-americano a iniciar processo de adesão ao TAC não é coincidência. O Brasil é o espelho da ASEAN na América Latina e vemos também muito de nós deste lado do globo. Na diversidade, somos semelhantes. Somos países de grandes populações multiétnicas, de urbanização recente e industrialização tardia. Ao mesmo tempo em que enfrentamos o desafio de distribuir melhor nossas rendas, vivemos período de considerável crescimento econômico, em contraste com a crise do mundo desenvolvido.

288 A convite dos governos dos países da ASEAN, o Chanceler Antonio de Aguiar Patriota participou, em novembro de 2011, em Bali, do segmento ministerial da XIX Cúpula do mecanismo. Tratou-se da primeira participação de um Chanceler latino-americano em evento do gênero.

289 Em novembro de 2012, foi depositado o documento de adesão do Brasil ao Tratado de Amizade e Cooperação do Sudeste Asiático (TAC). A adesão ao TAC reforça as condições políticas para que o Brasil assumira, junto a outros 10 países, *status* de Parceiro de Diálogo da ASEAN.

Sabemos, porém, que nossa capacidade de resistência não é ilimitada e precisamos nos unir para enfrentar as dificuldades. Creio que é pelo diálogo e pela cooperação Sul-Sul que encontraremos o caminho benéfico a todos nós. Vejo a cooperação técnica como meio de trocarmos boas práticas governamentais e conhecermos melhor as tecnologias e os conhecimentos que desenvolvemos²⁹⁰. Mas sabemos que a aproximação entre nossos Governos não é suficiente. É preciso intensificar os contatos de nossos setores privados.

Não podemos nos dar ao luxo de nos ignorar mutuamente, ou de nos conhecer tão pouco. A população dos países-membros da ASEAN, somada, chega a 600 milhões de habitantes, ligeiramente superior à da América Latina e Caribe, com mercados consumidores cada vez mais atraentes, tendo em conta o crescimento econômico experimentando. Nossos PIBs têm dimensões similares (cerca de 2 trilhões de dólares) e atraímos alto influxo de investimentos estrangeiros.

A ASEAN constitui o mais representativo mecanismo de integração na Ásia e o mesmo pode ser dito sobre o MERCOSUL na América Latina. Considero que a Declaração de Intenção de adesão ao TAC, que vim assinar, é mais um passo em direção à aproximação com a ASEAN, iniciada durante a I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN, em novembro de 2008, em Brasília, e seguida pela reunião ministerial realizada à margem da 64ª AGNU, em setembro de 2009.

Como eu disse, é mais um passo – não é o primeiro, tampouco deve ser o último. Do entendimento político, esperamos que resultem laços econômicos mais intensos. Em meio à diversidade sociocultural que nos caracteriza, necessitamos encontrar as pontes que nos irão

290 Em complementação às perspectivas para cooperação técnica, figuram como iniciativas relevantes da parceria bilateral: a organização, pelo Governo brasileiro, do I Curso para Diplomatas da ASEAN, em agosto de 2013, com a participação de diplomatas dos dez países e do secretariado da Associação; a participação brasileira no “ASEAN Latin Business Fórum”, em julho de 2012; a organização, pelo Brasil, do “ASEAN Business and Investment Forum”, em novembro de 2011; e a participação dos países da ASEAN no Curso Internacional para treinadores de futebol, organizado pelo Brasil em março de 2011.

aproximar. E essa aproximação ensejará iniciativas de cooperação de alcance regional em setores mais suscetíveis a ganhos de escala, como energias renováveis, até o momento, mais restritos à esfera bilateral.

Nessa linha, o fortalecimento da dimensão regional poderá repercutir positivamente sobre o plano bilateral. O Brasil quer ser a porta de entrada para a ASEAN na América do Sul e esperamos encontrar aqui novas oportunidades de negócio que dinamizem nossas relações de comércio e investimentos com a Ásia.

Nos últimos cinco anos, o intercâmbio comercial entre o Brasil e a ASEAN apresentou crescimentos sucessivos, de 7,1 bilhões de dólares em 2006, para 13,4 bilhões de dólares em 2010 (crescimento médio de 17% ao ano). De janeiro a outubro de 2011, o intercâmbio comercial somou 14,8 bilhões de dólares, com incremento de 38% em relação aos valores contabilizados no mesmo período do ano anterior. A participação do Bloco no total do comércio exterior brasileiro subiu de 3% em 2010, para 4% em 2011²⁹¹. Mesmo diante desse aumento, verifica-se significativo potencial para crescimento.

No que se refere aos principais produtos exportados pelo Brasil à ASEAN, nota-se uma concentração nos seguintes itens: açúcares; alimentos; ferro fundido; e minérios. Os principais destinos dos embarques foram: Indonésia (1,7 bilhão de dólares); Tailândia (1,5 bilhão de dólares); Cingapura (1,3 bilhão de dólares); e Malásia (1,2 bilhão de dólares). Somados, esses valores representaram 86% do total exportado pelo Brasil ao Bloco em 2010 (6,6 bilhões de dólares).

Pelo lado das importações brasileiras originárias da ASEAN, os principais mercados fornecedores do Brasil foram os mesmos países: Tailândia (27% do total); Malásia (26%); Indonésia (22%); e Cingapura (13%). Juntos, os quatro países somaram cerca de 6 bilhões de dólares,

291 De acordo com informações do MDIC, a ASEAN foi, em 2012, a quinta parceira comercial do Brasil, com intercâmbio de bens da ordem de 18,5 bilhões de dólares. A Tailândia é o principal parceiro comercial do Brasil na ASEAN, com intercâmbio de 4,5 bilhões de dólares em 2012.

representando 88% do total importado do Bloco. Quanto aos produtos adquiridos: máquinas, aparelhos e materiais elétricos e mecânicos (45% do total); e borracha (16%). Desejamos diversificar nossa pauta, tanto em termos de produtos como de países que os recebem.

Na área de investimentos, Cingapura e Malásia são os países que, no contexto da ASEAN, mais investem no Brasil²⁹². O “fundo soberano” cingapuriano Temasek, um dos 10 maiores do mundo, mantém escritório em São Paulo desde 2008, mas ainda não realizou investimento de vulto²⁹³. Outras empresas do país já têm investimentos no Brasil no setor de construção naval e já manifestaram forte interesse em participar do processo de modernização do setor aeroportuário nacional.

Recordo que o Brasil é o quarto país do mundo que mais atrai investimentos estrangeiros diretos²⁹⁴. São inúmeras as oportunidades para se investir no País, em áreas como energia, infraestrutura, mineração e indústria automobilística²⁹⁵.

292 Os investimentos de Cingapura no Brasil concentram-se nos setores de construção naval e prospecção de petróleo em águas profundas. Há investimento malásio para a produção de materiais rolantes e filipino em terminal portuário no Porto de Suape, em Pernambuco. Existem, ainda, perspectivas de investimentos malásios e indonésios na produção de óleo de palma, na Região Amazônica.

293 O fundo soberano Temasek Holdings aplicou, em 2010, 400 milhões de dólares para obter parte operacional da Odebrecht Oil & Gas. Em 2012, o fundo tornou-se sócio da empresa brasileira de calçados e artigos esportivos Netshoes, com investimentos de aproximadamente 135 milhões de reais. No mesmo ano, o fundo soberano realizou investimentos de 58 milhões de reais na Amyris Biotechnologies e na Hidrovias do Brasil, cada uma recebendo o aporte de 29 milhões de reais. O fundo também possui participação acionária em empresas cingapurianas presentes no Brasil, como Keppel, Sembcorp Marine e Singapore Airlines.

294 Segundo estimativas do Banco Central, o volume de investimentos estrangeiros diretos (IED) no Brasil totalizou, em 2012, 65,3 bilhões de dólares. Em primeiro lugar, entre os investidores, estão os EUA, com 146,7 bilhões de dólares, seguido da China, com 119,7 bilhões de dólares, e de Hong Kong, com 72,5 bilhões de dólares.

295 O Brasil vem recebendo volumes cada vez mais expressivos de investimentos estrangeiros diretos (cf. nota 294), ao mesmo tempo em que o processo de internacionalização das empresas brasileiras vem-se intensificando. Esse crescimento de fluxos de investimentos transnacionais gera para o Ministério das Relações Exteriores novas demandas em termos de serviços e de informações, distintas das tradicionais ações de promoção das exportações. Por essa razão, em janeiro de 2012, foi criada a Divisão de Investimentos (DINV), com vistas a conferir ao Departamento de Promoção Comercial e de Investimentos (DPR) maior eficiência a atividades relacionadas ao atendimento dessas novas

No que concerne à realização de investimentos brasileiros no exterior, identificamos considerável potencial em Camboja, Laos e Mianmar, por exemplo, que possuem grande capacidade para produção de energia, a qual poderia ser desenvolvida com vistas ao atendimento da crescente demanda energética na região. Há também oportunidades na área de bioenergia em países como Filipinas. Empresas brasileiras como a Vale já possuem projetos de grandes proporções na Indonésia e na Malásia²⁹⁶. Os exemplos das empresas que investem em nossos países podem e devem ser seguidos.

A participação de empresas brasileiras no “ASEAN Business and Investment Summit” (ASEAN BIS)²⁹⁷ comprova o interesse de nosso país em buscar maior aproximação econômica com o Sudeste Asiático, assim como com os países associados ao Bloco.

A economia brasileira continua a apresentar o mesmo conjunto de fundamentos positivos que lhe permitiu abreviar o período de desaceleração econômica provocado pelos efeitos da crise financeira global de 2008: níveis de reservas internacionais elevadas; trajetória equilibrada da dívida pública; elevado potencial da demanda interna, estimulada por um mercado de trabalho aquecido; menor exposição das empresas aos movimentos da taxa de câmbio; e fluxo positivo de entrada de capitais estrangeiros.

As exportações e importações registraram, em setembro de 2011, as cifras respectivas de 1,1 bilhão de dólares e 962,5 milhões de dólares, em média por dias úteis, resultando em saldo comercial

demandas. As atribuições da Divisão de Investimentos incluem atração de investimentos, internacionalização de empresas brasileiras, diálogos bilaterais de comércio e investimentos, foros de CEOs e Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG).

296 A VALE realiza investimentos nas áreas de exploração de níquel, na Indonésia; de beneficiamento de minério de ferro, na Malásia; e de construção e operação de terminais portuários, na Malásia e nas Filipinas.

297 A “ASEAN Business and Investment Summit” (ASEAN BIS) reúne organizações do setor público e privado, representantes do Governo e líderes empresariais da ASEAN e de fora da associação, para promoção do diálogo e “networking”, além de fornecer uma plataforma interativa para estimular a indústria e o comércio na região. O evento, que conta com participação média de 700 a 1000 representantes, é organizado anualmente desde 2003.

de 146,4 milhões de dólares. Na comparação com o acumulado de janeiro a setembro de 2010, o saldo cresceu 80,5%. Considerando os valores acumulados em 12 meses encerrados em setembro de 2011, o crescimento do saldo foi de 80,9%, confirmando a trajetória crescente de saldos acumulados em 12 meses desde abril de 2011²⁹⁸.

A inflação brasileira deverá fechar o ano de 2011 dentro da meta de 6,5%. Em 2012, deverá desacelerar para 5,5% a 6%, de acordo com algumas previsões. Em agosto deste ano, a taxa de desemprego se manteve em 6,0%, recuando 0,7 ponto percentual em relação a agosto do ano passado²⁹⁹.

Destaca-se a criação de vagas formais de emprego no mercado brasileiro. Os baixos níveis de desocupação continuam contribuindo para a manutenção do rendimento médio real em patamares elevados. Além disso, a política de redistribuição de renda do Governo, por intermédio de programas assistenciais como o Bolsa Família, tem ampliado a massa salarial da economia.

Mesmo nesse contexto favorável, o Brasil não está, evidentemente, imune à nova turbulência que se apresenta no cenário econômico internacional. É preciso que se diga, no entanto, que a situação atual está associada a uma crise de confiança na capacidade de importantes economias em ajustar desequilíbrios fiscais, o que poderia desacelerar ou até mesmo reverter a já lenta recuperação da economia mundial.

Os momentos de dificuldade, no entanto, podem ser o ensejo a novas oportunidades, desde que se adote postura criativa. Essa

298 Embora a corrente de comércio brasileira em 2012 (465,7 bilhões de dólares) tenha apresentado queda de 3,43% em relação a 2011 (482,3 bilhões de dólares), o ano de 2012 registrou o segundo valor mais alto da série histórica, quer para as exportações, quer para as importações. O intercâmbio comercial do Brasil com o mundo, em 2012, foi 21,38% superior ao de 2010 (383,7 bilhões de dólares) (Fonte: MDIC).

299 Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a inflação no Brasil, em 2012, foi de 5,84%. A taxa de desemprego registrada, em 2012, foi de 5,5%, índice mais baixo da série histórica iniciada em 2002.

criatividade, tenham certeza, as senhoras e senhores encontrarão ao buscarem parceiros para negócios no Brasil. Convido-os a ouvirem com atenção as apresentações de nossos palestrantes, que falarão sobre as potencialidades da economia e do mercado brasileiros. Espero encontrá-los em breve em meu país.



ESTADOS UNIDOS



ESTADOS UNIDOS: UMA PARCERIA MADURA

Entrevista concedida à revista IstoÉ Dinheiro, 18 de março de 2011.

Título original: “Queremos criar uma relação de confiança com os EUA”.

ISTOÉ: Há expectativa de que o Presidente Barack Obama³⁰⁰ declare apoio à pretensão do Brasil por uma vaga permanente no Conselho de Segurança da ONU. O senhor acredita nisso?

MINISTRO: Essa é uma decisão que deverá partir do próprio Presidente Barack Obama. Nas conversas em Washington, tratei do tema e pude identificar que existe muito respeito pela contribuição que o Brasil dá à promoção da paz internacional. O Haiti é um exemplo citado frequentemente³⁰¹. Além disso, o Brasil é a única nação emergente com relação fraterna com seus vizinhos, não tem inimigos e possui credenciais impecáveis de não proliferação de armas de destruição em massa. De modo que esse conjunto de circunstâncias poderá efetivamente se traduzir em apoio, mas não tenho elementos para dizer o momento exato em que esse apoio virá.

ISTOÉ: Se o apoio não vier agora, a visita terá sido em vão?

MINISTRO: Em absoluto! O gesto da visita em si é muito significativo. Há um interesse muito grande também dos setores privados, perspectivas de novos negócios, mais interação. Existe uma

300 O Presidente Barack Obama esteve em visita ao Brasil nos dias 19 e 20 de março de 2011.

301 Sobre a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), cf. nota 117.

variedade de temas que serão abordados. A relação bilateral não se limita a essa questão³⁰².

ISTOÉ: O Brasil de hoje representa um desafio para os EUA?

MINISTRO: Os EUA reconhecem a influência regional e global do Brasil. Nas minhas conversas em Washington, na preparação desta visita, pude identificar um interesse muito grande em atualizar a relação bilateral, para que reflita essas novas possibilidades, em função do desenvolvimento econômico-social e da elevação do perfil diplomático brasileiro.

ISTOÉ: Que entraves precisam ser superados na relação com os EUA?

MINISTRO: A relação hoje está num nível elevado de interação, uma agenda ampla. Para tratar as barreiras pontuais, há mecanismos específicos, como a OMC³⁰³. Existe expectativa de conseguirmos

302 Brasil e EUA possuem mais de vinte mecanismos bilaterais de diálogo e cooperação, que cobrem essencialmente todos os temas das agendas bilateral, regional, internacional e global. É crescente a cooperação em temas como educação, ciência, tecnologia e inovação, cooperação trilateral, igualdade de gênero e combate ao racismo, sem prejuízo das áreas mais tradicionais, como comércio e investimento, energia, e defesa e segurança. Segundo dados do MDIC, em 2012, o fluxo de comércio entre Brasil e Estados Unidos superou o resultado de 2008, o maior antes da crise, ao alcançar 59,4 bilhões de dólares – ligeiramente menor do que o resultado de 2011, o maior alcançado nos últimos anos. Ainda segundo o MDIC, as exportações brasileiras para os EUA aumentaram em 900 milhões de dólares (3,5%), entre 2011 (25,9 bilhões de dólares) e 2012 (26,8 bilhões de dólares). Os EUA são ainda o maior detentor de estoque de investimentos no Brasil, no valor de 113,5 bilhões de dólares (2011), segundo estatísticas do BACEN. Por sua vez, o estoque de investimentos brasileiros nos EUA alcançou 10,3 bilhões de dólares (2011). Em 2012, de acordo o BACEN, para o período de janeiro a novembro, o Brasil recebeu investimentos norte-americanos de 11,024 bilhões de dólares e investiu 1,689 bilhões de dólares nos EUA.

303 A Organização Mundial de Comércio (OMC) possui desenvolvido sistema de solução de controvérsias, que tem por objetivo promover segurança e previsibilidade nas relações comerciais entre os membros da organização. Pelo sistema de solução de controvérsias, os Estados podem resolver, de forma pacífica, as controvérsias comerciais existentes entre si, com base nas regras multilaterais em vigor. O órgão da OMC competente para administrar o referido sistema é o Órgão de Solução de Controvérsias (OSC), composto por representantes de todos os membros da Organização (Estados e territórios aduaneiros autônomos). Somente os membros da OMC podem participar desse mecanismo, havendo a impossibilidade de outros atores, como empresas, pessoas físicas e organizações não governamentais, participarem diretamente como partes ou como terceiros interessados – elas participam apenas como *amicus curiae*, ou seja, submetendo documentos. Entre os casos submetidos ao OSC envolvendo Brasil e EUA, destacam-se os casos da Gasolina e do Algodão, nos quais o Brasil obteve parecer favorável às suas demandas. Para mais informações sobre esses e outros casos,

maior acesso ao mercado americano para produtos como a carne, e decisões na área fitossanitária podem beneficiar nossas exportações³⁰⁴. Mas uma visita presidencial, sobretudo a primeira, não deve descer a detalhes comerciais. Vamos trabalhar na criação de uma relação pessoal de confiança entre a Presidenta Dilma Rousseff e o Presidente Barack Obama para que a agenda existente progrida e agendas novas sejam estabelecidas.

ISTOÉ: Essa nova maturidade significa o fim do antiamericanismo?

MINISTRO: A questão de ideologia não é um ingrediente significativo. Mas o Brasil é uma potência emergente e quer transformar certas estruturas globais. O problema é que durante algum tempo a percepção era de que os EUA defendiam o *status quo* e queriam congelar a estrutura de poder internacional. Também fomos críticos à intervenção no Iraque³⁰⁵. Mas o Presidente Barack Obama representa uma visão diferente, em que o uso da força militar respeita a carta da ONU³⁰⁶. Obama quer que os EUA estejam em contato com os novos polos de poder. Esteve na Índia, na China e agora vem ao Brasil. Estamos num mundo diferente.

cf. "O Brasil no sistema multilateral de comércio", artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, 8 de outubro de 2011. Título original: "Dez anos, cem casos".

304 As exportações brasileiras puderam beneficiar-se, em maio de 2012, da abertura do mercado dos EUA para a carne suína de Santa Catarina, após a conclusão das negociações sanitárias que levaram ao reconhecimento do *status* sanitário daquele Estado como "livre de febre aftosa sem vacinação".

305 Em março de 2003, o Governo brasileiro divulgou nota pela qual lamentava o início das operações militares em território iraquiano e o fato de que não prevaleceu a busca de uma solução pacífica para o desarmamento do Iraque, no marco da Carta das Nações Unidas e das resoluções do Conselho de Segurança.

306 O uso da força pelos Estados é vedado pelo Direito Internacional. Como estabelecido pelo Artigo 2º, parágrafos 1 e 2, da Carta da ONU, todos os Estados-membros devem buscar a resolução pacífica de seus conflitos internacionais e abster-se da ameaça ou do emprego da força contra outro Estado. Apenas nos casos de legítima defesa individual ou coletiva, conforme Artigo 51 da Carta, prevê-se o emprego da força por um Estado. Corresponde ao Conselho de Segurança da ONU, como estabelece o Artigo 24 da Carta, a responsabilidade primária pela manutenção da paz e da segurança internacionais. Os casos de autorização expressa do uso da força por parte do Conselho de Segurança das Nações Unidas são regulados pelo Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, que trata de situações de ameaças à paz, de ruptura da paz e de atos de agressão.

ISTOÉ: A escolha do Rio para o discurso do Presidente Obama foi sugestão do Itamaraty?

MINISTRO: A escolha foi dele. O Presidente Barack Obama já falou outras vezes de seu grande interesse em conhecer as praias brasileiras. Ele gosta de mar, é havaiano. E o Rio hoje representa o petróleo brasileiro, a Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016.

EUROPA



UNIÃO EUROPEIA, PARCERIA POR UM NOVO PARADIGMA DE GOVERNANÇA GLOBAL

Palestra proferida por ocasião da visita da Alta Representante para Relações Exteriores e Política de Segurança da União Europeia, Catherine Ashton. Brasília, 7 de fevereiro de 2012.

Reuni-me ontem, com minha colega, Catherine Ashton, Alta Representante da União Europeia. Durante nosso encontro e, depois, no jantar de trabalho, tratamos de diversos assuntos da pauta bilateral e da agenda internacional. Gostaria de resumir para vocês o teor da nossa conversa, além de contextualizar um pouco a nossa relação. A UE e a emergente CELAC estão estabelecendo mecanismo de diálogo e temos a perspectiva de um encontro birregional em Santiago do Chile no início do ano que vem³⁰⁷.

Recordo que este é o ano do centenário de morte do Barão do Rio Branco, nosso patrono e personalidade essencial para que se possa compreender hoje o lugar do Brasil na região e no mundo

307 A I Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos – União Europeia foi realizada em Santiago do Chile, nos dias 26 e 27 de janeiro de 2013, sob o tema “Aliança para um desenvolvimento sustentável: promovendo investimentos de qualidade social e ambiental”. Nessa ocasião, adotou-se a Declaração de Santiago e Plano de Ação CELAC – UE para o biênio 2013-2014, que envolvem iniciativas nas áreas de promoção de igualdade de gêneros e fomento a investimentos em desenvolvimento sustentável. Paralelamente à reunião de Chefes de Estado e de Governo, foram realizados encontros de acadêmicos, empresários e parlamentares de ambas as regiões. O intercâmbio comercial entre os países membros da CELAC e da UE, que era de 211,6 bilhões de dólares em 2007, atingiu 278,1 bilhões de dólares em 2011 – um crescimento de 31,5%.

– embora o Brasil de 1912 fosse muito diferente daquele de 2012. Este ano marca uma conquista importante: conquistamos a condição de país que mantém relações diplomáticas com todos os demais membros das Nações Unidas³⁰⁸. Isso é uma ilustração simbólica – porque, na verdade, já tínhamos relações diplomáticas com a imensa maioria de membros da ONU – de que exercemos, talvez pela primeira vez na nossa história e nesse diapasão, influência e alcance verdadeiramente globais – algo que, em inglês, é bem designado com a expressão *global outreach*.

Isso não teria tanto significado, não fosse o fato de que o Brasil também tem uma mensagem muito singular a transmitir à comunidade internacional, baseada no êxito das políticas públicas implementadas nos últimos anos: crescimento econômico com justiça social, em ambiente de democracia e de consciência ambiental. Junte-se tudo isso e veremos uma sociedade que a própria Ashton descreveu ontem como “vibrante”. Há entusiasmo e sentimento de que superamos a estagnação das décadas de 80 e 90, em que patinávamos no vazio, procurando criar empregos e melhorar os indicadores de condições sociais, dando condições mais dignas para a população brasileira.

A palavra “paz” é de crescente importância para o Brasil, porque um perfil pacífico é o que resulta da soma de crescimento econômico, justiça social, consciência ambiental e ausência de armas de destruição em massa. Paz é o que inspira as relações do Brasil com toda nossa vizinhança – e não só o entorno sul-americano, que é objeto de ação internacional diferenciada e concentrada –, mas também a família latino-americana e caribenha, região de paz, cooperação e democracia. Esta região beneficia-se hoje de moldura institucional nova, por meio da qual se criam oportunidade de convergências

308 Ao estabelecer relações diplomáticas com o Reino de Tonga, em 21 de dezembro de 2011, o Brasil passou a relacionar-se com todos os Estados-membros da ONU, cf. notas 6 e 27.

entre os diferentes exercícios de integração sub-regional – sejam eles sul-americanos, caribenhos e centro-americanos. O México é, também, um ator de grande peso e tem assumindo uma posição de apoio e de engajamento nesse processo de integração.

Mas hoje gostaria de falar, sobretudo, da relação entre o Brasil e a União Europeia, que se beneficia do título de “parceria estratégica”. A parceria foi estabelecida em 2007 e, desde então, o volume de comércio aumentou 47% – passando de 67 bilhões dólares para quase 100 bilhões de dólares em 2011³⁰⁹. Essa cifra, por si só, ilustra a importância econômica da relação. Se tomada em conjunto, a União Europeia é o principal parceiro do Brasil no plano comercial. Se considerarmos individualmente os países que a compõem, outros países tomam a dianteira. Ainda assim, a parceria em si mesmo já atribui à União Europeia um papel de especial relevo nas nossas relações internacionais.

Por mais que hoje em dia a União Europeia esteja associada a um momento de crise e de desafios no plano econômico – que preocupam não só os próprios europeus, mas também a comunidade internacional, pelas repercussões que se fazem sentir nos fluxos de comércio e de investimentos e nas perspectivas de crescimento – não devemos subestimar o dinamismo, a força, o vigor econômico e intelectual da Europa e da União Europeia. Como disse-me Ashton, se não houvesse mais atrativos no exercício de integração europeu, não haveria tantos batendo à porta para tentar entrar – como sabemos, a Croácia se aproxima da condição de membro pleno. Assim, em tom de brincadeira, digo, às vezes, que também somos 27 estados, só que falando a mesma língua no Brasil. E vivemos em um entorno geográfico onde procuramos o aprofundamento da integração. Mas há muito o que buscar de inspiração nesse exercício europeu de integração, que representa exemplo de superação de

309 Em 2012, o volume de comércio entre Brasil e UE registrou 96,6 bilhões de dólares (Fonte: MDIC).

profundas e graves rivalidades do passado, que levaram a conflitos, mortes e destruição. Não temos paralelo nesse sentido na nossa região, mas é importante procurar emular aquilo que deu certo e não repetir aquilo que talvez não tenha sido o mais indicado.

Tive a oportunidade de transmitir à minha colega Catherine Ashton nosso grande interesse em estreitar a relação nos planos científico, tecnológico e de inovação. O programa “Ciência sem Fronteiras” levará 40 mil universitários brasileiros à Europa até 2014. O próximo estágio de desenvolvimento do Brasil requer ênfase no aumento da competitividade industrial e na capacidade de nos inserirmos na economia internacional, de forma a fazer face a outros centros – tanto do mundo desenvolvido como do mundo emergente. A consciência dos desafios que enfrentamos faz com que olhemos com interesse para a União Europeia – não só como parceiro em ciência, tecnologia e inovação, mas também como investidor na modernização de infraestruturas, como destino de importações e como parceiro na área industrial. Estamos engajados na conclusão de um tratado birregional Mercosul-União Europeia, que aumentará o fluxo comercial³¹⁰.

Quando a União Europeia e o Brasil se associam em um projeto de alcance global, os resultados podem ser muito exitosos. Foi o que ocorreu em relação à mudança do clima na Conferência de Durban³¹¹. Não fossem os engajamentos europeu e brasileiro, dificilmente teríamos chegado aos resultados alcançados. E isso é uma ponte para o grande projeto deste ano aqui no Brasil, a Conferência

310 À margem da I Cúpula CELAC-UE, em Santiago, Chile, realizou-se em 26 de janeiro de 2013 uma reunião ministerial MERCOSUL-UE dedicada à negociação do acordo de associação entre os blocos, ao cabo da qual se emitiu mandato para o intercâmbio de ofertas até o último trimestre de 2013.

311 A 17ª Conferência das Partes (COP-17) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a 7ª Reunião das Partes no Protocolo de Kyoto (CMP-7) foram realizadas em Durban, África do Sul, entre os dias 28 de novembro e 11 de dezembro de 2011. A COP-17/CMP-17 definiu o início, em 2013, do segundo período de compromisso do Protocolo de Kyoto (formalizado em 2012, na COP-18/CMP-18, em Doha). Nessa reunião, acordaram-se diversas iniciativas no âmbito da Convenção, como o Fundo Verde para o Clima. Lançou-se, também, novo processo negociador – denominado Plataforma de Durban –, orientado para o fortalecimento do regime sobre mudança do clima, inclusive por meio da negociação de novo instrumento jurídico internacional.

Rio+20. É essencial que continuemos trabalhando de forma coordenada e harmoniosa com os europeus, assim como com toda a comunidade internacional, para aproveitar a oportunidade de reunir não só representantes de governos, mas também do meio acadêmico, dos setores privados, de organizações não governamentais – enfim, de personalidades que pensam sobre o futuro do desenvolvimento sustentável – e associar ideias sobre crescimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento ambiental e preservação do meio ambiente, com vistas a configurar uma plataforma de atuação para o futuro. E isso se dará em um momento em que se constata o esgotamento de modelos preconizados no passado, tanto os mais estatizantes como os fundamentalismos do mercado. Há uma demanda por novos paradigmas – e é nesse contexto que a Rio+20 se apresenta como grande oportunidade.

Há poucos dias, estive em Davos para uma sessão do Fórum Econômico Mundial³¹², onde identifiquei áreas que requererão particular atenção até, e durante, a realização da Conferência. A primeira é a questão da participação: tenho transmitido a todos meus interlocutores que gostaríamos que a participação se desse no mais alto nível político. Queremos, também, dar voz ao setor privado, aos acadêmicos e à sociedade civil, de uma maneira que talvez não tenha ocorrido em Conferências passadas, para que haja um esforço de mobilização da sociedade em torno desse debate tão crucial para o futuro da humanidade. Com isso em mente, a organização da Conferência prevê reunião de Comitê Preparatório entre os dias 3 e 19 de junho, seguido de intervalo de quatro dias antes do início da Cúpula propriamente dita, durante o qual organizaremos mesas

312 Realizada entre 25 e 29 de janeiro de 2012, em Davos, Suíça, a Reunião Anual do Fórum Econômico Mundial teve como tema “A Grande Transformação: Estabelecendo novos Modelos”. Criado em 1971, o Fórum reúne líderes, empresários e acadêmicos de todo o mundo em debates sobre os principais assuntos da agenda internacional. O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, participou de sessões sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), que trataram da concepção de um modelo sustentável de crescimento para o século XXI.

redondas sobre temas como energia, segurança alimentar, a situação econômica mundial, o futuro da ciência e da tecnologia, voltadas para o desenvolvimento. O produto desses debates será, então, levado aos Chefes de Estado e ao Secretariado das Nações Unidas.

Outro tema é a liderança – e grande parcela dessa responsabilidade recai sobre o país anfitrião. A liderança brasileira será definida pelas nossas conquistas nos planos econômico, social e ambiental, bem como pela capacidade de estabelecermos pontes entre diferentes interesses e grupos – uma especialidade atribuída à diplomacia brasileira, nem sempre facilmente exercida, mas em relação à qual talvez tenhamos alguma vantagem comparativa no âmbito das negociações ambientais e da Rio+20. Isso implica também sermos capazes de ouvir sempre com atenção e estarmos antenados aos diferentes grupos e interesses para conseguirmos identificar áreas de convergência.

Outra área são as ações: a Conferência precisa estar voltada para a transformação da realidade. Nesse sentido, emerge o consenso de que são necessárias ações concertadas em setores como energia e segurança alimentar. É também interessante uma ideia que está sendo veiculada pelo Secretariado das Nações Unidas e pelos países participantes do processo preparatório e que deverá ser incorporada ao relatório do Painel de Alto Nível: os “objetivos de desenvolvimento sustentável”. Haveria um período para que nos coordenássemos para identificar e precisar esses objetivos, que seriam aplicáveis a todos os países, indistintamente – e não apenas àqueles em desenvolvimento³¹³.

313 Um dos principais resultados da Conferência Rio+20 foi a decisão de lançar processo para definição de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, com a formação de Grupo de Trabalho Aberto da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No documento final da Conferência, intitulado “O Futuro que Queremos”, os parágrafos 245 a 251 estabelecem as diretrizes para esse processo. Em 22 de janeiro de 2012, a Assembleia Geral da ONU implementou o GTA ODS, conforme determinação do documento final da Rio+20. Composto por 30 Estados-membros, o GTA ODS reuniu-se em quatro oportunidades em 2013 (de 14 a 15 de março, de 17 a 19 de abril, de 22 a 24 de maio e de 17 a 19 de junho). Até a apresentação do relatório final à 68ª.

Outros temas são os recursos financeiros necessários para levar adiante ações transformadoras e a própria governança – tema importante em si mesmo, não só na área ambiental. A Rio+20 deliberará sobre a criação de um órgão de desenvolvimento sustentável nas Nações Unidas, que – assim como o Conselho de Direitos Humanos – teria funcionamento permanente. Nos debates sobre governança, há diferentes hipóteses sobre como se deve lidar com o Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente: fortalecê-lo em sua atual personalidade ou transformá-lo em algo mais ambicioso. Essa decisão caberá aos Estados-membros da ONU³¹⁴.

É importante incorporar aos nossos debates contribuições intelectuais e científicas. Sem o aporte daqueles que estudam a interação entre o econômico, social e ambiental, estaremos conversando no vazio.

Finalmente, a Conferência terá que mobilizar os corações e as mentes dos participantes. Por mais que tenhamos demonstrado pragmatismo e realismo, as conquistas brasileiras dos últimos anos não teriam sido possíveis sem grande idealismo em relação ao desenvolvimento, ao crescimento econômico e ao progresso social. É importante que a Conferência seja capaz de inspirar a sociedade e criar o que se poderia chamar de “nova utopia”: uma conjugação de realismo com idealismo. Não se trata de fantasias, mas de algo que tem que ser realizável e que inspire a juventude e as gerações futuras.

Assembleia Geral, em 2014, com definição sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o GTA deverá reunir-se em outras quatro ocasiões.

314 A seção “Estrutura Institucional para o Desenvolvimento Sustentável” do documento final da Conferência Rio+20, “O Futuro que Queremos”, parágrafos 75 a 103, trata do tema Governança. Decidiu-se pela criação de Foro Político de Alto Nível para o Desenvolvimento Sustentável, que deverá coordenar os trabalhos dos órgãos das Nações Unidas e assegurar a implementação dos compromissos sobre desenvolvimento sustentável. Como expressado no parágrafo 88, alcançou-se também consenso sobre o aprimoramento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), por meio da adoção de participação universal em seu Conselho de Administração, do incremento do volume e estabilidade dos recursos financeiros e do fortalecimento de sua base científica.

Tenho certeza de que a União Europeia será um parceiro nessa trajetória.

Gostaria de comentar, também, dois temas que mobilizaram a comunidade internacional em 2011: a crise econômica e a Primavera Árabe.

Sobre o primeiro, assinalo a importância de que o G-20 se consolide como fórum para deliberação sobre os desafios da cooperação econômico-financeira internacional – não porque seja o fórum ideal, mas por que é mais representativo do que o G-8. O G-20 incorpora novos atores e não pode ignorar o “G-193”³¹⁵. Afinal, o G-20 é autodesignado, seus membros não foram eleitos: são países que representam cerca de 80% da economia mundial e se reúnem por iniciativa própria para deliberar sobre grandes desafios. Tenho certeza de que sua mensagem não terá o alcance desejado se o G-20 estiver fechado às aspirações de países de menor desenvolvimento relativo e aos grandes desafios na área do desenvolvimento, da segurança alimentar e do combate à pobreza, dentre outros.

A Primavera Árabe é um fenômeno que ilustra muito bem que não vivemos o “fim da história”, ao contrário do que alguns preconizaram quando do fim da Guerra Fria. A história está em permanente ebulição e, no mundo árabe – em relação ao qual muitas vezes se dizia que a alternativa era entre regimes autocráticos ou o fundamentalismo islâmico da Al-Qaeda – constatamos, com satisfação, que as populações desejam maior democracia, capacidade de realização econômica, emprego, oportunidades e liberdade. Isso nos sensibiliza e nos motiva a apoiá-los em suas aspirações e a procurar minimizar a instabilidade e a turbulência que tais processos ocasionam.

Sabemos que isso não é possível em todas as situações e que sérios desafios exigem a atenção da comunidade internacio-

315 A expressão “G-193”, que não corresponde a nenhum agrupamento formalmente estabelecido, é corriqueiramente utilizada para referir-se à totalidade de Estados-membros da ONU, cf. nota 27.

nal. O Brasil participou intensamente dos debates do Conselho de Segurança em torno da situação na Líbia e na Síria durante o ano de 2011. Embora ainda não sejamos membros permanentes do Conselho de Segurança, isso não impede que estejamos permanentemente interessados e engajados nos debates travados nesse órgão, de tal modo que não somente as transições do mundo árabe ocorram de forma pacífica e com o mínimo de instabilidade, mas que também o sistema multilateral saia fortalecido desse exercício. A verdade é que, se no âmbito econômico e financeiro temos pelo menos um G-20, grupo um pouco mais representativo, no âmbito da paz e da segurança há um déficit de representatividade e de democracia – o que impacta na eficácia da coordenação internacional para lidar com desafios como esses.

Como Ashton esteve recentemente com lideranças palestinas e israelenses, permito-me algumas palavras sobre o tema. Parece-me uma aberração que a situação potencialmente mais desestabilizadora da comunidade internacional – o conflito israelense-palestino – não seja sistematicamente tratado pelo Conselho de Segurança. Isso é uma falha, pois cria a impressão de omissão da comunidade internacional. Como disse à minha colega Catherine Ashton, parece-nos que o Quarteto tem sido inoperante. Mais do que isso: é chegado o momento de se pedir ou se requerer do Quarteto que se reporte com regularidade ao Conselho de Segurança para que ao menos os demais membros do órgão possam tomar conhecimento do estágio em que se encontram seus esforços, dos avanços ou da ausência de avanços – e esta me parece, infelizmente, ser a situação em que atualmente nos encontramos.

Por mais que reconheçamos que a busca de aprimoramento político, econômico e social nos países árabes sejam processos autônomos e que obedecem a uma dinâmica nacional – não serem originalmente dirigidos contra outros países é, aliás, um dos dados mais interessantes desse fenômeno – sabemos que a tensão

decorrente da ausência de solução o potencial de contaminar a região – quando, ao contrário, temos que nos esforçar para que o ambiente regional se torne mais propício para a busca da estabilidade.

Ashton e eu tivemos, também, a oportunidade de conversar sobre certas coalizões de que o Brasil participa na sua atual fase de inserção internacional, como o IBAS e o BRICS. Embora neste a pauta seja mais concentrada na cooperação econômico-financeira, a circunstância de que Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul tenham estado todos presentes no Conselho de Segurança em 2011 fez com que o grupo incluísse uma dimensão política e de segurança. Assegurei à minha colega que essas coalizões, que têm grande visibilidade por serem novas, não implicam desatenção da diplomacia brasileira a parceiros estratégicos tradicionais, como a União Europeia, os Estados Unidos e o Japão, dentre outros.

Quando falamos do surgimento de um mundo multipolar, a atenção é frequentemente voltada para as potências emergentes – seja aquelas que já emergiram alguma vez no passado, seja aquelas que emergem pela primeira vez, como o Brasil –, mas raramente há referência à União Europeia. Estou convicto de que, na ordem multipolar que gostaríamos de ver sedimentada – uma multipolaridade da cooperação – deve haver um pilar europeu forte. Há um papel fundamental a ser desenvolvido pela Europa e fico muito satisfeito ao ver que a sua diplomacia está em tão boas mãos.

PARTE III

PAZ SUSTENTÁVEL



INTERDEPENDÊNCIA ENTRE PAZ, SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO

Discurso proferido por ocasião do Debate Aberto de Alto Nível do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre a interdependência entre segurança e desenvolvimento. Nova York, 11 de fevereiro de 2011.

Antes de examinar alguns dos desafios atuais e sugerir cursos de ação, gostaria de fazer uma breve digressão histórica.

Estamos todos plenamente cientes de que a Organização das Nações Unidas foi criada para poupar as gerações futuras da calamidade da guerra, evitando repetir os erros cometidos após a I Guerra Mundial. Um aspecto importante dessa abordagem envolveu iniciativas paralelas voltadas a criar melhores condições econômicas e sociais para a recuperação dos países que haviam sofrido as devastações da II Guerra Mundial com mais intensidade, quer tenham saído vitoriosos, quer não. O Plano Marshall foi instrumental para o êxito desses esforços, dando corpo à noção de que uma ordem internacional mais estável e pacífica exigiria não apenas um sistema de segurança coletiva imbuído de credibilidade, mas também uma “agenda de desenvolvimento”.

O termo “desenvolvimento” não era tão comum na época, mas a Carta das Nações Unidas já incorporava a ideia da interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento. O Artigo 55, referente à “Cooperação Internacional Econômica e Social”, declara que:

com o fim de criar condições de estabilidade e bem-estar, necessárias às relações pacíficas e amistosas entre as nações, baseadas no respeito ao princípio da igualdade de direitos e da autodeterminação dos povos, as Nações Unidas favorecerão: a) níveis mais altos de vida, trabalho efetivo e condições de progresso e desenvolvimento econômico e social...

Nos anos posteriores, o conceito de desenvolvimento continuou a ser refinado na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e na Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Na esteira do processo de descolonização, as demandas por melhores termos de intercâmbio e maior assistência ao desenvolvimento motivaram, na década de 1970, a adoção de uma resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, instando o estabelecimento de uma nova ordem econômica internacional³¹⁶. O direito ao desenvolvimento foi reconhecido em uma Declaração da Assembleia Geral em 1986³¹⁷. No ano 2000, a AGNU definiu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, chamando assim atenção à centralidade do combate à pobreza no contexto geral de nossa agenda.

Nas últimas duas décadas, os desafios à paz e à segurança apresentados a este Conselho têm seguido novos padrões. Uma vez suplantada a rivalidade Leste-Oeste, muitas situações examinadas pelo Conselho envolveram regiões do mundo em desenvolvimento recém-saídas do colonialismo em condições de vulnerabilidade. Em alguns casos, suas dificuldades foram exacerbadas pelas “guerras por procuração” do período bipolar.

316 Resolução A/RES/S-6/3201, de 1º de maio de 1974 (Declaração sobre o Estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial). Após sessão especial da Assembleia Geral das Nações Unidas para estudar os problemas de desenvolvimento mundial, a ONU emitiu Resolução pela qual buscou demonstrar a determinação de seus Estados-membros em trabalhar urgentemente para o estabelecimento de uma Nova Ordem Econômica Mundial.

317 A Declaração foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da Resolução A/RES/41/128, de 4 de dezembro de 1986.

Não estou sugerindo que as ameaças mais graves à paz encontram-se hoje em lugares comparativamente mais pobres e menos desenvolvidos. Essa seria uma leitura muito equivocada tanto do cenário internacional atual como das tendências históricas. Muitas situações de que somos convocados a tratar no Conselho de Segurança – de Timor-Leste ao Haiti, da Libéria à República Democrática do Congo – envolvem sociedades que, em si, não constituem uma ameaça global à paz e à segurança. Mas são países que têm sofrido, em níveis diferentes, com o conflito e a instabilidade no contexto de situações preexistentes de pobreza, desemprego e fragilidade institucional, entre outras condições.

Estamos convictos de que estratégias puramente militares ou de segurança por si só não serão capazes de lidar de forma adequada com a vasta maioria das situações de conflito no mundo de hoje. O Conselho já reconheceu isso quando incluiu trabalhos de reconstrução em alguns mandatos de manutenção da paz. Já em 2001, o Conselho de Segurança observou a “necessidade de aprimorar as atividades de consolidação da paz com a formulação de uma estratégia baseada na interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões”³¹⁸. Mas o ponto principal que gostaria de sublinhar em nosso debate hoje é que podemos fazer mais e que devemos ter a capacidade para fazer melhor.

Não estamos propondo uma reconfiguração das responsabilidades dos vários órgãos e agências da ONU nem a transformação deste Conselho em um programa de desenvolvimento. Em nossa visão, o objetivo do debate de hoje será cumprido se contribuir para aumentar a conscientização sobre a importância de associar o desenvolvimento às estratégias de segurança que concebemos para alcançar uma paz sustentável. Essa questão é relevante, sobretudo

318 Declaração Presidencial do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em 20 de fevereiro de 2001 (PRST 2001/5).

quando tratamos de situações na África, no Oriente Médio e da única situação nas Américas que consta de nossa agenda – ou seja, o Haiti. Desde os estágios iniciais do desenvolvimento da Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH), com o inestimável apoio de nossos parceiros latino-americanos e outros países, o Brasil tem defendido mandatos que incorporem atividades de reconstrução e consolidação da paz em paralelo a ações de manutenção da paz. Embora os desafios no Haiti continuem a ser enormes, devemos perseverar nessa abordagem e aprofundar suas raízes no país. A mesma percepção nos orienta na liderança, nos últimos três anos, da configuração da Comissão de Consolidação da Paz (CCP) para a Guiné-Bissau, uma nação irmã lusófona, onde o vínculo entre segurança e desenvolvimento é evidente.

A paz sustentável implica uma abordagem abrangente de segurança. Sem oportunidade econômica, desarmamento, desmobilização e reintegração como iniciativas independentes, raramente os resultados desejados serão alcançados. As atividades de consolidação da paz, como as de apoio ao emprego dos jovens e a prestação de serviços básicos, desempenham um papel para ampliar o apoio às missões de manutenção da paz e, portanto, afetam sua sustentabilidade política no terreno. Infelizmente, estamos todos cientes dos níveis preocupantes de frustração que às vezes se associam à presença das Nações Unidas em certas regiões do mundo. Acreditamos que essa situação poderia melhorar se o Conselho também enfocasse os impactos positivos de uma estratégia integrada e bem executada pelas agências, fundos, programas e instituições financeiras internacionais.

Com essas considerações em mente, fica clara a necessidade de uma cooperação reforçada deste Conselho com o Conselho Econômico e Social, assim como maior interação entre este órgão e a CCP. Essa Comissão foi criada para preencher uma lacuna institucional nas Nações Unidas. Resultou das várias lições amargas que a

ONU aprendeu com países que entram e recaem em conflito e instabilidade. A missão da CCP é a de atuar como catalisadora ou coordenadora, dentro e fora do sistema da ONU, de apoio e iniciativas específicas para a consolidação da paz e a promoção do desenvolvimento nos países que emergem de conflitos – para além de seu mandato como fonte de assessoramento quando há risco de conflito.

Espero que o debate sobre o tema aumente a capacidade das Nações Unidas, e em particular do Conselho de Segurança das Nações Unidas, para ajudar as sociedades pós-conflito a fazer a transição de um círculo vicioso de conflito e instabilidade para um círculo virtuoso de paz, segurança e desenvolvimento.



A PAZ SE CONSTRÓI COM DESENVOLVIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL

Discurso proferido por ocasião da reunião de Alto Nível do CSNU sobre Diplomacia Preventiva. Nova York, 23 de setembro de 2011.

O tema desta sessão nos permite chamar atenção para os instrumentos diplomáticos disponíveis para a promoção da paz, em um mundo no qual testemunhamos frequentemente uma tendência à precipitação rumo à coerção, sanções e intervenção militar. O debate de hoje nos ajuda a salientar o papel principal de solução pacífica de conflitos para atingir a finalidade central das Nações Unidas: a promoção da paz internacional, com a base jurídica estabelecida pela Carta das Nações Unidas.

O Brasil gravou o princípio da solução pacífica de conflitos em sua Constituição. Acreditamos que a paz resulta de esforços coletivos em prol da construção de sociedades justas. Temos enfatizado a interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento. Sabemos, por experiência própria, que estabilidade e segurança são raramente alcançadas onde há exclusão social. Fiquei particularmente satisfeito em ouvir o comentário do Secretário-Geral Ban Ki-moon ontem, quando afirmou que “desenvolvimento é, em última análise, a melhor prevenção”³¹⁹.

319 A afirmação foi feita pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, em 21 de setembro de 2011, por ocasião da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas.

A promoção do desenvolvimento socioeconômico e a criação de oportunidades políticas para permitir que todo país atinja seu potencial são elementos indispensáveis em qualquer agenda para diplomacia preventiva – por extensão, em qualquer agenda para a paz. No Brasil, estamos comprometidos em lutar contra a pobreza e aprimorar a governança. Em nossa região, a UNASUL³²⁰ está se consolidando como uma zona de paz, cooperação e democracia.

Sabemos, contudo, que independentemente do quão desenvolvida se torne a cooperação regional, sempre precisaremos de um sistema multilateral funcional e efetivo. E nunca é demais repetir que este Conselho tem a responsabilidade primordial de promover a paz e segurança internacional³²¹. É imperativo que o Conselho de Segurança encontre soluções que possam vencer os desafios impostos por situações de crise específicas e, ao mesmo tempo, fortalecer o próprio sistema multilateral.

Episódios recentes nos demonstraram os limites da ação militar como meio para promover estabilidade, bem como a inadequação do uso da força preventiva ou de forma “preemptiva”. Ontem, ouvimos a declaração do Presidente dos Estados Unidos Barack Obama no sentido de que “a maré de guerra está baixando”³²². Deveríamos adicionar, enfaticamente, que é preciso fazer subir uma maré de diplomacia, diálogo e prevenção.

320 Sobre o Tratado Constitutivo da UNASUL, cf. nota 155.

321 De acordo com o Capítulo V, Artigo 24, parágrafo 1, da Carta das Nações Unidas, o Conselho de Segurança das Nações Unidas tem como responsabilidade primária zelar pela manutenção da paz e da segurança internacionais.

322 A declaração do Presidente Barack Obama foi feita em 5 de janeiro de 2012 no Pentágono. Na ocasião, o Presidente dos EUA anunciou cortes no orçamento das Forças Armadas dos Estados Unidos e afirmou que essas forças seriam menores no futuro. Obama afirmou que a “maré da guerra está baixando” e que o país precisa recuperar sua força econômica. Em seu discurso de posse para o segundo mandato, pronunciado em 21 de janeiro de 2013, o Presidente reeleito afirmou que uma década de guerra estaria no fim (uma menção à guerra do Iraque, que completa dez anos): “Essa geração de norte-americanos tem sido testada por crises que endureceram nossa determinação e provaram nossa resistência. Uma década de guerra está acabando agora. Uma recuperação econômica está começando”.

A prevenção de conflitos e a prevenção de agravamento de conflito podem ser fortalecidas por meio de diversas ferramentas. Operações de manutenção da paz são instrumentos valiosos. A Comissão de Construção da Paz³²³ pode exercer importante papel em afastar a recorrência de conflitos. Concordo com o Primeiro-Ministro de Portugal quando ele diz da tríade mutuamente reforçada de prevenção, manutenção da paz e construção da paz. Mas não podemos esquecer que o desarmamento e a eliminação de armas de destruição em massa também aumentam enormemente nossa capacidade de evitar conflitos.

Enquanto não discordaríamos daqueles que associam pobreza a conflito e tensão, não podemos esquecer que, em termos históricos, é o país militarmente mais poderoso quem tem provocado destruição em maior escala.

Como apontado por muitos hoje, para desempenhar plenamente seu papel no campo da paz e segurança, as Nações Unidas devem apoiar e promover a participação das mulheres nos processos políticos nacionais e internacionais. A Presidenta Dilma Rousseff reforçou nosso compromisso com esse objetivo em seu discurso ontem, na Assembleia Geral. Infelizmente, entretanto, as mulheres ainda são sub-representadas em diversas instâncias e atividades da agenda diplomática para a paz.

Vivemos em um tempo marcado por manifestações populares no mundo árabe, onde uma geração jovem exige participar efetivamente no futuro político de seus países e sociedades. Desde o início, o Brasil não apenas posicionou-se em favor dos que clamam por liberdade de expressão e progresso institucional, mas também promoveu firmemente meios pacíficos para tratar de tensões resultantes desses processos. Ao mesmo tempo, pedimos respeito ao Direito Internacional e ressaltamos a necessidade de que sejam

323 Sobre a Comissão de Construção da Paz, cf. nota 246.

integralmente respeitadas as decisões do Conselho de Segurança, em particular quando se evoca o Capítulo VII³²⁴.

Cumprir com nossa responsabilidade no âmbito da prevenção envolve a preferência pela mediação, os bons ofícios do Secretário-Geral e, sempre, dar prioridade ao total alcance de instrumentos para resolver pacificamente as controvérsias, inclusive dando a devida consideração às organizações regionais e evitando interpretações imprecisas dos mandatos do Conselho de Segurança. Acredito que o Conselho deveria registrar, com atenção, a declaração do Presidente Zuma, da África do Sul, na qual menciona o fato de que a União Africana foi amplamente marginalizada em situações recentes que foram trazidas à atenção do Conselho.

A onda de mudança que tomou o Oriente Médio e o Norte da África confere um senso de urgência ainda maior às legítimas aspirações do povo palestino por um Estado próprio. Desarmar esse grande foco de tensão e instabilidade por meio da solução de dois Estados e do devido respeito ao direito de Israel de viver em paz e segurança pode e deve ser apresentado como forma de fazer avançar o conceito de diplomacia preventiva.

O exercício da diplomacia preventiva requer que este Conselho participe efetivamente da neutralização de tensões de diversos graus de intensidade. Em outras palavras, o Conselho não cumprirá seu papel se não tratar das situações potencialmente mais desestabilizadoras. Não podemos esquecer que as Resoluções 242 e 338³²⁵ foram adotadas por consenso neste órgão e permanecem

324 O Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, que trata de situações de ameaças à paz, de ruptura da paz e de atos de agressão, regula o emprego da força por parte do Conselho de Segurança, cf. nota 306.

325 Por meio da Resolução S/RES/242, de 22 de novembro de 1967, o Conselho de Segurança da ONU afirmou que, para o cumprimento dos princípios da Carta da Organização, seria necessário estabelecer uma paz justa e duradoura no Oriente Médio que incluísse a aplicação de dois princípios: (a) a retirada de Israel dos territórios ocupados na Guerra dos Seis Dias; e (b) o respeito e reconhecimento à soberania, à integridade territorial e à independência política de todos os Estados da região e seu direito a viver em paz. A Resolução S/RES/338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 22

referências inescapáveis para o futuro da paz no Oriente Médio. O Brasil expressa sua expectativa de que o Conselho de Segurança mostre grande liderança ao ajudar a produzir, por meio de diálogo e diplomacia, uma paz justa e duradoura no Oriente Médio. E, conforme afirmou ontem o Presidente Nicolas Sarkozy, “é preciso parar de crer que um só país, seja ele o maior, ou que um pequeno grupo de países possa resolver um problema de tamanha complexidade. Muitos atores relevantes são deixados de lado”.

Atualizar a composição do Conselho de Segurança a fim de melhor refletir as realidades do mundo atual contribuirá enormemente para o fortalecimento da nossa capacidade preventiva. Até que isso ocorra, diálogo, persuasão, diplomacia e a solução pacífica dos conflitos continuarão sendo os princípios orientadores da conduta do meu País neste Conselho e nesta Organização, onde nossa responsabilidade coletiva demandará que esforços adicionais e continuados sejam investidos na prevenção, como abordagem ampla rumo à paz duradoura.

de outubro de 1973, trata do cessar-fogo entre os envolvidos na Guerra do Yom Kippur e pede o cumprimento da Resolução S/RES/242 do Conselho de Segurança da ONU.



A FORÇA COMO ÚLTIMO RECURSO

Entrevista concedida ao jornal Folha de S. Paulo, 17 de outubro de 2011. Título original: “Potências são ‘inoperantes’ na questão palestina, diz Patriota”.

FOLHA: Na votação do projeto de condenação da Síria no CSNU ³²⁶, a África do Sul soltou uma nota³²⁷ dizendo que se absteve, sobretudo porque os limites da resolução contra a Líbia³²⁸ tinham sido ultrapassados. Foi esse também o fundamento da posição brasileira?

MINISTRO: Nós estávamos trabalhando junto com Índia e África do Sul para promover uma dinâmica de consenso. Nossa preocupação tem sido evitar a polarização. Quando foi aprovada a declaração presidencial sobre a Síria³²⁹, em agosto, identificamos uma polarização

326 No dia 4 de outubro de 2011, foi submetido à votação do Conselho de Segurança projeto de resolução sobre a situação na Síria. O projeto não foi aprovado por força de dois vetos dos membros permanentes do CSNU, Rússia e China. O projeto obteve oito endossos (Estados Unidos, França e Reino Unido, entre os membros permanentes do CSNU; e Alemanha, Bósnia-Herzegovina, Colômbia, Gabão, Nigéria e Portugal, membros não permanentes do CSNU) e quatro abstenções (África do Sul, Brasil, Índia e Líbano). O Brasil integrou, como membro não permanente, o CSNU, no biênio 2010-2011. Em 2011, ao lado do Brasil, estiveram representados no CSNU todos os países dos foros BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e IBAS (Índia, Brasil e África do Sul).

327 O Ministério de Relações Internacionais e Cooperação da África do Sul divulgou, no dia seguinte à sessão do Conselho, nota em que, ao explicar as razões de sua abstenção, afirmou que “recentemente a implementação de resoluções do Conselho de Segurança teria ido muito além do mandato que lhes fora conferido”.

328 Resolução S/RES/1973 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, adotada em 17 de março de 2011.

329 Declaração da Presidência do Conselho de Segurança da ONU sobre a situação no Oriente Médio (S/PRST/2011/16), aprovada em 3 de agosto de 2011.

grande no CS e sugerimos que, em vez de ficar no impasse, tentássemos a manifestação possível. Não era a ideal, mas conseguimos.

De lá para cá, de fato, houve desconforto significativo sobre a interpretação dada à Resolução 1973/330. A África do Sul, que tinha votado a favor, passou a ser muito crítica. Isso teve algum impacto. Tentamos estimular a dinâmica da convergência para ver se conseguíamos adotar uma resolução que, sem sanções, representasse um passo além da declaração presidencial, porque continua havendo atos de violência na Síria, ações que nós condenamos.

No Conselho de Direitos Humanos da ONU nós votamos a favor de uma resolução condenatória³³¹, e a credibilidade do Brasil foi suficiente para que um brasileiro fosse indicado chefe da comissão de investigação, junto com um turco e um norte-americano³³². Estamos trabalhando ativamente com o Governo sírio para que eles sejam recebidos, assim como trabalhamos ativamente também para que os jornalistas brasileiros obtivessem vistos para ir à Síria³³³, e conseguimos. As matérias contribuíram para elucidar a opinião pública brasileira sobre a complexidade da questão.

No Conselho de Segurança, quando constatamos que havia uma dinâmica da polarização, decidimos nos abster junto com os dois

330 A Resolução previa, S/RES/1973, adotada em 17 de março de 2011, o estabelecimento de zona de exclusão no espaço aéreo da Líbia e, entre outras disposições, o reforço do embargo de armas e do congelamento de ativos financeiros de autoridades líbias. O dispositivo, que dava autorização aos Estados-membros das Nações Unidas para tomar medidas que julgarem necessárias para proteger as populações civis na Líbia, não se manifestava claramente sobre o emprego da força. Seria necessário, para tanto, nova resolução que decidisse sobre o uso da força de maneira inequívoca. A interpretação do Brasil é a de que a autorização do uso da força não deveria ser presumida.

331 A Resolução A/HRC/RES/S-16/1, de 4 de maio de 2011, solicitou, entre outras deliberações, o envio de missão do Comissariado à Síria para investigar *in locu* as acusações de violação aos direitos humanos.

332 O brasileiro Paulo Sérgio Pinheiro foi nomeado, em setembro de 2011, pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU, para liderar a Comissão Independente Internacional de Inquérito sobre a Síria. A Comissão, estabelecida em 22 de agosto de 2011 pela Resolução S-17/1, tem mandato para investigar denúncias de violações de Direitos Humanos na Síria. Integram a Comissão ainda Yakin Erturk e Karen Abuzayd.

333 Desde o início dos conflitos, viajaram à Síria, em 2011, os jornalistas brasileiros Marcelo Ninio (*Folha de S. Paulo*), Gustavo Chacra (*O Estado de S. Paulo*), e, em 2012, Lourival Santana (*O Estado de S. Paulo*) e Klester Cavalcanti (*IstoÉ*).

países com os quais temos nos coordenado, que são também democracias. Nós condenamos os abusos, a violência e a repressão contra manifestantes desarmados³³⁴. Agora, buscamos soluções que levem a uma transição para melhores formas de governo, para a democracia, pela via da diplomacia, da negociação.

A coerção, o uso da força, deve ser sempre contemplada como último recurso, sobretudo para não piorar uma situação que já é potencialmente muito desestabilizadora. Há um risco grande na Síria de guerra civil, de descontrole. É uma das regiões mais explosivas do mundo. Você não pode receitar um remédio que piore a doença. A abstenção também preserva certa capacidade diplomática, até para negociar a ida à Síria da Comissão de Investigação do Conselho de Direitos Humanos. Você se distancia dessa polarização entre membros permanentes, que obedecem às vezes a outras lógicas.

No caso da Líbia, foi a primeira vez em que uma intervenção por alegadas razões humanitárias foi autorizada pelo Conselho de Segurança.

Os franceses consideram que a Costa do Marfim também se enquadra nisso.

334 A AGNU condenou as violações de Direitos Humanos na Síria em diversas ocasiões, incluindo as resoluções A/RES/66/176 (19/12/2011), A/RES/66/253 A (16/02/2012), A/RES/66/253 B (03/08/2012), A/RES/67/183 (20/12/2012), A/RES/67/262 (15/05/2013) e A/RES/67/282 (28/06/2013). O Conselho de Direitos Humanos também aprovou documentos sobre o tema, a exemplo das resoluções A/HRC/RES/S-16/1 (29/04/2011), A/HRC/RES/S-17/1 (23/08/2011), A/HRC/RES/S-18/1 (02/12/2011), A/HRC/RES/19/1 (01/03/2012), A/HRC/RES/19/22 (23/03/2012), A/HRC/RES/S-19/1 (01/06/2012), A/HRC/RES/20/22 (06/07/2012), A/HRC/RES/21/26 (28/09/2012), A/HRC/RES/22/24 (22/03/2013), A/HRC/RES/23/1 (29/05/2013), A/HRC/RES/23/26 (14/06/2013) e A/HRC/24/22 (24/09/2013). No CSNU, as resoluções que tratam da situação na Síria são: S/RES/2042 (14/04/2012), S/RES/2043 (21/04/2012) e S/RES/2118 (27/09/2013). O Brasil, em suas declarações nos foros internacionais multilaterais, tem reiteradamente repudiado a violência e as violações de direitos humanos que vêm ocorrendo na Síria, além de manifestar apoio ao trabalho da Alta Comissária para os Direitos Humanos e da Comissão de Investigação na Síria instituída pelo Conselho de Direitos Humanos. Além das intervenções e manifestações feitas pelo Brasil em reuniões de mecanismos inter-regionais e de organismos internacionais, incluindo o Conselho de Direitos Humanos e a III Comissão da AGNU, o Governo brasileiro tem divulgado, desde 2011, notas em que condena e repudia a escalada da violência na Síria, a exemplo das notas 161/2011 (25/4/2011), 286/2011 (01/8/2011), 143/2012 (8/6/2012), 173/2012 (13/7/2012), 180/2012 (20/7/2012), 206/2012 (27/08/2012), 11/2013 (16/1/2013), 150/2013 (9/5/2013), 294/2013 (23/08/2013). Em pronunciamentos, comunicados conjuntos e foros multilaterais, o Brasil também tem reiterado a condenação às violações de direitos humanos ocorridas na Síria.

FOLHA: Mas esses casos podem ser considerados exceções, que tendem a não se repetir?

MINISTRO: Não podemos esquecer que estamos funcionando sob a sombra do que aconteceu no Iraque. Houve uma intervenção de uma coalizão liderada pelos EUA, sem autorização do Conselho de Segurança, sob pretextos variados. Primeiro era a existência de armas de destruição em massa, depois foi invocada a democracia etc. Isso gerou uma instabilidade enorme, milhões de refugiados, centenas de milhares de mortos civis.

É o que leva a Presidenta da República a dizer na Assembleia Geral da ONU que a “responsabilidade de proteger” é um conceito que pode se justificar, mas não implica automatismo do uso da força³³⁵. Você pode exercer sua responsabilidade coletiva por ações humanitárias. No Sudão e em outros lugares existem exemplos de ações humanitárias no espírito da responsabilidade de proteger muito bem-sucedidas, sem uma militarização do conceito³³⁶.

Não se pode receitar um remédio que piore a doença ou faça surgir outros sintomas, contribuindo para um quadro de maior instabilidade. Isso é que é um pouco a responsabilidade ao proteger mencionada pela Presidenta Dilma Rousseff.

Há também um problema de prestação de contas. No caso da Líbia, alguns países passaram a se reunir em capitais pelo mundo afora,

335 Em discurso proferido na abertura da 66ª Assembleia Geral das Nações Unidas, em 21 de setembro de 2011, a Presidenta Dilma Rousseff afirmou: “O mundo sofre, hoje, as dolorosas consequências de intervenções que agravaram os conflitos, possibilitando a infiltração do terrorismo onde ele não existia, inaugurando novos ciclos de violência, multiplicando os números de vítimas civis. Muito se fala sobre a responsabilidade de proteger, pouco se fala sobre a responsabilidade ao proteger. São conceitos que precisamos amadurecer juntos. Para isso, a atuação do Conselho de Segurança é essencial, e ela será tão mais acertada quanto mais legítimas forem suas decisões, e a legitimidade do próprio Conselho depende, cada dia mais, de sua reforma”.

336 A Resolução S/RES/2046 do Conselho de Segurança da ONU, de 2 de maio de 2012, conclamou as autoridades de Cartum e o Movimento do Norte pela Libertação do povo do Sudão a cooperar com a ONU para garantir o acesso da população à ajuda humanitária necessária.

na Europa ou no Golfo Pérsico³³⁷, deliberando sobre assuntos que são da competência estrita do Conselho de Segurança. Por exemplo, levantar ou não o embargo, armar ou não os rebeldes. Isso só é possível mediante resoluções que modificam outras resoluções do Conselho de Segurança.

São problemas sistêmicos, e apontá-los não deve ser interpretado como simpatia pelos métodos de Muammar Gaddafi, assim como as críticas à intervenção no Iraque não devem ser interpretadas como simpatia pelos métodos de Saddam Hussein. Quando você intervém, tem de ter segurança de que está promovendo maior estabilidade, não piorando a situação.

FOLHA: A maioria dos críticos dessas intervenções aponta para a seletividade, o duplo padrão. Como o senhor vê isso?

MINISTRO: Devemos ter o cuidado de nunca ver a coerção, a sanção, a força, como um fim em si. Na medida em que isso seja contemplado, mediante decisões tomadas de forma legítima pelo Conselho de Segurança, tem de ser parte de uma estratégia que leve a um acordo político, a um cessar-fogo, que leve a uma melhoria para a população. Defender a intervenção militar em si mesma é um debate equivocado.

FOLHA: O Brasil tem apontado a resolução da Questão Palestina como a chave para resolver outros problemas no Oriente Médio.

MINISTRO: A Questão Palestina está subjacente às tensões no mundo árabe. Desde a criação do Estado de Israel existe a proposta de dois Estados, lado a lado, em segurança. O próprio mandato³³⁸

337 O Grupo de Contato para a Líbia foi idealizado, no final de março de 2011 pela França e Reino Unido. O Grupo manteve encontros de alto nível em Londres, Doha, Roma, Abu Dhabi, Istambul. Em 1º de setembro de 2011, foi realizada, em Paris, a Conferência Internacional de Apoio à Nova Líbia. A Conferência contou com a participação de 62 delegações, sendo 29 delas chefiadas por Chefes de Estado ou Governo.

338 Resolução A/RES/181(II), da Assembleia Geral da ONU, de 29 de novembro de 1947.

das Nações Unidas não terá sido cumprido integralmente até que seja criado um Estado palestino.

Essa Questão adquiriu relevância porque há uma frustração enorme com a inoperância da metodologia atual, por meio do Quarteto (EUA, Rússia, União Europeia e o Secretário-Geral da ONU), que ficou incumbido de promover negociações. Ora, o Quarteto, em algumas das últimas reuniões, não foi nem sequer capaz de produzir um relatório consensual.

Defendemos que as Nações Unidas assumam sua responsabilidade. O Conselho de Segurança tem sido capaz de tratar, com alguma capacidade operacional, de questões como Haiti, Timor-Leste. O Conselho de Segurança foi criado para cuidar dos maiores desafios à paz e à segurança internacional³³⁹. Qual será o maior desafio hoje em dia? É possível dizer que é a Questão Israel-Palestina. Então por que o Conselho de Segurança se omitiria nesse caso?

Ele pode até terceirizar ao Quarteto durante um certo período a condução dos esforços. Na medida em que aquilo não resulta, voltamos ao Conselho. No final das contas, foi ele que adotou as Resoluções 242 e 338³⁴⁰, que são os parâmetros incontornáveis para uma solução. Nessa reflexão o Brasil não está numa posição singular. Talvez três quartos dos membros da ONU compartilhem posições muito semelhantes.

FOLHA: Para que a resolução que reconhece o Estado palestino como membro da ONU seja posta em votação no CS, os palestinos querem garantir nove votos a favor³⁴¹. O Brasil tem feito gestões com a Colômbia, que está no CS e tem se declarado contra a resolução?

339 Sobre a responsabilidade do Conselho de Segurança com a manutenção da paz e da segurança internacionais, cf. nota 306.

340 Sobre as resoluções S/RES/242, de 22 de novembro de 1967, e S/RES/338, de 22 de outubro de 1973, do Conselho de Segurança da ONU, cf. nota 325.

341 Durante a 67ª. Sessão da Assembleia Geral da ONU, em 29 de novembro de 2011, a maioria dos Estados-membros da organização decidiu, por meio da Resolução A/67/19 (138 votos a favor, 9 votos

MINISTRO: Não diria que fez gestões, mas o Brasil conversou sobre o assunto na última reunião de Chanceleres da União de Nações Sul-Americanas³⁴², em Buenos Aires, em agosto.

FOLHA: Neste momento o voto da Colômbia é fundamental, mesmo que os EUA venham a vetar depois a resolução. O Presidente palestino, Mahmoud Abbas, veio à Colômbia; e a Secretária de Estado americana, Hillary Clinton, ligou para o Presidente colombiano, Juan Manuel Santos, para defender a posição dos EUA. Por isso pergunto se o Brasil fez gestões também.

MINISTRO: Converso sobre esses temas com meus colegas. É um tema sobre o qual as delegações em Nova York estão conversando muito. Mas a decisão cabe à Colômbia.

Se os palestinos conseguirem nove votos, eles possivelmente pressionarão pela votação da resolução. Se eles calcularem que não têm os nove votos assegurados, aí talvez esperem. Não há prazo para a votação. Outra possibilidade é que a Liga Árabe apresente, a pedido dos palestinos, uma resolução à Assembleia Geral da ONU. Dependendo dos termos, os palestinos têm condições de obter 140 votos, mais de dois terços. É uma estratégia paralela, e isso permitirá que a Palestina goze de um status semelhante ao do Vaticano, de observador da Assembleia Geral, e poderá ingressar em agências especializadas.

contra e 41 abstenções), conceder à Palestina o status de Estado observador não membro das Nações Unidas. O Brasil votou a favor dessa Resolução. O pleito palestino iniciou-se com pedido, submetido à análise do Conselho de Segurança, de acesso como membro pleno. Após cálculo político, no entanto, deu-se início a pedido de reconhecimento como Estado observador na Assembleia Geral. O Brasil apoia a inclusão da Palestina como membro pleno e, em dezembro de 2010, já havia reconhecido o Estado da Palestina com base nas fronteiras anteriores a 1967.

342 À margem da V Reunião Ministerial do FOCALAL, realizou-se, em Buenos Aires, no dia 24 de agosto de 2011, Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros das Relações Exteriores da UNASUL.

FOLHA: A Presidenta Dilma Rousseff participa no dia 18 da cúpula do IBAS³⁴³. Com o ingresso da África do Sul no BRICS³⁴⁴, há agora uma superposição entre os dois grupos. Que peso o Brasil dá a cada um desses fóruns?

MINISTRO: A gênese dos dois é diferente. O IBAS é fruto de uma ação deliberada da diplomacia dos três países. A ideia original surgiu de uma proposta no dia da posse do Presidente Lula, em 2003. A ideia era aproximar três grandes democracias de três continentes, de modo a criar sinergias.

Já a gênese do BRICS é a análise de Jim O'Neill, um economista de Wall Street, que previu, muito acertadamente, que essas economias estariam entre as dez maiores do mundo. A coordenação começou muito relacionada a finanças e, aos poucos, foi adquirindo uma agenda mais ampla. Neste ano, há a coincidência de que os dois grupos se encontram no Conselho de Segurança.

Índia, Brasil e África do Sul, China e Rússia têm uma agenda voltada à transformação da governança global, de modo a torná-la mais democrática e representativa. Mas China e Rússia, de certa maneira, são potências estabelecidas, já membros permanentes do Conselho de Segurança. Então pode haver sintonia, coordenação, mas existem também diferenças.

FOLHA: O que o IBAS pode render mais do que rende hoje?

MINISTRO: Há um potencial extraordinário. Estamos começando a superar algumas barreiras. A diplomacia também tem esse papel, de abrir caminho para evoluções que não aconteceriam espontaneamente. São três países que compartilham valores, são democracias multiétnicas, em busca de modelos autônomos de de-

343 A V Cúpula do Fórum de Diálogo IBAS realizou-se em Pretória, África do Sul, no dia 18 de outubro de 2011.

344 Em 14 de abril de 2011, a África do Sul passou a fazer parte dos BRICS, cf. notas 18 e 129.

envolvimento, são economias de mercado e procuram uma inserção participativa em todos os debates internacionais.

Estamos apenas começando a criar rotas diretas de transporte aéreo, marítimo, no sentido Sul-Sul. Sem o envolvimento ativo de Brasil, África do Sul e Índia isso será difícil. Buscamos um entrosamento maior entre setores empresariais, que têm que romper a barreira da distância, do desconhecimento. E existe a possibilidade de coordenação política, existe o Fundo IBAS³⁴⁵ de apoio a países de menor desenvolvimento, que tem um projeto premiado no Haiti, além de projetos na Guiné-Bissau e nos territórios palestinos.

345 Sobre o Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza cf. nota 127.



PRIMAVERA ÁRABE



DESAFIOS DE PAZ E SEGURANÇA DA LÍBIA

Entrevista concedida ao jornal The Hindu, 11 de março de 2011.

Título original: “Let’s not make the situation in Lybia worse”³⁴⁶.

THE HINDU: O que mudou com a entrada dos três países do IBAS no Conselho de Segurança³⁴⁷ das Nações Unidas, ainda que de forma não permanente?

MINISTRO: É uma coincidência muito fortuita que os três países estejam no Conselho de Segurança neste momento. Isso dá ainda mais visibilidade e autoridade ao nosso Comunicado Conjunto³⁴⁸.

346 A entrevista foi concedida por ocasião da 7ª Comissão Mista Trilateral do Fórum IBAS, em que os Chanceleres do Brasil, Antonio de Aguiar Patriota, da Índia, S. M. Krishna, e da África do Sul, Maite Nkoana-Mashabane, reuniram-se, em 8 de março de 2011, em Nova Délhi, no contexto do processo de usuais consultas políticas.

347 Em 2011, estiveram representados no CSNU os países dos foros BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), cf. nota 10.

348 No Comunicado Conjunto adotado por ocasião da 7ª Comissão Mista Trilateral do Fórum IBAS, os Ministros afirmaram que as questões de paz e segurança estão relacionadas a considerações de desenvolvimento econômico e social e devem ser equacionadas multilateralmente. Renovaram, também, seu apoio à não proliferação nuclear e à proscrição completa, não discriminatória e multilateralmente verificável das armas de destruição em massa. Os Ministros enfatizaram que a comunidade internacional deve manter seu comprometimento em prestar assistência ao Governo e ao povo do Afeganistão com vistas a garantir segurança e estabilidade no país. Lamentaram a ausência de progresso na reconciliação interna na Somália e exortaram os atores envolvidos a comprometer-se com um processo inclusivo. Sobre o conflito interno na Costa do Marfim, os Ministros manifestaram seu apoio ao Comitê de Alto Nível estabelecido pela União Africana para tratar da situação no país. Na mesma reunião, os países do IBAS aprovaram a Declaração sobre a Situação no Oriente Médio e no Norte da África, na qual expressaram a expectativa de que as mudanças políticas na região sigam curso pacífico e estejam em harmonia com as aspirações dos respectivos povos. Recordaram que a conquista de paz duradoura no Oriente Médio depende do fim do conflito israelo-palestino e, nesse

Pronunciamo-nos sobre muitas questões que estão na agenda do Conselho de Segurança, que vão do Afeganistão ao Oriente Médio, à Líbia, à Somália, dentre outros. Ainda que não seja inteiramente uma novidade, uma das importantes conclusões às quais chegamos foi reafirmar nossa determinação de nos coordenar de maneira estreita em Nova York.

THE HINDU: Qual a sua percepção sobre como a questão da Líbia será tratada no Conselho de Segurança? Ouve-se que o Reino Unido e a França estão trabalhando em um projeto de resolução para criar uma zona de exclusão aérea. Por meio dos nossos contatos com o Ministro dos Negócios Estrangeiros indiano, sabemos que a Índia não apoia a ideia de estabelecer uma zona de exclusão aérea na Líbia.

MINISTRO: No Comunicado Conjunto incluímos um parágrafo que, embora não entre em muitos detalhes, expressa uma opinião importante dos três países: qualquer discussão sobre zonas de exclusão aérea ou quaisquer medidas coercitivas adicionais em relação àquelas estabelecidas por meio da Resolução 1970 somente será legítima se aprovada pelo Conselho de Segurança e concebida no âmbito da Carta da ONU³⁴⁹. No passado, houve situações em que o Conselho se distanciou disso. Embora possam parecer respostas ágeis de determinados países, em última análise esses

sentido, defenderam uma solução de dois Estados, com a criação de um Estado Palestino soberano, democrático, independente, unido e viável, com fronteiras anteriores a 1967, tendo Jerusalém Oriental como capital. Relembrando sua condição de países em desenvolvimento e que compartilham os desafios na busca pelo desenvolvimento sustentável, os países do IBAS sinalizaram que estão dispostos a cooperar com os países árabes, a fim de abordar problemas sociais e econômicos.

349 Parágrafo 24 do Comunicado Conjunto adotado por ocasião da 7ª Comissão Mista Trilateral do Fórum IBAS: "No contexto dos protestos em massa em países do Oriente Médio e do Norte da África, manifestações das aspirações dos povos desses países por reformas, os Ministros expressaram a esperança de que a situação seja resolvida de maneira pacífica, atendendo aos interesses de seus respectivos povos. Os Ministros expressaram sua profunda preocupação com a atual situação na Líbia e manifestaram a esperança de que uma solução pacífica para a crise possa ser encontrada, atendendo aos interesses da população líbia. Ressaltaram que a criação de uma zona de exclusão aérea na Líbia ou a adoção de qualquer medida coercitiva adicional àquelas previstas na Resolução 1970 apenas poderiam ser legitimamente contempladas se estivessem em plena conformidade com a Carta das ONU e estabelecidas no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas".

distanciamentos enfraquecem o sistema internacional de segurança coletiva, enfraquecem a própria ONU e provocam indiretamente consequências que, às vezes, acabam sendo muito mais prejudiciais para o objetivo que tentamos atingir.

É muito problemático intervir militarmente em situações de conflito interno. A decisão de criar zonas de exclusão aéreas ou quaisquer formas de intervenção militar devem ser examinadas não apenas no âmbito da ONU, mas também em estreita consulta com os países vizinhos. Nos próximos dias, será realizada, na Etiópia, uma reunião do Conselho de Paz e Segurança da União Africana³⁵⁰. É muito importante que se mantenha em contato com a Liga Árabe para identificar sua percepção da situação. Da mesma forma, continuaremos a trabalhar em estreita colaboração com o Líbano – que, no momento, é o membro árabe do Conselho de Segurança, em Nova York³⁵¹.

THE HINDU: Embora os países ocidentais estejam movimentando-se para conseguir uma resolução, não está claro quais êxitos as forças militares ocidentais poderiam obter – tendo em vista que, mesmo depois de onze anos, o Afeganistão continua um caos.

MINISTRO: Essa é uma boa observação. Em situações como a da Líbia, a primeira obrigação da comunidade internacional é a de não tornar a situação ainda mais difícil. Com uma intervenção, poderia ser introduzida uma dimensão antiamericana, poderiam ser

350 A 275ª reunião do Conselho de Paz e Segurança da União Africana foi realizada em 26 de abril de 2011, em nível ministerial. Na ocasião, foi emitido Comunicado sobre a situação na Líbia, no qual os países africanos reiteraram sua preocupação com o prolongamento do conflito, suas consequências humanitárias e impactos negativos para todo o continente. Reconhecendo a legitimidade das aspirações populares por democracia, reforma política, justiça, paz, segurança e desenvolvimento socioeconômico, ressaltaram a necessidade de que essas expectativas sejam atendidas de maneira pacífica e democrática. Expressaram, também, seu apoio aos membros do Comitê de Alto Nível estabelecido pela União Africana para auxiliar na resolução da crise. Demandaram, finalmente, que as partes envolvidas facilitassem o acesso das agências humanitárias à população e que o Governo líbio tomasse todas as medidas necessárias para assegurar a proteção de sua população.

351 O Líbano exerceu seu segundo mandato como membro não permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2010-2011..

despertados sentimentos antiocidentais – algo que, até agora, não tem estado presente na maioria das manifestações no mundo árabe. Surpreendentemente, não houve slogans anti-israelenses. São manifestações originadas de questões internas.

Algumas das informações são confusas. De Benghazi, temos visto declarações e relatos de que as forças de oposição têm, na verdade, se manifestado contra a intervenção, afirmando tratar-se de algo que o povo líbio deveria resolver. Tanto que, quando os britânicos enviaram alguns agentes da SAS, a oposição os prendeu.

THE HINDU: É verdade? Não sabia disso.

MINISTRO: Sim, aconteceu ontem. Seis agentes do SAS chegaram acompanhados por diplomatas britânicos e fizeram contato com os revolucionários em Benghazi, mas foram detidos.

Parece-me que a Líbia está rumando para um longo e doloroso conflito, algo que eles próprios devem resolver. Além disso, é preocupante quando se vê a imprensa buscando criar um ambiente mais favorável à intervenção militar ao entrevistar seletivamente as pessoas, a população. A Liga Árabe suspendeu a Líbia³⁵², portanto não é como se fosse complacente em relação à Líbia. É muito importante ouvir o que a Liga Árabe tem a dizer.

THE HINDU: Desde 2005 e 2006, os Chanceleres do IBAS têm dito que os três países deveriam desempenhar um papel no processo de paz no Oriente Médio. O senhor acredita que o IBAS tenha atingido uma coesão interna que o permita desempenhar um papel em alguma dessas questões mais sensíveis? Ou estariam ainda tentando equacionar as questões existentes entre si mesmos?

352 A Líbia foi suspensa da Liga dos Estados Árabes em 22 de fevereiro de 2011. Em 27 de agosto de 2011, a organização permitiu que o Conselho Nacional de Transição representasse o povo líbio, revogando a suspensão do país.

MINISTRO: Acredito que há uma lacuna de liderança quando olhamos para a situação no Oriente Médio. Não estou dizendo que o IBAS esteja pronto para, individualmente, preencher essa lacuna, mas acredito que pode desempenhar um papel muito construtivo de apoio, já que os três países mantêm relações de cooperação com Israel e com o mundo árabe. Os países do IBAS são três democracias que têm demonstrado que podem melhorar a qualidade de vida das suas populações e relacionar-se com o resto do mundo de maneira construtiva e diplomática. Foram convidados para a Conferência de Annapolis – e George Bush merece algum crédito por ter reunido um grande número de países para impulsionar o processo de paz –, de tal modo que, dentre os participantes, estavam a Índia, o Brasil e a África do Sul³⁵³.

Diante do fato de que estamos este ano no Conselho de Segurança, avalio que valeria a pena sinalizar nossa disponibilidade em desempenhar um papel crescente na promoção da paz. Há, inclusive, um projeto do Fundo IBAS nos territórios palestinos³⁵⁴. Discutimos a possibilidade de que nossos altos funcionários viajem a região para inaugurar esse projeto e também para estabelecer contatos de alto nível com palestinos e israelenses. Isso não quer dizer que esperamos que os três países consigam obter avanços extraordinários, mas é importante que outros atores demonstrem seus interesses naquela que é uma das principais questões na agenda de paz e segurança. Não há nenhuma razão para que um grupo autodesignado de países monopolize os debates sobre a promoção da paz entre Israel e Palestina – e, considerando os impasses nos últimos anos, essas tentativas não têm sido muito bem-sucedidas. Talvez sejam necessárias novas vozes e ideias para gerar algum progresso.

353 Sobre a Conferência de Annapolis, cf. nota 113.

354 Sobre o projeto do Fundo IBAS na Palestina, cf. nota 130.

THE HINDU: Ao lado da Turquia, o Brasil tem recentemente atuado na questão nuclear iraniana. Como o senhor avalia a situação do Irã em relação a esse tema? O acordo para o Reator de Pesquisa de Teerã está morto e enterrado?

MINISTRO: Há mais de uma maneira de encarar essa questão. Em muitos aspectos, foi uma oportunidade perdida para a comunidade internacional. Afinal, se o objetivo é obter algumas concessões dos iranianos, o que a iniciativa turco-brasileira demonstrou foi que, por meio de conversa paciente, diálogo e negociações, podem-se obter mais resultados do que por meio de sanções e ameaças. O que as sanções adicionais produziram? Nada, quando comparado aos avanços alcançados por meio da Declaração de Teerã de maio de 2010³⁵⁵.

A ideia por trás do acordo – e não se trata de uma ideia turca ou brasileira, não reivindicamos quaisquer direitos de propriedade intelectual sobre a proposta em si – teve origem na AIEA e, na verdade, já havia sido objeto de discussões iniciais entre o P5+1 e o Irã, além dos Estados Unidos. Como se sabe, o Presidente Barack Obama havia escrito ao Primeiro-Ministro da Turquia, Recep Erdoğan, e ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre quais seriam os passos na direção certa, no que diz respeito às concessões do Irã. Assim, quando o acordo se materializou, foi surpreendente para a Turquia e para o Brasil que não tenha sido recebido no espírito em que fora negociado e que, apesar de tudo, as sanções adicionais tenham sido impostas.

Talvez uma dificuldade adicional tenha sido o fato de que não apenas o Conselho de Segurança adotou sanções mais rigorosas, como também que certos atores – como os Estados Unidos – tenham adotado sanções unilaterais. Não reivindicamos monopólio da sabedoria – se essa abordagem tivesse produzido resultados, quem sabe isso teria demonstrado o valor de ter-se optado por

355 Sobre a Declaração de Teerã e a Resolução 1929 do CSNU, cf. nota 11.

aquele caminho – mas não vimos qualquer resultado decorrente dessa abordagem. Assim, o que é necessário é manter os canais de comunicação abertos. E a preferência do Brasil certamente está em encontrar soluções diplomáticas para os desafios de paz e segurança – e continuaremos a apoiar essa abordagem.



A SÍRIA E A NECESSIDADE DE SOLUÇÕES DIPLOMÁTICAS

Entrevista concedida ao jornal O Estado de S. Paulo, 25 de março de 2012. Título original: “Patriota nega omissão do Brasil na Síria”.

O ESTADO DE S. PAULO: Opositores sírios estão acusando o Brasil de ser omisso ou até conivente com os massacres cometidos pelo regime de Bashar Al-Assad. Como o senhor reage a esse tipo de crítica?

MINISTRO: É uma leitura totalmente equivocada, basta ver o histórico de votos do Brasil no Conselho de Direitos Humanos e na Assembleia Geral das Nações Unidas³⁵⁶. O Brasil repetidamente manifestou total repúdio à violência do Governo sírio e defendeu um diálogo inclusivo, até porque a oposição síria é muito fragmentada. Também trabalhamos pela entrada na Síria do professor Paulo Sérgio Pinheiro (que lidera a Comissão de Investigação do Conselho de Direitos Humanos da ONU³⁵⁷) e de jornalistas brasileiros³⁵⁸. Somos solidários aos manifestantes sírios e pedimos o fim da violência. Um efeito complicador na crise é que, diferentemente do que ocorreu com a Líbia, a Liga Árabe demorou para se manifestar.

356 Sobre as manifestações do Governo brasileiro acerca da violência e violações de direitos humanos na Síria, cf. nota 334.

357 Sobre a Comissão Independente Internacional de Inquérito da ONU, cf. nota 332.

358 Sobre os jornalistas brasileiros que viajaram à Síria entre 2011 e junho de 2013, cf. nota 333.

Uma decisão mais firme só veio no dia 16 de fevereiro³⁵⁹ (com a aprovação, na Assembleia Geral das Nações Unidas, de um plano proposto pelo bloco árabe).

O ESTADO DE S. PAULO: Na terça-feira, o enviado da Liga dos Estados Árabes e da ONU para a Síria, o ex-Secretário-Geral Kofi Annan, apresentou suas conclusões³⁶⁰. Como o Brasil vê a missão de Annan?

MINISTRO: Estamos apoiando a iniciativa. Conversei, pelo telefone, esta semana com Annan. Nossas análises coincidem: é preciso dialogar, pois a militarização do conflito levará a uma desestabilização perigosa.

O ESTADO DE S. PAULO: O senhor mencionou as condenações do Brasil a Al-Assad, mas o País evitou um tom mais duro, como o adotado pela Turquia e pela Liga Árabe – que acusam abertamente Damasco de crimes contra a humanidade. O Brasil considera que crimes desse tipo estão sendo de fato cometidos? O Tribunal Penal Internacional (TPI) deve investigar Al-Assad³⁶¹?

MINISTRO: É preciso observar o que diz a Comissão de Investigação liderada pelo professor Paulo Sérgio Pinheiro, a qual apoiamos fortemente. O próprio relatório não traz uma posição definitiva³⁶². Devemos

359 No dia 16 de fevereiro de 2012, a Assembleia Geral da ONU aprovou resolução de apoio ao Plano de Ação da Liga dos Estados Árabes para a Síria, exigindo do Governo sírio: (a) fim de toda a violência e proteção à sua população; (b) libertação de pessoas presas arbitrariamente em face dos acontecimentos recentes; (c) retirada das forças armadas sírias das cidades e vilas; (d) garantia a manifestações pacíficas por liberdade; e (e) concessão de total e desimpedido acesso de representantes da Liga Árabe e da imprensa a todas as regiões do território sírio.

360 Sobre a proposta de Kofi Annan, também conhecida como Programa de Seis Pontos ou Plano Annan, cf. nota 35.

361 No dia 14 de janeiro de 2013, a Missão da Suíça junto à ONU enviou carta ao Presidente do CSNU, recomendando o encaminhamento da situação da Síria ao TPI. O documento contou com o apoio de 57 países.

362 A Comissão Independente Internacional de Inquérito sobre a Síria apresentou seu primeiro relatório ao Conselho de Direitos Humanos da ONU em 2 de dezembro de 2011 e um relatório subsequente em 12 de março de 2012. Atualizações foram apresentadas em dezembro de 2012 e março de 2013, com indicações de crescente deterioração da situação no país. O texto de março de 2012 descreve em panorama de “guerra civil cada vez mais destrutiva”, com “erosão dramática do espaço civil, e es-

ter grande cautela no tratamento da situação, pois o Presidente Al-Assad está no comando e, novamente, não existe uma solução militar para o que está ocorrendo na Síria. Apoiamos a proposta de Annan para, antes de mais nada, impor-se um cessar-fogo. Algumas pessoas na Síria podem até gostar de uma declaração mais dura nos jornais, mas a retórica não mudará a situação. É preciso diplomacia, um cessar-fogo que leve a entrada de observadores internacionais.

O ESTADO DE S. PAULO: Nesse sentido, o Brasil apoia a criação de bolsões humanitários para a oposição dentro da Síria?

MINISTRO: Apoiamos a criação de corredores humanitários, sem dúvida. Mas, novamente, o fundamental são os Seis Pontos levantados por Annan: diálogo, fim das hostilidades por parte do Governo, entrada de assistência humanitária, libertação de presos, liberdade de expressão e de reunião.

O ESTADO DE S. PAULO: ONGs brasileiras e internacionais acusaram o Brasil de colocar em um mesmo patamar a repressão praticada pelas forças de Al-Assad e a violência da oposição contra tropas do regime. Como o senhor responde a isso?

MINISTRO: Sempre traçamos uma diferenciação muito clara entre esses dois tipos de violência. A responsabilidade primeira é do Governo sírio. Não há equivalência.

O ESTADO DE S. PAULO: Com notáveis exceções, como o discurso na Assembleia Geral da ONU, em setembro, a Presidenta Dilma Rousseff falou muito pouco sobre política externa. No caso da Síria, por exemplo, a última vez que ela se pronunciou foi em outubro, na Cúpula do IBAS, na África do Sul³⁶³. O senhor atribui isso a uma questão de estilo de governo?

praiamento da violência por toda a Síria, notando que o deslocamento de populações é exacerbado pela redução de áreas em que civis podem buscar refúgio”.

363 Como resultado da V Cúpula do Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul, os países integrantes do Fórum assinaram a Declaração de Tshwane, em 18 de outubro de 2011. Em parágrafo do documento dedica-

MINISTRO: Vejo o Brasil muito envolvido internacionalmente. No caso da Síria, reunimos em fevereiro em Istambul todos os embaixadores brasileiros na região³⁶⁴ – incluindo nosso representante na Síria, o Embaixador Edgard Antonio Casciano, que está fazendo um ótimo trabalho – para uma reunião da qual participou Ahmet Davutoğlu, Ministro das Relações Exteriores da Turquia. Nosso envolvimento é amplo.

O ESTADO DE S. PAULO: Como o senhor avalia a intransigência da Rússia, que impediu a adoção de uma resolução do Conselho de Segurança da ONU que condenaria o regime de Al-Assad?

MINISTRO: Em 2011, todos os países dos BRICS, inclusive Rússia e China, que têm assentos permanentes, estavam no Conselho de Segurança. Todas as democracias emergentes estavam no Conselho de Segurança: Índia, Brasil e África do Sul, que formam o IBAS³⁶⁵. Com a crise na Líbia, todos os países dos BRICS rejeitaram a transformação da intervenção humanitária em uma missão de mudança de regime. Diante da crise na Síria, não houve consenso. A Índia, com apoio do Brasil, absteve-se do projeto de resolução condenando Al-Assad no Conselho de Segurança, enquanto Rússia e China vetaram o texto³⁶⁶.

O ESTADO DE S. PAULO: E como sair desse impasse?

do à Síria, os líderes do Fórum IBAS reafirmaram seu compromisso com a soberania e integridade territorial da Síria; expressaram sua grave preocupação com a situação na Síria e condenaram a violência persistente; expressaram ainda a crença de que a crise atual terá solução unicamente por meio de um processo político pacífico, transparente, inclusivo e liderado pelos sírios, com o objetivo de efetivamente abordar as legítimas aspirações e preocupações da população e a proteção de civis desarmados. A Declaração de Tshwane pede ainda o fim imediato da violência e o respeito aos direitos humanos e à lei humanitária internacional.

364 Sobre a reunião, entre 23 e 25 de fevereiro de 2012, em Istambul, com os Embaixadores brasileiros acreditados junto aos países do Oriente Médio e Norte da África, cf. nota 50.

365 Em 2011, estiveram representados no CSNU os países dos foros BRICS e IBAS, cf. nota 10.

366 Sobre o projeto de resolução submetido, 4 de outubro de 2011, à votação no Conselho de Segurança sobre a situação na Síria, cf. nota 326.

MINISTRO: A Rússia está agora tentando uma aproximação com a Liga dos Estados Árabes. Como disse Annan, a polarização do Conselho de Segurança é nefasta, pois serve de apoio à lógica da repressão dentro da Síria. É preciso chegar a uma posição de consenso na ONU.

O ESTADO DE S. PAULO: No Fórum Econômico Mundial, em Davos³⁶⁷, o senhor pediu ao Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, que se pronunciasse sobre a legalidade de um ataque contra instalações nucleares iranianas. O Brasil considerará um ataque desse tipo “ilegal” à luz do direito internacional?

MINISTRO: Essa questão é motivo de grande preocupação, principalmente diante da estagnação do processo de paz entre palestinos e israelenses, além da situação em países como o Afeganistão e o Iraque. Uma ação preventiva contra o Irã só desestabilizaria mais a região que passa por momento delicado de transformação, a Primavera Árabe. Sobre a legalidade ou não, isso pode ser determinado politicamente depois. Seria precipitado, portanto, falar agora.

O ESTADO DE S. PAULO: Vozes nos Estados Unidos e na Europa defendem a entrada do Brasil, possivelmente ao lado da Turquia, no clube de negociadores com o Irã. O senhor vê com bons olhos essa ideia?

MINISTRO: O Brasil sempre favoreceu o diálogo e a negociação sobre a questão nuclear iraniana. Nossa posição sempre foi a favor da diplomacia.

367 O Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, reuniu-se com o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, à margem da reunião anual do Fórum Econômico Mundial, realizada entre 25 e 29 de janeiro de 2012, em Davos.



DIÁLOGO E TOLERÂNCIA

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, 23 de setembro de 2012. Título original: “O tear remoto da paz”.

Em 2011 um livro chamou minha atenção para a importância da cultura na geração de novas ideias e posturas em questões de política internacional. Trata-se de *O Mundo em Desajuste*, de Amin Maalouf, autor franco-libanês que, em junho de 2012, passou a ocupar o assento de Claude Lévi-Strauss na Academia Francesa.

Inspirado por sua própria experiência de vida como jovem jornalista que aos 27 anos mudou-se de Beirute para Paris, Maalouf reflete sobre o papel dos imigrantes como pontes entre as sociedades que deixaram para trás e aquelas que escolheram para viver. Segundo Maalouf, os imigrantes e seus descendentes poderiam contribuir para que culturas diferentes comecem a melhor compreender umas às outras, valorizando a humanidade comum que nos une. As diásporas de origem árabe e judaica, em particular, poderiam atuar para diminuir as tensões no Oriente Médio, evitando que um conflito pontual entre israelenses e palestinos se transforme em um “conflito total”.

Esse é um tema que interessa ao Brasil, país com vocação para a paz, país cujo tecido social é composto de imigrantes das mais variadas origens. Entre eles, estão os membros da comunidade árabe e judaica, ambas expressivas numericamente e com papel de

relevo em áreas como a política, as ciências, as artes, o comércio. O convívio entre árabes e judeus no Brasil, e em outros países da América do Sul, demonstra que essas comunidades não estão fadadas ao enfrentamento. E se as diásporas se encontrassem e juntas refletissem sobre a possibilidade de outro destino para os povos do Oriente Médio?

Essa é uma das propostas de Maalouf, e decidimos colocá-la em prática. Em junho passado, convidamos representantes das comunidades árabe e judaica para um encontro que denominamos “Lado a Lado: A Construção da Paz no Oriente Médio – Um Papel para as Diásporas”³⁶⁸. Amin Maalouf aceitou o convite para participar do encontro. O debate se enriqueceu com as contribuições de outros participantes das diásporas, que apresentaram pontos de vista e propostas de ação, movidos por um mesmo ideal de paz. Segundo um dos presentes, o que os motiva é a afirmação de um código humanista.

A defesa de posições específicas em relação a questões históricas e políticas do conflito no Oriente Médio trouxe à luz discordâncias, o que não chega a surpreender. O exercício expôs a complexidade associada ao conhecimento da narrativa do “outro lado” como etapa necessária no caminho da reconciliação. Uma opinião que se sobressaiu foi a de que a solução do conflito Israel-Palestina deve priorizar a educação e o engajamento dos jovens. Qualquer iniciativa que pretenda gerar algum efeito positivo na região não pode deixar de levar em conta questões de formação de identidade. Muitos participantes apoiaram o fortalecimento de instituições que se dedicam à criação de elos entre as sociedades civis. A partir dessa perspectiva, seria fundamental, em particular, apoiar entidades que atuam em áreas como direitos humanos, prestação de

368 Sobre o seminário “Lado a lado: a construção da paz no Oriente Médio – um papel para as diásporas”, realizado em 10 de julho de 2012, no Palácio Itamaraty, cf. nota 112.

serviços sociais e resgate da memória de convivência pacífica entre os dois povos.

As diásporas poderiam estudar maneiras de influenciar as opiniões públicas para convencê-las de que uma paz justa não será alcançada sem que concessões sejam feitas de cada lado. As diásporas também poderiam trabalhar para desconstruir a ideia simplista de que quem é pró-Palestina é necessariamente anti-Israel, e vice-versa. Afinal, aqueles que mantêm um diálogo sério com os dois lados são os mais bem posicionados para compreender as motivações de ambos e oferecer soluções efetivas.

Foi ampla a percepção de que é preciso pensarmos em formas alternativas de lidar com o processo de paz entre Israel e Palestina, sobretudo diante da paralisia do Quarteto (formado por Estados Unidos, Rússia, União Europeia e o Secretário-Geral das Nações Unidas) e da falta de engajamento do Conselho de Segurança com o tema.

Nosso objetivo ao promover um momento de reflexão conjunta foi identificar valores e experiências – presentes na vivência das comunidades árabe e judaica no Brasil e na América do Sul – cuja disseminação represente um sinal de esperança, associando cultura, diáspora e paz. Recolhemos sugestões sobre como dar seguimento à iniciativa. Essas ideias estão sendo objeto de uma avaliação cuidadosa. Desde já é possível afirmar que, a julgar pelo entusiasmo dos participantes, o exercício vale a pena.



**RESPONSABILIDADE AO
PROTEGER**



O PRIMEIRO DIREITO HUMANO É O DIREITO À VIDA

Artigo publicado no jornal Folha de S. Paulo, 1º de setembro de 2011. Título original: “Direitos humanos e ação diplomática”.

Comprometido no plano nacional com os direitos humanos, com a democracia, com o progresso econômico e social, o Brasil incorpora plenamente esses valores a sua ação externa.

Diante dos eventos da Primavera Árabe, expressamos nossa solidariedade à mobilização social por maior liberdade de expressão e avanços políticos e institucionais em países submetidos a regimes autoritários. Tanto no Conselho de Segurança quanto no Conselho de Direitos Humanos da ONU, condenamos as violações cometidas pelos regimes líbio³⁶⁹ e sírio³⁷⁰.

Ao velar para que o compromisso com os valores que nos definem como sociedade se traduza em atuação diplomática, o

369 Ao longo do mais recente mandato do Brasil no CSNU (2010-2011), o Conselho de Segurança adotou seis resoluções sobre a situação na Líbia: a Resolução 1970, de 26/02/2011; a Resolução 1973, de 17/03/2011; a Resolução 2009, de 16/09/2011; a Resolução 2016, de 27/10/2011; a Resolução 2017, de 31/10/2011; e a Resolução 2022, de 02/12/2011. À exceção da Resolução 1973 (2010), em relação à qual o Brasil se absteve, o País votou a favor de todas as resoluções. No CDH, foram três Resoluções aprovadas, com apoio brasileiro, sobre a situação dos direitos humanos na Líbia: 15ª Sessão Especial, de 25/02/2011; 16ª Sessão Especial, de 29/04/2011; 17ª Sessão Ordinária, de 14/07/2011.

370 Sobre as manifestações do Governo brasileiro acerca da violência e violações de direitos humanos que vem ocorrendo na Síria, cf. nota 334.

Brasil trabalha sempre pelo fortalecimento do multilateralismo e, em particular, das Nações Unidas.

A ONU constitui o foro privilegiado para a tomada de decisões de alcance global, sobretudo aquelas relativas à paz e à segurança internacionais e a ações coercitivas, que englobam sanções e uso da força.

Ações militares sem a legitimação do Conselho de Segurança da ONU, além de trazerem descrédito para os instrumentos internacionais subscritos pela comunidade internacional como um todo, tendem a se transformar em fator de instabilidade, violência e violações de direitos humanos em grande escala, como demonstrou a intervenção militar no Iraque.

Não nos esqueçamos de que o primeiro direito humano é o direito à vida. A primeira obrigação da comunidade internacional ao deparar com uma situação de crise é a de evitar o agravamento de tensões.

Cada vez que a violência se dissemina, as primeiras vítimas são os segmentos mais vulneráveis: as crianças, as mulheres, os idosos, os desvalidos.

Além de defendermos a legalidade das ações coercitivas perante a Carta da ONU e o direito internacional, devemos sempre aplicar medidas adequadas, com os olhos voltados para os resultados almejados: a promoção da democracia, dos direitos humanos, a proteção da população civil, a criação de condições de estabilidade que gerem oportunidade de progresso econômico e social.

A ordem internacional não se fortalece com interpretações livres de mandatos do Conselho de Segurança. E, sempre que a ordem se enfraquece, quem mais padece são os mais fracos. Como bem assinalou o professor Richard Falk, da Universidade Princeton, em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*³⁷¹, houve, no caso da Líbia,

371 Em entrevista concedida ao jornal *Folha de S. Paulo*, em 28 de agosto de 2011, Richard Falk defende que “a Resolução [1973 do Conselho de Segurança da ONU] pretendia proteger os civis líbios. No

um hiato entre o que foi autorizado pelo Conselho de Segurança e a ação da OTAN.

A relação entre a promoção da paz e segurança internacionais e a proteção de direitos individuais evoluiu de forma significativa ao longo das últimas décadas, a partir da constituição das Nações Unidas, em 1945. Não se pode afirmar que essa evolução, positiva em seu conjunto, seja obra de um grupo de países em particular.

Ela é fruto de um embate de ideias em que os militarmente mais poderosos não estiveram necessariamente na vanguarda dos clamores por justiça e equidade. Lembro que os primeiros esboços da Carta da ONU incluíam referências escassas aos direitos humanos por razões que hoje podem parecer surpreendentes.

Robert C. Hilderbrand, que relata as negociações do documento em sua obra *Dumbarton Oaks*, credita essa circunstância ao fato de que os Estados Unidos temiam questionamentos à segregação racial ainda vigente no país e à preocupação do Reino Unido de que sua soberania sobre um vasto império colonial viesse a ser posta em xeque – como efetivamente ocorreu.

A luta contra o *apartheid* proporciona um exemplo eloquente de ação conjunta do mundo em desenvolvimento contra práticas que atentam contra a dignidade humana. Quando o tema foi levado ao Conselho de Segurança da ONU, as objeções à aplicação de sanções contra o regime minoritário sul-africano partiram de membros permanentes ocidentais.

Desde a adoção da Carta da ONU, a relação entre promover direitos humanos e assegurar a paz internacional passou por várias etapas. Sofreu paralisia em função da rivalidade ideológica da Guerra Fria; beneficiou-se do breve momento de consenso

entanto, o objetivo da OTAN foi equilibrar uma guerra civil e concretizar uma mudança no regime. Houve uma lacuna entre o que foi autorizado e o que foi feito”.

internacional do imediato pós-Guerra Fria e da ação internacional pela reversão da invasão iraquiana do Kuwait.

Em meados da década de 90 surgiram vozes que, motivadas pelo justo objetivo de impedir que a inação da comunidade internacional permitisse episódios sangrentos como os da Bósnia ou do genocídio em Ruanda, forjaram o conceito de “responsabilidade de proteger”.

Embora a responsabilidade coletiva não precise se expressar por meio de ações coercitivas para ser eficaz, surgiram vozes particularmente intervencionistas e militaristas no chamado “Ocidente” que continuam gerando controvérsia e polêmica.

A Carta da ONU, como se sabe, prevê a possibilidade do recurso à ação coercitiva, com base em procedimentos que incluem o poder de veto dos atuais cinco membros permanentes no Conselho de Segurança – órgão dotado de competência primordial e intransferível pela manutenção da paz e da segurança internacionais.

O acolhimento da responsabilidade de proteger na normativa das Nações Unidas teria de passar, dessa maneira, pela caracterização de que, em determinada situação específica, violações de direitos humanos implicam ameaça à paz e à segurança.

Para o Brasil, o fundamental é que, ao exercer a responsabilidade de proteger pela via militar, a comunidade internacional, além de contar com o correspondente mandato multilateral, observe outro preceito: o da responsabilidade *ao* proteger. O uso da força só pode ser contemplado como último recurso.

Queimar etapas e precipitar o recurso à coerção atenta contra a *rationale* do direito internacional e da Carta da ONU. Se nossos objetivos maiores incluem a decidida defesa dos direitos humanos em sua universalidade e indivisibilidade, como consagrado na Conferência de Viena de 1993, a atuação brasileira deve ser defini-

da caso a caso, em análise rigorosa das circunstâncias e dos meios mais efetivos para tratar cada situação específica.

Não há espaço, no estabelecimento de políticas consistentes na área dos direitos humanos, para generalizações ingênuas nem para facilidades retóricas.

Devemos evitar, muito especialmente, posturas que venham a contribuir – ainda que indireta e inadvertidamente – para o estabelecimento de elo automático entre a coerção e a promoção da democracia e dos direitos humanos. Não podemos correr o risco de regredir a um estado em que a força militar se transforme no árbitro da justiça e da promoção da paz.



ENTRE A RESPONSABILIDADE COLETIVA E A SEGURANÇA COLETIVA

Discurso proferido por ocasião de debate sobre Responsabilidade ao Proteger na ONU. Nova York, 21 de fevereiro de 2012.

Como se sabe, a “responsabilidade ao proteger” é uma ideia que foi mencionada pela primeira vez pela Presidenta Dilma Rousseff em seu discurso de abertura da Assembleia Geral da ONU no último mês de setembro. Em novembro, o Brasil circulou uma nota conceitual³⁷² que discute a noção de que a comunidade internacional, quando exerce sua responsabilidade de proteger, deve demonstrar um alto nível de responsabilidade ao proteger. Ao longo dos últimos meses temos notado um apoio significativo a este debate. Creio termos hoje uma oportunidade de intercambiar de maneira franca e frutífera ideias sobre as várias dimensões desta questão.

As mudanças políticas de nosso tempo representam um desafio à comunidade internacional. A relação entre a manutenção da paz e da segurança internacionais e a proteção de civis evoluiu significativamente desde a criação das Nações Unidas em 1945. Novos marcos conceituais foram desenvolvidos para lidar com os desafios que enfrentamos.

O trabalho sobre a proteção de civis tem avançado consideravelmente desde os anos 1990, quando as discussões sobre essa questão

372 A/66/551-S/2011/701, de 11 de novembro de 2011.

começaram a receber mais atenção. O sofrimento de civis inocentes e a necessidade de evitar a impunidade dos autores dos crimes mais graves levaram a comunidade internacional a criar o TPI.

Em seu sexagésimo aniversário, a Organização das Nações Unidas adotou o conceito da “responsabilidade de proteger”. Este conceito estabeleceu a responsabilidade dos Estados de protegerem suas populações em casos de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. Decidiu-se também que a comunidade internacional deveria encorajar e ajudar os Estados a exercerem essa responsabilidade. Além disso, estabeleceu-se a responsabilidade da comunidade internacional de agir coletivamente, por intermédio da ONU, caso as autoridades nacionais deixassem de proteger suas populações.

O reconhecimento de que existe uma responsabilidade de proteger foi um marco. Ressalte-se que o mesmo Documento Final da Cúpula Mundial de 2005 que estabeleceu uma fórmula de consenso acerca do conceito da “responsabilidade de proteger” também afirmou claramente que essa responsabilidade deve ser exercida, em primeiro lugar, por meio do uso de meios diplomáticos, humanitários e outros meios pacíficos, e que apenas nos casos em que os meios pacíficos se revelam inadequados deveriam ser cogitadas medidas coercitivas.

Ao longo desse processo, é essencial distinguir entre responsabilidade coletiva – que pode ser plenamente exercida através de medidas não coercitivas – e segurança coletiva – que envolve uma avaliação política caso a caso por parte do Conselho de Segurança.

Antes de se empenhar em uma ação militar, espera-se que a comunidade internacional realize uma análise abrangente e criteriosa de todas as consequências que daí podem decorrer. O uso da força sempre traz consigo o risco de causar mortes involuntárias e de disseminar violência e instabilidade. O fato de que ela seja utili-

zada com o objetivo de proteger civis não faz das vítimas colaterais ou da desestabilização involuntária eventos menos trágicos.

É por isso que, em nossa opinião, é necessário dar um passo conceitual adicional para lidar com a responsabilidade de proteger, e eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para propor nova perspectiva sobre esta questão, uma perspectiva que acreditamos se tornou essencial na busca de nosso objetivo comum.

A Presidenta da República em seu discurso na Assembleia Geral em setembro passado, referiu-se a um fato preocupante: o mundo de hoje sofre as dolorosas consequências de intervenções militares que agravaram os conflitos existentes, permitiram ao terrorismo penetrar em lugares onde não existia, deram origem a novos ciclos de violência e aumentaram a vulnerabilidade das populações civis.

Na ocasião ela acrescentou: “muito se tem dito sobre a responsabilidade de proteger, mas muito pouco sobre a responsabilidade ao proteger”.

Como a Organização das Nações Unidas pode autorizar o uso da força, ela tem a obrigação de conscientizar-nos dos perigos envolvidos em sua utilização e de criar mecanismos que possam fornecer uma avaliação objetiva e detalhada de tais perigos, bem como formas e meios de evitar danos aos civis.

Nosso ponto de partida em comum deve basear-se no princípio de *primum non nocere* que os médicos conhecem muito bem. Em primeiro lugar, não causar danos – esse deve ser o lema daqueles que são obrigados a proteger os civis. Também seria lamentável, em última análise inaceitável, se uma missão estabelecida sob mandato das Nações Unidas com o objetivo de proteger civis causasse maiores danos do que aqueles que justificaram sua própria criação.

Temos de almejar maior nível de responsabilidade. Uma vítima civil já é uma vítima em demasia.

Acredito que os conceitos da “responsabilidade de proteger” e da “responsabilidade ao proteger” devem evoluir juntos, com base em um conjunto acordado de princípios fundamentais, parâmetros e procedimentos, dos quais menciono alguns:

- prevenção é sempre a melhor política. É a ênfase na diplomacia preventiva que reduz o risco de conflito armado e os custos humanos a ele associados. Nesse sentido, saudamos a iniciativa do Secretário-Geral Ban Ki-moon de estabelecer o ano de 2012 como o ano da prevenção, que conta com o total apoio do Brasil. Outras iniciativas, como Amigos da Mediação³⁷³, podem ser vistas como parte do espírito de promoção do exercício da responsabilidade coletiva na busca da paz, por meio da diplomacia, do diálogo, da negociação, da prevenção;
- a comunidade internacional deve ser rigorosa em seus esforços para exaurir todos os meios pacíficos disponíveis nos casos de proteção de civis sob ameaça de violência, em consonância com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas e conforme incorporado no Documento Final da Cúpula Mundial de 2005;
- o uso da força deve produzir o mínimo possível de violência e de instabilidade. Sob nenhuma circunstância podem-se gerar mais danos do que se autorizou evitar;
- no caso de o uso da força ser contemplado, a ação deve ser criteriosa, proporcional e limitada aos objetivos estabelecidos pelo Conselho de Segurança;
- são necessários procedimentos aprimorados no Conselho para monitoramento e avaliação da maneira como as resoluções são interpretadas e aplicadas, para assegurar a responsabilidade ao proteger.

373 Sobre o Grupo de Amigos da Mediação, cf. nota 142.

O estabelecimento desses procedimentos não deve ser entendido como meio de impedir, ou atrasar indevidamente, a autorização de ações militares nas situações estabelecidas pelo Documento Final da Cúpula Mundial de 2005. A iniciativa do Brasil deve ser vista como um convite a um debate coletivo sobre a forma de garantir, quando o uso da força for cogitado como alternativa justificável e estiver devidamente autorizado pelo Conselho de Segurança, que seu emprego seja responsável e legítimo. Por essa razão, faz-se necessário assegurar a prestação de contas daqueles autorizados a fazer uso da força.

O Brasil iniciou uma série de discussões com países de todas as regiões, bem como com organizações não governamentais e especialistas sobre o assunto. Queremos contribuir para um debate crucial para a comunidade internacional sobre a manutenção da paz e da segurança internacionais e a proteção de civis. Em recentes eventos sobre a “responsabilidade de proteger”, tivemos a oportunidade de ampliar esse diálogo. O Brasil aprecia o fato de o Secretário-Geral da ONU dar as boas-vindas à iniciativa da “responsabilidade ao proteger”.



**DIREITOS HUMANOS E
DEMOCRACIA**



DEMOCRACIA: UM IMPERATIVO POLÍTICO

Discurso proferido por ocasião do ato de inauguração do Centro de Estudos sobre a Democracia. Lima, 6 de agosto de 2012.

É a democracia, antes de tudo, que nos une na América do Sul.

A democracia como pressuposto da integração regional, além de uma formulação conceitual – e de um imperativo político – que defendemos e promovemos, corresponde a uma realidade histórica no espaço geográfico que compartilhamos.

Faço uma referência à experiência de meu próprio país.

Enquanto, na segunda metade do século passado, vigiam no Brasil e em países vizinhos regimes autoritários, era difícil fazer avançar os esforços de aproximação e de integração regional. Vivíamos, na América do Sul, e certamente no Cone Sul, de costas uns para os outros. A competição prevalecia sobre os impulsos de cooperação. Foi preciso o retorno à democracia em nossa parte do mundo para que se firmassem áreas de real convergência entre países que, embora fisicamente contíguos, vinham de há muito afastados entre si. Afastados, e até mesmo em disputa, sob o signo de uma irracionalidade tributária de percepções distorcidas por longas ditaduras.

O caso Brasil-Argentina é emblemático. No período dos governos militares autocráticos, as relações entre os dois países estiveram subordinadas ao predomínio da rivalidade. Na leitura de

não poucos, de lado a lado, o relacionamento bilateral funcionava quase como um jogo de soma zero.

Ao longo dos anos de 1980, e mais marcadamente na segunda metade da década, os progressos rumo à redemocratização criaram ambiente propício à reversão da espiral de desconfiças em que o Brasil e a Argentina se haviam enredado.

Passo decisivo na aproximação entre os dois países foi dado no campo do desenvolvimento de energia nuclear. A superação de um arraigado antagonismo nessa matéria desempenhou papel central na dinâmica que levou a uma nova etapa de profundo e contínuo entendimento bilateral.

Nessa trajetória, estabelecemos, em 1991, a Agência Brasil-Argentina de Controle e Contabilidade de Material Nuclear, a ABACC. Esse foi, certamente, um dos principais pontos de partida para a construção da sólida e multifacetada aliança estratégica que hoje irmana brasileiros e argentinos.

Mais amplamente, associados ao Paraguai e ao Uruguai, fundamos, também em 1991, o MERCOSUL – marco de um processo de integração que vem ganhando em amplitude e intensidade, com um patrimônio de resultados palpáveis tanto na seara econômico-comercial quanto no capítulo dos avanços sociais e de cooperação.

Geramos comércio, investimentos, iniciativas de desenvolvimento social e de infraestrutura, tendo sempre presentes, em última instância, o bem-estar de nossas sociedades e o propósito de reduzir as assimetrias existentes entre elas. Para esse fim específico, criamos o FOCEM, atualmente com uma carteira superior a 1 bilhão de dólares em projetos que beneficiam, sobretudo, o Paraguai e o Uruguai³⁷⁴.

374 O FOCEM realizou 17 projetos para o Paraguai e 10 para o Uruguai. Em 2012, o FOCEM deu início ao projeto de convergência estrutural de “Construção da Avenida Costeira Norte de Assunção”, no valor de 41,212 milhões de dólares e também ao projeto de “Reabilitação de Vias Férreas II do Uruguai”, no valor de 83,520 milhões de dólares.

Em 31 de julho de 2012, por ocasião da Cúpula Extraordinária do MERCOSUL realizada em Brasília³⁷⁵, e em seguimento a decisões já tomadas por nossos Presidentes na Cúpula de Mendoza³⁷⁶, em fins de junho, pudemos dar formalmente as boas-vindas à Venezuela, que se integra ao bloco como seu quinto membro pleno.

O MERCOSUL adquire, assim, ampliado alcance como espaço de produção, como mercado e como força geopolítica. Passa a estender-se da Patagônia ao Caribe. Consolida-se, também, para além da segurança alimentar, como ator protagônico no tratamento do tema da segurança energética, outra questão crucial para o século XXI.

Todos esses, e é isso que quero aqui ressaltar, foram e são movimentos de integração que têm por substrato básico a democracia – a transparência, a confiança e a abertura para o diálogo que apenas o espírito democrático é capaz de permitir e estimular.

Não é outra a lógica que se aplica à UNASUL – neste momento, como sabemos, sob a engajada presidência *pro tempore* do Peru.

Também no esforço de organização do conjunto da América do Sul em torno de valores e interesses que nos são comuns, foi o predomínio da democracia em cada um de nossos países que, em primeiro lugar, tornou viável um projeto como a União das Nações Sul-Americanas.

Em mais de um sentido, a nossa não é uma região plenamente homogênea. Compartilhamos, sim, importantes princípios e propósitos. Mas convivem, entre nós, como é legítimo e natural, diferentes modelos de desenvolvimento econômico, distintas estratégias de inserção nos mercados internacionais e matizes variados de inclinação político-ideológica.

Só a verdadeira prática democrática, com o respeito e a permeabilidade ao outro que lhe são inerentes, nos habilita a identificar,

375 Sobre a admissão da Venezuela ao MERCOSUL, cf. nota 151.

376 Sobre a suspensão do Paraguai do MERCOSUL, cf. nota 210.

para além do que nos separa, o valor de trabalharmos coletivamente pelo muito que nos une:

- a determinação de seguir vivendo em paz e cooperação (a nossa, nunca é demais lembrar, é uma região livre de armas de destruição em massa);
- a convicção de que o crescimento econômico apenas faz sentido ético – e se torna efetivamente sustentado – com políticas eficazes de inclusão social;
- o compromisso com o desenvolvimento sustentável, em seus pilares ambiental, social e econômico;
- o desejo de contribuir para que se estabeleça, em escala global, uma multipolaridade cooperativa;
- e, mais que tudo, o firme objetivo de preservar e fortalecer a própria democracia que torna possível nossa integração e que faz que a diversidade se possa firmar como a fonte primaz de nossa força conjunta.

É por isso que insisto nesta tarde: a democracia está na base da coesão sul-americana.

Corolário desse fato são as cláusulas democráticas que instituímos em nossos processos de integração, especialmente no MERCOSUL e na UNASUL.

Como afirmou a Presidenta Dilma Rousseff somos uma região que criou todos seus organismos de integração com base em um compromisso fundamental com a democracia.

Seja nas alusões à centralidade da democracia como premissa nos tratados constitutivos do MERCOSUL e da UNASUL, seja nos protocolos específicos que posteriormente integramos àqueles tratados, nunca houve margem para dúvida: a plena vigência da ordem democrática é condição essencial para a participação em nossos exercícios integracionistas.

Na UNASUL, criamos mesmo um Conselho Eleitoral³⁷⁷ que, diante de pedido do membro interessado, se empenhará em concorrer para o êxito das eleições que nele se realizem. Antes mesmo da criação do Conselho, já cooperamos, como UNASUL, com missões eleitorais no Paraguai, na Bolívia e na Guiana. Em outubro próximo, já sob a égide do Conselho Eleitoral, deveremos fazê-lo na Venezuela³⁷⁸.

É muito significativo que os Governos sul-americanos, em sua totalidade, não revelam qualquer hesitação quando se trata de proteger a democracia. Frente à perspectiva de ameaça à ruptura da institucionalidade democrática em países-membros, a UNASUL tem sabido responder com a celeridade e a eficácia necessárias, sempre mais além de tendências político-ideológicas.

Assim foi, por exemplo, em 2008, na questão da Bolívia, e em 2010, na do Equador.

Mais recentemente, em junho último, o Congresso do Paraguai destituiu o Presidente democraticamente eleito em poucas horas, sem garantir-lhe o amplo direito de defesa, em flagrante violação do devido processo legal. De novo, a UNASUL – e o MERCOSUL – reagiram prontamente³⁷⁹.

Esta, infelizmente, não é ainda uma página virada. Não se verificou, até aqui, um retorno à plena vigência da democracia no Paraguai. De modo que, conforme decisão de Cúpula tomada

377 Sobre o Conselho Eleitoral, cf. nota 194.

378 A UNASUL enviou missão de observadores eleitorais para acompanhar a eleição presidencial realizada em 14 de abril de 2013 na Venezuela.

379 Em Aviso às Redações do dia 21 de junho de 2012, o Ministério das Relações Exteriores pronunciou-se acerca da decisão dos Presidentes da UNASUL de enviar missão de Chanceleres a Assunção, no espírito do Protocolo Adicional do Tratado Constitutivo da UNASUL sobre o compromisso com a democracia. Posteriormente, no dia 23 de junho de 2012, o Governo brasileiro emitiu Nota à Imprensa condenando o rito sumário de destituição do mandatário do Paraguai. Em Mendoza, na Argentina, em 29 de junho de 2012, decidiu-se pela suspensão do Paraguai do MERCOSUL e da UNASUL, cf. nota 210.

em Mendoza, em 29 de junho, tanto na UNASUL quanto no MERCOSUL, o país continua suspenso dos órgãos dos dois blocos.

Outro cuidado que viemos observando, desde a primeira hora, é o de evitar que se tomem medidas que possam prejudicar o povo paraguaio. Antes, fazemos questão de manter inalteradas, com o Paraguai, as relações econômico-comerciais e as iniciativas de cooperação, inclusive aquelas ao abrigo do FOCEM.

O recurso – medido e proporcional – às cláusulas democráticas da UNASUL e do MERCOSUL, que parte do pressuposto de que um país onde haja ruptura da ordem democrática não pode participar dos processos de integração regional, tem, na realidade, um duplo propósito: estimular o retorno à plena vigência da democracia no Paraguai e emitir mensagem inequívoca de que já não há espaço, em nossa região, para aventuras antidemocráticas.

Esse é também o ânimo que orienta o Grupo de Alto Nível para avaliação e seguimento da situação no Paraguai que nossos Presidentes criaram em Mendoza, no âmbito da UNASUL.

O Grupo de Alto Nível vem sendo conduzido com habilidade pela presidência *pro tempore* do Peru, que designou para presidi-lo o ex-Presidente do Conselho de Ministros Salomón Lerner.

Queremos continuar acompanhando de perto os desdobramentos políticos no Paraguai, na expectativa de podermos contribuir para o pleno restabelecimento da ordem democrática nesse país-irmão. O que desejamos é que o Paraguai esteja em condições, o quanto antes, de reincorporar-se plenamente à UNASUL e ao MERCOSUL.

A democracia é uma obra em aberto.

É-nos dada, neste estágio da História sul-americana, a oportunidade e o desafio de sermos partícipes da construção dessa obra que, sempre inacabada, pode e deve ser permanentemente aperfeiçoada.

Temos procurado estar à altura.

Deve inspirar-nos, de modo especial, o exemplo que nossa região pode dar ao mundo.

Nossas experiências nacionais são de democracias que se aprofundam e se aprimoram. A democracia, para nós, como propósito e como prática, não se limita à noção, em si mesma fundamental, de emancipação política. Vai além, e contempla, como fator estrutural, a emancipação social.

O Presidente Ollanta Humala, em sua recente mensagem à nação, afirmou que não se pode haver desenvolvimento sustentável e democracia sem inclusão social. Esta é uma visão que compartilhamos plenamente.

Às garantias individuais, civis e políticas, agregamos conquistas sociais sem precedentes. Temos trabalhado por democracias capazes de responder aos anseios – e aos direitos – de segmentos historicamente excluídos dos processos políticos e dos benefícios da atividade econômica.

Na nossa região, essa busca decidida da justiça e da equidade, manifestação da democracia pela qual lutamos, tornou-se um denominador-comum.

O resultado, na América do Sul como um todo, foi, como vimos, uma atmosfera que possibilitou, e vem crescentemente favorecendo, a integração e a paz.

O contraste com outras partes do mundo é evidente. A equação democracia e paz, frequentemente intermediadas pela integração, reúne bens públicos que, no sistema internacional deste início de século, são mais escassos do que se desejaria.

Vem à mente a Primavera árabe – ou Primaveras árabes.

Todos nos animamos, justificadamente, com os ventos de liberdade que sopraram e, de alguma forma, ainda sopram no

chamado “Grande Oriente Médio”. Mas é preciso reconhecer que as dinâmicas desencadeadas por esses ventos ainda não apontam para um desfecho claro.

De um lado, ainda sobressaem, em várias paragens, importantes déficits democráticos. De outro, assistimos, em mais de uma situação, a movimentos democratizantes que não necessariamente produzem a paz que almejamos.

O caso sul-americano demonstra, no entanto, que, se a democracia não leva, automaticamente, à paz, tampouco teremos um quadro de paz duradoura e sustentável sem democracia.

Daí o exemplo que podemos oferecer, e a experiência que podemos compartilhar.

Penso no Haiti, onde o Brasil e o Peru, entre outros países sul-americanos, integram a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do país³⁸⁰. Ainda é reconhecidamente complexo o cenário de segurança no Haiti, apesar dos avanços dos últimos anos. E o que temos testemunhado, junto à sociedade haitiana, confirma que, se a democracia não basta para garantir a paz, é certo que não há paz sem o primado do Estado de direito, sem o funcionamento adequado dos processos democráticos. Por isso temos concentrado esforços, em nossa cooperação com o Haiti, no fortalecimento da democracia e de suas instituições. Associam-se as ideias de democracia e paz e também de democracia e desenvolvimento.

Além do nosso entorno imediato, quando temos presentes os acontecimentos no Oriente Médio, sabemos que os progressos rumo à democracia e à paz não são alcançáveis sem uma adequada solução para a questão palestina e as sem as garantias de segurança para Israel, com a implementação da fórmula de dois Estados.

380 Sobre a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), cf. notas 117 e 122.

A próxima Cúpula América do Sul-Países Árabes, a realizar-se em Lima, em outubro, poderá ser ocasião para uma contribuição da nossa região para esse processo.

Isso ficou claro, por exemplo, em seminário que realizamos no Ministério das Relações Exteriores do Brasil, no último dia 10 de julho, sob o título “Lado a lado: um papel para as diásporas no processo de paz no Oriente Médio”.

A ocasião deu ensejo a que integrantes das diásporas judaica e palestina dos países do MERCOSUL intercambiassem percepções e pontos de vista sobre suas distintas perspectivas histórico-culturais e, igualmente, sobre o intrincado problema da paz entre Israel e a Palestina.

Queríamos mostrar, e creio que conseguimos fazê-lo, que atores provenientes de “campos” que no Oriente Médio parecem condenados ao desencontro são, na verdade, perfeitamente capazes de dialogar, e dialogar construtivamente, em outros ambientes, quando livres de amarras ideológicas e de paradigmas preestabelecidos. Queríamos mostrar, e acredito haveremos mostrado, o poder do diálogo e a força do entendimento quando há empenho real, desprovido de preconceitos, na busca de convergências.

O seminário constituiu demonstração adicional do potencial transformador da democracia, em suas vertentes da comunicabilidade e da tolerância – atributos que, na América do Sul, de tão naturais que são para nós, costumamos tomar como evidentes dados da natureza, mas que constituem, na realidade, recursos valiosos, em falta em muitas partes do mundo.

Não é por outra razão que estou cada vez mais convencido de que a América do Sul tem a responsabilidade de multiplicar instâncias em que seu exemplo como espaço de democracia e paz possa revelar-se útil.

Concluo com esta ideia: que nos tornemos, a partir de nossa própria realidade, um vetor de democracia e paz para o mundo. A partir das nossas experiências domésticas e de nossa ação diplomática, com base na valorização e na defesa do multilateralismo. Porque o multilateralismo equivale, no plano internacional, ao que a democracia significa no interior de cada um dos países.

Precisamos trabalhar, cada vez mais, por mecanismos de governança mais representativos, legítimos e eficazes.

Assim, estaremos trabalhando pelo respeito às soberanias, inclusive às dos Estados menores; pelo primado do direito internacional sobre a força. É como o fazemos em nossas sociedades internamente.

PARTE IV

**UMA NOVA AGENDA PARA
O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL**



RIO+20: O IMPERATIVO MORAL DO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO

Discurso proferido por ocasião da cerimônia de criação da Comissão Nacional e do Comitê de Organização da Conferência Rio+20. Brasília, 7 de junho de 2011.

Vinte anos depois da Rio-92, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, que será presidida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, representará oportunidade para que 192 países debatam os rumos do desenvolvimento sustentável, em sua acepção mais contemporânea.

O Rio de Janeiro será, mais uma vez, palco de grande mobilização social e de política internacional. Esperamos que dela resulte o compromisso de todos os governantes e de todos os agentes econômicos com o bem-estar das gerações presentes, sem comprometer o bem-estar das gerações futuras – porque Rio+20 quer dizer não apenas vinte anos desde a Rio-92, mas também vinte anos para além de 2012.

Com os olhos no presente e no futuro, o Brasil está fazendo a sua parte.

Como membro fundador das Nações Unidas, o Brasil tem estado presente em todos os grandes eventos da história da Organização.

Na área do desenvolvimento sustentável, o Brasil tem se empenhado – desde a preparação da Conferência sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, em 1972 –, em compatibilizar as legítimas preocupações com a natureza, com o imperativo moral do direito ao desenvolvimento econômico e social. As posições construtivas às quais conseguimos chegar com os demais países em desenvolvimento se tornaram a base para as negociações dos principais instrumentos sobre meio ambiente.

Logramos evitar que prevalecesse a aliança, um tanto inusitada, entre os “conservacionistas” do meio ambiente e os “conservadores” da política, que desejavam negar aos pobres de então o direito de sair da pobreza e ascender socialmente. As teses ligadas ao crescimento zero – o “*no growth*” do Clube de Roma³⁸¹ – foram vencidas e substituídas por uma visão mais abrangente, em que as discussões ambientais se inserem no contexto mais amplo da discussão sobre o desenvolvimento.

No Rio, em 1992, afirmou-se o conceito de desenvolvimento sustentável, com a integração de seus três pilares: o econômico, o social e o ambiental³⁸².

381 Em 1972, o Clube de Roma – grupo que reúne personalidades dedicadas a temas políticos, econômicos e científicos – financiou estudo que resultou na publicação do relatório “Os Limites do Crescimento”, dos autores Donella H. Meadows, Dennis L. Meadows, Jørgen Randers, e William W. Behrens III. Com inspiração neomalthusiana, o relatório afirmava que o crescimento populacional e econômico sobrecarregaria os recursos naturais de disponibilidade finita. Suas recomendações apontavam para a necessidade de interrupção do desenvolvimento mundial – “*no growth*” –, com vistas a evitar o colapso dos sistemas ambientais – ainda que isso significasse privar uma parcela da população de níveis adequados de qualidade de vida.

382 “A oportunidade dessa agenda é dada pelo próprio desenrolar do debate sobre desenvolvimento sustentável nas Nações Unidas desde a publicação do Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Relatório Brundtland), em 1987, intitulado ‘Nosso Futuro Comum’, no qual o conceito foi apresentado como o ‘desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades’. Na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, o conceito foi aprimorado – e os documentos multilaterais então assinados refletem esse avanço –, passando a enfatizar o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico, o bem-estar social e a proteção ambiental, pilares interdependentes do desenvolvimento sustentável”. (Documento de Contribuição Brasileira à Conferência Rio+20, submetido ao Secretariado das Nações Unidas para a Conferência em 1º de novembro de 2011, p. 4).

Em 2002, a Cúpula Mundial de Johannesburgo fez um balanço do legado da Rio-92 e confirmou que o diagnóstico então alcançado estava correto, mas a implementação das medidas era falha. Apesar de não ter sido adotada, a proposta brasileira de criar uma meta de fontes renováveis de energia no total da matriz energética mundial³⁸³ buscava, mais uma vez, integrar os pilares econômico e social a uma visão mais completa do desafio ambiental.

Em 2012, queremos de novo ter a visão do longo prazo e definir coletivamente uma agenda que possa orientar o desenvolvimento para os próximos vinte, trinta anos. O objetivo de alcançar padrões de produção e consumo mais sustentáveis deve estar, sem dúvida, no centro desta agenda.

Para isso, contamos com a liderança do Subsecretário das Nações Unidas para Temas Econômicos e Sociais, Embaixador Sha Zukang. Graças, em parte, aos esforços do Embaixador Sha, quando presidiu a décima primeira UNCTAD, em 2004, consolidou-se na reunião de São Paulo o conceito de “espaço para políticas nacionais” (*policy space*), que reconhece ser atribuição autônoma de cada país a formulação e a escolha de suas políticas de desenvolvimento – e preserva essa possibilidade também no contexto da negociação de compromissos internacionais ou das políticas de ajuda ou financiamento aos países em desenvolvimento.

Aproveito a presença dos representantes do corpo diplomático para anunciar nossa expectativa sobre a participação de Chefes de Estado e de Governo na Rio+20³⁸⁴. Queremos criar um ambiente internacional propício à redução das lacunas de implementação dos compromissos já existentes e encontrar fórmulas para diminuir a

383 O Brasil apresentou proposta, inicialmente voltada para os países da América Latina e Caribe, de se alcançar o índice de, ao menos, 10% de energias renováveis até 2010 na matriz energética da região. Com apoio regional, a meta foi apresentada na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, em Johannesburgo, em 2002.

384 A comunidade internacional esteve representada no Segmento de Alto Nível da Rio+20 por 105 Chefes de Estado e/ou de Governo e por 487 Ministros.

distância entre as decisões intergovernamentais e a adoção de políticas públicas concretas e efetivas.

Todos sabemos que, para fazer o que é necessário, não dependemos de novas convenções, de novos tratados. Nas negociações sobre mudança do clima, por exemplo, a forma de atuação dos países está estruturada para que o tratamento da questão leve em conta a equidade. Os países que têm a responsabilidade histórica pelas emissões, que dispõem de recursos financeiros e tecnológicos, devem cumprir suas obrigações no Protocolo de Kyoto, cujo segundo período de cumprimento o Brasil espera ser acordado em Durban³⁸⁵. O Brasil e outros países em desenvolvimento estão mostrando sua significativa contribuição com ações voluntárias de redução de emissões³⁸⁶, adequadas às prioridades e capacidades nacionais de desenvolvimento.

Precisamos de novo impulso político, da renovação do compromisso internacional dos Estados-membros da ONU com o desenvolvimento sustentável. Para isso, contamos com todos os governos, representados em seu mais alto nível na Rio+20.

Os temas da Rio+20, aprovados por unanimidade pelos Estados representados na Assembleia Geral da ONU³⁸⁷, apontam nessa direção.

385 Sobre a 17ª Conferência das Partes (COP-17) na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a 7ª Reunião das Partes no Protocolo de Kyoto (CMP-7), realizadas em Durban, África do Sul, entre os dias 28 de novembro e 11 de dezembro de 2011, cf. nota 311.

386 Em janeiro de 2010, o Brasil comunicou à UNFCCC a adoção de um conjunto de ações de mitigação adaptadas às condições nacionais (NAMAs, acrônimo em inglês) nas áreas de energia, agricultura e siderurgia, bem como de combate ao desmatamento na Amazônia e no Cerrado, indicando que tais ações têm potencial de mitigação de 36,1% a 38,9% (em relação à projeção de emissões do Brasil até 2020).

387 A decisão de realizar-se a Rio+20 e a agenda da conferência foram tomadas por meio da Resolução A/RES/236, aprovada na 64ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2009, nos seguintes termos: "Decide organizar, em 2012, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no nível mais elevado possível, incluindo Chefes de Estado e de Governo ou outros representantes e, a esse respeito, aceita com gratidão a oferta generosa do Governo do Brasil para sediar a Conferência, e decide que (a) o objetivo da Conferência será assegurar renovado comprometimento político em favor do desenvolvimento sustentável, avaliando o progresso realizado até o momento e as lacunas remanescentes na implementação dos resultados das principais cúpulas

A “economia verde” só tem sentido se for entendida como instrumento do desenvolvimento sustentável em seu sentido mais amplo, contribuindo para a erradicação da pobreza. Investimentos verdes são bem-vindos quando geram empregos verdes e trabalho decente também nos países em desenvolvimento. Tecnologias verdes são necessárias e precisam ser desenvolvidas em parceria com os países em desenvolvimento, ou poderem ser adquiridas por estes em condições mais favoráveis. Todas essas ações devem incorporar a preocupação com a erradicação da pobreza e com o combate à desigualdade.

O mundo mudou. Nas várias esferas do relacionamento internacional – econômicas e políticas – uma nova governança se faz necessária e está em construção. A relevância dos países em desenvolvimento para o crescimento mundial e a superação da crise de 2008 refletem o início dessa mudança no campo da economia e das finanças.

A falta de resultados na Rodada Doha é grave, pois revela a dificuldade de muitos países em adequar-se às novas realidades e sua disposição de defender, a todo custo, uma ordem mundial obsoleta. Os eventos no Norte da África e no Oriente Médio são a prova de que os mecanismos de governança política se tornaram anacrônicos.

sobre desenvolvimento sustentável e abordando desafios novos e emergentes. A Conferência incluirá os seguintes temas, a serem discutidos e aprimorados durante o processo preparatório: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza, e o marco institucional para o desenvolvimento sustentável; (b) o resultado da Conferência será um documento político específico; (c) tanto na Conferência, quanto em seu processo preparatório, deverá levar-se em conta a decisão adotada na décima primeira sessão da Comissão de que, ao final do programa de trabalho plurianual, se realize avaliação geral da Implementação da Agenda 21, do Programa para a Implementação Adicional da Agenda 21 e do Plano de Implementação de Johannesburgo. (d) tanto na Conferência, quanto em seu processo preparatório, se procurará integrar de maneira equilibrada o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento social e a proteção do meio ambiente, como pilares interdependentes do desenvolvimento sustentável que se reforçam mutuamente; (e) é importante que os Governos e o sistema da ONU realizem preparativos eficientes e eficazes em nível local, nacional, regional e internacional, de modo a assegurar contribuições de alta qualidade, sem que sejam impostas cargas excessivas aos Estados-Membros; (f) deve-se assegurar que a conferência e seus preparativos não afetem negativamente outras atividades em curso”.

A governança global para o desenvolvimento sustentável também precisa ser reformada – os três pilares desse conceito têm de estar mais integrados também no plano institucional.

No plano econômico, as Nações Unidas precisam fortalecer o diálogo já existente com organismos como a OMC, o Banco Mundial, o FMI e o G-20. Esses foros são determinantes para a efetividade dos meios de implementação das diretrizes sobre desenvolvimento sustentável, pois possibilitam a cooperação e o financiamento para o desenvolvimento e garantem a viabilidade dos diversos instrumentos jurídicos internacionais.

Na esfera social, é preciso haver maior comunicação entre os órgãos especializados para que sua ação concreta corresponda às necessidades de cada país – atendendo, assim, ao chamado das comunidades, com o enfoque inclusivo demandado por diversos grupos sociais às Nações Unidas.

No contexto ambiental, o PNUMA precisa ser fortalecido, para não depender apenas de contribuições voluntárias, que tendem a favorecer agendas seletivas incompatíveis com os princípios do multilateralismo.

Os membros das Nações Unidas devem favorecer uma forma de governança multilateral capaz de integrar os três pilares, orientada pelos Estados-membros e, portanto, universal – como a própria ONU.

No plano nacional, queremos que a preparação para a Conferência seja a mais integrada e inclusiva possível. Por isso, serão consultados todos os setores do governo e da sociedade.

Pretendemos realizar, no próximo dia 30 de junho, a primeira reunião da Comissão Nacional que a Presidenta da República acaba de criar. A Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, e eu presidiremos a reunião – para a qual esperamos contar com a presença de todos os colegas Ministros cujas pastas estão relacionadas,

como as nossas, com os destinos do desenvolvimento sustentável no Brasil e no mundo³⁸⁸.

Os diversos segmentos listados no Decreto – órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, academia, movimentos sociais, ONGs, povos indígenas, comunidades tradicionais, setores trabalhistas e empresariais – estão convidados a se reunir e, em processo decisório democrático e independente do Estado, indicar seus representantes para esta primeira reunião, em que começará a ser preparada a posição brasileira a ser defendida nos foros internacionais até a data da Rio+20³⁸⁹.

Embora formalmente não possam constar de Decreto Expedido pelo Poder Executivo, dois outros atores fundamentais nesse processo já estão mobilizados: os Poderes Judiciário e Legislativo. Não podemos esquecer que o conteúdo político das discussões no âmbito multilateral passa por uma ação de caráter parlamentar e resulta em documentos essencialmente jurídicos. Além do mais, para a sociedade brasileira, a efetividade das decisões adotadas nas Nações Unidas dependerá da forma como esses dois poderes deverão definir sua internalização pelo Brasil.

A Rio+20 será o maior evento de política internacional a realizar-se no Brasil neste mandato da Presidenta Dilma Rousseff.

388 A primeira reunião da Comissão Nacional para a Rio+20 foi realizada em 1º de julho de 2011. Presidida pelo Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e pela Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, a reunião contou com a participação do Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, da Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, do então Ministro da Pesca e da Aquicultura, Luiz Sérgio Nóbrega de Oliveira, e dos Senadores Fernando Collor, Cristovam Buarque e Rodrigo Rollemberg. Outras cinco reuniões deram continuidade aos trabalhos da Comissão Nacional e foram realizadas em 8 de agosto de 2011, 26 de outubro de 2011, 8 de fevereiro de 2012, 9 de março de 2012 e 12 de junho de 2012. Também foi realizada reunião de atualização sobre os resultados da Conferência Rio+20 em 18 de dezembro de 2012.

389 Conforme o Decreto nº 7495 e a Portaria Interministerial nº 217, de 17 de Junho de 2011, cada setor social realizou consultas, de forma autônoma e independente, a fim de escolher seus representantes na Comissão Nacional, elegendo dois titulares e dois suplentes em um total de 32 representantes para os oito setores sociais – órgãos estaduais e municipais de meio ambiente dedicados ao meio ambiente; comunidade acadêmica; povos indígenas; povos e comunidades tradicionais; setores empresariais; trabalhadores; organizações não governamentais e movimentos sociais.

O Brasil, país-síntese do desenvolvimento sustentável, enfrenta os desafios da riqueza e os desafios da pobreza. O mundo olha para o Brasil com grande expectativa. Sabemos que a Rio+20 será um novo marco na já notável contribuição do Brasil ao desenvolvimento sustentável.

RIO+20: UM CHAMADO À RESPONSABILIDADE COLETIVA

Entrevista concedida ao boletim Em Questão, 23 de janeiro de 2012. Título original: “A Rio+20 deve ser o início de um período de ação, em que os atores sociais serão cada vez mais importantes para a promoção concreta do desenvolvimento sustentável”.

EM QUESTÃO: O que está em jogo na Rio+20³⁹⁰?

MINISTRO: A Rio+20 representa um chamado à responsabilidade coletiva diante dos desafios impostos à comunidade internacional nas esferas ambiental, econômica e social. O Brasil entende que devem ser alcançados progressos reais em quatro direções: 1) a incorporação definitiva da erradicação da pobreza como elemento indispensável à concretização do desenvolvimento sustentável, acentuando sua dimensão humana; 2) a plena consideração do conceito de desenvolvimento sustentável na tomada de decisão dos atores dos pilares econômico, social e ambiental, com vistas à geração de sinergia, coordenação e integração entre estas três dimensões; 3) o fortalecimento do multilateralismo e a adequação das estruturas das Nações Unidas e das demais instituições internacionais ao desafio do desenvolvimento sustentável; e 4) a reflexão,

390 Sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que ocorreu no Rio de Janeiro entre 20 e 22 de junho de 2012, cf. nota 43.

na estrutura de governança global, sobre o reordenamento internacional em curso, com devida atenção ao papel dos emergentes.

EM QUESTÃO: A realização de um evento com tamanha importância traz que tipo de expectativas ao Governo brasileiro?

MINISTRO: O Governo brasileiro espera atingir resultados positivos nas esferas internacional, nacional e da sociedade civil. Na esfera multilateral, o objetivo é estabelecer rumos concretos para o longo prazo, em que se apontariam direções para o crescimento mundial no contexto do desenvolvimento sustentável. Na dimensão nacional, pretende-se estimular o debate interno necessário para que o País exerça liderança na implementação e na criação de soluções sobre desenvolvimento sustentável nos próximos anos. O Governo brasileiro entende que o aumento da participação da sociedade civil é um dos elementos indispensáveis para a promoção de avanços rumo ao desenvolvimento sustentável³⁹¹. Nesse sentido, da mesma forma que a Rio-92 foi um marco para a conscientização acerca da importância da sustentabilidade, a Rio+20 deve ser o início de um período de ação, em que os atores sociais

391 A participação da sociedade civil durante a Rio+20 aconteceu, principalmente, por meio de duas iniciativas: os Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável e a Cúpula dos Povos. Os Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, realizados de 16 a 19 de junho de 2012, desenvolveram-se em dois formatos e momentos: (i) plataforma criada na Internet, que funcionou como espaço amplo e interativo de troca de informações entre representantes de movimentos sociais, acadêmicos, ONGs e empresários de diferentes partes do mundo; (ii) discussão presencial a partir das recomendações mais votadas na primeira etapa, referentes a dez temas prioritários da agenda internacional do desenvolvimento sustentável, com participação de mais de 60 mil pessoas de 193 países. As recomendações votadas na plataforma virtual, que receberam 1,3 milhão de votos, modelaram as discussões presenciais no Rio de Janeiro. Três recomendações sobre cada tema prioritário foram levadas aos Chefes de Estado e de Governo que integraram as mesas redondas de discussão do Segmento de Alto Nível da Conferência. A Cúpula dos Povos, evento organizado pela sociedade civil, com apoio do Governo brasileiro, realizou-se entre 15 e 23 de junho, paralelamente à Rio+20. Contou com a participação de cerca de 25 mil pessoas de distintos países, organizações e movimentos sociais, da cidade e do campo, que participaram de grupos de discussão na Assembleia Permanente dos Povos. A Cúpula dos Povos foi um espaço onde as organizações e movimentos sociais puderam dialogar sobre suas experiências e projetos para o desenvolvimento sustentável.

serão cada vez mais importantes para a promoção concreta do desenvolvimento sustentável.

EM QUESTÃO: Que posição esperar dos países desenvolvidos?

MINISTRO: Os países desenvolvidos têm imensa dívida com relação ao mundo em desenvolvimento na área de desenvolvimento sustentável. Na Rio+20, devemos concentrar-nos em assegurar que os Estados mais desenvolvidos cumpram com os compromissos assumidos no passado. Uma questão-chave para os países mais pobres: na Rio+10 (Cúpula de Johannesburgo), os países desenvolvidos comprometeram-se a transferir uma média de 0,7% de seu PIB para ajudar as nações pobres a atingirem as metas acordadas. Os níveis de apoio, desde então, não atingiram esse patamar e ainda sofreram uma queda nos últimos anos³⁹².

EM QUESTÃO: Como o Brasil vem participando dos debates internacionais sobre o desenvolvimento sustentável?

MINISTRO: O Brasil se situa no centro dos debates internacionais sobre o tema desde, pelo menos, 1971³⁹³. Na ocasião, foi uma das

392 O Artigo 79 (a) do Plano de Implementação de Johannesburgo dispõe que: "Conclamamos os países desenvolvidos, que ainda não o tenham feito, a envidar esforços concretos para alcançar o objetivo de 0,7% de seu PIB como Assistência Oficial ao Desenvolvimento (ODA, acrônimo em inglês) para os países em desenvolvimento e efetivamente implementar seu compromisso de ODA em relação aos países menos desenvolvidos, como estabelecido no parágrafo 83 do Programa de Ação para os Países Menos Desenvolvidos para a Década 2001 – 2010". O referido parágrafo menciona que "os países doadores implementarão, tão breve quanto possível, as ações (...) com as quais se comprometeram na segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Desenvolvidos", que envolvem a doação de parcela do Produto Interno Bruto para ações de ajuda oficial ao desenvolvimento.

393 Em 1971, houve a preparação para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano; a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional especialmente como Habitat de Aves Aquáticas; a publicação da obra "This Endangered Planet", de Richard Falk; e a reunião o Grupo de Peritos sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, com participação do Embaixador Miguel Ozório de Almeida. Em 1972, a Conferência de Estocolmo deu início a uma série de encontros que discutiriam a indivisibilidade entre homem e natureza. Em 1987, novo marco seria a publicação do relatório "Nosso Futuro Comum" (ou "Relatório Brundtland"), que trata da relação entre desenvolvimento econômico e questões ambientais, definindo desenvolvimento sustentável como aquele que alcança as necessidades das gerações presentes, sem comprometer a capacidade de alcançar as necessidades das gerações futuras. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no Rio de Janeiro, em 1992, representou ponto de chegada das negociações em curso nas décadas anteriores, levando à assi-

primeiras vozes que trouxeram às discussões ambientais suas dimensões indissociáveis do desenvolvimento econômico e social. O Brasil posteriormente trabalhou intensamente para que um dos principais resultados da Conferência Rio-92 fosse a aceitação universal do conceito de desenvolvimento sustentável e da inter-relação entre o social, o econômico e o ambiental³⁹⁴. Temos demonstrado, portanto, capacidade de liderança na consolidação e no fortalecimento do conceito de desenvolvimento sustentável. Além disso, podemos ser considerados o país-síntese do desenvolvimento sustentável nas últimas décadas. O Brasil foi das poucas nações, senão a única, capaz de crescer economicamente, combater a pobreza e diminuir as desigualdades sociais, reduzir desmatamentos e manter a matriz energética limpa simultaneamente. Caberá ao País, agora, defender esse duplo legado – o histórico papel protagonista nas discussões multilaterais e o exemplo de políticas internas que têm gerado resultados positivos. Na Rio+20, defenderemos que não há receita única para o desenvolvimento sustentável, mas sim diversos caminhos, a partir

natura de convenções sobre mudança do clima (UNFCCC), diversidade biológica (UNCBD) e combate à desertificação (UNCCD). Em 1997, a assinatura do Protocolo de Kyoto marcou o início de um regime internacional de redução das emissões de gases de efeito estufa. A Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável (Johannesburgo, 2002) trouxe como proposta o relançamento dos objetivos do plano de ação da Agenda 21, plano de ação com esforços em prol do desenvolvimento sustentável firmado no Rio de Janeiro, em 1992. Vinte anos depois, em 2012, a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, no Rio de Janeiro, deu continuidade às discussões sobre a relação entre os pilares econômico, social e ambiental do desenvolvimento sustentável, representando ponto de partida para deliberações futuras sobre o tema.

394 A Declaração do Rio, de 1992, estabelece, entre seus princípios, que o direito ao desenvolvimento deve ser exercido de modo a permitir que sejam atendidas equitativamente as necessidades de desenvolvimento e de meio ambiente das gerações presentes e futuras; para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental constituirá parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente deste; todos os Estados e todos os indivíduos, como requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável, irão cooperar na tarefa essencial de erradicar a pobreza, a fim de reduzir as disparidades de padrões de vida e melhor atender às necessidades da maioria da população do mundo; será dada particular prioridade à situação e às necessidades especiais dos países em desenvolvimento, especialmente dos países menos desenvolvidos e daqueles ecologicamente mais vulneráveis. No parágrafo 3 do documento final da Rio+20, "O Futuro que Queremos", firmou-se a necessidade de uma melhor integração dos aspectos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento sustentável em todos os níveis, bem como reconheceu-se a importância da relações entre esses aspectos para alcançar-se o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões.

das realidades específicas de cada país ou região³⁹⁵. Reforçaremos a convicção de que o estímulo ao desenvolvimento sustentável nunca foi tão importante. Se ele já era consenso há 20 anos, tornou-se indispensável em um contexto de crescente aquecimento global, que exige respostas urgentes, em escala global e com sentido de responsabilidade coletiva de longo prazo.

395 O Artigo 32 do documento “O Futuro que Queremos” enuncia: “[reconhece-se] que cada país enfrenta desafios específicos para alcançar o desenvolvimento sustentável, e destacamos os desafios especiais enfrentados pelos países mais vulneráveis, e em particular os países africanos, os países de menor desenvolvimento relativo, os países em desenvolvimento sem litoral e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento, bem como os países de renda média. Países em situações de conflito também precisam de atenção especial”.



UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO COM CRESCIMENTO ECONÔMICO, INCLUSÃO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Artigo publicado nos jornais O Globo e O Estado de S. Paulo, 20 de abril de 2012. Título original: “Economia verde, sem pobreza”.

Em junho, o Brasil sediará a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+20.

O momento é oportuno: são claros os sinais de que os modelos de desenvolvimento vigentes devem ser reformulados. Países, sem distinção de grau de riqueza, enfrentam graves crises econômico-financeiras, a desigualdade social, a fome, o desemprego, a perda da biodiversidade e a mudança do clima. Essas múltiplas crises apontam a atualidade e urgência da implementação de modelos de desenvolvimento sustentável, ou seja, de projetos nacionais que contemplem, de forma equilibrada e integrada, o crescimento econômico, a inclusão social e a proteção ambiental.

A Rio+20 é a oportunidade para que esse debate ocorra no mais alto nível. A Conferência será fundamentalmente diferente de sua antecessora, a Rio-92. A Cúpula realizada há 20 anos representou a finalização de longos processos de negociação, culminando na assinatura de importantes documentos e convenções. A Rio+20, por sua vez, olha para o futuro, construindo uma nova agenda para o

desenvolvimento sustentável. Se a Rio-92 representou um ponto de chegada, a Rio+20 pode ser vista como um ponto de partida.

Uma das prioridades do Brasil na Rio+20 é a discussão da erradicação da pobreza e do fortalecimento de fluxos financeiros e tecnológicos para a implementação dos compromissos de desenvolvimento sustentável, que exigem significativos recursos públicos, privados e políticos.

A agenda da Rio+20 se organiza em torno de dois grandes temas. O primeiro é a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Sobre esse tema, vem-se observando um acordo geral entre os países sobre alguns aspectos: não existe um modelo único de economia verde; e não se pode considerar a economia verde sem relacioná-la à erradicação da pobreza – ou seja, a objetivos de inclusão social.

Cada país formulará sua própria concepção de economia verde, de acordo com sua realidade nacional, os recursos de que dispõe e seus desafios de desenvolvimento. No Brasil, por exemplo, estará baseada no amplo uso de energias renováveis, no efetivo combate ao desmatamento, na elevação dos níveis de renda de milhões de brasileiros. A adoção de padrões únicos de economia verde a todos os países poderia gerar distorções, tais como a criação de barreiras comerciais, o que aprofundaria disparidades entre os países, agravando problemas sociais, sobretudo nos países em desenvolvimento.

O segundo tema é a governança para o desenvolvimento sustentável. Em outras palavras, trata-se de adequar as estruturas do sistema ONU de forma a fortalecer o multilateralismo, reduzir o déficit democrático e proporcionar maior integração entre as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento sustentável.

A Rio+20 poderá prestar contribuição decisiva ao enfrentamento do aquecimento global, pois o desenvolvimento sustentável

é a melhor resposta aos desafios associados à mudança do clima. O Brasil teve papel-chave na recente Conferência de Durban³⁹⁶, contribuindo, por meio de sua liderança e propostas, para resultados positivos. Graças a Durban, estão dadas as condições para um intercâmbio construtivo sobre aquecimento global na Rio+20, com impacto potencialmente relevante em favor do fortalecimento do regime internacional. Isso, claro, sem pretender duplicar as negociações intergovernamentais, cujo espaço legítimo é a Convenção-Quadro de Mudança do Clima das Nações Unidas.

O mundo olha para o Brasil, anfitrião da Rio+20, com expectativa de liderança. Dispomos de credenciais sólidas para isso, como nação que se encontra na vanguarda das energias limpas e renováveis e também das políticas de crescimento econômico inclusivo. O Brasil demonstra que é possível crescer e incluir, proteger e conservar.

Como disse em janeiro a Presidenta Dilma Rousseff no Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, em janeiro de 2012, queremos que, a partir da Rio+20, a palavra “desenvolvimento” apareça sempre associada ao adjetivo “sustentável”³⁹⁷.

396 Sobre a 17ª Conferência das Partes (COP-17) na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) e a 7ª Reunião das Partes no Protocolo de Kyoto (CMP-7), realizadas em Durban, África do Sul, entre os dias 28 de novembro e 11 de dezembro de 2011, cf. nota 311.

397 Entre 24 e 29 de janeiro de 2012, realizou-se, em Porto Alegre, o Fórum Social Mundial. O Fórum constitui evento anual, realizado desde 2001, envolvendo a sociedade civil em debates abertos acerca da globalização e do papel dos movimentos sociais no mundo contemporâneo. No dia 26 de janeiro, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, proferiu discurso no Fórum, no âmbito da iniciativa de diálogos entre a sociedade civil e o Governo. Na ocasião, afirmou: “Centrado na importante questão ambiental e nos problemas da mudança do clima, o encontro do Rio [Rio+20] vai enfrentar uma questão mais ampla e mais decisiva: estará no centro dos debates um novo modelo de desenvolvimento, contemplando três dimensões – a econômica, a social e a ambiental. Queremos que a palavra ‘desenvolvimento’ apareça, de agora em diante, sempre associada à expressão ‘sustentável’. Ao lado dos objetivos de desenvolvimento do milênio, é necessário estabelecer também os objetivos do desenvolvimento sustentável. Esses objetivos, que abrangem compromissos e metas para todos os países do mundo, têm, no seu centro, o combate à pobreza e à desigualdade e a sustentabilidade ambiental”.



FUTURO SUSTENTÁVEL

Entrevista concedida ao jornal Valor Econômico, 18 de junho de 2012. Título original: “Brasil não aceita medidas punitivas”.

VALOR ECONÔMICO: O que pode garantir, na Rio+20, o financiamento às metas de desenvolvimento sustentável?

MINISTRO: A proposta de estabelecimento de um processo intergovernamental, sob a égide da Assembleia Geral da ONU, com apoio do sistema ONU e em consulta de instituições financeiras regionais e internacionais para a mobilização de recursos, está sendo bem aceita.

VALOR ECONÔMICO: Como é essa proposta?

MINISTRO: A ideia é a criação de um comitê intergovernamental que apresentará suas conclusões em 2014³⁹⁸. Poderá se criar um processo que transcorrerá, dentro da filosofia do documento final da Rio+20³⁹⁹, em paralelo à definição dos objetivos de desenvolvimento

398 Sobre a definição de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, cf. notas 43 e 313.

399 O documento final da Conferência intitula-se “O Futuro que Queremos” e, em 283 parágrafos, lança a nova agenda de desenvolvimento sustentável para a comunidade internacional. O documento reafirma princípios de conferências que antecederam a Rio+20, em especial, o princípio das responsabilidades comuns, porém diferenciadas entre países desenvolvidos e em desenvolvimento; reconhece a erradicação da pobreza como o maior desafio global e condição fundamental para se alcançar o desenvolvimento sustentável; determina o lançamento do processo de formulação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a criação de um foro político de alto nível para a promoção do desenvolvimento sustentável; decide pelo fortalecimento do PNUMA e do ECOSOC; dispõe sobre a criação do Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Centro Rio+), no Rio de Janeiro, entre outras iniciativas.

sustentável. Esperamos que seja lançado também um processo que culmine com adoção de objetivos específicos até 2015.

VALOR ECONÔMICO: A Europa está sem dinheiro, os EUA terão eleição. Como a Rio+20 está sendo afetada?

MINISTRO: É óbvio que tudo é interligado. Aqui na Rio+20, o trabalho é voltado a prazos mais longos, tanto na avaliação do que foi ou deixou de ser feito desde 1992 como o que prevemos para o futuro. Teremos os objetivos de desenvolvimento sustentável, e queremos um desenvolvimento inclusivo, articulando-se com os ODM. Isso já indica um pensamento mais no médio e longo prazo.

VALOR ECONÔMICO: Sim, mas a Europa...

MINISTRO: A Europa tem uma crise imediata e urgente, mas não vai deixar de existir e continua sendo um centro extraordinário de poder econômico, liderança política, conhecimento e tecnologia. Na Europa, toda a temática do desenvolvimento sustentável, imbricação do meio ambiente com crescimento econômico e desenvolvimento social só vai ganhar importância. É um dos atores mais interessados em níveis elevados de ambição na Rio+20. É incontornável o fato de que ela terá de contribuir para esse esforço, mas há muito que os países poderão fazer em seus próprios territórios.

VALOR ECONÔMICO: Países ricos têm pedido cada vez mais que os países emergentes participem mais...

MINISTRO: Eles estão fazendo mais. No Fórum Nacional de Mudanças Climáticas, a Presidenta Dilma Rousseff disse que o Brasil tem condições de fazer muito nessa área, por características que lhe são próprias, que envolvem tanto o mérito das lideranças brasileiras na antecipação de desafios, com matriz energética mais limpa, política contra a pobreza, mas também por características do território, que permite diminuir gás de efeito estufa evitando desmatamento. Podemos talvez fazer até mais que alguns outros.

VALOR ECONÔMICO: Na conferência de Copenhague, o Brasil assumiu um posicionamento corajoso em metas de redução de emissões. Está se pensando em algo assim na Rio+20?

MINISTRO: Esta Conferência tem características próprias. É diferente de Copenhague e também da Rio-92, onde havia o fechamento de acordos. Aqui estamos fazendo uma avaliação e planejando o futuro, a partir do documento “O Futuro que Queremos”, que é uma declaração e aponta direções. O Embaixador Marcos Azambuja, que trabalhou na Rio-92, disse outro dia que a proa está apontada na direção certa, falando em relação ao Brasil. É o que queremos fazer com esta Conferência também: apontar a proa na direção da comunidade internacional.

VALOR ECONÔMICO: Mas a questão é saber se a embarcação vai navegar, não?

MINISTRO: A embarcação está navegando. Já não se questiona a ideia da responsabilidade coletiva na articulação de um futuro sustentável. Também não se questiona a importância da erradicação da pobreza, da redução das desigualdades, na mudança de padrão de consumo. Na Rio-92, foi considerada uma vitória se falar em meio ambiente e desenvolvimento. Hoje o segundo parágrafo do documento já diz que a erradicação da pobreza é central.

VALOR ECONÔMICO: Como avançar, por exemplo, no capítulo de oceanos, uma área muito cara ao Brasil, mas onde os EUA se opõem? Os EUA sequer assinaram a Convenção do Mar⁴⁰⁰...

MINISTRO: A Secretária de Estado, Hillary Clinton, foi ao Congresso e está envolvida em uma mobilização política para que os EUA ratifiquem a Convenção das Nações Unidas sobre os

400 Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, de 10 de dezembro de 1982.

Direitos do Mar⁴⁰¹. Não cabe a mim fazer pronunciamentos sobre a dinâmica interna de um país, mas há uma dinâmica nos Estados Unidos, em que o Executivo tem muito interesse em se associar a essa Convenção. Na medida em que os negociadores são representantes do Executivo, podemos tirar as nossas conclusões. Aqui, nas negociações de agora, os pontos de discórdia são pequenos e superáveis.

VALOR ECONÔMICO: A ideia é se criar um processo que regule a exploração da biodiversidade do mar em águas muito profundas, que não pertencem a nenhum país, não é?

MINISTRO: Sim, tem a ver com a biodiversidade para além das jurisdições nacionais. Deve haver um processo negociador sobre isso⁴⁰².

VALOR ECONÔMICO: Nas negociações de clima, pensa-se em um centro de tecnologia específico, e os países emergentes gostam dessa ideia. Aqui poderia sair algo parecido com isso?

MINISTRO: A seção sobre transferência de tecnologia é bastante genérica no texto. Mas, em paralelo, correm muitas iniciativas. Está bastante avançada a ideia de um centro de desenvolvimento sustentável com sede no Rio⁴⁰³. Seria um instituto com patrocínio da ONU

401 Em 23 de maio de 2012, a Secretária de Estado Hillary Clinton compareceu à Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, para defender a ratificação da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar. Em 16 de julho, 34 Senadores Republicanos assinaram uma carta ao então Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Senador John Kerry, anunciando que votariam contra a Convenção, o que bloqueou a maioria necessária de 2/3 dos votos para sua aprovação congressional.

402 A AGNU desempenha papel central no tratamento da conservação e uso sustentável da biodiversidade marinha além da jurisdição nacional. Para a discussão desses temas, foi criado o Grupo de Trabalho Informal *ad hoc* da Assembleia Geral sobre Biodiversidade Marinha em Áreas Além das Jurisdições Nacionais.

403 Em 22 de junho de 2012, foi anunciada a criação do Centro Mundial de Desenvolvimento Sustentável, o Centro Rio+, com o objetivo de dar continuidade às discussões lançadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, integrando as dimensões econômica, social e ambiental. O centro foi inaugurado, em 24 de junho de 2013, no Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da UFRJ.

e que poderia também ser financiado por outras contribuições. Mas isso em paralelo à Conferência, não será anunciado aqui.

VALOR ECONÔMICO: Como o Brasil enfrentará essa agenda, rico em recursos naturais, mas com uma população que quer consumir mais?

MINISTRO: O papel da educação é muito importante. É muito através da mudança da mentalidade que vamos avançar nessa direção. É o desafio político do momento em que vivemos. Exigirá coragem, liderança, capacidade de quebrar padrões aos quais estamos acostumados.

VALOR ECONÔMICO: O Brasil tem adotado políticas como o estímulo ao consumo individual, sem cobrar mudanças da indústria, como nos incentivos ao setor automotivo.

MINISTRO: Que outro país tem uma frota de automóveis “flex fuel” como no Brasil? Não conheço nenhum. Isso aí tem implicação em relação à sustentabilidade.

VALOR ECONÔMICO: Mas é transporte individual, quando a sustentabilidade pede estímulo ao transporte coletivo.

MINISTRO: São questões legítimas. Quem está fazendo mais tem de continuar fazendo mais; e temos de trabalhar para que quem está fazendo menos comece a fazer um pouco.

VALOR ECONÔMICO: A dependência maior das reservas do pré-sal não ameaça a economia verde no Brasil?

MINISTRO: Não é esse o espírito em que a Presidenta Dilma Rousseff que entende muito de energia, pretende trabalhar. Temos conquistas importantes em termos de matriz energética renovável; não vamos deixar que essa característica da matriz brasileira sofra um retrocesso.

VALOR ECONÔMICO: Como a Rio+20 será lembrada daqui a 20 anos?

MINISTRO: Jeffrey Sachs acha que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são um tremendo ganho⁴⁰⁴. É uma conquista da maior importância, desenvolvida no âmbito multilateral. Uma nova responsabilidade coletiva. É muito importante que os objetivos sejam encarados da perspectiva da articulação dos três pilares do desenvolvimento sustentável: não podemos ter um objetivo ambiental, outro social e outro econômico. Outro aspecto é: os objetivos não podem ser transformados em obstáculo. Isso é uma preocupação.

VALOR ECONÔMICO: Pode detalhar?

MINISTRO: Não queremos objetivos que sejam condicionalidades, que sejam transformados em barreiras ao comércio, utilizados de maneira que possa ser discriminatória contra países mais pobres. A erradicação da pobreza tem que estar no centro das atenções. Estamos olhando para o futuro sustentável do planeta. Os objetivos têm de ser curtos. A governança que será criada tem de ajudar na sua implementação, de maneira construtiva, e apoiar esforços bem-sucedidos, que não se penalize os que têm mais dificuldade.

VALOR ECONÔMICO: Quais as mudanças na governança institucional⁴⁰⁵? Como estão as negociações?

MINISTRO: O que está sobre a mesa nesse momento é fortalecer o papel do Conselho-Geral do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), que já tem um pilar econômico e social e pode ganhar um papel na área ambiental. Existe a ideia de se criar

404 Cf. Artigo "From Millenium Development Goals to Sustainable Development Goals", publicado pelo economista americano, Jeffrey Sachs, em 8 de junho de 2012, no qual saúda a ideia dos ODS como "método histórico e efetivo de mobilização global para atingir um grupo de importantes prioridades sociais ao redor do globo" ("The Millennium Development Goals mark a historic and effective method of global mobilisation to achieve a set of important social priorities worldwide").

405 Sobre o tratamento do tema Governança no documento final da Rio+20, "O Futuro que Queremos", cf. nota 314.

um Fórum de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável⁴⁰⁶, em substituição à comissão existente nessa área, a Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS), que seria turbinada, digamos assim. Ao mesmo tempo, existe aquela ideia de fortalecimento do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

VALOR ECONÔMICO: Por que o Brasil não apoia a transformação do PNUMA em uma agência, com maiores poderes?

MINISTRO: Não há um consenso sobre a agência. A ideia da agência especializada é divisiva. Aqui estamos trabalhando com as majorias. Chegando perto de um acordo, com uma voz ou duas dissonantes, a gente empurra para aquela direção. Quando há divisão, que não vai ser resolvida em dois dias, a gente vê como pode lidar. Uma maneira é trabalhar pelo fortalecimento, como fazer o PNUMA aberto à participação universal que hoje é limitada a poucos países.

406 A primeira reunião do Fórum de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável realizou-se em 24 de setembro de 2013, à margem do Debate Geral da 68ª Assembleia Geral da ONU, e contou com a participação da Presidente da República Dilma Roussef.



**PAZ, DESENVOLVIMENTO E
SEGURANÇA ALIMENTAR**



SEGURANÇA ALIMENTAR, POR UM MUNDO MENOS DESIGUAL

Discurso proferido por ocasião do seminário “Cooperação técnica brasileira: agricultura, segurança alimentar e políticas sociais”. Roma, 24 de junho de 2011.

O Brasil logrou promover nos últimos anos uma enorme redução da pobreza em seu território⁴⁰⁷. Tornou-se pela primeira vez um país majoritariamente de classe média. Nesse período, sua economia não só cresceu, mas o fez de forma a possibilitar uma melhor distribuição da renda. Essa inclusão social, em grande medida, deve-se às políticas públicas formuladas e implementadas para a agricultura, o desenvolvimento agrário, o meio ambiente, a pesca e a segurança alimentar.

Tenho a satisfação de afirmar que, em um período equivalente ao de uma geração, mudamos nosso país. Mudamos nossa realidade e queremos contribuir para mudar a daqueles que são nossos vizinhos, nossos parceiros e compartilham conosco a ideia de que um mundo mais seguro é um mundo menos desigual, menos assimétrico e com menos insegurança alimentar.

Se, em uma geração, passamos a ser um dos maiores exportadores líquidos de alimentos do mundo; se logramos conjugar a produção de biocombustíveis com o aumento da segurança

407 Sobre os programas sociais do Governo Federal com vistas à eliminação da pobreza extrema, cf. nota 186.

alimentar; se conseguimos expandir nossa produção de alimentos e melhorar a proteção do meio ambiente, foi porque soubemos inovar, incluir e compartilhar.

INOVAR

Inovar porque investimos em tecnologia, em pesquisa e em desenvolvimento. Criamos instituições como a EMBRAPA, os serviços de assistência técnica e extensão rural e diversas Universidades públicas.

A EMBRAPA, por exemplo, para contribuir para a criação de nossa agricultura tropical priorizou a formação de recursos humanos. Possui cerca de 9 mil funcionários, dos quais 2 mil são pesquisadores – 21% com mestrado, 71% com doutorado e 7% com pós-doutorado. Sob coordenação da EMBRAPA está o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária, que desenvolveu novas tecnologias e mudou a agricultura brasileira. Isso possibilitou, por exemplo, a incorporação do cerrado ao sistema produtivo, tornando essa região responsável por cerca da metade da produção de grãos do Brasil.

Esses investimentos em tecnologia, adaptando muitas vezes culturas de clima temperado às condições brasileiras, fizeram com que o Brasil se tornasse o segundo produtor mundial de soja. Fizeram com que, no período de 1975 a 2009, a produção de leite aumentasse em três vezes, a oferta de carne bovina e suína se multiplicasse por quatro e a de frango por 22. O desenvolvimento de soluções e de tecnologias específicas para a nossa realidade fez com que o Brasil se tornasse não só o maior exportador mundial de proteína, mas também conseguisse conciliar aumento de segurança alimentar com melhoria na qualidade dos alimentos. Saliento que atingimos essa situação apesar das barreiras tarifárias, técnicas, sanitárias e fitossanitárias dos países desenvolvidos, apesar dos

subsídios das economias ricas que tanto afetam o comércio agrícola internacional.

INCLUIR

Incluir porque soubemos conjugar a competitividade do agronegócio com a solidez da agricultura familiar. Entendemos que ambas as formas de organização da produção agrícola são complementares e não mutuamente excludentes. Compreendemos que cada uma dessas modalidades se adapta melhor a um determinado tipo de cultura ou de mercado. Essa sinergia entre agronegócio e agricultura familiar desenvolvida no Brasil em muito decorre dos múltiplos contextos geográficos e sociais do país. Diante de problemas tão variados, precisamos sempre encontrar soluções criativas e conciliadoras.

Incluimos igualmente porque tornamos o campo não só um fornecedor de alimentos e matérias-primas para as cidades e a indústria, mas também um importante mercado consumidor de todo tipo de bens e serviços. Fizemos com que a agricultura servisse de catalisador do nosso desenvolvimento, reduzindo discrepâncias regionais e migrações sazonais. A agricultura passou a ser um importante fator de distribuição de renda, atraindo investimentos para o interior do país e gerando oportunidades e empregos para milhões de brasileiros.

Vale lembrar que o Professor José Graziano da Silva, hoje candidato a Diretor-Geral da FAO⁴⁰⁸, criou, durante o Governo do Presidente Lula, o programa “Fome Zero”. Criamos também o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), cujo objetivo é garantir o acesso a alimentos em quantidade e regularidade às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional. Essa iniciativa

408 Em 26 de junho de 2011, o Professor José Graziano da Silva foi eleito Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), cf. nota 258.

contribui para a formação de estoques estratégicos e permite aos agricultores familiares armazenar seus produtos para comercialização a preços mais justos.

Outra iniciativa importante brasileira é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁴⁰⁹, que garante a alimentação a alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas. Seu objetivo é atender as necessidades nutricionais dos alunos, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, além de promover a formação de hábitos alimentares saudáveis. Por motivos legais, 30% dos recursos para a alimentação escolar devem ser alocados na compra direta de produtos da agricultura familiar, o que estimula o desenvolvimento econômico das comunidades, inclusive daquelas mais distantes dos grandes centros urbanos no país.

Incluímos também porque soubemos expandir nossa produção de alimentos, matérias-primas e biocombustíveis de forma sustentável. Essa questão da sustentabilidade do desenvolvimento permeará os debates da Conferência Rio+20⁴¹⁰.

COMPARTILHAR

Compartilhar porque, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), temos posto à disposição dos países que nos procuram as experiências bem-sucedidas de nossas instituições. Essa cooperação, que visa semear capacidade para o desenvolvimento autônomo, tem sido uma das formas que melhor expressa o compromisso de longo prazo da política externa brasileira com os países em desenvolvimento.

409 Sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cf. nota 206.

410 Sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que ocorreu no Rio de Janeiro entre 20 e 22 de junho de 2012, cf. nota 43.

A cooperação técnica sul-sul brasileira caracteriza-se pela transferência de conhecimentos, pela ênfase na capacitação de recursos humanos e pela concepção de projetos que reconheçam as especificidades de cada país. Realiza-se com base na solidariedade que marca o relacionamento do Brasil com outros países em desenvolvimento. A cooperação técnica brasileira é livre de condicionais e não prevê lucros. Responde a demandas de países em desenvolvimento que acreditam que nossas soluções podem servir de referência para suas políticas e práticas.

O Brasil foi capaz de encontrar soluções próprias que podem aplicar-se outros países em desenvolvimento. A formação multicultural e multiétnica do Brasil contribui para a adaptação de nossas propostas às características de outros países da América Latina, África, Oriente Médio, Ásia e Oceania.

O Brasil não se considera, no entanto, um *emerging donor*. O Brasil considera que a cooperação sul-sul não deve ser concebida como uma ajuda (*aid*), mas sim como uma parceria. Os projetos de cooperação, dessa forma, são elaborados pelas autoridades brasileiras em conjunto com as dos nossos parceiros.

A ABC tem, nos últimos anos, buscado implantar uma nova estratégia de ação, que prioriza os projetos ditos “estruturantes”, que tendem a ter um impacto socioeconômico mais significativo.

Nossos projetos estruturantes contemplam desde fazendas experimentais para teste de variedades agrícolas brasileiras em solo africano até centros de formação profissional. Instalações permanentes de capacitação permitem a formação de maior número de técnicos. Alguns projetos estruturantes têm alcance regional e recebem participantes dos países vizinhos. A estação experimental de algodão no Mali, por exemplo, recebe técnicos de Burkina Faso, do Chade e do Benim, enquanto a estação de arroz no Senegal receberá técnicos do Mali, da Mauritânia e de Guiné-Bissau.

A cooperação técnica brasileira contempla atualmente projetos em 81 países. Cerca de 45% dessa cooperação técnica se dá na América Latina e no Caribe e os demais 55% estão distribuídos entre África, Ásia e Oceania⁴¹¹.

Diversos países desenvolvidos e organismos internacionais têm procurado o Brasil por suas capacidades técnicas, por sua identidade multicultural e por sua forma de atuar. Isso nos tem possibilitado agir também de modo trilateral em projetos de cooperação técnica. Seja com países desenvolvidos, seja com organismos internacionais, os projetos de cooperação técnica trilateral devem incluir nossos princípios, isto é, devem ser *demand driven*, destituídos de condicionalidades e sem fins lucrativos.

O Brasil desenvolve cooperação técnica trilateral com o Japão, a Alemanha, os Estados Unidos, a Itália, a França, a Austrália, o Reino Unido, a Espanha, entre outros. Assinou recentemente Memorando de Entendimento sobre cooperação técnica trilateral com Israel e Egito.

No caso dos organismos internacionais, nossa cooperação trilateral não se baseia na doação de recursos, mas sim na elaboração de projetos conjuntos. Nessas situações, as vantagens comparativas da cooperação técnica brasileira somam-se à experiência dos organismos internacionais. Esses, por possuírem representantes no Brasil, conhecem as práticas nacionais e podem recomendá-las para outros países em desenvolvimento. Na cooperação técnica trilateral com organismos internacionais, são sempre instituições brasileiras que transferem conhecimentos.

411 De acordo com dados da Agência Brasileira de Cooperação, no início de 2013, a cooperação técnica brasileira contemplava projetos em 95 países. Cerca de 39% dessa cooperação técnica dá-se na América Latina e no Caribe, e os demais 61% estão distribuídos entre África, Ásia e Oceania. Em 2012, a ABC coordenou 340 ações de cooperação técnica bilateral com 24 países da América Latina e do Caribe. Além disso, foram coordenadas 9 iniciativas de âmbito regional, no contexto do programa de cooperação multilateral na área de agricultura e segurança alimentar intitulado "Cooperação Técnica Brasileira: Agricultura, Segurança Alimentar e Políticas Sociais". Cabe ressaltar que a atuação da ABC foi guiada pelas demandas recebidas dos países da região, em consonância com a política externa do Governo brasileiro, priorizando os países do entorno geográfico.

O Governo brasileiro, no intuito de cumprir com os compromissos que assumiu no ano passado por ocasião do “Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”, não só ofereceu cursos de capacitação a técnicos africanos, mas também celebrou três programas de parceria com a FAO e o Programa Mundial de Alimentos (PMA) em matéria de cooperação técnica. Os projetos a serem identificados no âmbito dessas iniciativas serão elaborados pelas instituições brasileiras, com o objetivo de replicar políticas públicas bem-sucedidas no Brasil com as adaptações necessárias e sem perder de vista os objetivos da inclusão social e o combate à fome e à pobreza.

Nesse contexto, o Brasil e a FAO estão desenvolvendo um programa de parceria para o fortalecimento da agricultura e de promoção de segurança alimentar e nutricional em vários países da África. Essa iniciativa, financiada com recursos da ABC, contempla, entre outras ações, a implementação de projetos-piloto baseados no PAA.

O Brasil, em parceria com a FAO e o PMA, também tem desenvolvido programas que visam ao fortalecimento das políticas de segurança alimentar e nutricional relacionadas à alimentação escolar. Esses programas contam com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e da ABC.

Os recursos destinados ao PMA deverão também contribuir para o funcionamento em Brasília do Centro de Excelência para Alimentação Escolar, Nutrição e Segurança Alimentar do PMA, que se dedicará à capacitação de pessoal de todas as regiões do mundo em desenvolvimento.

No intuito de apoiar a transferência de conhecimento, a EMBRAPA vem estabelecendo escritórios no exterior e conta hoje com representação em Gana, na Venezuela e no Panamá⁴¹².

Em parceria com a ABC, a EMBRAPA vem desenvolvendo diversos projetos de cooperação técnica na área agrícola. Do início de 2010 até hoje, foram enviados por meio dessa parceria 262 técnicos para participar de atividades de cooperação técnica sul-sul, dos quais 92 à África, 165 à América Latina e 5 à Ásia.

O Governo brasileiro criou, em 2009, o Centro de Estudos Estratégicos e Capacitação em Agricultura Tropical (CECAT), onde técnicos podem ser formados em sistemas de produção sustentáveis concebidos para regiões com as características da Amazônia, do Cerrado, do Pantanal, do Semiárido e dos Tabuleiros Costeiros. Em 2010, o CECAT ofereceu cursos para 43 alunos estrangeiros. Para o período 2011 e 2012, o número de estudantes estrangeiros formados deverá ser superior a 300. Esses alunos terão acesso a cursos que contemplam os mais diversos temas, como produção de oleaginosas e carnes, agroenergia, agroecologia, biotecnologia, economia rural, informática na agropecuária, meio ambiente, monitoramento por satélite, processamento de alimentos e recursos genéticos.

Tudo o que o Brasil apresentará hoje no seminário “Cooperação Técnica Brasileira: agricultura, segurança alimentar e políticas sociais” já é realidade. Falaremos daquilo que sabemos fazer. Abordaremos políticas e soluções que foram implementadas com êxito. Nesse contexto, teremos hoje três painéis temáticos, intitulados: Agricultura e Desenvolvimento Rural; Agricultura e Meio Ambiente; e Agricultura Familiar e Desenvolvimento Social.

412 As ações da EMBRAPA no exterior também incluem laboratórios de pesquisa e projetos na América do Norte, na Europa, na Ásia, na África e na América Latina.

Organizamos esse seminário porque acreditamos que as soluções que encontramos para alimentar 190 milhões de brasileiros podem de alguma forma contribuir para que todos os países possam conjuntamente alimentar mais de 7 bilhões de pessoas.

Em um mundo marcado por um descompasso entre o crescimento populacional e o crescimento da produção de alimentos, por restrições de acesso à água e à expansão da área cultivável, por severas condicionantes climáticas e ambientais, por assimetrias econômicas e carência de liderança política, acreditamos que podemos contribuir para a segurança alimentar de um número crescente de parceiros.

Para promovermos o desenvolvimento sustentável e atingirmos nossos objetivos de prosperidade coletiva em muito dependeremos da capacitação de recursos humanos. Nesse contexto, pomos nossa cooperação técnica à disposição de todos. Ofereceremos hoje vagas em 24 cursos porque acreditamos que somente faremos frente aos desafios do desenvolvimento se soubermos conjuntamente inovar, incluir e compartilhar. E porque acreditamos que a paz se constrói com o desenvolvimento e não há desenvolvimento sem progresso no âmbito da agricultura.



AGRICULTURA: O MOTOR DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Discurso proferido por ocasião da 39ª Sessão do Comitê sobre Segurança Alimentar (CSA) Mundial da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Roma, 17 de outubro de 2012.

O Comitê sobre Segurança Alimentar (CSA) destaca-se não só por seu mandato relacionado à segurança alimentar, que tem importância vital para nós, como também por sua especial natureza participativa, que propicia um intercâmbio de ideias profícuo entre atores intergovernamentais e não governamentais⁴¹³.

É apropriado e necessário que se conte com participação tão ampla. A segurança alimentar é um problema que devemos atacar de frente. É importante poder contar com as contribuições de pesquisadores, funcionários de organismos internacionais e ONGs.

Sabemos da urgência desse problema. Neste exato momento, centenas de milhões de pessoas sofrem com a fome e a desnutrição⁴¹⁴, tendo suas vidas afetadas pela falta de acesso ao que

413 O Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA), que constitui plataforma intergovernamental com a finalidade de garantir segurança alimentar e nutricional globalmente, congrega os países-membros da FAO, do PMA e do Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA). Integram também o CSA organizações da sociedade civil, associações e fundações do setor privado e instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial, o FMI, bancos regionais de desenvolvimento e a OMC.

414 De acordo com dados da FAO, entre 2011 e 2013, 842 milhões de pessoas no mundo encontram-se em condição de subnutrição.

universalmente se reconhece como um direito humano básico: o direito à alimentação adequada.

O Brasil, como se sabe, tem vasta experiência na área de segurança alimentar. Vivenciamos o paradoxo de ser, por longo tempo, uma nação com extraordinários recursos agrícolas e, por outro lado, uma nação com milhões de pessoas que enfrentam a fome e a desnutrição⁴¹⁵. Mas os tempos mudaram e nós mudamos com o tempo.

Felizmente, vivemos agora uma história de sucesso com a redução da pobreza e a erradicação da fome. O programa “Fome Zero” é conhecido por todos.

Programas de assistência social tornaram-se reconhecidos como uma ferramenta importante no combate à insegurança alimentar. O Brasil inovou na área de assistência social, e os resultados são visíveis. Na última década, 36 milhões de brasileiros foram retirados da extrema pobreza.

A Presidenta Dilma Rousseff estabeleceu como prioridade do Governo brasileiro a mobilização dos recursos financeiros e humanos para pôr fim à pobreza extrema no Brasil. O Plano Brasil sem Miséria, lançado em 2011, traçou como meta retirar da situação de pobreza extrema os 16,2 milhões de brasileiros que, segundo o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), viviam com menos de R\$ 70 por mês.

Ainda há um longo caminho a percorrer. Mas se avança rapidamente.

415 Dados da FAO, divulgados em outubro de 2013, revelam que, entre 1992 e 2013, o número de pessoas que sofrem com a fome e a desnutrição no País foi reduzido de 22,8 milhões para 13,6 milhões. O Brasil alcançou, antes do prazo estipulado de 2015, a meta, definida pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), de redução pela metade do número de pessoas em condição de pobreza. Em 16 de junho de 2013, o Brasil, e outros 36 países, foi agraciado pela FAO com premiação em reconhecimento ao êxito das políticas brasileiras de combate à fome que levaram ao cumprimento da meta com antecedência. Sobre os programas sociais do Governo Federal com vistas à eliminação da pobreza extrema, cf. nota 186.

O Ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, participou recentemente dos trabalhos do CSA, quando apresentou um panorama das políticas brasileiras de segurança alimentar e nutricional, bem como a perspectiva brasileira sobre os temas da agenda do Comitê.

A segurança alimentar é parte significativa da agenda de política externa brasileira. O Brasil privilegia a cooperação e o multilateralismo e aspira a ser uma força para a paz e para o desenvolvimento global.

Não há desenvolvimento sem justiça social e segurança alimentar. Essa deve ser a meta de todos os países e de todas as nações. Não resta dúvida de que a segurança alimentar seja um tema de natureza global.

Em 2050, seremos 9 bilhões de seres humanos. Como ser capazes de assegurar uma nutrição adequada para todos?

O ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva referiu-se, certa vez, à fome como uma arma de destruição em massa. Nenhuma palavra é forte o suficiente para denunciar um flagelo que destrói vidas e corrói a dignidade humana. Mensagens fortes são necessárias para aumentar a conscientização sobre a gravidade do problema da insegurança alimentar.

Em agosto de 2012, à margem dos Jogos Olímpicos, o Reino Unido organizou o Evento Global contra a Fome⁴¹⁶. O Brasil, que copresidiu a reunião, considera oportuna a iniciativa no contexto dos Jogos Olímpicos pelo potencial de despertar o interesse

416 Foi realizada, à margem dos Jogos Olímpicos em Londres, o Evento Global contra a Fome, da iniciativa "Nutrition For Growth", que teve como anfitriões o Vice-Presidente da República, Michel Temer, e o Primeiro-Ministro do Reino Unido, David Cameron, bem como Jamie e Chris Cooper-Hohn, do "Children's Investment Fund Foundation". O evento teve como objetivo aportar novos recursos financeiros para o combate à subnutrição, bem como traçar programas, com base em experiências bem-sucedidas de outros países, com vistas a reduzir os índices de subnutrição. O documento final "Global Nutrition for Growth Compact" estabeleceu o compromisso do Governo brasileiro com a organização de nova edição do evento durante os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro.

público para o problema da fome e da desnutrição. Como anfitriões dos Jogos Olímpicos de 2016, o Brasil comprometeu-se a organizar uma nova edição do evento, no Rio de Janeiro.

A segurança alimentar foi tratada como questão central durante a Rio+20⁴¹⁷. Nenhum modelo de desenvolvimento pode ser sustentável se não se mostrar capaz de garantir alimentação e nutrição adequadas para os atuais 7 bilhões e os futuros 9 bilhões de habitantes.

Durante a Conferência Rio+20, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, lançou o Desafio Fome Zero⁴¹⁸, com cinco objetivos fundamentais: acesso universal aos alimentos, a redução da desnutrição infantil, a duplicação da produtividade de micro produtores, a promoção de redes sustentáveis de alimentos, e, finalmente, a redução de resíduos.

Para o Governo brasileiro, é gratificante ver o grito de guerra do Fome Zero transformado em um esforço global. O Brasil está convencido de que o combate à fome deve ser prioridade e de que a FAO tem um papel fundamental a desempenhar nesse esforço. No Ministério das Relações Exteriores, está sendo examinada a viabilidade de reestruturação do organograma com vistas a fortalecer o apoio e a contribuição brasileira ao trabalho da FAO e de outras instituições relacionadas.

O documento “O Futuro que Queremos” definiu uma série de orientações sobre a melhor forma de tratar a questão da segurança alimentar⁴¹⁹. Confere atenção especial às zonas rurais dos países em

417 Sobre a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que se realizou no Rio de Janeiro entre 20 e 22 de junho de 2012, cf. nota 43.

418 Lançado na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), no Rio de Janeiro, em junho de 2012, o Desafio Fome Zero do Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, possui cinco objetivos estratégicos: assegurar o acesso a alimentos nutritivos suficientes durante todo o ano; acabar com o nãismo na infância; construir sistemas alimentares sustentáveis; dobrar a produtividade e a renda dos pequenos agricultores, especialmente das mulheres; e evitar que os alimentos sejam perdidos ou desperdiçados.

419 Os parágrafos de 108 a 118 do documento “O Futuro que Queremos”, que conformam a seção “Segurança alimentar, nutrição e agricultura sustentável”, tratam especificamente de segurança alimentar: práticas agrícolas sustentáveis, preço dos alimentos, pesca, pecuária e cooperação internacional.

desenvolvimento, onde a fome e a desnutrição são mais predominantes. Indica, ademais, a necessidade de um aumento da produção e da produtividade, por meio de melhor acesso dos agricultores – especialmente os agricultores pobres – à tecnologia e ao financiamento.

Um dos principais resultados da Conferência Rio+20 é o mandato para a elaboração de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável⁴²⁰. É desejável que a questão da segurança alimentar seja uma das principais preocupações na definição dos ODS, seja sob a forma de metas específicas, seja como uma questão transversal do desenvolvimento sustentável.

A ligação entre sustentabilidade e segurança alimentar foi bem estabelecida durante a Conferência Rio+20. Alguns aspectos são prioridades e devem estar no topo da agenda de segurança alimentar.

Primeiro, o comércio internacional é parte decisiva da história. Os aspectos comerciais da segurança alimentar são de extrema importância para o Brasil e para os países em desenvolvimento. Essa é a razão pela qual o documento “O Futuro que Queremos” destacou, por um lado, a necessidade de manutenção do comércio internacional com base em um sistema multilateral de comércio, em regras claras, aberto, não discriminatório e equitativo; e, por outro, identificou a necessidade de se examinarem os subsídios como distorções ao comércio. Instou ainda os membros da OMC a redobrar esforços para alcançar uma conclusão ambiciosa, equilibrada e orientada para o desenvolvimento da Rodada Doha.

O Brasil considera crucial a relação entre segurança alimentar e comércio agrícola. O protecionismo dos países desenvolvidos vem ameaçando a segurança alimentar nos países em desenvolvimento, uma vez que dificulta a sua produção agrícola, expondo-os à concorrência desleal de produtos subsidiados, e lhes nega acesso a esses importantes mercados consumidores. O protecionismo

420 Sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, cf. nota 313.

agrícola também concede vantagens injustas aos produtores que já estão em melhores condições e desencoraja o investimento no setor rural nos países em desenvolvimento. Prejudica ainda o desenvolvimento de cadeias de comércio global com produtos agrícolas dos países em desenvolvimento, o que poderia gerar efeitos positivos evidentes para o aumento da segurança alimentar.

Um segundo ponto importante é o papel crucial da agricultura familiar, que beneficia os pequenos agricultores. O Governo brasileiro tem implementado políticas de apoio a pequenos agricultores⁴²¹. Setenta por cento dos alimentos consumidos no Brasil vêm da agricultura familiar.

A ênfase na agricultura familiar inspirou o programa Mais Alimentos para a África⁴²², projeto que o Brasil executa com Gana, Zimbábue e Moçambique. A ideia é fornecer, simultaneamente, cooperação técnica e crédito para estimular emprego e renda nas áreas rurais da África, concentrando-se nos pequenos agricultores.

O Brasil está igualmente implementando, em cooperação com a FAO e o PMA⁴²³, e em parceria com o Governo britânico, um projeto para apoiar a compra de alimentos produzidos por pequenos agricultores de Senegal, Moçambique, Etiópia, Malawi e Níger. O programa

421 Sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), cf. nota 206.

422 O Programa Mais Alimentos África, atualmente denominado Mais Alimentos Internacional, foi criado em agosto de 2010, com o objetivo de estabelecer linha de atuação de cooperação técnica com enfoque no apoio à produção de alimentos pela agricultura familiar nos países participantes. Trata-se de uma extensão do Programa Mais Alimentos do Governo brasileiro, que é uma linha de crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). A finalidade é financiar investimentos em infraestrutura de propriedade familiar. O Programa tem como diretrizes: fomentar a produção de alimentos pela agricultura familiar dos países participantes; facilitar o acesso dos países beneficiados a máquinas e equipamentos agrícolas para o desenvolvimento da produção de alimentos; aumentar a produção e a produtividade das unidades da agricultura familiar dos países beneficiados. O Programa, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em parceria com os Ministérios das Relações Exteriores e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, é executado atualmente no Zimbábue, em Moçambique, no Senegal, em Gana e em Cuba.

423 Sobre o Programa Mundial de Alimentos (PMA), cf. nota 118.

é conhecido como “Compra dos africanos para a África”⁴²⁴. Estamos ajudando estes países a estruturar os seus próprios programas de compras governamentais de alimentos, com o duplo objetivo de reforçar a agricultura familiar e garantir o acesso aos alimentos para os grupos que enfrentam uma situação de insegurança alimentar.

O Brasil está, atualmente, executando um total de 34 projetos de cooperação técnica bilateral ou trilateral na área de agricultura com 17 países da África Subsaariana. Cerca de 97 desses projetos na África foi concluído com sucesso pela Agência Brasileira de Cooperação. Na maioria desses projetos, a segurança alimentar foi incluída como elemento estruturante.

Ao fortalecer a geração de renda para famílias em áreas rurais – em um contexto em que as multiculturas são uma característica comum –, reforça-se a segurança alimentar.

Não se pode conceber a segurança alimentar sustentável sem progressos significativos de produtividade na agricultura. O caso brasileiro é um bom exemplo. Sabe-se que, se ainda estivéssemos usando as mesmas tecnologias agrícolas disponíveis na década de 1970, e se tivéssemos de produzir a mesma quantidade de alimentos que agora somos capazes de produzir, teríamos que aumentar a área de produção em milhões de hectares. A razão por que isso não acontece é que o Brasil, como muitos outros países, foi capaz de aumentar a produtividade de alimentos.

O desenvolvimento da tecnologia agrícola é parte da sustentabilidade. A EMBRAPA tem dado uma contribuição significativa

424 O Programa de Aquisição de Alimentos África (PAA África) é uma iniciativa do Governo brasileiro, executado em parceria com a FAO, o PMA e o Governo britânico para promover segurança alimentar e nutricional e geração de renda para os agricultores e as comunidades vulneráveis em países africanos. Inspirados pela experiência bem-sucedida do Brasil, a parceria foi concebida visando a apoiar os esforços globais para erradicar a fome e a desnutrição. O Programa surgiu a partir de compromisso assumido pelo Governo brasileiro durante o “Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural”, organizado pelo país em maio de 2010, a fim de reforçar sua parceria com os países africanos em agricultura e combate à fome.

para esse esforço não só no Brasil, mas em outros países, particularmente os africanos⁴²⁵.

O terceiro ponto que gostaria de sublinhar é a importância de reforçar a segurança alimentar no contexto das ameaças graves decorrentes das mudanças climáticas. A adaptação às alterações climáticas é uma prioridade, especialmente para países em desenvolvimento, e uma parte importante da adaptação está em assegurar as condições para a produção agrícola em um nível que garanta a segurança alimentar. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima⁴²⁶ é o fórum apropriado para lidar com essas questões, mas a FAO pode oferecer uma importante contribuição no sentido de fornecer informações técnicas em questões de segurança alimentar.

De tempos em tempos, os preços dos alimentos causam preocupação. Compartilhamos essa preocupação, especialmente porque elevações nos preços podem afetar os mais vulneráveis e dificultar o seu acesso a uma alimentação adequada. O problema do excesso de volatilidade nos preços das commodities de alimentos precisa ser abordado. Este é um tema da agenda do G-20, de que é exemplo o Sistema de Informação do Mercado Agrícola (SIMA)⁴²⁷ – operado pela a FAO.

425 A Embrapa participa de diversos projetos de cooperação bilateral em agricultura na condição de Instituição Executora Brasileira Parceira. Entre os projetos em execução na África, destacam-se “Introduzindo Tecnologias de Pós-Colheita para Horticultura na Tanzânia”, “Projeto de Apoio Técnico aos Programas de Nutrição e Segurança Alimentar de Moçambique” e “Apoio ao Desenvolvimento da Horticultura em Cabo Verde”.

426 Criada durante a Rio 92, a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) tem como objetivo principal estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera em um nível que impeça uma interferência antrópica perigosa no sistema climático. Sob o princípio da precaução, os países signatários comprometeram-se a elaborar uma estratégia global para proteger o sistema climático para gerações presentes e futuras. A Convenção enfatiza que as responsabilidades das partes signatárias, embora comuns, devem ser diferenciadas, observando-se as necessidades específicas dos países em desenvolvimento e as dos países mais vulneráveis.

427 O Sistema de Informação dos Mercados Agrícolas (SIMA) foi criado 2011, na reunião dos Ministros de Agricultura dos países do G-20, realizada nos dias 22 e 23 de junho, em Paris. A iniciativa faz parte do pacote de medidas adotadas pelo Grupo em reação à crise financeira internacional. O objetivo

Mas devemos afastar a noção enganosa que associa a segurança alimentar aos preços baixos dos alimentos. No longo prazo, é a criação de empregos, a geração de renda e os avanços tecnológicos que podem garantir a segurança alimentar. Assim, é necessário que os agricultores, nos países em desenvolvimento, tenham um nível suficiente de renda. Para tanto, é importante aumentar os níveis de produção e manter preços compensadores para produtos agrícolas.

Não se deve esquecer que centenas de milhões de pessoas foram retiradas da pobreza nos países em desenvolvimento. Isto provoca um aumento da demanda por alimentos e, inevitavelmente, uma pressão ascendente sobre os preços. O problema tem dois lados: oferta e demanda. E nós precisamos enfrentá-lo de ambos os lados, ao mesmo tempo.

Deve-se continuar a fortalecer a assistência social e o acesso aos alimentos. Isso aumentará a demanda ao mesmo tempo em que pressionará o aumento da produção. Simultaneamente, deve-se desenvolver pesquisa agrícola com o objetivo de aumentar a produtividade e promover o investimento e o fortalecimento da agricultura familiar. Também se deve resolver o problema dos subsídios em economias desenvolvidas, que distorce o comércio e ameaça o desenvolvimento da agricultura nos países mais pobres.

A ação firme e coordenada em todas essas diferentes frentes é a chave para a segurança alimentar sustentável.

No contexto da minha visita ao Senegal no mês passado⁴²⁸, o Primeiro-Ministro senegalês, Abdoul Mbaye, com quem me reuni em Dakar, sintetizou bem a ideia por trás da cooperação na área de

do SIMA, abrigado pela FAO, é reduzir a volatilidade dos preços dos alimentos, por meio de mecanismos de alerta e de um grupo de resposta rápida a ser acionado em tempos de crise para restringir as oscilações. Para a manutenção do Sistema, os países do G-20 se comprometem a dar informações corretas e atualizadas sobre produção de alimentos, consumo e estoques.

428 O Ministro Antonio Patriota realizou visita ao Senegal em dia 30 de agosto de 2012, quando foi recebido pelo então Primeiro-Ministro Abdoul Aziz Mbaye.

agricultura familiar: “Temos de transformar a agricultura no motor do desenvolvimento sustentável, a fim de combater a insegurança alimentar”. É um bom lema para o trabalho da FAO e da CSA.

PARTE V
RELAÇÕES ECONÔMICAS
INTERNACIONAIS



O BRASIL NO SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO

Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, 8 de outubro de 2011. Título original: “Dez anos, cem casos”.

Ao longo dos últimos 17 anos, o conjunto de regras administrado pela OMC tornou-se referência necessária na formulação e implementação das políticas comerciais de seus membros. Esse arcabouço complexo, contido no Acordo de Marrakesh e nos demais acordos resultantes da Rodada Uruguai do antigo GATT, delimita hoje o campo do jogo comercial em áreas tão díspares como agricultura e medidas antidumping, subsídios e propriedade intelectual, serviços e regras de origem. Naturalmente, tais regras foram negociadas para serem cumpridas: ao aderir à OMC, todos os membros se comprometem com esse patrimônio jurídico-institucional, nos limites do qual se obrigam a delinear suas prioridades e a estabelecer seus modelos de desenvolvimento econômico.

Muito embora os membros da OMC tenham plena consciência da necessidade de observar as regras multilaterais de comércio, não se pode descartar a possibilidade de essas normas virem a ser descumpridas. Para fazer frente às alegações de violação das regras que integram seu acervo normativo, a OMC dotou-se de um sistema de solução de controvérsias sofisticado, apto a decidir, com base em dispositivos jurídicos, conflitos entre os membros da

organização e, quando cabível, autorizar retaliações pelo descumprimento de suas decisões.

Um observador atento dos passos trilhados pelo Brasil no sistema multilateral de comércio saberá que o País percebeu muito cedo o alcance e a relevância do mecanismo de solução de controvérsias que surgia em 1995. Não surpreende, pois, que o Brasil tenha figurado como demandante, ao lado da Venezuela, no primeiro contencioso da OMC (EUA-Gasolina)⁴²⁹, igualmente o primeiro caso sobre a difícil relação entre comércio e meio ambiente e a primeira disputa a ser submetida ao Órgão de Apelação da OMC. Como viria a ocorrer tantas outras vezes depois, o Brasil venceu o seu contencioso inaugural.

As diferenças entre Brasil e Canadá sobre subsídios concedidos de parte a parte à indústria aeronáutica⁴³⁰ – que opuseram os dois países por longos anos em controvérsias paralelas na OMC – evidenciaram a importância de o Itamaraty, no exercício permanente de sua função de defesa dos interesses do Estado brasileiro no exterior, dotar-se da qualificação requerida para enfrentar desafios dessa ordem. Em outubro de 2001, há dez anos, portanto,

429 O caso EUA – Gasolina (“United States – Standards for Reformulated and Conventional Gasoline”, DS 2 e DS 4) foi o primeiro caso a ser julgado por um painel e pelo Órgão de Apelação na OMC. Brasil e Venezuela questionaram regra presente no “US Clean Air Act”, que estabelecia critérios de emissão de gases e de poluição de maneira discriminatória aos produtos importados. Reconheceu-se o direito de os países aplicarem medidas que visem à proteção do meio ambiente (conforme o Artigo XX(g), do GATT). O Órgão de Apelação reconheceu também que a medida específica tratava os produtos importados de maneira menos favorável que os produtos nacionais, o que desrespeitava o princípio do tratamento nacional, previsto no Artigo III(4) do GATT.

430 Brasil e Canadá questionaram mutuamente, no sistema de solução de controvérsias, seus programas de subsídios, nos casos Brasil – Aeronaves (“Brazil – Export Financing Programme for Aircraft”, DS46) e Canadá – Aeronaves (“Canada – Measures Affecting the Export of Civilian Aircraft”, DS70). No primeiro, o Canadá questionou o Programa de Financiamento às Exportações (Proex), particularmente, a equalização da taxa de juros para níveis mais baixos. Entendeu-se que as taxas de juros praticadas consistiam em subsídios proibidos, e o Brasil teve de readequar seu modo de financiamento. O Brasil, por sua vez, questionou diversas medidas de apoio do Governo canadense e de suas províncias à indústria aeronáutica, condenadas como subsídios proibidos pelo Painel e pelo Órgão de Apelação da OMC. Ambos os países foram autorizados a suspender concessões “retaliar” de modo a forçar um ao outro a cumprirem as decisões do sistema de solução de controvérsias, mas houve acordo entre as partes e seus programas de subsídios à indústria aeronáutica foram compatibilizados com as normas da OMC.

o Governo brasileiro passou a contar com uma unidade institucional especialmente incumbida da condução das disputas iniciadas pelo Brasil ou contra o Brasil na OMC. A inserção da Coordenação-Geral de Contenciosos (CGC)⁴³¹ na estrutura organizacional do Ministério das Relações Exteriores foi uma medida administrativa extremamente bem-sucedida, estimuladora da formação de uma equipe de diplomatas com alta especialização em disputas comerciais, cujo trabalho já rendeu ao País benefícios importantes nos campos econômico, político e ambiental.

Desde a criação da CGC, o Brasil – num verdadeiro salto qualitativo na defesa dos interesses do País na OMC – tornou-se paulatinamente o país em desenvolvimento que mais se utilizou do mecanismo de solução de controvérsias e o quarto entre todos os membros da organização, atrás apenas de EUA, UE e Canadá. O impressionante número de 104 participações em contenciosos em pouco mais de 15 anos de OMC inclui 25 casos como demandante, 14 na condição de demandado e 65 como terceira parte interessada⁴³².

Alguns dos casos vencidos pelo Brasil se tornaram emblemáticos pelo grande impacto que exerceram sobre o comércio internacional, a exemplo dos dois contenciosos, iniciados no mesmo dia de 2002, contra os subsídios dos EUA ao algodão⁴³³ e da UE ao

431 Criada em 2001, por meio do Decreto nº 3.959, de 10 de outubro de 2001, a Coordenação-Geral de Contenciosos (CGC) foi estabelecida para tratar especificamente de contenciosos no sistema de solução de controvérsias da OMC. A CGC prepara e conduz as intervenções brasileiras nos procedimentos perante os painéis e o Órgão de Apelação, fazendo também a coordenação entre o Ministério das Relações Exteriores, os demais órgãos governamentais e o setor privado em temas relacionados. Seu primeiro chefe foi o Embaixador Roberto Carvalho de Azevêdo, ex-representante Permanente do Brasil junto à OMC e atual Diretor-Geral da OMC. A intensa atuação no sistema teve reflexos positivos para a estratégia de desenvolvimento do País e demonstrou a importância do sistema de solução de controvérsias da OMC para garantir a segurança e a previsibilidade do regime multilateral de comércio.

432 Atualmente, o Brasil conta com 113 participações em contenciosos (26 casos como demandante, 14 na condição de demandado e 73 como terceira parte interessada).

433 No caso EUA – Algodão (“United States – Subsidies on Upland Cotton”, DS267), o Brasil questionou medidas de apoio doméstico e garantias de exportação a produtores de algodão. O Brasil conseguiu afastar a chamada “cláusula da paz”, prevista no Artigo 13 do Acordo sobre Agricultura, que impedia o questionamento de subsídios agrícolas, até 2003, para diversas medidas caracterizadas como subsí-

açúcar⁴³⁴. Ao questionar a legalidade da ajuda estatal à agricultura norte-americana e europeia, naqueles casos o Brasil conseguiu, além de ganhos concretos para os setores econômicos brasileiros prejudicados, costurar importante coalizão de interesses comuns no âmbito do chamado G-20 Agrícola⁴³⁵, coordenado pelo Brasil. Em relação ao algodão, os EUA vêm pagando há mais de um ano a maior compensação financeira da história da OMC, 147 milhões de dólares ao ano, ao Instituto Brasileiro do Algodão.

Entre os mais destacados contenciosos vencidos pelo Brasil na OMC, merece menção o questionamento pela UE da proibição brasileira de importação de pneus usados e reformados⁴³⁶. Nessa

dios proibidos. A autorização de suspensão de concessões e as consequentes reparações autorizadas tiveram valor recorde e puderam englobar outros setores, como serviços e propriedade intelectual.

434 O Brasil, junto com a Austrália e a Tailândia, questionou, no caso Comunidade Europeia (CE) – Açúcar (“European Communities – Export Subsidies on Sugar”, DS 265, DS 266 e DS 283), medidas de apoio à produção de açúcar na Comunidade Europeia, por meio do estabelecimento de quotas de açúcar subsidiado para o consumo interno, forçando a exportação da produção extraquota de modo subsidiado. Os valores ultrapassavam os limites com que a CE havia se comprometido em sua lista de concessões.

435 O G-20 Agrícola é um grupo de países em desenvolvimento criado à margem da V Reunião Ministerial da OMC em Cancun, México, em 2003. Composto por 23 países de três continentes (África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Equador, Filipinas, Guatemala, México, Nigéria, Paquistão, Peru, Paraguai, Tailândia, Tanzânia, Uruguai, Venezuela e Zimbábue), o agrupamento representa cerca de 60% da população rural, 21% da produção agrícola, 26% das exportações e das 18% importações mundiais. O G-20 Agrícola atua como coalizão de países em desenvolvimento que defendem o cumprimento dos três pilares do mandato agrícola da Rodada Doha: acesso a mercados (redução de tarifas); eliminação dos subsídios à exportação; e redução dos subsídios de apoio interno (relativos à produção).

436 O caso dos pneus teve início em 2005 e refere-se à demanda das Comunidades Europeias contra o Brasil perante a OMC, em razão da proibição brasileira às importações de pneus reformados. Segundo as CE, as medidas brasileiras restritivas à importação de pneus reformados tinham caráter protecionista e afetavam de maneira adversa as exportações europeias do produto para o Brasil. Além de questionar a proibição de importação de pneus reformados, as CE fizeram objeção também à exceção conferida aos Estados-membros do MERCOSUL (especialmente o Uruguai), os quais estavam aptos a exportar esses produtos para o mercado brasileiro. Em sua defesa, o Brasil alegou que a importação de pneus reformados aceleraria a geração de resíduos no país importador e produziria grave ameaça ao meio ambiente e à saúde pública (tese do “aumento do passivo ambiental”). Ademais, o Brasil alegava que a exceção conferida ao MERCOSUL estaria amparada no Artigo XXIV do GATT 1994, que estabelece exceção à cláusula da nação mais favorecida para acordos regionais de comércio. Na apreciação do caso, tanto o painel quanto o Órgão de Apelação reconheceram a validade dos argumentos brasileiros no tocante aos aspectos ambientais e de saúde pública. No entanto, o Órgão de Apelação considerou que as exceções com relação aos países do MERCOSUL seriam incompatíveis com as regras da OMC. Para dar cumprimento às recomendações da OMC, foi ajuizada a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 101 perante o Supremo Tribunal Federal, com o objetivo de eliminar

disputa, cuja defesa mobilizou a sociedade civil e grande número de atores estatais, o País conseguiu fazer prevalecer na OMC princípio ambiental ante interesses puramente comerciais, evitando assim tornar-se o depósito final de toneladas de resíduo de borracha vulcanizada produzida e utilizada em países desenvolvidos. Ao apresentar perante o Supremo Tribunal Federal medida judicial bem-sucedida destinada a impedir a importação desses resíduos, o Governo brasileiro demonstrou não só seu comprometimento com os princípios constitucionais relativos à proteção do meio ambiente e da saúde humana, mas igualmente com o cumprimento das decisões emanadas do sistema multilateral de comércio.

O recurso ao mecanismo de solução de controvérsias da OMC teve o efeito positivo de tornar mais conhecidas, interna e externamente, as ações do Ministério das Relações Exteriores na defesa dos interesses econômico-comerciais brasileiros. Ao captar a atenção da mídia nacional e internacional, a atuação do Brasil no mecanismo de solução de controvérsias da OMC tornou o Itamaraty mais próximo, sob um novo ângulo, do setor privado e da sociedade civil em geral. Nas palavras do filósofo do Direito Ronald Dworkin, o Direito é “espada, escudo e ameaça”. Na esteira da bem-sucedida trajetória brasileira no mecanismo de solução de controvérsias da OMC, o Itamaraty continuará a valer-se, nesse importante foro equilibrador das forças de poder, e sempre em prol de interesses brasileiros, cada vez mais numerosos e diversificados, dos valiosos instrumentos que lhe oferece o Direito.

a possibilidade de concessão de liminares à importação de pneus reformados e de cassar as liminares já concedidas. Em 24/06/2009, o STF julgou favoravelmente a ADPF nº 101 e, com base na decisão do STF, foi editada a Portaria SECEX nº 24, de 26/08/2009, eliminando a exceção para o MERCOSUL.



O SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO ANTE UMA CRISE DE ALCANCE GLOBAL

Discurso proferido por ocasião da cerimônia de abertura do seminário internacional “O Brasil e o sistema de solução de controvérsias da OMC”. Brasília, 10 de outubro de 2011.

Há exatos dez anos, o Itamaraty adotava medida administrativa que habilitaria o Brasil a tornar-se importante ator do sistema de solução de controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC). A criação da Coordenação-Geral de Contenciosos (CGC), precisamente no dia 10 de outubro de 2001, pode ser considerada um marco para a diplomacia comercial brasileira. O seminário internacional que tenho o prazer de inaugurar nesta oportunidade foi organizado com o propósito de celebrar essa data e refletir sobre os desafios que se nos apresentam.

Nas duas pontas do decanato que hoje celebramos, encontramos o mundo imerso em situações de crise. Há dez anos, no momento mesmo em que a CGC era criada, a comunidade internacional enfrentava o impacto dos atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001. Transcorridos dez anos, nos encontramos novamente sob o impacto de uma crise de alcance global, desta feita de natureza econômico-financeira.

A crise econômico-financeira de 2008 e seus efeitos prolongados encontraram o Brasil preparado para enfrentá-los. Os sólidos

fundamentos de nossa economia, aliados a um mercado consumidor robustecido pelo ingresso de milhões de brasileiros em virtude de políticas socialmente inclusivas praticadas por sucessivos governos, serviram e continuam a servir de esteio para o Brasil no enfrentamento da crise.

A crise, lamentavelmente, ainda não chegou a seu fim. Ao contrário, instituições como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e agências das Nações Unidas, entre outras, alertam para os riscos concretos de que ela se prolongue no tempo e de que, em futuro próximo, tenhamos que enfrentar não apenas a desaceleração do crescimento econômico mundial, mas até mesmo uma recessão, com efeitos inevitáveis sobre as perspectivas de contínuo desenvolvimento.

A fim de preservar as conquistas econômicas e sociais que alcançamos, o Brasil está atento para a evolução deste cenário. Precisamos continuar a explorar novas oportunidades comerciais, em especial nas nossas relações com os demais países em desenvolvimento, onde hoje se concentra o maior dinamismo da economia internacional. Digo isso sempre com a ressalva de que não negligenciamos as parcerias e os mercados desenvolvidos. Demonstração disso foi a recente viagem da Presidenta da República, Dilma Rousseff, a Bruxelas para o encontro da Parceria Estratégica Brasil – União Europeia⁴³⁷. O Itamaraty trabalha de forma criativa e com afinco para contribuir de forma efetiva para esse esforço coletivo, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior (MDIC) e outros órgãos do Governo.

O apoio do Brasil ao multilateralismo, de forma ampla, mais especificamente no campo econômico, é um traço incontestado da

437 A Presidenta da República, Dilma Rousseff, esteve em Bruxelas, entre 3 e 4 de outubro de 2011, por ocasião da V Cúpula Brasil–União Europeia. Brasil e a União Europeia estabeleceram a Parceria Estratégica por ocasião da I Reunião de Cúpula, em agosto de 2007, em Lisboa, como resultado do aprofundamento das relações políticas e econômicas bilaterais.

nossa ação diplomática. Nos últimos quatro meses, o país teve a satisfação de ver dois ilustres brasileiros escolhidos para dirigir organizações internacionais de escala global: refiro-me, obviamente, ao Professor José Graziano, na FAO, e ao Dr. Robério Silva, na Organização Internacional do Café⁴³⁸.

A confiança que a comunidade internacional depositou nesses dois brasileiros, para além de seus indiscutíveis méritos pessoais e profissionais, reflete apreço pelos avanços do Brasil na esfera agrícola e por seu engajamento com o sistema multilateral em suas diversas expressões especializadas.

Esse compromisso, que permanece inabalado, não nos impede de reconhecer, contudo, que a crise econômico-financeira, entre outros fatores, tem incidido negativamente sobre as perspectivas de êxito das negociações comerciais multilaterais em curso no âmbito da Rodada Doha da OMC. Da mesma forma, desafios têm sido impostos pela crise à conclusão de negociações comerciais nos planos birregional e bilateral.

Com esse pano de fundo, impõe-se ao Brasil fazer o melhor uso possível das disciplinas comerciais de que dispomos hoje, bem como das condições de acesso a mercado que já conquistamos até aqui. Para tanto, precisamos ser capazes de, primeiro, explorar, na mais ampla medida possível, as oportunidades que formos capazes de identificar e, segundo, usar com proficiência os instrumentos que o sistema multilateral de comércio nos oferece para assegurar a prevalência de nossos direitos.

No que tange às condições de acesso consolidadas pelo Brasil ao longo dos anos, faço referência especial ao mercado ampliado do MERCOSUL, destino privilegiado para as exportações de produtos

438 Em 6 de junho de 2013, o ex-Ministro-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Paulo Vannuchi, foi eleito para compor a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, da Organização dos Estados Americanos. Em 7 de maio de 2013, o Embaixador Roberto Azevêdo foi eleito Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio.

manufaturados dos quatro sócios do agrupamento, e ao mercado ampliado sul-americano, que vislumbramos no horizonte na medida em que avança a convergência dos acordos comerciais firmados no âmbito da ALADI. O mercado interno brasileiro e o mercado ampliado do MERCOSUL, ao qual se somará o futuro mercado ampliado sul-americano, constituem patrimônio que merece ser cada vez mais valorizado.

Utilizar de maneira eficiente os recursos humanos e materiais ao nosso alcance constitui passo essencial para a defesa dos interesses nacionais em meio à crise. O Itamaraty dispõe de uma rede de 218 postos no exterior, entre Embaixadas, Missões e Consulados. A grande maioria pode ser posta a serviço dos interesses comerciais brasileiros. Um número crescente de diplomatas brasileiros é hoje responsável, no exercício de suas funções regulares, pela promoção dos interesses comerciais do país. Por instrução minha, em coordenação com o Secretário-Geral, Embaixador Ruy Nogueira⁴³⁹ – que é grande conhecedor da matéria –, estamos reforçando esta importante vertente de nossa ação externa.

Não nos esqueçamos, neste particular, que existe um contínuo entre a ação diplomática de caráter político e a de caráter econômico-comercial. Para ilustrar essa realidade, basta lembrarmos o extraordinário crescimento dos fluxos de comércio resultante da diversificação de parceiros comerciais brasileiros, em direção a economias dinâmicas do mundo em desenvolvimento, e resultado da abertura de Embaixadas em grande número na África e no Oriente Médio, na Ásia Central; e também de outras iniciativas: trilaterais, como foi a do IBAS, a ASPA – que associa a América do Sul ao mundo Árabe –, e a ASA, que associa a América do Sul à África, entre várias outras.

A CGC cumprirá papel relevante nesse exercício, tanto na sua função de defesa do Brasil em contenciosos na OMC, como também,

439 Sobre o Embaixador Ruy Nunes Pinto Nogueira, cf. nota 1.

sempre que solicitada, na assessoria a outras áreas do Itamaraty e aos demais órgãos da estrutura governamental brasileira em questões afetas às disciplinas multilaterais de comércio. Para habilitar a CGC a melhor desempenhar suas atribuições, determinei que seja prontamente aumentada a lotação de diplomatas na unidade.

Para apoiar a CGC na defesa dos interesses do Brasil em contenciosos na OMC, autorizei a abertura de procedimento licitatório em Washington, destinado a selecionar escritório de advocacia que substituirá uma das duas bancas especializadas que hoje prestam serviços ao Brasil no exterior, cujo contrato expira no final do ano. A nova firma a ser contratada será uma associação entre um escritório brasileiro e um escritório internacional.

Tenho a grata satisfação de referir-me à assinatura na data de hoje, juntamente com o Ministro Luís Inácio Adams, Chefe da Advocacia-Geral da União, de Protocolo de Intenções entre o Itamaraty e a Advocacia-Geral da União, para o estabelecimento de parceria destinada a aprimorar, por meio de atividades de capacitação técnica, a colaboração prestada pela AGU ao cumprimento, pelo Ministério das Relações Exteriores, de suas responsabilidades na defesa dos interesses do Estado brasileiro no exterior.

Em reconhecimento à relevância para o Brasil do sistema multilateral de comércio, inclusive de seu mecanismo de solução de controvérsias, vamos incluir no currículo do Curso de Formação do Instituto Rio Branco disciplina denominada “OMC e Contenciosos”. A partir de agora, todos os diplomatas brasileiros terão, já no Instituto Rio Branco, treinamento para atuar em questões relacionadas às disciplinas multilaterais de comércio.

Para contribuir também com a formação de quadros especializados em comércio internacional nos demais órgãos da estrutura governamental brasileira, bem como no setor privado – em especial jovens advogados com atuação em bancas de advocacia

nacionais – estamos explorando formas de ampliar e intensificar as oportunidades de treinamento hoje oferecidas pela Missão do Brasil junto à OMC, em Genebra, pela Embaixada do Brasil em Washington e pela própria CGC em Brasília.

Estamos conscientes de que o trabalho da CGC será mais efetivo na medida em que criarmos mecanismos que facilitem os seus contatos com os operadores econômicos nacionais. Com esse objetivo, viabilizaremos encontros regulares das áreas econômica e de promoção comercial do Itamaraty com lideranças empresariais brasileiras, do setor manufatureiro ao agronegócio, a fim de que sejam melhor mapeadas as dificuldades específicas que os diferentes setores porventura enfrentem em seu esforço exportador. Adicionalmente, vamos atualizar a página web da CGC para torná-la mais completa e acessível.

Ainda com o propósito de identificar dificuldades que os exportadores brasileiros possam enfrentar na realização de seus negócios no exterior, elaboraremos estudos analíticos sobre barreiras comerciais ao produto nacional, tarefa atribuída a Embaixadas brasileiras junto a nossos principais parceiros comerciais atuais e parceiros potencialmente interessantes. O resultado desse trabalho permitirá que os diplomatas brasileiros atuem de maneira mais informada, em diferentes foros internacionais – bilaterais, regionais ou multilaterais –, em defesa de interesses comerciais brasileiros específicos.

No que tange especificamente à China, constituímos uma Força-Tarefa no âmbito da Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros do Itamaraty, sob comando do Embaixador Valdemar Carneiro Leão. O objetivo dessa unidade especializada é monitorar o desenvolvimento das relações econômico-comerciais com nosso principal parceiro comercial, bem como oferecer sugestões para a ampliação, em bases equitativas e de mútuo interesse, para aquilo

que temos chamado de “para além da complementaridade”, nome do evento empresarial que a Presidenta Dilma Rousseff abriu, em Pequim, e que, acho, sintetiza o esforço de diversificação de nossa pauta exportadora e de melhorar o conteúdo desse comércio⁴⁴⁰.

Com a finalidade de reforçar a capacidade do Itamaraty na defesa da ampla gama de interesses comerciais, refiro-me à assinatura nos próximos dias, juntamente com o Dr. Márcio Pochmann, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Acordo de Cooperação Técnica MRE-IPEA. O Acordo estabelecerá bases para a cooperação na realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, com ênfase nas relações econômicas internacionais. Estou certo de que essa cooperação, fundada na *expertise* técnica acumulada de lado a lado ao longo dos anos, em muito contribuirá para a defesa de nossos interesses.

Para assegurar que a diplomacia brasileira esteja apta a lidar com os desafios impostos pelo comércio internacional de produtos agropecuários, realizaremos nova edição do chamado “Programa de Imersão no Agronegócio Brasileiro”⁴⁴¹, iniciativa conjunta do Itamaraty com o Ministério da Agricultura – hoje representado aqui pelo Dr. Célio Porto, Secretário de Relações Internacionais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – destinada a qualificar diplomatas para a promoção de produtos agropecuários brasileiros no exterior. Para participar do Programa,

440 A Presidenta da República, Dilma Rousseff, realizou visita à República Popular da China, de 11 a 13 de abril de 2011, cf. nota 267.

441 O Programa de Imersão no Agronegócio abrange, em geral, temas como defesa sanitária, fiscalização, controle e certificação, biocombustíveis, política agrícola e desenvolvimento sustentável. Sempre que possível, são realizadas visitas a frigoríficos de aves, suínos e bovinos, fazendas, cooperativas, unidades produtoras de frutas, laticínios e centros de pesquisa. O Programa também inclui debates com associações de classe ligadas ao setor agrícola, como a Confederação Nacional de Agricultura (CNA) e outras dedicadas a produtos específicos. A primeira edição do Programa foi realizada em 2009 e contou com a participação de diplomatas com atuação em setor econômico ou comercial lotados no Brasil e nas seguintes localidades: Alemanha, Arábia Saudita, Bruxelas (Missão junto à União Europeia), Canadá, China, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, França, Hong Kong, Índia, Irã, Itália, Japão, Malásia, México, Noruega, Reino Unido, Rússia e Suíça.

a ser implementado no final do corrente mês, serão chamados a Brasília os chefes dos setores agrícolas das Embaixadas brasileiras em 25 países⁴⁴² identificados como estratégicos e prioritários pelo agronegócio brasileiro.

Para além do objetivo de assegurar o pleno exercício dos direitos que lhe são reconhecidos pelas regras do sistema multilateral de comércio, o Brasil está ciente de que, em um cenário de crise econômica, e diante das dificuldades em avançar nas negociações comerciais em curso, deverá envidar novos e criativos esforços com vistas a promover o produto brasileiro e, por essa via, expandir suas exportações para outros mercados. O Itamaraty está em condições de dar contribuição efetiva nesse sentido.

Em consonância com a “Estratégia Nacional das Exportações 2011-2014”, iniciativa concebida em conjunto com o MDIC, com o MAPA, e com a APEX-Brasil, identifiquei as seguintes medidas concretas a serem implementadas pelo Departamento de Promoção Comercial (DPR) do Itamaraty⁴⁴³, sob a direção do Ministro Rubens Gama. Citarei seis medidas específicas:

- A. Ampliação da participação anual do DPR em feiras setoriais e multissetoriais no exterior de 130 (2010) para 190 (2015) eventos, bem como em feiras no Brasil de 12 (2010) para 25 (2015) eventos;

442 O Programa de Imersão no Agronegócio Brasileiro realizou-se de 21 a 30 de novembro de 2011, em municípios de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul.

443 Em 2012, houve apoio a 15 Feiras no Brasil e a 135 no exterior; foram elaborados 505 levantamentos estatísticos de dados básicos e principais indicadores econômico-comerciais de países; foi reformulado o endereço eletrônico BrasilGlobalNet; foi dado apoio a 40 missões de investimento ao Brasil; foram elaborados de 203 subsídios sobre investimentos bilaterais, empresas e temas específicos (concessão de aeroportos, megaeventos esportivos, Brasil-África etc); além de curso de treinamento “on-line” para funcionários dos SECOMs (segundo semestre de 2013) e aumento do número de reuniões de Chefes de SECOM; entre outras iniciativas (Fonte: MRE).

- B. Elevação de 35 para 100 do número de (i) estudos sobre investimentos e comércio e (ii) pesquisas de mercado, contratados ou realizados anualmente pelo DPR;
- C. Incremento em até 50% dos *roadshows* destinados a atrair investimentos para obras de infraestrutura, megaeventos esportivos, economia verde e inovação;
- D. Ampliação em 40% da base de importadores cadastrados na rede BrasilGlobalNet;
- E. Aumento do número de missões comerciais ao exterior apoiadas pelo DPR, mediante parcerias com outras agências governamentais ou com entidades do setor privado;
- F. Expansão do número de SECOMs na rede de postos brasileira no exterior, passando, no prazo de 4 anos, de 100 unidades em 78 países para 134 unidades em 101 países.

Ainda em linha com a necessidade de promover a formação e a capacitação de quadros especializados na promoção de interesses comerciais brasileiros no exterior, ampliaremos em 50% o número de atividades de treinamento para os operadores do sistema de promoção comercial brasileiro. Implementaremos, já a partir do início de 2012, para todos os funcionários de SECOMs em todo o mundo, curso de capacitação “on-line” em promoção comercial e investimentos, atualmente em fase final de ajustes.

A implementação dos cursos “on-line” não excluirá a realização de treinamentos no Brasil, ocasião em que os diplomatas responsáveis pelas atividades de promoção comercial têm a oportunidade de visitar fábricas e centros de pesquisa, manter encontros com diferentes associações empresariais, bancos e empresas e familiarizar-se com novos instrumentos de trabalho disponibilizados pelo DPR.

Complementarmente, autorizei a realização de novos encontros regionais de Chefes de SECOMs, oportunidade interessante para a troca de informações e experiências sobre as atividades regulares

de promoção do produto brasileiro em áreas geográficas específicas. Após a realização de encontros muito bem-sucedidos em Washington, Bruxelas e Xangai, será convocado, para os dias 1º e 2 de novembro [de 2011], encontro na Embaixada do Brasil no Qatar, ocasião em que os chefes de SECOM do Oriente Médio e do Egito discutirão maneiras de promover exportações brasileiras para a região.

O trabalho profissional desenvolvido pela CGC há dez anos nos inspira a explorar, de forma a um só tempo dinâmica e responsável, iniciativas que permitam ao Brasil preservar, em meio à crise econômico-financeira atual, os avanços socioeconômicos que alcançamos e olhar para novos horizontes.

Confio na estrutura, capacidade e disposição do Itamaraty para associar-se a outras esferas governamentais, ao setor privado e à sociedade civil em prol de uma presença internacional cada vez mais competitiva.

Faço votos de que o seminário internacional que ora se inicia possa nos trazer ideias novas, em benefício de toda a sociedade brasileira.

DESALINHAMENTOS CAMBIAIS E IMPACTOS PARA AS ECONOMIAS EMERGENTES

Discurso proferido por ocasião do Diálogo de Alto Nível do 34º Período de Sessões da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). San Salvador, 31 de agosto de 2012.

As discussões suscitadas pelo relatório “Mudança Estrutural para a Igualdade – uma visão integrada do desenvolvimento”⁴⁴⁴, tema central deste Período de Sessões, remetem, com razão, às origens da CEPAL, mas não ficam ancoradas no passado. Tampouco poderiam ficar restritas à mera reflexão acadêmica, pois suas consequências são consideráveis para a realidade cotidiana de 400 milhões de latino-americanos e caribenhos. Uma das melhores tradições da CEPAL é a de saber converter conceitos e teorias em projetos concretos, em favor dos países que dela fazem parte.

444 O relatório “Mudança estrutural para a igualdade – uma visão integrada do desenvolvimento”, apresentado por ocasião do 34º Período de Sessão da CEPAL, traça três objetivos de que dependeria o desenvolvimento da América Latina e do Caribe: (i) mudança estrutural que permita fortalecer setores mais intensivos em conhecimento; (ii) redução das “brechas” internas e externas de renda e de produtividade; (iii) promoção da igualdade de direitos. Subjacentes a esses objetivos estariam os três desafios: (i) lograr crescimento sustentado a taxas elevadas, suficientes para fechar “brechas” estruturais e gerar empregos de qualidade; (ii) mudar padrões de consumo e de produção no contexto de revolução tecnológica que preservasse a sustentabilidade do meio ambiente (iii) garantir a igualdade com base em uma estrutura produtiva mais convergente, com proteção social universal. A CEPAL propõe, ainda, que o Estado provoque mudanças estruturais mediante políticas industriais, macroeconômicas, sociais e laborais que representem fortalecimento da atuação estatal na promoção do investimento, do crescimento, da redistribuição e da regulação.

O quadro conceitual estruturalista que serviu para descrever os desafios socioeconômicos, nesta parte do mundo, propondo soluções para antigos problemas, pode e deve ser atualizado com os abundantes elementos de informação de que hoje dispomos, à luz da delicada situação internacional em que estamos inseridos.

Desejo referir-me, primeiramente, à situação social na América Latina, antes de fazer alguns comentários sobre a crise econômico-financeira e, por fim, tecer algumas considerações sobre o processo de integração da região.

Os países da América Latina e do Caribe experimentaram recentemente um período de notável desempenho econômico, aliado à redução da desigualdade e à inclusão social. Em 1990, quase 50% da população da América Latina e do Caribe era classificada como “pobre” e, dessa parcela, 22% se encontravam em situação de pobreza extrema. Em 2011, os índices de pobreza e de pobreza extrema haviam caído para cerca de 30% e 13%, respectivamente. No mesmo ano, a região recebeu 153,4 bilhões de dólares em investimentos estrangeiros diretos, o PIB cresceu 4,3% e as exportações chegaram a quase 1 trilhão de dólares⁴⁴⁵.

Esse progresso recente não deve iludir-nos com relação ao longo caminho que temos pela frente. As assimetrias dentro e entre os países latino-americanos e caribenhos ainda são, infelizmente, um dos aspectos marcantes de nosso panorama regional. O estudo “Políticas de Mercado e Pobreza Rural na América Latina”⁴⁴⁶, recen-

445 Em 2012, os índices de pobreza e de pobreza extrema na América Latina e no Caribe foram de 28,8% e 11,4%, respectivamente. Nesse mesmo ano, a região recebeu 174,5 bilhões de dólares em investimento estrangeiro direto. Embora tenha havido redução no crescimento do PIB, que foi de 3%, as exportações da região superaram o volume de 1 trilhão de dólares.

446 Realizado em 2012 pela FAO, com a colaboração da CEPAL e da OIT, o estudo “Políticas de mercado e pobreza rural na América Latina: uma análise comparada” demonstra que, a despeito do dinâmico ritmo de crescimento do setor agrícola na América Latina e no Caribe nos últimos anos, os índices de pobreza nas áreas rurais diminuiram em proporções menores do que o esperado, reduzindo de 60% (em 1980) para 53% (em 2010). O relatório inclui estudos de caso sobre a situação em doze países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Paraguai, Peru e Uruguai.

temente publicado pela CEPAL, FAO e OIT, demonstra que a informalidade e a precariedade do emprego nas regiões rurais de nossos países têm consequências devastadoras para a segurança alimentar, a qualidade de vida e o acesso à educação de nossos camponeses. As estatísticas colhidas e analisadas revelam, por exemplo, que mais de 50% de nossa população rural vive abaixo da linha de pobreza.

Na semana passada, a imprensa brasileira noticiou com destaque números que nos colocam mal perante o mundo⁴⁴⁷. A América Latina continua sendo a região mais desigual deste planeta. E o Brasil, não obstante as dezenas de milhões de pessoas que superaram a linha de pobreza nos últimos dez anos, ainda figura como um dos países mais desiguais da região.

Esses imensos desafios que ainda temos pela frente levam ao imperativo absoluto de acelerar nosso desenvolvimento e nos obrigam a refletir sobre a crise que afeta a economia mundial.

É verdade que o crescimento do mercado interno nos últimos anos permitiu que a região enfrentasse a crise econômica de 2008-2009 em melhores condições do que em outras épocas, particularmente durante a década de 80. É a prova de que logramos avançar em matéria de gestão macroeconômica e administração de finanças públicas. Hoje, o Brasil, a exemplo de outros países da região, tem legislação que impõe responsabilidade fiscal aos governantes e os obriga a gerir os recursos observando parâmetros máximos de gastos e de custeio – aqueles que tradicionalmente inchavam os orçamentos sem a correspondente melhoria da qualidade dos serviços públicos.

447 Em 21 de agosto de 2012, o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (ONU-Habitat) publicou relatório intitulado “Estado das cidades da América Latina e do Caribe 2012: rumo a uma nova transição urbana”. Segundo o relatório, embora os índices de pobreza na América Latina e no Caribe tenham caído de 48% em 1990 para 33% em 2009, o que corresponde a cerca de 180 milhões de pessoas em melhores condições de vida, a região ainda permanece “a mais desigual do mundo”. Embora o Brasil figurasse como o 4º país mais desigual da região, atrás de Guatemala, Honduras e Colômbia, a situação social brasileira representou avanço em relação ao relatório de 1990 da ONU-Habitat, em que o Brasil encabeçava a lista dos países mais desiguais na região.

Além disso, o déficit fiscal da maioria de nossos países situa-se hoje em níveis administráveis, sem comparação com o quadro que se observa em muitas economias avançadas e que está na origem desta segunda fase da crise, marcada por dívidas soberanas insustentáveis.

Essa situação, de certa forma privilegiada, não nos deixa imunes ao contágio da crise, como já se nota em algumas de nossas economias, inclusive no Brasil.

A crise econômica mundial vem pondo à prova as economias dos países latino-americanos e caribenhos. Com a demanda em queda, somos duplamente afetados. Não só nossos produtos têm seu escoamento prejudicado nos mercados de fora da região, mas também nossos próprios mercados são alvo de vendas agressivas por parte de países que já não encontram compradores na Europa, nos Estados Unidos ou no Japão.

Além disso, a concorrência dos produtos estrangeiros vê-se favorecida pela valorização artificial de algumas moedas. Um afluxo inusitado de divisas chega a nós na forma de aplicações financeiras, resultantes das políticas monetárias expansionistas com que as economias avançadas têm procurado superar a paralisia econômica. Por um lado, não há qualquer evidência de que políticas dessa natureza estejam produzindo o efeito desejado e, por outro, suas consequências são desastrosas para nós.

O Brasil tomou a iniciativa de suscitar, no âmbito da OMC, o debate sobre a relação entre comércio e taxa de câmbio e as distorções que os desalinhamentos cambiais – voluntários ou não – podem gerar na competitividade relativa de nossa indústria⁴⁴⁸.

448 Em abril de 2011, o Brasil propôs debate sobre a relação entre câmbio e comércio no Grupo de Trabalho sobre Comércio, Dívida e Finanças (WGTDF) da OMC. Em março de 2012, colaborou ativamente para a realização de seminário sobre a relação entre desalinhamento cambial e equilíbrio de compromissos e de concessões negociados na OMC. Em novembro do mesmo ano, o Brasil enviou proposta que estimulava a OMC a atuar na correção de distorções comerciais causadas por desalinhamentos cambiais.

No caso brasileiro – e o padrão se repete em outras economias da região – a valorização da moeda nacional foi tão acentuada que o efeito protetor da tarifa de importação foi anulado ou tornou-se negativo. A indústria doméstica ficou inteiramente à mercê de uma concorrência anômala. É importante que essa discussão prospere na OMC, não com o objetivo de se remediarem situações específicas – o que seria difícil no curto prazo – mas como tema de interesse sistêmico do comércio internacional.

Desse quadro de incerteza e desequilíbrio que se instalou no cenário econômico internacional infere-se que, não obstante sua posição de maior solidez, a América Latina e O Caribe, como outras regiões em desenvolvimento, devem estar preparados para uma conjuntura adversa, que não dá sinais de reversão.

Em resposta a essa situação, ganha relevância os passos que temos dado no processo de integração. Não concordo com os que veem nos diferentes modelos e processos uma fragmentação nociva. A integração não é simples, como atestam as dificuldades que presenciamos na atualidade europeia. Não se pode fazer com base em modelos ideais. Tem que escolher os caminhos possíveis, econômica e politicamente, em cada momento.

O MERCOSUL continua fortalecendo-se, sempre consciente de que não há respostas fáceis para os efeitos colaterais que a integração gera em cada uma das economias do bloco. Cada uma delas pode estar vivendo conjuntura macroeconômica distinta, não sendo realista esperar que estejam sempre sintonizadas. Temos logrado compreender essas situações e continuar avançando.

A UNASUL tem-se revelado instrumental nesse processo. A região tem-se beneficiado da atuação do organismo não apenas na esfera da concertação política, mas também na da integração da infraestrutura física e da coordenação financeira. A primeira é pautada pelos projetos desenvolvidos no âmbito do COSIPLAN

(Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento)⁴⁴⁹. A construção do Corredor Ferroviário bioceânico, que interligará o Brasil, o Paraguai, a Argentina e o Chile, e a pavimentação da estrada Lindem-Lethem, que conclui a conexão rodoviária entre Brasil e Guiana, estão entre os 31 projetos prioritários do Conselho.

No contexto de crise econômica internacional, a ação coordenada no âmbito do Conselho de Economia e Finanças da UNASUL tem buscado estabelecer uma nova arquitetura financeira para a região, discutindo temas como manejo de reservas internacionais e mecanismos de facilitação do comércio intrarregional. A assessoria técnica prestada pela CEPAL tem sido valiosa nesse sentido. O Banco do Sul, quando criado⁴⁵⁰, pode vir a gerar uma dinâmica própria na América do Sul, ao possibilitar o financiamento de grandes projetos, talvez com capital 100% regional. O Convênio Constitutivo do Banco está sendo apreciado no Congresso Nacional brasileiro, sendo nossa expectativa que a instituição possa em breve iniciar suas atividades⁴⁵¹.

Considero importante ressaltar que as iniciativas sul-americanas não se dão em detrimento das relações com o conjunto da América Latina e do Caribe. De 2002 a 2011, a corrente de comércio do Brasil com o México e América Central mais que triplicou, passando de 3,5 bilhões de dólares para 10,8 bilhões de dólares (com o México, de 2,9 bilhões de dólares para 9 bilhões de dólares;

449 Sobre o COSIPLAN, criado em agosto de 2009, cf. nota 53.

450 O Convênio constitutivo que deu origem ao Banco do Sul entrou em vigor em 3 de abril de 2012, com a ratificação de Argentina, Bolívia, Equador, Uruguai e Venezuela. Com sede em Caracas e sucursais em Buenos Aires e La Paz, o Banco do Sul possui capital subscrito de 7 bilhões de dólares e tem por objetivo financiar projetos de desenvolvimento econômico, social e ambiental na América do Sul. Com a adesão de mais países ao convênio, estima-se que o capital do Banco do Sul poderá alcançar o valor de 10 bilhões de dólares.

451 O Convênio Constitutivo do Banco do Sul encontra-se em processo de ratificação no Brasil. Em 12 de junho de 2013, o Convênio foi aprovado pela Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados. A matéria deverá ser apreciada pelo Plenário da Câmara e, em seguida, ser encaminhada ao Senado Federal.

com os países da América Central, de 570 milhões de dólares para 1,8 bilhão de dólares)⁴⁵².

Com o Caribe, o crescimento do comércio foi ainda mais expressivo: aumentou cinco vezes, de 1,3 bilhão de dólares para 7,9 bilhões de dólares⁴⁵³. Trata-se de uma pauta comercial diversificada, com grande participação de produtos de alto valor agregado. Nossas relações com a região também alcançaram novo patamar nos últimos anos. Marcos recentes dessa aproximação foram a realização, em abril de 2010, da Cúpula Brasil-CARICOM⁴⁵⁴ e a decisão Brasileira de aderir ao Banco de Desenvolvimento do Caribe, que deverá formalizar-se em breve, com o depósito do Instrumento de Adesão junto à Secretaria-Geral da ONU.

Nessa dinamização das interrelações dentro de toda região, estabelecem-se laços vantajosos tanto para países maiores quanto para os de menor dimensão. Exemplo ilustrativo é o das relações entre o Brasil e a República Dominicana. Os produtos manufaturados representam 97% das exportações dominicanas para o Brasil e 86% das exportações brasileiras para aquele país irmão. O Brasil aprovou, de 2003 até hoje, mais de 2 bilhões de dólares em financiamentos públicos para projetos dominicanos de infraestrutura e de desenvolvimento. Trata-se de uma das maiores carteiras de financiamento do Brasil no mundo⁴⁵⁵, favorecida, em grande medida, pela participação da República Dominicana no Convênio de

452 Em 2012, o volume de comércio com a região chegou a 12 bilhões de dólares. A corrente de comércio com o México alcançou 10 bilhões de dólares; com a América Central, 2 bilhões de dólares (Fonte: MDIC).

453 As trocas comerciais entre o Brasil e o Caribe sofreram redução em 2012, tendo alcançado 6,4 bilhões de dólares (Fonte: MDIC).

454 A I Cúpula Brasil-CARICOM, em abril de 2010, resultou na Declaração de Brasília, em que se refletiram convergências em temas como clima, cooperação, educação e cultura, agricultura, saúde, energia, biocombustíveis, defesa civil, turismo, financiamento, comércio, transportes, e regimes de vistos.

455 Entre as maiores carteiras de financiamento do Brasil estão Argentina (7 bilhões de dólares), Venezuela (3,5 bilhões de dólares), Angola (3,4 bilhões de dólares), Estados Unidos (3 bilhões de dólares) e República Dominicana (2,8 bilhões de dólares).

Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR)⁴⁵⁶, instrumento da ALADI que contribui para viabilizar nossas operações de crédito oficial.

Outro exemplo digno de menção é o de nossas relações com El Salvador. Intensificaram-se nos últimos anos nossas visitas de alto nível, particularmente desde a posse do Presidente Mauricio Funes. Em ambas as partes há a determinação de incrementar o comércio e de dar-lhe contornos mais equilibrados. Nosso programa de cooperação já contempla 25 projetos em execução, sobretudo nas áreas de saúde, segurança e agricultura. São projetos que apoiam a reestruturação de políticas públicas em temas prioritários para o Governo salvadorenho e que contam com a parceria de instituições brasileiras de excelência, como a Embrapa.

Não poderia deixar de mencionar, na perspectiva de integração da região, o engajamento do Brasil com a CELAC, único foro que ostenta a particularidade de ter sido criada por iniciativa exclusivamente nossa, para a discussão das questões que nos dizem respeito. É um elo político que não deve ser subestimado. O Brasil, hoje, mantém Embaixadas em todos os países membros desse novo grupamento e está comprometido, também nessa instância, com a construção de um espaço de paz, cooperação, democracia, prosperidade e justiça social.

A CEPAL, ao longo de mais de meio-século, tem dado inestimável contribuição à região. As análises lúcidas e isentas desta Comissão têm sido, com frequência, a fonte de inspiração de muitas de nossas políticas públicas, e nos tem orientado tanto nas es-

456 O Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos foi firmado em agosto de 1982, no âmbito da ALADI, com o objetivo de promover e facilitar o comércio intrarregional e reduzir a utilização de divisas pelos Bancos Centrais membros. Trata-se de um mecanismo multilateral de compensação de pagamentos entre os Bancos Centrais da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e República Dominicana. Por meio do Convênio, são compensados, durante períodos de quatro meses, os pagamentos decorrentes das operações de comércio exterior de bens e serviços entre os Bancos Centrais participantes. As maiores operações do Brasil por meio do CCR são realizadas com Argentina, Venezuela e República Dominicana.

tratégias de integração como nas de nossa inserção internacional, num sentido mais amplo. Seu rico banco de dados tornou-se referência obrigatória para o acompanhamento e a compreensão da situação socioeconômica da América Latina e do Caribe.



À DETERIORAÇÃO DO AMBIENTE ECONÔMICO INTERNACIONAL E OS EFEITOS SOBRE OS MERCADOS CAMBIAIS DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO

Discurso proferido por ocasião da cerimônia de abertura do seminário “Os BRICS e o sistema de solução de controvérsias da OMC”. Brasília, 10 de outubro de 2012.

Falar dos BRICS é falar em superlativos. Tomados em seu conjunto, os países que compõem o grupo abrigam 40% da população mundial, ocupam um quarto do território do planeta e respondem por um quarto da economia mundial. Além dos Estados Unidos, quatro dos cinco BRICS são os únicos países a combinarem simultaneamente território superior a dois milhões de quilômetros quadrados, população acima de 100 milhões de habitantes e PIB nominal superior a 1 trilhão de dólares⁴⁵⁷. Segundo projeções do FMI, os países do BRICS deverão contribuir com cerca de 56% do crescimento do PIB mundial em 2012. Segundo estudo do Banco de

⁴⁵⁷ De acordo com dados do Banco Mundial e da United Nations Statistical Division, a população estimada, no ano de 2011, foi de 196,6 milhões de pessoas para o Brasil, 141,9 milhões para a Rússia, 1,24 bilhão para a Índia, 1,34 bilhão para a China e 50,6 milhões para a África do Sul. Segundo as mesmas fontes, o território dos países do BRICS corresponde a 8,46 milhões de km² no Brasil, 16,37 milhões de km² na Rússia, 2,97 milhões de km² na Índia, 9,32 milhões de km² na China e 1,21 milhão de km² na África do Sul. Em 2011, segundo os cálculos dessas instituições, o valor do Produto Interno Bruto a preços correntes foi de 2,47 trilhões de dólares no Brasil, 1,85 trilhão de dólares na Rússia, 1,84 trilhão de dólares na Índia, 7,31 trilhões de dólares na China e 408,2 bilhões de dólares na África do Sul.

Investimentos Goldman Sachs, que concebeu o conceito de BRICS, o PIB dos BRICS deve ultrapassar o do G-7 até 2030. Mas como essas previsões têm-se revelado, até certo ponto, conservadoras, preparemo-nos para que isso aconteça antes do previsto.

Falar do sistema de solução de controvérsias da OMC, por sua vez, é falar de uma obra exitosa. A todo tempo, mas especialmente em momentos de crise como os que vivemos hoje, contar com um mecanismo imparcial de solução de litígios, com densidade jurídica e capacidade de resposta rápida, constitui condição essencial para o bom funcionamento de um sistema de comércio baseado em regras. Respeitar as decisões do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC é o que assegura que divergências bilaterais, mesmo de grande magnitude, sejam efetivamente resolvidas no plano multilateral pela força de raciocínios jurídicos imparciais.

Os BRICS não têm sido tímidos na utilização do mecanismo de solução de controvérsias da OMC: juntos, já somam participações em 365 disputas ao longo dos 18 anos de funcionamento do regime. O seminário “Os BRICS e o Sistema de Solução de Controvérsias da OMC” vai permitir a troca de experiências acumuladas durante esse período, assim como a realização de avaliação crítica conjunta sobre o funcionamento do mecanismo.

Há exatamente um ano, na abertura de seminário que comemorou os 10 anos de criação da CGC do Itamaraty⁴⁵⁸, referi-me a alguns dos principais desafios à atuação internacional do Brasil no plano comercial. Naquela ocasião, anunciei um conjunto de medidas destinadas a aprimorar o desempenho da diplomacia comercial brasileira em um contexto de crise econômica internacional. Este é o momento adequado para avaliar o que foi possível realizar desde então, bem como para projetar outras ações.

458 Cf. “O Sistema Multilateral de Comércio ante uma Crise de Alcance Global”, discurso proferido por ocasião da cerimônia de abertura do seminário internacional “O Brasil e o sistema de solução de controvérsias da OMC”. Brasília, 10 de outubro de 2011.

Ao longo desse exercício de balanço e projeções, é importante termos sempre presente o contexto internacional em que atuamos, e é preciso reconhecer que a crise que vivíamos há um ano lamentavelmente continua sem perspectivas de superação no curto prazo. Permanecem significativos os riscos de deterioração do ambiente econômico internacional, sobretudo devido à falta de solução clara para a questão das dívidas soberanas de países da Zona do Euro. Medidas de expansão monetária continuam a ser implementadas por países desenvolvidos, gerando efeitos negativos sobre os mercados cambiais dos países emergentes, inclusive do Brasil. Esse cenário impacta o comércio internacional, que se reduz em algumas regiões do planeta e, em áreas mais dinâmicas, cresce menos do que poderia. O FMI e a OMC nos alertam para o fato de que, em 2012, o comércio internacional deverá crescer em torno de 2,5%, taxa inferior ao crescimento de 5% em 2011 e inferior também à taxa de crescimento da economia mundial, projetada em 3,3%. Trata-se de reversão da tendência que prevaleceu por décadas, quando o comércio internacional cresceu, na média, em percentuais superiores ao crescimento da economia mundial.

Como mencionou a Senhora Presidenta da República em seu discurso de abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas este ano, uma resposta adequada à crise pressupõe a construção de amplo pacto pela retomada coordenada do crescimento econômico global⁴⁵⁹. É importante que se diga que o Brasil tem cooperado na busca de uma solução coordenada para a crise, em especial no

459 Na ocasião, a Presidenta Dilma Rousseff afirmou: "Não haverá resposta eficaz à crise enquanto não se intensificarem os esforços de coordenação entre os países e os organismos multilaterais como o G-20, o FMI e o Banco Mundial. Esta coordenação deve buscar reconfigurar a relação entre política fiscal e monetária para impedir o aprofundamento da recessão, controlar a guerra cambial e reestimar a demanda global. Sabemos, por experiência própria, que a dívida soberana dos Estados e a dívida bancária e financeira não serão equacionadas num quadro recessivo, ao contrário, a recessão só agudiza esses problemas. É urgente a construção de um amplo pacto pela retomada coordenada do crescimento econômico global, impedindo a desesperança provocada pelo desemprego e pela falta de oportunidades".

âmbito do G-20. Os resultados alcançados até aqui, contudo, não são plenamente satisfatórios.

Um efeito colateral da crise foi o de chamar atenção para a crescente relevância dos temas financeiros nas questões de política externa, fato que passou a exigir dos diplomatas maior familiaridade com esse universo temático. Com o objetivo de reforçar a formação dos diplomatas brasileiros em matérias afetas ao funcionamento do sistema financeiro internacional, e em especial aquelas que integram a agenda do G-20, o Instituto Rio Branco dará início, já no próximo mês de novembro, a curso de formação em temas financeiros, inteiramente ministrado por especialistas brasileiros da área e voltado especificamente para diplomatas⁴⁶⁰.

A crise não afetou apenas o sistema financeiro internacional. Como sabemos, seus efeitos projetaram-se também sobre o sistema multilateral de comércio. Em julho de 2008, estivemos muito próximos de concluir as negociações lançadas em 2001 em Doha, o que certamente teria auxiliado o mundo a atravessar melhor a crise que eclodiria apenas três meses depois. A conclusão da Rodada Doha teria permitido corrigir algumas das distorções mais notáveis do comércio internacional, a maior delas, como se sabe, relativa ao comércio de produtos agrícolas. A Rodada Doha, contudo, paralisou-se diante de um impasse e assim permanece.

O compromisso brasileiro com o multilateralismo, no entanto, permanece inequívoco. E o Brasil continua empenhado em fazer avançar a Rodada Doha, na expectativa, contudo, de que seja possível fazê-lo de forma equitativa, equilibrada e compatível com seu mandato negociador. Permanecem válidas as razões que leva-

460 O curso de formação em temas financeiros, com duração de três semanas, foi ministrado para os alunos do segundo ano do Curso de Formação do Instituto Rio Branco e para outros diplomatas brasileiros lotados no Ministério das Relações Exteriores. O curso abrangeu os temas: sistema monetário internacional, mercado financeiro brasileiro e internacional, instituições financeiras multilaterais, coordenação macroeconômica internacional, atuação das agências de risco, regulação e supervisão financeira internacional, governança financeira internacional e crises financeiras internacionais.

ram a comunidade internacional a lançar a chamada Rodada do Desenvolvimento. E o Brasil não contempla a hipótese de abandono de mandato aprovado pela totalidade dos membros da OMC para a Rodada, como sugerem alguns. Não há mais espaço para rodadas de negociação comercial construídas exclusivamente em torno das prioridades de certos países desenvolvidos.

O impasse na Rodada Doha não retira da OMC, contudo, a qualidade de instituição multilateral vigorosa e central. A diplomacia brasileira acredita na condição da OMC de *locus* essencial para a discussão dos grandes temas do comércio internacional. Evidência disso está na iniciativa brasileira de discussão da relação entre câmbio e comércio, lançada na OMC de forma um tanto provocadora em 2011⁴⁶¹. O Brasil continuará apoiando as discussões sobre o tema no âmbito da OMC, tendo em vista tratar-se de questão fundamental no contexto de uma economia mundial sem as paridades fixas do sistema de Bretton Woods.

Clara evidência da centralidade da OMC está igualmente na persistente relevância do mecanismo de solução de controvérsias da Organização.

E nesse particular, gostaria de me referir a algumas das medidas anunciadas em outubro de 2011. Conforme previsto, a CGC teve seu quadro de diplomatas duplicado⁴⁶², os quais, ao longo do último

461 Em setembro de 2011, o Governo brasileiro apresentou um programa de trabalho sobre a relação entre taxas de câmbio e comércio internacional no Grupo de Trabalho sobre Comércio, Dívida e Finanças da OMC, com vistas à abertura de um debate sobre os mecanismos disponíveis, no âmbito normativo atual da Organização, para tratar de questões cambiais e sua adequação para essa finalidade. Conforme assinalado em comunicado conjunto do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, em 19 de setembro de 2011, "em resposta à crise econômica e financeira de 2008/2009, diferentes combinações de instrumentos de política fiscal e monetária têm causado frequente flutuação das taxas de câmbio relativas entre importantes parceiros comerciais, com efeitos de longo prazo potencialmente distintos em suas respectivas balanças comerciais". (...) "O sistema multilateral de comércio teve suas regras elaboradas numa época em que prevaleciam taxas de câmbio fixas. Por esta razão, as disciplinas que regem medidas contra práticas comerciais desleais, tais como salvaguardas, *antidumping* e direitos compensatórios, não se mostram adequadas para tratar devidamente pronunciadas flutuações das taxas de câmbio".

462 A lotação da CGC, em outubro de 2011, era de um chefe e quatro diplomatas e, após a reestruturação, passou a ser de um chefe e oito diplomatas.

ano, beneficiaram-se de diversos cursos de aperfeiçoamento em matérias afetas ao comércio internacional, alguns deles oferecidos pela própria OMC. A disciplina “OMC e Contenciosos” tornou-se cadeira obrigatória no currículo de formação do Instituto Rio Branco, despertando em jovens diplomatas brasileiros interesse e capacidade de atuação nessa área desde o início de suas carreiras. Na data de hoje, 10 de outubro de 2012, o Itamaraty faz o lançamento oficial da nova página web da CGC, concebida para facilitar o acesso do conjunto da sociedade brasileira a informações de qualidade sobre a participação do Brasil no sistema de solução de controvérsias da OMC.

Melhor equipada, a CGC tem podido cumprir suas funções de maneira mais eficiente, tanto nas atividades relativas ao funcionamento do mecanismo de solução de controvérsias da OMC, como no assessoramento às demais unidades do Itamaraty e a outros órgãos do Governo brasileiro em questões relacionadas às disciplinas multilaterais de comércio. O reforço institucional da CGC revelou-se tão mais oportuno ao se constatar que, em um ambiente de crise, o número de contenciosos iniciados nos nove primeiros meses de 2012 triplicou em relação ao mesmo período do ano passado⁴⁶³.

Ainda neste contexto, desejo fazer referência a importantes atos que acabo de assinar com o Conselho Federal da OAB e com o IPEA. O Protocolo de Intenções firmado com a OAB⁴⁶⁴, a exemplo de instrumento semelhante firmado há um ano com a AGU⁴⁶⁵, fornecerá

463 Durante o ano de 2011, foram abertos 8 casos de contenciosos comerciais na OMC. Durante todo o ano de 2012, foram abertos 27 casos, um deles envolvendo o Brasil como demandante (caso DS439, com relação a direitos *antidumping* sobre cortes de carne de frango adotados pela África do Sul, com consultas abertas em 27 de junho de 2012).

464 Protocolo de Intenções entre o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a União Federal (Ministério das Relações Exteriores), firmado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e pelo então Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, Ophir Cavalcante Junior, em Brasília, em 10 de outubro de 2012. O Protocolo “tem por objeto o desenvolvimento de atividades de capacitação, de interesse recíproco, visando ao aperfeiçoamento de advogados e diplomatas na área de Direito do comércio internacional” (parágrafo 1.1).

465 Protocolo de Intenções entre o Ministério das Relações Exteriores e a Advocacia-Geral da União, firmado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e pelo Advogado-

base para o desenvolvimento de atividades comuns de capacitação, com vista ao aperfeiçoamento de advogados e diplomatas em temas afetos ao direito do comércio internacional. O instrumento viabilizará estágios de advogados indicados pela OAB na CGC, bem como na Missão do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio, em Genebra. Os instrumentos firmados com a OAB e a AGU integram esforço, iniciado pelo Itamaraty já há sete anos, em favor da formação no Brasil de profissionais do Direito, tanto no setor público como no privado, especializados nas disciplinas do comércio internacional.

O Acordo de Cooperação Técnica firmado entre o Itamaraty e o IPEA⁴⁶⁶, por sua vez, viabilizará a realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo no campo das relações econômicas internacionais. Esse trabalho conjunto se converterá em valioso instrumento de apoio para diplomatas que atuam tanto em negociações comerciais como na defesa de interesses brasileiros em contenciosos.

Ao referir-me à associação da diplomacia comercial brasileira com a reputada qualidade do trabalho de pesquisa realizado pelo IPEA, permito-me abrir parêntese para sublinhar o vínculo crescente entre comércio, conhecimento, tecnologia e inovação. Estamos cientes de que uma melhor inserção do Brasil no comércio internacional está ligada a nossa capacidade de produzir mais e melhor, o que só se faz com a ajuda do conhecimento. E por essa razão, o apoio conferido pelo Itamaraty à melhoria da formação do profissional brasileiro – como, por exemplo, na implementação do programa “Ciência sem Fronteiras”, que pretende levar 100 mil

-Geral da União, Luís Inácio Lucena Adams, em Brasília, em 10 de outubro de 2011. O Protocolo tem por objetivo o aprimoramento, por meio de atividades de capacitação técnica, da colaboração prestada pela AGU ao cumprimento, pelo MRE, de suas responsabilidades na defesa dos interesses do Estado brasileiro em órgãos internacionais de solução de controvérsias.

466 Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério das Relações Exteriores e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, assinado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e pelo Presidente do IPEA, Marcelo Neri, em Brasília, em 10 de outubro de 2012. O acordo prevê a realização de estudos e pesquisas sobre temas de interesse conjunto, em especial as relações econômicas internacionais.

jovens brasileiros a estudar nas melhores universidades do mundo – hoje é parte integrante da lógica de promoção de ganhos em competitividade e de melhores condições de participação do Brasil no comércio internacional.

Nesse sentido, tenho a satisfação de referir-me à Declaração Conjunta entre o Itamaraty e o Instituto Brasileiro do Algodão, assinada na data de hoje⁴⁶⁷, mediante a qual as duas partes se comprometeram a reservar o montante inicial de 8 milhões de dólares – parte dos recursos oriundos do entendimento Brasil-EUA no âmbito do contencioso do algodão – para financiar bolsas de estudo e, dessa forma, promover o conhecimento e a capacitação técnica no campo da cotonicultura. Essas bolsas beneficiarão estudantes brasileiros de agronomia, que irão para universidades estrangeiras frequentar cursos relacionados à cotonicultura, bem como estudantes de países em desenvolvimento (da África Subsaariana, MERCOSUL e associados, Haiti), que frequentarão cursos e estágios oferecidos pela EMBRAPA, além de cursos na área de Agronomia Cotonicultora nas melhores faculdades de Agronomia do País, em Viçosa, Lavras e São Paulo.

Ao fazer referência à utilização de recursos oriundos do contencioso do algodão em projetos de cooperação voltados para o desenvolvimento da cotonicultura em terceiros países, quero anunciar a assinatura com a FAO, no dia 17 de outubro de 2012, em Roma, de projeto de cooperação destinado ao fortalecimento do setor algodoeiro em países da América Latina e do Caribe. Para o custeio desse

467 Declaração Conjunta de Intenções para Cooperação Técnica no Setor do Algodão, assinada pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e pelo Presidente Executivo do Instituto Brasileiro do Algodão, Haroldo Rodrigues da Cunha, em Brasília, em 10 de outubro de 2012. A declaração conjunta representou desdobramento do Memorando de Entendimento firmado entre os dois órgãos em dezembro de 2011, que assinalava o compromisso do Instituto em reservar para financiamento de atividades de cooperação internacional em cotonicultura 10% do valor recebido como compensação temporária pelo contencioso do algodão na OMC, totalizando 8 milhões de dólares, 4 milhões de dólares provenientes dos recursos reservados à cooperação internacional e 4 milhões de dólares dos recursos destinados às atividades do Instituto.

projeto, será disponibilizado à FAO o montante de 10 milhões de dólares repassados pelo Instituto Brasileiro do Algodão⁴⁶⁸.

Essas atividades refletem um aspecto interessante da atuação diplomática em contenciosos comerciais: a partir de uma vitória emblemática na OMC contra subsídios agrícolas ilegais, consegue-se estruturar, com base no recebimento de compensação financeira temporária, iniciativas benéficas não só para a cotonicultura brasileira, mas também, em espírito de solidariedade, para a agricultura de outros países que sofrem igualmente os efeitos perniciosos dos programas de subsídios ilegais questionados pelo Brasil.

A diplomacia comercial brasileira, em sua relação direta ou indireta com o sistema de solução de controvérsias da OMC contempla, ainda, ações de monitoramento da observância de compromissos assumidos com o Brasil no campo comercial.

A esse respeito, menciono termos realizado amplo esforço de identificação de barreiras ao acesso do produto brasileiro a mercados de alguns de nossos principais parceiros comerciais, conforme anunciado há um ano. Com a colaboração das Embaixadas do Brasil em países selecionados (África do Sul, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, Índia, Japão, México, Rússia, Suíça, Turquia e União Europeia), a identificação de barreiras – inédita, vale dizer – está sendo no momento consolidada e sistematizada. Esse mapeamento deverá constituir ferramenta de grande utilidade na defesa de interesses comerciais específicos em foros

468 Acordo de colaboração firmado pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e pelo Diretor-Geral da FAO, José Graziano da Silva, em Roma, em 17 de outubro de 2012. O acordo está relacionado ao Memorando de Entendimento entre o Governo dos Estados Unidos da América e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Fundo de Assistência Técnica e Fortalecimento da Capacitação relativo ao Contencioso do Algodão (WT/DS267) na Organização Mundial do Comércio, assinado em abril de 2010, e prevê um orçamento total de 20,2 milhões de dólares ao longo de quatro anos para impulsionar o setor algodoeiro em países em desenvolvimento, principalmente para agricultores familiares. Serão investidos 10 milhões de dólares, pelo Instituto Brasileiro do Algodão, outros 10 milhões de dólares, pela Agência Brasileira de Cooperação, e 200 mil dólares, pelo Escritório Regional da FAO para América Latina e Caribe.

bilaterais, regionais ou multilaterais. Quando concluída essa etapa do trabalho, uma seleção de dez novos mercados será efetuada para dar continuidade, nos próximos meses, a esse exercício.

Cumpra mencionar, ainda, que se encontra plenamente operativo no Itamaraty o “Núcleo China”, força-tarefa voltada para o acompanhamento cotidiano das relações econômico-comerciais do Brasil com seu maior parceiro comercial individual. O “Núcleo China” conta com uma base de dados sobre o comércio bilateral, que é permanentemente atualizada, e está em condições de acompanhar os termos em que estão sendo implementados os compromissos assumidos pelos dois Governos em matéria de comércio e investimentos.

No campo negocial, o Brasil dedica atenção prioritária à integração sul-americana e, muito especialmente, à consolidação e ao aprofundamento do MERCOSUL. A rede de acordos comerciais negociados no âmbito da ALADI assegurará a conformação de uma zona de livre-comércio sul-americana em 2019. E para aquilatar a importância dos vizinhos latino-americanos para o comércio exterior brasileiro, basta atentar para o fato de que eles absorvem mais de 40% das exportações de manufaturados do País.

O MERCOSUL mantém sua centralidade, portanto. E o recente ingresso da Venezuela⁴⁶⁹ no bloco confirmou a vocação do MERCOSUL de afirmar-se como eixo estruturante da integração da América do Sul, unindo o Norte e o Sul do continente e articulando suas porções amazônica e caribenha. A Venezuela – país que registrou, no mundo, o maior aumento relativo de importações em 2011 e no primeiro quadrimestre de 2012 também – reforçou o mercado ampliado do MERCOSUL em cerca de 28 milhões de novos consumidores. E com a Venezuela, o MERCOSUL adquiriu nova dimensão territorial, populacional, econômica e política.

469 Sobre a admissão da Venezuela ao MERCOSUL, cf. nota 151.

Na condição de membros de uma união aduaneira, os Estados-partes do MERCOSUL só podem negociar acordos comerciais com terceiros países ou blocos se atuarem em conjunto. Em face da paralisa da Rodada Doha – ou talvez mesmo em razão dessa paralisa – muitos países buscam saídas para seu comércio exterior em acordos comerciais bilaterais ou regionais. Esses instrumentos são firmados por países que competem conosco em terceiros mercados, onde o produto brasileiro corre o risco de ter sua competitividade erodida. Não estamos indiferentes a esse risco.

Os avanços sociais alcançados no Brasil pela via da implementação de políticas inclusivas ao longo da última década levaram à conformação de uma ampla classe média no País, integrada por mais de 100 milhões de consumidores. Se esse segmento formasse uma unidade independente, estaria entre os 20 países com maior poder de consumo no mundo. São números que explicam o crescente interesse pelo mercado brasileiro. Desnecessário frisar que se trata de valiosa moeda de troca em negociações comerciais que decidirmos empreender.

Na agenda externa do MERCOSUL, destacam-se as negociações com a União Europeia, que já se estendem por 13 anos⁴⁷⁰. Neste momento, o Governo brasileiro realiza consultas públicas para aferir o interesse dos agentes econômicos no avanço das negociações com os europeus, assim como no início de negociações com o Canadá, ambas decididas pela CAMEX. É importante que os agentes econômicos tenham presente que ficarmos onde estamos pode não nos assegu-

470 A Consulta Pública MERCOSUL – União Europeia, instituída pela Circular SECEX nº 44/2012, foi lançada em 26 de setembro de 2012, com vistas a conhecer o posicionamento atualizado do setor privado nacional sobre as negociações birregionais. A consulta pública anterior havia sido realizada no início de 2011, por meio da Circular SECEX nº 1/2011. Durante sessenta dias, associações e entidades representativas do setor privado brasileiro manifestaram-se quanto ao prazo máximo necessário para a desgravação tarifária, indicando os códigos da Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) dos produtos representados e a justificativa para tal posicionamento, bem como os códigos da NCM que deveriam, a seu juízo, ser excluídos do acordo. O resultado da consulta de 2012 demonstrou maior receptividade do empresariado nacional em comparação à de 2011.

rar as fatias de mercado que conquistamos até aqui. Em outras palavras, ficar parado, neste caso, pode significar retroceder.

Com o objetivo de avaliar o desenho e o alcance dos acordos comerciais bilaterais e regionais de geração mais recente, o Itamaraty promoverá a realização de estudo sobre essa rede de acordos e seus potenciais impactos sobre interesses comerciais brasileiros, em especial aqueles envolvendo países da América Latina.

Além da conquista de melhores condições de acesso a mercados para bens e serviços brasileiros, é fundamental que os agentes econômicos possam fazer bom uso do que já foi possível obter com os acordos negociados até aqui. E é esse o campo de atuação da promoção comercial, faceta fundamental da diplomacia comercial brasileira.

Há um ano, em uma conjuntura de estagnação das negociações na OMC e de redução do dinamismo da economia mundial, já era evidente a relevância da crescente participação do Brasil em feiras e exposições, bem como da realização de missões comerciais que propiciassem novas oportunidades de negócios. Dos 145 eventos internacionais projetados para 2012, 117 já foram realizados. E em 2013, o Itamaraty pretende realizar mais de 150 eventos.

Para além desses números, queria destacar a qualidade da presença brasileira em mostras internacionais de grande relevância, tais como a CeBIT na Alemanha, uma feira de tecnologia da informação que contou com a participação da Senhora Presidenta da República⁴⁷¹, bem como a SIAL na China⁴⁷², a Expomin no Chile⁴⁷³

471 O Brasil foi país-tema da edição de 2012 da Feira Internacional de Tecnologia de Informação, Telecomunicações, *Software* e Serviços (CeBIT), realizada em Hannover, na Alemanha. No discurso de abertura da feira, a Presidenta da República, Dilma Rousseff, afirmou que as tecnologias de informação e de comunicação "são, sobretudo, instrumento de inclusão social e de exercício renovado da cidadania. Seus benefícios não podem, portanto, ser privilégio de poucos. A exclusão das tecnologias de informação acentua a exclusão social e acirra ainda mais as desigualdades já existentes. Por isso, junto com políticas consistentes de combate à pobreza e de redução das desigualdades sociais, o Brasil fez uma opção clara nos últimos anos por universalizar o acesso a essas tecnologias e estimular seu desenvolvimento no país". Foi a primeira vez que um país latino-americano foi convidado oficial da feira, que contou com aproximadamente 4.200 expositores.

472 A SIAL China é uma feira do setor de alimentos e bebidas realizada anualmente no país.

473 A Expomin é uma feira internacional para a indústria da mineração, realizada no Chile a cada dois anos.

e a Saitex na África do Sul⁴⁷⁴. Consoante com a prioridade conferida pelo Governo brasileiro à conquista de novos mercados, o Itamaraty garantiu a participação brasileira em um total de 60 feiras e exposições na Ásia, América Latina, África e Oriente Médio.

No que se refere aos chamados *roadshows* e a outras iniciativas de promoção de investimentos, o Itamaraty terá participado, até o final do ano, de pelo menos 21 ações em praças internacionais tão importantes como Cingapura, Xangai, Dubai, Doha, Frankfurt e Londres. Em 2013, o Itamaraty planeja elevar o número dessas ações a 25. Em parceria com a CNI, o Itamaraty tem sido capaz de prestar amplo apoio ao investidor brasileiro na organização de missões empresariais ao exterior, de que são exemplos eventos realizados em Jacarta, Hanói, Bogotá e Lima.

Não posso deixar de fazer referência, ainda, à organização – em colaboração com outros órgãos de governo – de missões empresariais por ocasião das visitas oficiais da Senhora Presidenta da República a Moçambique, África do Sul e Angola, no final de 2011, e à Bélgica, Bulgária, Turquia, Índia, Alemanha, Estados Unidos e Peru neste ano.

Conforme anunciado um ano atrás, o Itamaraty realizou reuniões regionais – no Oriente Médio e na América do Sul – para os Chefes dos SECOMs envolvendo duas dezenas de Embaixadas brasileiras no exterior, ocasiões que se revelaram valiosas para treinamento e troca de informações entre os participantes. O próximo encontro com esse perfil ocorrerá na América do Norte, no primeiro trimestre de 2013.

O firme compromisso do Itamaraty com treinamento e capacitação de funcionários do serviço exterior brasileiro no campo da promoção de comércio está refletido, ainda, na introdução da ca-

474 A "Southern African International Trade Exhibition" reúne exportadores e importadores com o objetivo de facilitar o comércio com países da África e entre os países do continente.

deira “Diplomacia e Promoção Comercial” no currículo do curso de formação de diplomatas em 2012.

Menciono, ainda, a criação na estrutura do Itamaraty, em janeiro de 2012, da Divisão de Investimentos⁴⁷⁵. A criação dessa nova unidade veio responder à necessidade de que o Itamaraty se ajuste à nova realidade resultante tanto do expressivo aumento dos investimentos diretos estrangeiros no País como da aceleração do processo de internacionalização das empresas nacionais.

Por fim, faço referência à realização, à margem da Reunião de Cúpula do MERCOSUL em Brasília, no início de dezembro, do Fórum Empresarial do MERCOSUL⁴⁷⁶. O evento será realizado com o apoio da APEX-Brasil e da CNI e deverá reunir entre 400 e 500 empresários do bloco. As discussões do Fórum serão organizadas em torno de quatro eixos temáticos, da maior relevância para a promoção do desenvolvimento e da integração regional, em particular, agronegócio, energia, inovação e infraestrutura e logística.

O balanço encorajador que faço da implementação das medidas anunciadas há um ano serve de incentivo para que novas ações sejam empreendidas pela diplomacia brasileira em favor da abertura de mercados para produtos e serviços, do apoio permanente à atuação dos agentes econômicos nacionais no exterior e do treinamento contínuo dos membros do serviço exterior do Brasil.

Juntamente com os demais países que integram o BRICS, o Brasil tem dado sua contribuição para a retomada do crescimen-

475 Sobre a criação da DINV, cf. nota 295.

476 O I Fórum Empresarial do MERCOSUL realizou-se em 7 de dezembro de 2012, em Brasília, à margem da Reunião de Cúpula do MERCOSUL. O evento, organizado pelo Departamento de Promoção Comercial, com o apoio da APEX e da CNI, atraiu público de quatrocentos participantes de alto nível, entre autoridades e empresários do bloco. As discussões do Fórum foram conduzidas em torno de quatro eixos temáticos de relevância para a promoção do desenvolvimento e para a integração regional, agronegócio, energia, inovação e infraestrutura e logística. O DPR, em parceria com a APEX, vem prestando cooperação ao Governo uruguaio, que assumiu a presidência *pro tempore* do bloco, em matéria de inteligência comercial e nos trabalhos de organização da segunda edição do Fórum Empresarial do MERCOSUL em Montevidéu, no fim do primeiro semestre de 2013.

to do comércio internacional e, por essa via, mitigar os efeitos da crise e criar condições para que seja superada. Em termos globais, o comércio Sul-Sul tem crescido em ritmo superior ao dos fluxos tradicionais Norte-Norte e Norte-Sul: segundo a UNCTAD, 19% anuais em média, entre 2001 e 2010, enquanto o comércio mundial cresceu 12% em média no mesmo período. No Brasil, 59% das exportações nacionais destinam-se a países em desenvolvimento e 51% das importações provêm desse grupo de países.

À medida que aumenta a participação do BRICS no comércio internacional, aumentam também sua influência e responsabilidade. Este seminário fornece oportunidade para conhecermos melhor a visão que cada um dos cinco países tem de um dos pilares do sistema multilateral de comércio, que é o mecanismo de solução de controvérsias da OMC.



DIPLOMACIA COMERCIAL EM UM MUNDO EM CRISE

Artigo publicado no jornal Valor Econômico, 10 de outubro de 2012. Título original: “Diplomacia e comércio”.

A diplomacia comercial é uma ferramenta valiosa a serviço da promoção de interesses e da geração de riquezas. O objetivo da diplomacia comercial – parte das atribuições cotidianas do Itamaraty, no Brasil e no exterior – pode ser definido como o de criação de condições e prospecção de oportunidades para que o comércio internacional sirva ao projeto de desenvolvimento do país.

Nessa perspectiva, o primeiro desafio para a diplomacia comercial é a obtenção de melhores condições de acesso a mercados para os bens e serviços produzidos no país. Nesse *front*, o Brasil e a comunidade internacional em seu conjunto deparam hoje com os efeitos negativos da crise financeira de 2008, que reduziu o crescimento econômico global e a demanda por bens e serviços em todo o mundo. O impacto da crise econômica sobre o comércio é ilustrado por projeções do FMI e da OMC, que estimam que, neste ano, o comércio internacional crescerá somente 2,5%, o que significa uma acentuada queda em relação ao crescimento verificado em 2011, de 5%, e de 13,8% em 2010⁴⁷⁷. Em outras palavras, o comércio

477 A OMC divulgou, em 10 de abril de 2013, que a taxa de crescimento do comércio mundial em 2012 foi de 2%, portanto, inferior à estimada. O ritmo de crescimento projetado para 2013 é de 3,3%.

internacional, em reversão de tendência observada por décadas, crescerá menos ainda do que o já limitado crescimento econômico global previsto para este ano, de 3,3%.

Conforme assinalou a Presidenta Dilma Rousseff, em seu discurso nas Nações Unidas, a crise mundial tem levado muitos países desenvolvidos a adotar políticas fiscais ortodoxas e recessivas que têm afetado, também, o cenário comercial mundial. Por força das políticas monetárias expansionistas que desalinham as taxas de câmbio, os países emergentes perdem mercado devido à valorização artificial de suas moedas, o que agrava ainda mais o quadro recessivo global⁴⁷⁸.

Em um cenário de crise, o Governo impulsiona novos projetos, tanto no campo negocial como no de promoção comercial.

No plano multilateral, o impasse que paralisa a Rodada Doha não autoriza otimismo quanto à conclusão exitosa, no curto prazo, das negociações conduzidas sob o guarda-chuva da OMC. Não estão dadas as condições, por exemplo, para que finalmente sejam corrigidas as distorções que afetam o comércio internacional de produtos agrícolas, de grande interesse para os países em desenvolvimento. Ainda assim, não deve haver dúvida de que o Brasil continua comprometido com a conclusão da Rodada Doha na sua feição de Rodada do Desenvolvimento. Diante da impossibilidade de avançar no plano multilateral, contudo, o Brasil volta sua atenção para o aprofundamento do MERCOSUL, a consolidação de uma zona de livre-comércio sul-americana, a retomada de negociações com outros países e regiões e o aproveitamento, pela via da promoção comercial, das vantagens em matéria de acesso a mercado já obtidas até aqui.

478 Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura da 67ª Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova York, 25 de setembro de 2012.

Como afirmou o chanceler do Uruguai em visita ao Brasil na semana passada, o MERCOSUL vive um momento de força. O MERCOSUL é um projeto que permitiu que o intercâmbio do Brasil com o bloco mais que decuplicasse desde sua criação, passando de 4,5 bilhões de dólares, em 1991, para 47,2 bilhões de dólares, em 2011. Os bens manufaturados representam mais de 90% das exportações brasileiras para o agrupamento, configurando fonte de geração de empregos de alta qualidade no país.

O MERCOSUL, porém, não beneficiou somente o Brasil. Todos os sócios ganharam com o aumento das trocas intrarregionais. O amplo mercado consumidor brasileiro, que tem conhecido expansão sem precedentes nos últimos anos, está aberto aos vizinhos. Com o recente ingresso da Venezuela, o bloco amplia seu potencial, integrando 28 milhões de novos consumidores ao mercado do MERCOSUL⁴⁷⁹.

Na América do Sul, a rede de acordos comerciais negociados no âmbito da ALADI assegura a conformação de uma zona de livre-comércio sul-americana em 2019. A essa realidade somam-se os esforços empreendidos no âmbito da UNASUL com vistas a desenvolver a infraestrutura regional de transportes e a criar mecanismos que estimulem e facilitem tanto o comércio como os investimentos. Sabemos que a América do Sul – inclusive o MERCOSUL – não está imune aos impactos da crise de 2008. As dificuldades específicas e pontuais enfrentadas por seus integrantes, contudo, não diminuem o comprometimento brasileiro com o MERCOSUL ou com a integração sul-americana.

Em um contexto de crise internacional e de impasse nas negociações multilaterais, o Governo brasileiro impulsiona novos

479 Com o ingresso da Venezuela, o MERCOSUL passou a contar com população de 270 milhões de habitantes (70% da população da América do Sul), PIB a preços correntes de 3,3 trilhões de dólares (79,6% do PIB sul-americano) e território de 12,7 milhões de km² (72% da área da América do Sul), estendendo-se da Patagônia ao Caribe e consolidando-se como potência energética global.

projetos, tanto no campo negocial como no de promoção comercial. Fazem parte desse processo as consultas públicas aprovadas recentemente pela CAMEX, destinadas a aferir a percepção dos agentes econômicos brasileiros em relação a acordos de livre-comércio do MERCOSUL com a União Europeia⁴⁸⁰ e o Canadá⁴⁸¹.

No campo da promoção comercial, é intenso o esforço para apoiar os agentes econômicos no aproveitamento ao máximo das oportunidades de negócios viabilizadas por acordos comerciais já negociados até aqui. No âmbito do MERCOSUL, será realizado, por ocasião da Reunião de Cúpula de Brasília, em dezembro do corrente ano, o primeiro grande evento empresarial do agrupamento, o que curiosamente somente ocorre 21 anos após a entrada em vigor do Tratado de Assunção⁴⁸². Na mesma linha, missões empresariais têm sido realizadas à margem das viagens oficiais da Presidenta da República e grande número de eventos voltados para a promoção do produto nacional, no Brasil e no exterior, refletem a estreita cooperação entre o Itamaraty e o MDIC/APEX⁴⁸³.

As regras comerciais de que hoje dispomos – fundamentais – são aquelas reunidas nos acordos da OMC, com suas imperfeições e lacunas. Para aperfeiçoá-las e completá-las, será preciso a anuência de 157 soberanias⁴⁸⁴, que perfazem juntas 98% do comércio

480 Sobre as negociações MERCOSUL – União Europeia, cf. nota 470.

481 A Consulta Pública MERCOSUL – Canadá, instituída pela Circular SECEX nº45/2012, foi lançada em 26 de setembro de 2012 e encerrada 60 dias depois, com vistas a obter informações sobre potenciais interesses do setor privado brasileiro nas áreas de bens, serviços e investimento quanto a eventual acordo de livre-comércio entre o bloco e o Canadá. O resultado da consulta demonstrou não haver grandes resistências ao lançamento de negociações com o Canadá.

482 Sobre o I Fórum Empresarial do MERCOSUL, ocorrido em 7 de dezembro de 2012, em Brasília, cf. nota 476.

483 Em 2012, o Departamento de Promoção Comercial participou, seja com prestação de apoio, seja com a organização, de mais de 252 eventos, no Brasil e no exterior em coordenação com o setor privado, como missões empresariais, palestras e seminários, missões de investimentos, participação em feiras. Além disso, o Departamento promoveu, em 2012, 512 reuniões com o setor privado.

484 Com as acessões da República Popular Democrática do Laos, em fevereiro de 2013, e da República do Tadjiquistão, em março de 2013, a OMC passou a contar com 159 membros. Vinte e cinco Governos participam como observadores.

internacional. A complexidade dessa tarefa, aliada aos efeitos persistentes da crise econômico-financeira internacional, impõe à diplomacia comercial brasileira desafios novos que vêm sendo enfrentados com criatividade e determinação. Ciente da importância da diplomacia comercial como instrumento de promoção do desenvolvimento nacional, o Itamaraty dela se ocupa com renovada e diferenciada atenção.



PERSONALIDADES CITADAS

ABBAS, MAHMOUD – Presidente da Autoridade Nacional Palestina, desde janeiro de 2005.

ADAMS, LUÍS INÁCIO – Advogado-Geral da União do Brasil, desde outubro de 2009.

AGNELLI, ROGER – empresário brasileiro, foi Presidente da mineradora Vale de 2001 a 2011.

AHMADINEJAD, MAHMOUD – Presidente do Irã, desde agosto de 2005.

AHMED, E. – político indiano, é Ministro de Estado das Relações Exteriores e do Desenvolvimento de Recursos Humanos, desde 2001.

AL-ASSAD, BASHAR – Presidente da Síria, desde julho de 2000.

ALVES, RODRIGUES – foi advogado, político brasileiro e quinto presidente do Brasil, de 1902 a 1906.

AMORIM, CELSO – diplomata brasileiro e Ministro da Defesa do Brasil desde agosto de 2011. Ocupou duas vezes o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil, de 1993 a 1995 e de 2003 a 2010.

ANNAN, KOFI – diplomata de Gana, foi, entre 1997 e 2007, o sétimo secretário-geral da Organização das Nações Unidas, tendo sido laureado com o Nobel da Paz em 2001.

ASHTIANI, SAKINEH MOHAMMADI – cidadã iraniana.

ASHTON, CATHARINE MARGARETH (BARONESA ASHTON DE UPHOLLAND) – política trabalhista britânica, foi designada, em 2009, como a primeira Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança.

AZAMBUJA, MARCOS CASTRIOTO DE – diplomata brasileiro, foi embaixador junto à Delegação do Brasil para Assuntos de Desarmamento, em Genebra, de 1987 a 1990, e Secretário-Geral do Itamaraty, de 1990 a 1992.

AZEVÊDO, ROBERTO – diplomata brasileiro, é Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio desde maio de 2013.

BAN, KI-MOON – diplomata da Coreia do Sul, é atualmente Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, desde 2007.

BATISTA, PAULO NOGUEIRA – diplomata brasileiro, foi embaixador da Delegação Permanente em Genebra, de 1983 a 1987, da Missão junto à ONU, de 1987 a 1991, e da Missão Permanente junto à ALADI em 1993.

BELCHIOR, MIRIAM – servidora pública brasileira, Ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, desde 2010.

BERLUSCONI, SILVIO – empresário e político italiano, foi Primeiro-Ministro da Itália, de 1994 a 1995, de 2001 a 2005, de 2005 a 2006 e de 2008 a 2011.

BILDT, CARL – político sueco, foi Primeiro-Ministro da Suécia, de 1991 a 1994, e é atualmente Ministro das Relações Exteriores, desde outubro de 2006.

BLIX, HANS – foi Ministro das Relações Exteriores da Suécia de 1978 a 1979; Diretor-Geral da Agencia Internacional para Energia Atômica, de 1981 a 1997, e é atualmente Chefe do Conselho do programa de energia nuclear dos Emirados Árabes Unidos.

BUSH, GEORGE W – foi Presidente dos Estados Unidos de 2001 a 2009.

CALDAS, ROBERTO DE FIGUEIREDO– advogado brasileiro, juiz *ad hoc* da Corte Internacional de Direitos Humanos, desde 2012.

CAMERON, DAVID – líder do Partido Conservador britânico, é Primeiro-Ministro do Reino Unido, desde 2010.

CARLOS, JUAN – Rei da Espanha, desde 1975.

CARNEIRO LEÃO, VALDEMAR – diplomata brasileiro, é Subsecretário-Geral de Assuntos Econômicos e Financeiros, desde 2011.

CARTES, HORÁCIO – político paraguaio, é Presidente da República do Paraguai, desde abril de 2013.

CASCIANO, EDGARD ANTONIO – diplomata brasileiro, serviu na Embaixada brasileira em Damasco, de 2008 a 2013, e é atual Embaixador do Brasil na Grécia.

CASTRO, JOÃO AUGUSTO DE ARAÚJO – diplomata brasileiro, foi Ministro das Relações Exteriores de 1961 a 1964. Em 1968, foi Presidente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

CHÁVEZ, HUGO – político venezuelano, ocupou a presidência de 1999 a 2013.

CHEN, DEMING – político chinês, atual presidente da Association for Relations Across the Taiwan Straits (ARATS).

CLINTON, HILLARY – política norte-americana, foi Senadora, de 2001 a 2009, e Secretária de Estado, de 2008 a 2013.

CONDÉ, ALPHA – político guineense, é Presidente da Guiné-Conacri, desde 2010.

CONILLE, GARRY – político haitiano, foi Primeiro-Ministro do Haiti de 2011 a 2012.

COUTINHO, LUCIANO – economista brasileiro e presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), desde 2007.

DANTAS, FRANCISCO CLEMENTINO DE SAN TIAGO – político brasileiro, foi Ministro das Relações Exteriores, de 1961 a 1962, e Ministro da Fazenda, em 1963.

DAVUTOĞLU, AHMET – diplomata turco, é Ministro das Relações Exteriores da Turquia, desde 2009.

DWORKIN, RONALD – acadêmico norte-americano, foi professor emérito de jurisprudência na University College de Londres e professor de Direito da New York University.

ERDOĞAN, RECEP TAYYIP – político turco, é Primeiro-Ministro da Turquia, desde 2003.

FALK, RICHARD – acadêmico norte-americano, é professor emérito de Direito Internacional na Princeton University. Desde 2008, é Relator Especial das Nações Unidas para avaliar a situação de direitos humanos na Palestina.

FONSECA, HERMES RODRIGUES DA – militar e político brasileiro, foi presidente do Brasil, de 1910 a 1914.

FONSECA, JORGE CARLOS – político de Cabo Verde, é Presidente da República, desde 2001.

FRANCO, AFONSO ARINOS DE MELO – político brasileiro, foi Ministro das Relações Exteriores de 1961 a 1962.

FRANSMAN, MARIO – político sul-africano, é Vice-Ministro de Relações Exteriores e Cooperação.

FUNES, MAURÍCIO – político salvadorenho, é Presidente de El Salvador desde 2009.

GABRIELLI, JOSÉ SÉRGIO – economista brasileiro, foi presidente do Conselho de Administração da Petrobras, de 2005 a 2012.

GAMA, RUBENS – diplomata brasileiro, atualmente é Diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos.

GARCÍA-MARGALLO, JOSÉ MANUEL – político espanhol, Ministro das Relações Exteriores da Espanha, desde 2011. Foi membro do Parlamento europeu de 1994 a 2011.

GARCIA, MARCO AURÉLIO – político brasileiro, atualmente é Assessor Especial da Presidência da República para Assuntos Internacionais.

GHITIS, SALOMÓN LERNER – empresário e político peruano, foi Primeiro-Ministro do Peru, de julho a dezembro de 2011.

GOMES JÚNIOR, CARLOS DOMINGOS – foi Primeiro-Ministro da Guiné-Bissau de 2005 a 2008.

GRAZIANO DA SILVA, JOSÉ – agrônomo brasileiro, atual Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

GUIMARÃES, SAMUEL PINHEIRO – diplomata brasileiro, foi Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores de 2003 a 2009, e Alto Representante-Geral do MERCOSUL de 2011 a 2012.

HILDERBRAND, ROBERT C – historiador norte-americano, autor de diversos livros sobre História das Relações Internacionais.

HU, JINTAO – político chinês, foi presidente da República Popular da China de 2003 a 2013.

HUMALA, OLLANTA – político peruano, é Presidente do Peru, desde 2011.

HUSSEIN, SADDAM – político iraquiano, foi Presidente do Iraque de 1979 a 2003.

KIRCHNER, CRISTINA FERNÁNDEZ DE – política argentina, é Presidenta da Argentina desde 2007.

LAMOTHE, LAURENT – político haitiano, foi Ministro das Relações Exteriores do Haiti em 2011 e, desde 2012, é Primeiro-Ministro do Haiti.

MAALOUF, AMIN – escritor franco-libanês, é membro da Academia Francesa de Letras, desde 2011.

MBAYE, ABDUL AZIZ – diplomata senegalês, foi Ministro da Cultura do Senegal, desde 2012.

MANDELA, NELSON – político sul-africano que lutou pelo fim do regime do *apartheid*, foi Presidente da África do Sul, de 1994 a 1999, e prêmio Nobel da Paz.

MEDEIROS, MILENA OLIVEIRA DE – diplomata brasileira, foi Subchefe da Divisão de Segmento de Cúpulas.

MEJÍA, MARÍA EMMA – jornalista e política colombiana, foi Ministra da Educação, de 1995 a 1996, Ministra das Relações Exteriores, de 1996 a 1998, e Secretária Geral da UNASUL, de 2011 a 2012. Atualmente, dirige a Fundação “Pies Descalzos”.

MORALES, EVO – político boliviano, Presidente da Bolívia, desde 2006.

MORENO, GUILLERMO – político argentino, é Secretário de Comércio Interior da Argentina, desde 2003.

MOUSSA, AMR – político e diplomata egípcio, foi Secretário-Geral da Liga Árabe de 2001 a 2011.

MUBARAK, HOSNI – militar egípcio, foi Presidente do Egito de 1981 a 2011.

NASCIMENTO, ABDIAS DO – político e ativista social brasileiro em defesa de causas vinculadas à igualdade racial. Foi Senador da República, de 1997 a 1999.

NATALEGAWA, RADEN MOHAMMAD MARTY MULIANA – diplomata da Indonésia, atualmente é Ministro das Relações Exteriores, desde 2009.

NKRUMAH, KWAME – político ganês, foi Primeiro-Ministro, de 1957 a 1960, e Presidente de Gana, de 1960 a 1966.

NOGUEIRA, RUY NUNES PINTO – diplomata brasileiro, foi Secretário Geral do Ministério das Relações Exteriores de 2011 a 2013.

NYERERE, JULIUS – político tanzaniano, foi Presidente da Tanzânia de 1964 a 1985.

O'NEILL, JIM – economista inglês, ocupa, desde 2011, o cargo de chefe de pesquisa em economia global do grupo financeiro Goldman Sachs. Conhecido por ter criado o termo BRIC.

OBAMA, BARACK – político norte-americano, é Presidente dos Estados Unidos da América desde 2008. Vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 2009.

PALIN, SARAH – política norte-americana, foi Governadora do Alaska de 2006 a 2009.

PARANHOS JUNIOR, JOSÉ MARIA DA SILVA (BARÃO DO RIO BRANCO) – diplomata brasileiro, foi Ministro das Relações Exteriores de 1902 a 1912.

PEÇANHA, NILO PROCÓPIO – político brasileiro, foi Presidente do Brasil, de 1909 a 1910.

PENA, AFONSO – político brasileiro, foi Presidente do Brasil, de 1906 a 1909.

PILLAY, NAVANETHEM (NAVY) – Alta Comissária das Nações Unidas para Direitos Humanos, desde 2008.

PIÑERA, SEBASTIÁN – político chileno, é Presidente do Chile desde 2010.

PINHEIRO, PAULO SÉRGIO – acadêmico brasileiro, foi relator especial da Organização das Nações Unidas para avaliar a situação dos direitos humanos em Myanmar. Em 2011 foi nomeado Coordenador da Comissão Internacional de Inquérito para a Síria e, em 2012, foi nomeado como um dos integrantes da Comissão Nacional da Verdade.

POCHMANN, MÁRCIO – economista, professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp.

PINTO, PAULO CORDEIRO DE ANDRADE – diplomata brasileiro, é o atual Subsecretário-Geral para assuntos africanos.

PORTO, CÉLIO BROVINO – economista brasileiro, é Secretário de Relações Internacionais do Agronegócio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

ROBINSON, MARY – foi Presidenta da Irlanda, de 1990 a 1997, e Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, de 1997 a 2002.

RODRIGUES, FERNANDO – jornalista brasileiro, trabalha para o jornal *Folha de São Paulo*, desde 1987.

ROMNEY, MITT – empresário e político norte-americano, foi Governador de Massachusetts, de 2003 a 2007, e candidato pelo Partido Republicano à Presidência dos EUA em 2012.

ROSÁRIO, MARIA DO – professora e política brasileira, é Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e Deputada Federal.

ROSENTHAL, URI (URIËL) – político holandês, foi Ministro das Relações Exteriores de 2010 a 2012.

ROUSSEFF, DILMA – é Presidenta da República Federativa do Brasil, desde janeiro de 2011.

SACHS, JEFFREY DAVID – economista norte-americano, professor na Universidade de Columbia e diretor do Instituto Terra.

SALEHI, ALI AKBAR – político iraniano, é Ministro das Relações Exteriores da República Islâmica do Irã, desde 2010.

SANTOS, JUAN MANUEL – político colombiano, é Presidente da Colômbia, desde 2010.

SARGSYAN, SERJ – é Presidente da Armênia, desde 2008.

SARKOZY, NICOLAS – político francês, foi Presidente da França de 2007 a 2012.

SHA, ZUKANG – diplomata chinês, é Subsecretário-Geral do Departamento Econômico e Social das Nações Unidas, desde 2007.

SILVA, LUIZ INÁCIO LULA DA – político brasileiro, foi Presidente da República Federativa do Brasil de 2002 a 2010.

SILVA, ROBÉRIO – Diretor-Executivo da Organização Internacional do Café (OIC), desde 2011.

SLAUGHTER, ANNE-MARIE – professora de política e relações internacionais na Universidade de Princeton.

TEIXEIRA, IZABELLA – Ministra de Estado do Meio Ambiente do Brasil, desde 2010.

TEMER, MICHEL – é Vice-Presidente da República Federativa do Brasil, desde janeiro de 2011.

TIMERMAN, HÉCTOR MARCOS – jornalista, sociólogo e político argentino, é Ministro das Relações Exteriores da Argentina, desde 2010.

TOMBINI, ALEXANDRE – economista brasileiro, é Presidente do Banco Central do Brasil, desde 2010.

VANNUCHI, PAULO TARSO – jornalista e político brasileiro, é membro da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA), desde 2013. Foi Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, de 2005 a 2010.

VANNUCHI, PAULO DE TARSO – ex-Ministro-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, integra a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, de Organização dos Estados Americanos, desde junho de 2013.

VARGAS, PEPE – Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, desde 2012.

YEGHAZARYAN, ASHOT – diplomata armênio, é Embaixador da Armênia no Brasil, desde 2010.

YUKIYA, AMANO – Diretor-Geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), desde 2009.

ZUMA, JACOB GEDLEYIHLKISA – político sul-africano, é Presidente da África do Sul, desde 2009.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

Abbas, Mahmoud 325

Adams, Luís Inácio 437, 459

Agnelli, Roger 265

Ahmadinejad, Mahmoud 50, 83, 85

Al-Assad, Bashar 75, 339

Amorim, Celso 35, 40, 51, 58, 98, 111, 190

Annan, Kofi 76, 78, 79, 258, 340

Ashton, Catharine Margareth 295, 296, 297, 298, 303, 304

Azambuja, Marcos Castrioto de 397

Azevêdo, Roberto 429, 435

B

Ban, Ki-moon 183, 313, 343, 418

Batista, Paulo Nogueira 58

Belchior, Miriam 90, 383

Berlusconi, Silvio 48

Bildt, Carl 163, 164, 165, 166, 167, 168

Blix, Hans 157

Bush, George W 88, 335

C

Caldas, Roberto 93

Cameron, David 417

Carlos, Juan (Rei da Espanha) 80, 92

Casciano, Edgard Antonio 78, 342

Castro, João Augusto de Araújo 46, 62

Carneiro Leão, Valdemar 438

Cartes, Horácio 233, 234

Chávez, Hugo 51, 89, 92, 93, 196, 227

Chen, Deming 263, 275

Clinton, Hillary (Secretária de Estado Clinton) 77, 86, 106, 107, 325, 397, 398

Condé, Alpha 253

Conille, Garry 113

D

Dantas, Francisco Clementino de San Tiago 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67

Davutoglu, Ahmet 87, 158, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 342

Deming, Chen 263, 275

Dworkin, Ronald 431

F

Funes, Maurício 450

G

Gama, Rubens 440

García-Margallo, José Manuel 80, 92

Garcia, Marco Aurélio 51, 117
Ghitis, Salomón Lerner 370
Gomes Júnior, Carlos Domingos 109
Graziano da Silva, José 13, 255, 407, 435, 461
Guimarães, Samuel Pinheiro 173

H

Hilderbrand, Robert C 353
Hollande, François 90, 94, 96, 97
Hu, Jintao 56, 98, 264, 273, 276
Humala, Ollanta 89, 188, 196, 371
Hussein, Saddam 323

K

Ki-moon, Ban 183, 313, 343, 360, 418
Kirchner, Cristina Fernández de 180, 181, 230

L

Lamothe, Laurent 113
Lula da Silva, Luiz Inácio 37, 49, 50, 58, 83, 84, 91, 123, 136, 255,
326, 336, 407, 417

M

Maalouf, Amin 124, 160, 345, 346
Mbaye, Abdoul Aziz 423
Maduro Moros, Nicolás 89, 93, 227
Mandela, Nelson Rolihlahla 254
Medeiros, Milena Oliveira de 111, 112

Mejía, Maria Emma 189, 196

Morales, Evo 52

Moreno, Guillermo 91, 92

Moussa, Amr 57

Mubarak, Hosni 57

N

Nascimento, Abdias do 237

Natalegawa, Raden Mohammad Marty Muliana 108

Nkrumah, Kwame 254

Nogueira, Ruy Nunes Pinto 36, 436

Nyerere, Julius 254

O

Obama, Barack 45, 49, 55, 56, 87, 90, 102, 103, 106, 122, 157, 190, 289, 291, 292, 314, 336

O'Neill, Jim 326

P

Palin, Sarah 45

Paranhos Junior, José Maria da Silva (Barão do Rio Branco) 69, 112, 185, 295

Piñera, Sebastián 196

Pinheiro, Paulo Sérgio 320, 339, 340

Pochmann, Márcio 439

Porto, Célio Brovino 439

R

Robinson, Mary 118

Rodrigues, Fernando 83, 137

Romney, Mitt 87

Rosário, Maria do 118

Rosenthal, Uri (Uriël) 151, 152, 155, 159

Rousseff, Dilma 5, 9, 11, 13, 16, 35, 36, 41, 46, 50, 53, 54, 55, 56, 58, 73, 82, 83, 88, 89, 90, 94, 96, 98, 102, 103, 108, 109, 115, 116, 117, 127, 135, 143, 156, 158, 180, 181, 183, 196, 200, 216, 230, 239, 247, 253, 264, 268, 273, 275, 291, 315, 322, 326, 341, 357, 368, 377, 383, 393, 396, 399, 416, 434, 439, 455, 470

S

Sachs, Jeffrey David 400

Salehi, Ali Akbar 85

Santos, Juan Manuel 90, 189, 325

Sarkozy, Nicolas 94, 317

Sha, Zukang 379

Silva, José Graziano da 255, 407, 461

Silva, Robério 13, 435

Slaughter, Anne-Marie 86

T

Teixeira, Izabella 382, 383

Temer, Michel 417

Timerman, Héctor Marcos 91, 123

V

Vannuchi, Paulo de Tarso 93, 435

Vargas, Pepe 417

Y

Yukiya, Amano 179, 183

Z

Zuma, Jacob Gedleyihlekisa 156, 316

ÍNDICE REMISSIVO

11 de setembro 64, 433

A

Academia Brasileira de Letras 61, 63

Acordo de Marrakesh 427

Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) 427, 428, 430

Rodada Uruguai 427

Acordo Quadripartite 91, 179, 180, 181, 182

Acordo-Quadro de Cooperação Técnica 242

Acre 81, 190

Advocacia-Geral da União (AGU) 437, 458, 459

África 5, 8, 9, 10, 38, 41, 57, 87, 93, 99, 110, 111, 112, 124, 129, 132, 137, 143, 154, 155, 192, 235, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 251, 253, 254, 255, 256, 258, 259, 310, 316, 331, 332, 342, 381, 409, 410, 411, 412, 420, 421, 422, 436, 440, 465

África do Sul 9, 12, 47, 56, 58, 125, 143, 147, 148, 153, 156, 250, 253, 254, 275, 276, 298, 304, 316, 319, 320, 326, 327, 331, 341, 342, 380, 393, 430, 453, 458, 461, 465, 480, 484

África Subsaariana 192, 210, 238, 421, 460

Agência Brasileira de Cooperação (ABC) 408, 409, 410, 411, 412, 421, 461

Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) 440, 466, 472

Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) 91, 179, 181, 185, 366

Alemanha 11, 47, 85, 95, 97, 128, 129, 275, 319, 410, 439, 464, 465

Frankfurt 465

Algodão 251, 290, 409, 429, 430, 460, 461

Aliança das Civilizações 159

Al-Qaeda 77, 302

Amazônia 166, 168, 380, 412

América do Sul 5, 7, 8, 39, 40, 41, 44, 50, 51, 55, 57, 64, 81, 88, 90, 99, 101, 112, 139, 143, 153, 169, 174, 175, 176, 177, 180, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197, 199, 201, 202, 214, 215, 216, 224, 226, 234, 242, 249, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 265, 269, 271, 281, 346, 347, 365, 366, 367, 371, 373, 436, 448, 462, 465, 471

América Latina 38, 40, 45, 46, 50, 89, 92, 96, 123, 129, 139, 166, 176, 180, 189, 199, 200, 201, 267, 268, 269, 270, 279, 280, 308, 379, 409, 410, 412, 443, 444, 445, 447, 448, 451, 460, 461, 464, 465

Amigos da Mediação 12, 158, 360

Angola 9, 238, 240, 253, 254, 257, 449, 465

Annapolis 125, 335

Apartheid 353, 480

Arábia Saudita 78, 79, 128, 129, 190, 275, 439

Argentina 39, 55, 89, 90, 91, 92, 94, 101, 123, 173, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 185, 192, 195, 196, 204, 209, 220, 223, 227, 228, 230, 275, 365, 366, 369, 430, 444, 448, 449, 450, 479, 480, 483

Armênia 109, 483, 484

Ierevan 109

Ártico 166, 168

Ásia 5, 38, 57, 143, 183, 192, 210, 261, 267, 268, 269, 270, 271, 280, 281, 409, 410, 412, 436, 465

Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) 10, 164, 279, 280, 281, 282, 283

Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) 64

Austrália 192, 275, 410, 430

B

Balcãs 166, 167, 197

Barão do Rio Branco 69, 112, 185, 295, 481

Patrono 73, 295

Barão 70, 71, 72, 73, 185

Bélgica 11, 95, 465

Belo Monte 117, 119

Bipolaridade 69

Bolívia 8, 91, 92, 93, 94, 177, 193, 204, 223, 227, 369, 430, 444, 448, 450

Cochabamba 93, 120

Bósnia 166, 354

Bósnia-Herzegovina 47, 319

Brasil 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 44, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 55, 56, 57, 58, 59, 62, 63, 64, 65, 69, 70, 71, 72, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 143, 146, 147, 148, 151, 152, 153, 154, 157, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 172, 173,

176, 177, 179, 180, 181, 182, 184, 187, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 197, 200, 203, 204, 205, 208, 209, 210, 212, 213, 215, 221, 223, 227, 230, 232, 233, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 271, 273, 274, 275, 276, 279, 280, 281, 282, 284, 285, 289, 290, 291, 295, 296, 297, 298, 303, 304, 310, 313, 314, 315, 317, 319, 320, 321, 323, 324, 325, 326, 327, 331, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 345, 346, 347, 351, 352, 354, 357, 360, 361, 365, 366, 372, 373, 377, 378, 379, 380, 383, 384, 385, 387, 388, 391, 392, 393, 395, 396, 397, 399, 401, 405, 406, 407, 409, 410, 411, 412, 416, 417, 418, 419, 420, 421, 422, 427, 428, 429, 430, 431, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439, 440, 441, 442, 444, 445, 446, 448, 449, 450, 453, 454, 455, 456, 457, 458, 459, 460, 461, 462, 463, 464, 466, 467, 469, 470, 471, 472

Brasília 8, 41, 55, 56, 89, 91, 95, 99, 103, 107, 111, 116, 127, 143, 152, 153, 155, 164, 173, 176, 177, 190, 225, 227, 228, 229, 231, 232, 240, 253, 256, 275, 280, 367, 411, 438, 440, 449, 454, 458, 459, 460, 466, 472

BRICS 10, 42, 47, 56, 88, 89, 90, 95, 100, 128, 147, 275, 276, 304, 319, 326, 331, 342, 453, 454, 466, 467

Cúpula dos BRICS 273

Bulgária 11, 95, 465

C

Câmara Americana de Comércio (CAMEX) 463, 472

Camboja 144, 238, 283

Canadá 113, 120, 128, 129, 275, 428, 429, 439, 461, 463, 472

Capítulo VII da Carta das Nações Unidas 110, 291, 316

Caribe 38, 39, 40, 115, 123, 152, 174, 180, 199, 200, 214, 258, 269, 280, 308, 367, 379, 410, 443, 444, 445, 447, 448, 449, 451, 460, 461, 471

Centro de Estudos Estratégicos e Capacitação em Agricultura Tropical (CECAT) 412

China 10, 41, 47, 56, 85, 97, 98, 99, 100, 101, 105, 107, 128, 129, 147, 153, 155, 163, 187, 188, 196, 233, 238, 263, 264, 265, 266, 273, 274, 275, 276, 277, 282, 291, 304, 319, 326, 331, 342, 430, 438, 439, 453, 461, 462, 464

Pequim 98, 99, 100, 264, 273, 275, 439

Sanya 56, 147, 273

Xangai 442, 465

Cingapura 281, 282, 468

Temasek 282

Cláusula Democrática 189, 220, 233, 368, 370

Clube de Roma 378

Código Florestal 118, 121

Colômbia 46, 47, 90, 160, 177, 189, 192, 196, 200, 203, 216, 223, 227, 319, 324, 325, 445, 450

Comisión Nacional de Energía Atómica (CNEA) 183

Comissão binacional de Energia Nuclear (COBEN) 181, 182

Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) 183, 377, 382, 383

Comissão para a América Latina e Caribe (CEPAL) 200, 201, 308, 443, 444, 445, 448, 450

Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) 10, 98, 99, 263, 266

Complementaridade 51, 173, 264, 265, 273, 274, 275, 439

Comunidade de Estados da África Ocidental 110

Comunidade do Caribe (CARICOM) 40, 449

Cúpula Brasil-CARICOM 40, 449

Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)
40, 73, 89, 189, 269, 295, 298, 450

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) 9, 109, 110,
154, 208, 242

Cone Sul 101, 171, 175, 365

Confederação Nacional das Indústrias (CNI) 465, 466

Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento
(UNCTAD) 308, 379, 467

Conferência de Durban sobre o Racismo 118, 298, 393

Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) 14,
310, 400

Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN)
88, 202, 269, 448

Constituição Federal 84, 180

Cooperação 6, 7, 9, 10, 11, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 63, 64, 65, 73, 84,
90, 96, 102, 105, 111, 128, 139, 145, 146, 147, 148, 152, 175, 176,
179, 180, 182, 185, 186, 204, 205, 212, 224, 232, 240, 250, 255,
258, 268, 269, 281, 290, 296, 310, 314, 335, 365, 366, 368, 370,
382, 423, 450, 460, 472

Copa do Mundo 117, 136, 264

Corte de Arbitragem 151

Corte Internacional de Justiça 151

Costa do Marfim (Cote d'Ivoire) 57, 243, 257, 321, 331

Costa do Sauípe 40, 189

Crescimento Econômico 7, 8, 37, 54, 56, 63, 97, 127, 145, 176,
187, 188, 193, 201, 244, 254, 255, 267, 279, 280, 296, 299, 301,
368, 391, 393, 396, 434, 455, 469, 470

Croácia 95, 297

Cuba 66, 115, 116, 120, 213, 420, 430

Havana 116

Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA) 373

Cúpula ASPA 41

Projeto ASPA 57

Cúpula América do Sul-África (ASA) 9, 242, 253, 255, 436

Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC) 89, 189

D

Declaração de Brasília 143, 449

Declaração de Teerã 49, 85, 138, 336

Desenvolvimento Sustentável 6, 13, 14, 43, 54, 56, 73, 83, 93, 121, 122, 123, 132, 152, 153, 202, 207, 211, 217, 231, 239, 247, 254, 267, 268, 271, 276, 295, 299, 300, 301, 309, 332, 368, 371, 375, 377, 378, 379, 380, 381, 382, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 389, 391, 392, 393, 395, 396, 398, 400, 401, 408, 413, 415, 418, 419, 424, 439

Diplomacia Comercial 15, 433, 454, 459, 461, 464, 469, 473

Direito Internacional 6, 16, 39, 65, 145, 151, 157, 291, 315, 343, 352, 354, 374, 478

Direitos Humanos 6, 10, 37, 40, 43, 49, 50, 54, 73, 76, 84, 93, 101, 102, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 130, 145, 146, 172, 177, 217, 301, 320, 321, 339, 340, 342, 346, 351, 352, 353, 354, 355, 363, 435, 477, 478, 481, 482, 483

Revisão Periódica Universal 117, 119

E

Egito 57, 78, 192, 254, 410, 430, 442, 480

Embraer 138, 263

Embrapa 191, 251, 406, 412, 421, 422, 450, 460

Emirados Árabes Unidos 129, 439, 476

Dubai 465

Equador 81, 176, 177, 227, 256, 369, 430, 448, 458

Espanha 11, 79, 80, 82, 92, 94, 95, 97, 410, 439, 477, 479

Estados Unidos (EUA) 6, 11, 41, 45, 46, 48, 49, 50, 52, 56, 77, 85, 86, 87, 88, 97, 90, 99, 100, 101, 102, 103, 105, 106, 107, 112, 113, 122, 124, 128, 129, 131, 153, 155, 156, 157, 188, 196, 233, 273, 275, 287, 282, 289, 290, 291, 304, 314, 319, 322, 324, 325, 336, 343, 347, 353, 396, 397, 398, 410, 428, 429, 430, 439, 446, 449, 453, 460, 461, 465, 476, 481, 482

Casa Branca 45, 157

Washington 46, 120, 124, 125, 255, 289, 290, 437, 438, 442, 445

Etiópia 9, 110, 238, 239, 240, 254, 333, 420

Adis Abeba 110, 256

Euro 95, 96, 97, 122, 155, 455

Europa 6, 41, 86, 94, 97, 131, 155, 166, 196, 297, 298, 304, 323, 343, 396, 412, 446

Extremo Oriente 41

F

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) 88

Filipinas 283, 430

Fórum de Cooperação América Latina – Ásia do Leste (FOCALAL) 267, 268, 269, 270, 271, 325

Fórum Econômico de Davos 58

França 11, 42, 85, 90, 94, 95, 96, 97, 107, 128, 155, 275, 319, 323, 332, 410, 439, 483

Fukushima 58

Fundo de Combate à Pobreza e à Fome 144

Fundo Monetário Internacional (FMI) 96, 99, 255, 275, 276, 382, 415, 453, 455, 469

G

G-193 302

G-20 37, 42, 43, 56, 95, 96, 97, 105, 125, 270, 275, 276, 302, 303, 382, 422, 423, 455, 456

G-20 Agrícola 430

Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau (UNIOGBIS) 243

Governo brasileiro 9, 13, 14, 42, 47, 49, 51, 76, 83, 109, 130, 143, 209, 213, 231, 233, 280, 291, 321, 339, 351, 369, 386, 410, 411, 412, 416, 417, 418, 420, 421, 429, 431, 457, 458, 463, 465, 471

Congresso Nacional 66, 273, 448

Executivo 5, 43, 46, 383, 398

Judiciário 43, 383

Legislativo 43, 383

Ministério da Defesa 43, 111

Ministério da Fazenda 43

Ministério da Indústria e Comércio 92, 94, 99, 173, 265, 273, 281, 284, 290, 297, 434, 457

Ministério da Justiça 43, 118

Ministério do Meio Ambiente 43

Secretaria Especial de Direitos Humanos 43, 118, 435, 482, 483

Grande Oriente Médio 372

Grupo de Supridores Nucleares (NSG) 91, 180, 182

Guantánamo 116

Guerra Fria 100, 105, 196, 302, 353, 354

Guiana 8, 189, 193, 204, 227, 369, 448

Guiné-Bissau 9, 107, 109, 110, 111, 144, 152, 154, 155, 240, 243, 254, 310, 327, 409, 479

H

Haiti 13, 40, 46, 64, 110, 112, 113, 114, 124, 130, 137, 138, 144, 154, 160, 203, 289, 309, 310, 324, 327, 372, 460, 477, 479

Holanda 94, 151, 152, 155

I

IBAS 9, 10, 12, 40, 47, 58, 124, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 156, 250, 304, 319, 326, 327, 331, 332, 334, 335, 341, 342, 436

Centro Esportivo em Ramalá 147

Ilha de Margarita 8, 40, 176, 242

Ilhas Malvinas 123

Índia 10, 12, 47, 56, 58, 125, 128, 129, 143, 147, 148, 153, 155, 250, 275, 276, 291, 304, 319, 326, 327, 331, 332, 335, 341, 342, 439, 453, 461, 465, 475

Indonésia 103, 107, 108, 275, 279, 281, 283, 480

Jacarta 108, 465

Presidente da Indonésia 108

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) 185

Irã 49, 50, 83, 84, 85, 86, 87, 115, 128, 129, 138, 156, 164, 165, 166, 336, 343, 439, 475, 482

Governo Iraniano 49

Iraque 105, 106, 128, 129, 157, 291, 314, 322, 323, 343, 352, 479

Israel 86, 123, 124, 125, 145, 155, 156, 157, 192, 316, 323, 347, 372, 373, 410

Israel-Palestina 123, 124, 165, 324, 346

Itamaraty (Casa, Ministério) 5, 7, 15, 16, 35, 36, 42, 43, 48, 51, 53, 57, 58, 59, 61, 62, 69, 70, 71, 80, 89, 98, 100, 101, 102, 108, 111, 124, 130, 135, 136, 151, 152, 185, 187, 195, 207, 247, 265, 273, 274, 282, 292, 346, 369, 373, 418, 420, 428, 429, 431, 433, 434, 436, 437, 438, 439, 440, 454, 456, 457, 458, 459, 460, 462, 464, 465, 466, 469, 472, 473, 476, 479, 481

Agência Brasileira de Cooperação (ABC) 408, 409, 410, 411, 412, 421, 461

Coordenação-Geral de Contenciosos (CGC) 15, 429, 433, 436, 437, 438, 442, 454, 457, 458, 459

Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) 17, 61, 106

Instituto Rio Branco (Academia Diplomática) 53, 55, 71, 72, 106, 111, 112, 127, 437, 465, 458

Setor Comercial das Embaixadas (SECOM) 440, 442

J

Japão 47, 57, 58, 128, 129, 183, 192, 275, 304, 410, 439, 446, 461

Tóquio 57, 58

L

Lehman Brothers 88, 122, 155

Líbano 47, 137, 138, 319, 333

Líbia 57, 78, 106, 145, 159, 242, 243, 303, 320, 321, 322, 323, 331, 332, 333, 334, 339, 342, 351, 352

Liga Árabe 57, 75, 76, 79, 325, 333, 334, 339, 340, 480

M

Malásia 281, 282, 283, 439

Mali 110, 154, 239, 240, 242, 409

Marinha 76 ,137

Marrocos 87, 156, 254

MERCOSUL 7, 8, 15, 39, 55, 73, 84, 89, 91, 125, 156, 164, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 190, 185, 186, 187, 188, 189, 191 ,192, 194, 195, 207, 209, 214, 215, 216, 219, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 280, 298, 366, 367, 368, 369, 370, 373, 430, 431, 435, 436, 447, 460, 462, 463, 466, 470, 471, 472

Alto Representante-Geral 172, 173, 192, 222

Conselho do Mercado 156, 171, 172, 174, 177, 178, 194, 221, 222, 225, 226

Cúpula de Assunção 172

Cúpula de Foz do Iguaçu 192

Cúpula Social 219, 220, 221, 223, 231

Estatuto da Cidadania 173, 174, 175, 177, 178, 221, 222

Fundo para a Convergência Estrutural (FOCEM) 172, 193, 194, 214, 216, 226, 366, 370

Protocolo de Ushuaia 189, 220, 233

Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF) 207, 208, 212, 213, 214, 217, 231

Sistema do MERCOSUL de Defesa do Consumidor 174, 175

Mianmar 283

Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL) 243

Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) 243, 257

Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) 243, 248, 250
Missão das Nações Unidas para a Paz no Sudão do Sul (UNMISS)
244, 250
Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH)
13, 64, 130, 137, 154, 289, 310, 372
Mudança do clima 94, 298, 380, 388, 391, 393, 422
Multipolaridade 56, 63, 70, 106, 141, 160, 258, 259, 304, 368
Mundo árabe 41, 50, 57, 59, 65, 127, 145, 156, 302, 303, 315, 323,
334, 436

N

Não proliferação nuclear 84, 180, 186, 331
Nova Zelândia 192, 268

O

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) 122, 212, 308,
393, 396, 416
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 14, 83, 122,
300, 301, 393, 395, 396, 400, 419
Olimpíadas 117, 120, 136, 264
Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI) 243
Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) 458, 459
Organização das Nações Unidas 6, 13, 42, 70, 72, 76, 78, 79, 85,
110, 112, 123, 130, 137, 166, 200, 239, 243, 247, 248, 250, 251,
255, 257, 291, 296, 301, 302, 307, 308, 309, 311, 324, 332, 333,
380, 381, 382, 392, 398, 449
Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) 84, 91, 157, 179,
181, 182, 183, 336

Assembleia Geral 42, 70, 76, 83, 85, 102, 103, 122, 152, 158, 159, 163, 183, 212, 243, 276, 300, 301, 308, 313, 315, 321, 322, 323, 324, 325, 339, 340, 341, 357, 359, 380, 395, 401, 455, 470

Carta da ONU 110, 130, 291, 332, 352, 353, 354

Comissão de Consolidação da Paz 13, 250, 310, 243, 311

Comissão de Desenvolvimento Sustentável 401

Conselho de Direitos Humanos 84, 115, 117, 146, 301, 320, 321, 339, 340, 351

Conselho de Segurança 10, 11, 12, 13, 47, 49, 56, 57, 64, 66, 76, 79, 84, 85, 86, 105, 106, 107, 110, 114, 123, 124, 125, 129, 130, 138, 145, 146, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 208, 243, 244, 247, 248, 250, 257, 259, 270, 289, 291, 303, 304, 307, 309, 311, 314, 316, 317, 319, 320, 321, 322, 323, 324, 325, 326, 331, 332, 333, 335, 336, 340, 342, 343, 347, 351, 352, 353, 358, 360, 361

Operações de Paz 257

Sistema de Direitos Humanos 84

Secretário-Geral 76, 78, 124, 156, 183, 313, 316, 324, 340, 343, 347, 360, 361, 418

Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) 256, 301, 382, 395, 401

Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) 13, 209, 255, 407, 411, 415, 416, 418, 420, 421, 422, 423, 424, 435, 444, 445, 460, 461

Comitê sobre Segurança Alimentar Global 29, 415

Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) 151, 159, 160, 353

Organização dos Estados Americanos (OEA) 65, 66, 93, 117, 119, 435, 483

Sistema Interamericano de Direitos Humanos 93, 117, 119, 120

Organização Mundial da Propriedade Intelectual 146

Organização Mundial da Saúde (OMS) 146

Organização Mundial do Comércio (OMC) 16, 91, 290, 382, 415, 419, 427, 428, 429, 430, 431, 433, 435, 436, 437, 438, 446, 447, 453, 454, 455, 457, 458, 459, 460, 461, 464, 467, 469, 470, 472, 476

Organização Internacional do Trabalho (OIT) 146, 199, 444, 445

Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) 152

Oriente Médio 10, 38, 41, 57, 87, 123, 124, 125, 155, 156, 157, 167, 183, 184, 192, 244, 258, 310, 316, 317, 319, 323, 331, 332, 334, 335, 342, 345, 346, 372, 373, 381, 409, 436, 442, 465

P

P5+1 85, 86, 336

Palestina 6, 42, 70, 72, 123, 124, 125, 144, 145, 147, 156, 157, 165, 192, 303, 319, 323, 324, 325, 335, 346, 347, 372, 373, 475, 478

Panamá 46, 412

Papa 11, 116

Paraguai 89, 173, 176, 177, 186, 191, 194, 204, 209, 216, 220, 227, 233, 234, 366, 367, 369, 370, 430, 444, 448, 450, 477

Assunção 51, 172, 192, 199, 222, 225, 227, 366, 369, 472

Paz 6, 7, 9, 11, 12, 13, 37, 39, 55, 56, 57, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 73, 109, 110, 112, 114, 123, 124, 125, 128, 130, 137, 138, 145, 146, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 163, 164, 165, 168, 175, 176, 179, 180, 184, 185, 186, 199, 216, 217, 224, 232, 239, 242, 243, 248, 249, 250, 254, 256, 257, 258, 259, 268, 269, 276, 289, 291, 296, 303, 307, 308, 309, 310, 311, 313, 314, 315, 316, 317, 324, 331, 333, 334, 335, 337, 343, 345, 346, 347, 352, 353, 354, 355, 357, 360, 361, 368, 371, 372, 373, 374, 403, 413, 417, 429, 450, 475, 480, 481

Peru 81, 177, 190, 220, 227, 367, 370, 372, 430, 444, 450, 465, 479
Pneus 430, 431
Prêmio Nobel da Paz 164, 480, 481
Primavera Árabe 69, 87, 155, 190, 242, 243, 302, 329, 343, 351, 371
Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) 212, 407, 408, 411, 420, 421
Programa Mundial de Alimentos (PAA) 130, 411, 415, 420, 421
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) 212, 213, 408, 420
Promoção Comercial 173, 282, 438, 440, 441, 464, 466, 470, 472, 478

Q

Qatar 250,442
Doha 41, 43, 59, 249, 298, 323, 381, 419, 430, 435, 456, 457, 463, 465, 470
Quarteto 124, 125, 156, 303, 324, 347

R

Reino Unido 11, 85, 94, 95, 97, 103, 107, 123, 128, 137, 155, 275, 319, 323, 332, 353, 410, 417, 439, 477
Londres 11, 135, 323, 417, 465, 478
República Centro-Africana 239
República Democrática do Congo (RDC) 152, 239, 243, 257, 309
Responsabilidade ao Proteger 10, 12, 158, 159, 257, 322, 349, 354, 357, 359, 360
Responsabilidade de Proteger 157, 158, 248, 257, 322, 354, 357, 358, 359, 360, 361

Rio+20 13, 14, 83, 85, 93, 96, 121, 122, 152, 202, 211, 264, 271, 276, 299, 300, 301, 377, 378, 379, 380, 383, 384, 385, 386, 387, 388, 391, 392, 393, 395, 396, 397, 399, 400, 408, 418, 419

Ruanda 238, 354

Rússia 42, 47, 56, 85, 107, 124, 128, 129, 153, 155, 156, 163, 192, 275, 304, 319, 324, 326, 331, 342, 343, 347, 349, 453, 461

S

Saara Ocidental 257

Salvador 232, 237, 253

Santa Sé 6, 42, 70, 72

Vaticano 11, 325

Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS) 274

Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial 118

Segunda Guerra Mundial 107, 129

Síria 75, 76, 77, 78, 79, 110, 165, 303, 319, 320, 321, 339, 340, 341, 342, 343, 351, 475, 481

Amigos da Síria 78

Governo Al-Assad 75, 76, 77, 78, 79, 339, 340, 341, 342

Plano Kofi Annan 78, 79

Sistema Comum de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (SCCC) 181

Stockholm Peace Research Institute 155

Sudão 239, 240, 243, 244, 248, 250, 251, 257, 322

Abyei 244, 249

Darfur 249, 250

Sudão do Sul 110, 239, 244, 247, 248, 249, 250, 251, 257

Suécia 12, 95, 163, 164, 166, 167, 168

Estocolmo 95, 164, 378, 387

Sul-Sul 143, 144, 208, 242, 280, 327, 409, 412, 467

Suriname 8, 152, 193, 227, 269

T

Tailândia 281, 430

Terra do Fogo 8, 40

Tratado de Assunção 222, 225, 227, 472

Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) (Protocolo Adicional) 91, 180, 182

Tratado de Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT) 180

Tratado de Tlatelolco 84, 152, 180

Tribunal Penal Internacional 151, 340, 358

Tunísia 9, 78, 85, 254

Turquia 12, 49, 78, 85, 86, 87, 108, 109, 138, 158, 163, 164, 167, 168, 192, 275, 336, 340, 342, 343, 461, 465

Primeiro-Ministro 49, 192, 336

Istambul 78, 86, 87, 158, 323, 342

Izmir 165, 168

U

União Africana 9, 110, 154, 160, 164, 237, 239, 242, 243, 249, 250, 256, 316, 331, 333

União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) 7, 39, 55, 64, 73, 88, 89, 91, 93, 153, 175, 176, 180, 189, 191, 194, 195, 196, 199, 201, 202, 203, 204, 205, 214, 216, 220, 227, 233, 234, 249, 269, 314, 325, 367, 368, 369, 370, 447, 448, 471

Conselho de Defesa 91, 153

Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento (COSIPLAN) 88, 90, 93, 202, 269, 447, 448

Conselho de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Inovação (COSECCTI) 203

União Europeia (UE) 11, 58, 80, 94, 95, 97, 124, 156, 163, 164, 165, 215, 233, 275, 295, 297, 298, 302, 304, 324, 347, 434, 439, 461, 463, 472

Bruxelas 11, 94, 95, 434, 439, 442

Espaço Schengen 80

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) 241

Uruguai 89, 101, 173, 176, 177, 192, 193, 209, 220, 226, 227, 228, 232, 257, 366, 427, 430, 444, 448, 450, 466, 471

V

Venezuela 7, 8, 50, 51, 89, 92, 93, 129, 173, 174, 176, 177, 189, 190, 196, 209, 214, 215, 220, 221, 225, 226, 227, 228, 232, 242, 367, 412, 428, 430, 448, 449, 450, 462, 471

Regime venezuelano 50, 51

W

Wikileaks 48, 49, 103

Z

Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) 152, 242, 258





Formato	15,5cm x 22,5cm
Mancha gráfica	12 x 18,3 cm
Papel	pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes	Gentium Book Basic 20 (títulos) Gentium Book 14/15 (títulos) Chaparral Pro 11,5/15 (textos)

Este livro, que reúne discursos, artigos e entrevistas do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, durante os dois primeiros anos de política externa, de janeiro de 2011 a dezembro de 2012, sob a orientação da Presidenta Dilma Rousseff permite uma reflexão sobre o conjunto de objetivos e de iniciativas conduzidos pela diplomacia brasileira com a finalidade de consolidar diretrizes traçadas há mais de dez anos e em sintonia com as transformações por que passam a sociedade brasileira.

De modo a consolidar essas diretrizes, a ação diplomática brasileira centrou-se, entre 2011 e 2012, nas seguintes metas: aprofundar a integração regional; oferecer uma perspectiva criativa e independente aos grandes debates políticos e conceituais da atualidade; ampliar parcerias nas áreas de comércio, investimentos e inovação; conquistar crescente espaço de autonomia na política internacional; aprofundar o conhecimento mútuo com os agentes estatais e a sociedade civil; e promover uma governança global cooperativa e em sintonia com as exigências do século XXI.

Desdobramento de uma política externa universal, pragmática e humanista, o Brasil possui hoje uma inserção internacional ampla e autônoma e consolida-se como interlocutor incontornável nos principais debates sobre política internacional, desde o da democratização das estruturas de governança global ao da formulação da agenda de desenvolvimento sustentável até o do comércio e economia mundial e o da proteção de civis e da paz e segurança internacionais.

ISBN 857631460-6



9 788576 314608



www.funag.gov.br

